



UFMG

**“Vivendo e aprendendo a jogar”:
dimensões formativas de experiências participativas
de ação coletiva e militância de jovens em uma ocupação urbana
em Belo Horizonte**

Francisco André Silva Martins

Belo Horizonte, MG
Fevereiro de 2016



UFMG

**“Vivendo e aprendendo a jogar”:
dimensões formativas de experiências participativas
de ação coletiva e militância de jovens em uma ocupação urbana
em Belo Horizonte**

Francisco André Silva Martins

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da UFMG como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Leão

Belo Horizonte, MG
Fevereiro de 2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Tese de doutorado intitulada: **“Vivendo e aprendendo a jogar”**: dimensões formativas de experiências participativas de ação coletiva e militância de jovens em uma ocupação urbana em Belo Horizonte, de autoria do doutorando FRANCISCO ANDRÉ SILVA MARTINS, analisada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Geraldo Magela Pereira Leão – FaE/UFMG – Orientador

Prof. Dr. Juarez Tarcísio Dayrell – FaE/UFMG – Titular da banca

Prof.^a Dr.^a Kimi Aparecida Tomizaki – USP – Titular da banca

Prof. Dr. Miguel Gonzáles Arroyo – FaE/UFMG – Titular da banca

Prof.^a Dr.^a Maria Ignez Costa Moreira – PUC-Minas – Titular da banca

Prof. Dr. Saulo Pfeffer Geber – PUC-Paraná – Suplente da banca

Prof.^a Dr.^a Lúcia Helena Alvarez Leite – FaE/UFMG – Suplente da banca

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2016

Dedico este trabalho à memória de Maria das Graças Silva Martins (Gracinha) e José Pedro Neto (Pepê). Pessoas a quem agradeço pelo dom da vida.

AGRADECIMENTOS

Ao final desta etapa, posso dizer que este conjunto de páginas, como objeto, não consegue exprimir todo o esforço empreendido para que pudesse ser efetivado meu doutorado. Este trabalho representa uma caminhada de autoconhecimento, que reforçou o entendimento de que sempre há muito por aprender. Quero agradecer àquelas pessoas que contribuíram para que essa empreitada fosse concluída:

Ao Grande Arquiteto do Universo, agradeço por não ter me deixado fraquejar nos momentos difíceis.

A todos os jovens e todas as jovens envolvidos/as na pesquisa – Maria, Dorothy, Beatriz, Zilda, Pedro, Milton e Paulo – que, no exercício de sua luta, contribuíram para que esta pesquisa pudesse ser efetivada.

Ao Prof. Dr. Geraldo Leão, agradeço pela orientação cuidadosa, pelas discussões saudáveis, pelo respeito às minhas opiniões e convicções, pela sua disponibilidade de tempo e pela sua capacidade de mostrar os caminhos sem ser autoritário.

Ao Prof. Dr. Juarez Dayrell, agradeço por tudo o que me proporcionou, pelas orientações na universidade e fora dela. Se chego a esse patamar, com certeza muito devo a você.

Aos professores e às professoras que fizeram parte de minha caminhada acadêmica e que também contribuíram para que este trabalho se efetivasse: Amelinha, Lucinha, Licínia, Nilma, Juliane Corrêa, Paulo Nogueira, Rodrigo Ednilson.

À Luci Maria da Silva, minha mãe do coração, obrigado pela sua existência. Exemplo de garra e força, que, mesmo sem saber muito bem o que eu estava fazendo, sempre me apoiou incondicionalmente.

À minha avó Ninica, que, na sua simplicidade, é o maior exemplo de que humildade não faz mal a ninguém.

À Ana Amélia, companheira na labuta da vida familiar e no bom combate da vida acadêmica.

Ao Pedro, meu presente, que me ensinou estratégias para ler e escrever sem me incomodar com o choro, troca de fraldas, banho e desenhos animados.

Ao Gabriel, meu filho, a quem amo de maneira incomensurável, mesmo estando distante.

Aos meus irmãos, Cor Maria, Kiko e Karine. Vocês, que sempre me encorajaram e que nunca duvidaram que eu fosse alcançar o meu objetivo.

À Nina, agradeço pelo apoio e pelos cuidados com meu pai até o momento de sua passagem.

Às minhas tias, tios, primos e primas.

À minha família da Arte Real, meus irmãos, minhas cunhadas e sobrinhos. Companheiros no processo de desbaste da pedra bruta.

A todos os meus amigos e amigas do Observatório da Juventude, uma família, que tornou a estada na universidade menos dolorosa.

Ao grupo de Formação de Agentes Culturais: Saulo, Ivan, Rominho, Priscila, Célia, Russão, Ananda, Everton, Preto e Bombi. Agradeço pela amizade e oportunidade de trabalharmos juntos.

Ao pessoal do GIZ: Zulmira, Symaira, Lourdinha, Bréscia, Vivi, Maíra, Tetê, Fabi, Leandro, Igor, Raquel, Ariadia, Renata, Karol e Amanda. Agradeço a vocês pela convivência fraterna e pela oportunidade de aprendizado do que é efetivamente um trabalho em equipe.

Ao pessoal dos cursos JUBEMI (Juventude Brasileira e Ensino Médio Inovador) e JUVIVA (Curso de Atualização em EJA e Juventude Viva) – agradeço pelas ricas discussões nas tardes de terça.

Aos meus amigos da Escola Municipal CIAC Lucas Monteiro Machado: José, Bruno, Juliana (In memoriam), Julvânia e Cida. Agradeço pela oportunidade de viver o processo educacional de maneira visceral.

Aos amigos com quem dividi as vicissitudes e prazeres do doutorado: Edgar, Conde, Léo de Montes Claros, Igor, Sandro, Joaquim, Jerry, Bodô e Camila. Obrigado pelo ombro amigo, por ouvirem minhas viagens e por lerem meus textos.

Aos amigos de caminhadas anteriores – graduação, especialização e mestrado: Paula, Ricardo, Ângelo (In memoriam), Celma, Carol, Netinha, José Humberto, Ana Paula, Hilma, Hasla, Renatinha, Dingó.

A toda a equipe da Secretaria da Pós-graduação FaE-UFMG.

*“Vivendo e aprendendo a jogar
Vivendo e aprendendo a jogar
Nem sempre ganhando
Nem sempre perdendo
Mas, aprendendo a jogar.”*

Elis Regina

RESUMO

Pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico, tendo como foco as experiências participativas e seus significados para um grupo de jovens militantes que atuava em uma ocupação urbana na cidade de Belo Horizonte, denominada Ocupação Dandara. Buscou-se analisar as dimensões formativas das experiências proporcionadas pela atuação dos jovens, seja na ocupação ou fora dela. No mesmo sentido, também foram analisadas as relações estabelecidas entre os jovens militantes, bem como entre eles e os coordenadores da ocupação. As principais ferramentas metodológicas utilizadas foram a observação participante e o desenvolvimento de entrevistas semiestruturadas. Os dados coletados foram analisados tendo como base autores do campo de estudos sobre movimentos sociais, educação e juventude. Os acontecimentos relacionados à participação dos jovens foram compreendidos a partir das categorias experiência e formação humana. A análise dos dados revelou, entre outros aspectos, que a militância na ocupação por meio da Frente de Juventude se constituía em um espaço socializador e com grande potencial formativo, em que se produziam valores e identidades, caracterizando-se por ser um rico processo de formação humana. Além disso, as vivências na ocupação representavam oportunidades de acesso à cidade, à cultura e ao contato com outros movimentos sociais. Nesse contexto, aponta-se também a ocorrência de tensões e conflitos inter e intrageracionais decorrentes do próprio processo participativo.

Palavras-chave: Juventude. Educação. Movimentos sociais. Participação política.

ABSTRACT

Qualitative research, ethnographic, focusing on participatory experiences and their meaning for a group of young militants that operates in an urban occupation in the city of Belo Horizonte called Occupation Dandara. It sought to analyze the training dimensions of experiences offered by the performance of young people, whether in the occupation or outside. Similarly, it was also analyzed the relations between the young activists, as well as between them and the coordinators of the occupation. The main methodological tools used were participant observation and the development of semi-structured interviews. The collected data were analyzed taking as a field of study's authors based on social movements, education and youth. The share of young people experiences were understood from the categories human experience and training. Data analysis revealed, among other things, that the militancy in the occupation through the Youth Front was constituted in a socializing space and great training potential, where it produced values and identities are characterized for being a rich process of human development. In addition, provided experiences represented opportunities for access to the city, the culture and the contact with other social movements. In this context, it also points to the occurrence of tensions and inter and intra-generational conflicts arising from the participatory process itself.

Keywords: Youth. Education. Social movements. Political participation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CELLOS	Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais
CNPU	Conselho Nacional de Política Urbana
EIV	Estágio Interdisciplinar de Vivência
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LGBTTT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, trans-sexos, trans-gêneros
MPL	Movimento Passe Livre
Morena	Movimento Revolucionário Nacionalista
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OP	Orçamento Participativo
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PMMG	Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
Prouni	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
Samu	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UJS	União da Juventude Socialista
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
1.1	APRESENTAÇÃO DA PESQUISA.....	12
1.2	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	21
1.3	METODOLOGIA.....	23
1.3.1	<i>Delimitação do campo de pesquisa.....</i>	23
1.3.2	<i>O pesquisador e o campo.....</i>	24
1.3.3	<i>As ferramentas de pesquisa.....</i>	27
2	UMA OCUPAÇÃO NO HORIZONTE DA CIDADE.....	31
2.1	A FALTA DE MORADIA COMO PROBLEMA URBANO.....	31
2.1.1	<i>A cidade como lugar de exclusão.....</i>	32
2.1.2	<i>A questão urbana no Brasil.....</i>	34
2.1.3	<i>Belo Horizonte: uma cidade planejada para segregar.....</i>	38
2.2	DANDARA: UMA COMUNIDADE NEGRA E GUERREIRA.....	40
2.3	DISPUTAS E TENSÕES NA OCUPAÇÃO.....	47
2.4	OUTRAS LUTAS, PARA ALÉM DA TERRA.....	56
2.4.1	<i>“Não somos invasores”.....</i>	60
3	UMA BRIGADA NA LUTA POR QUESTÕES POPULARES.....	64
3.1	HISTÓRICO E ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO.....	64
3.2	A RELAÇÃO ENTRE AS BRIGADAS E A DANDARA.....	70
3.3	QUESTÕES ENTRE A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E O MOVIMENTO SOCIAL.....	75
3.4	ENTRE PRIMITIVOS, CLÁSSICOS, NOVOS E NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	82
4	UMA FRENTE DE LUTA.....	87
4.1	SUJEITOS DA PESQUISA: JOVENS DA OCUPAÇÃO E NA OCUPAÇÃO.....	87
4.1.1	<i>Jovens da ocupação.....</i>	88
4.1.1.1	<i>Maria Diarista.....</i>	88
4.1.1.2	<i>Dorothy.....</i>	93
4.1.1.3	<i>Pedro Pedreiro.....</i>	96
4.1.1.4	<i>Paulo Freire.....</i>	99
4.1.2	<i>Jovens na ocupação.....</i>	102
4.1.2.1	<i>Beatriz Esthefany.....</i>	102
4.1.2.2	<i>Zilda Arns.....</i>	106
4.1.2.3	<i>Milton Santos.....</i>	109
4.2	O ESPAÇO DE ATUAÇÃO DOS JOVENS NA OCUPAÇÃO URBANA.....	111
5	EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS DOS JOVENS DA FRENTE DE JUVENTUDE DA OCUPAÇÃO DANDARA.....	124
5.1	SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E MOVIMENTOS SOCIAIS: ALGUMAS APROXIMAÇÕES.....	124
5.1.1	<i>Indivíduo, sujeito e ator.....</i>	130
5.2	A BUSCA POR ENTENDER A EXPERIÊNCIA COMO FORMAÇÃO.....	134
5.3	COTIDIANO E EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS.....	141
5.4	PARA ALÉM DA DANDARA.....	157
5.4.1	<i>Experiências participativas de acesso à cultura.....</i>	157
5.4.2	<i>Encontro de jovens membros de ocupação.....</i>	163
5.4.3	<i>Participação na Conferência Municipal de Juventude.....</i>	168
5.4.4	<i>A participação nas Jornadas de Junho de 2013.....</i>	178
6	SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA PARTICIPAÇÃO.....	183
6.1	O SIGNIFICADO DA LUTA PELA MORADIA.....	185
6.1.1	<i>A luta de quem mora na Ocupação.....</i>	185
6.1.2	<i>A luta de quem não mora na Ocupação.....</i>	190
6.2	MILITÂNCIA: SENTIDOS DIVERSOS PARA SUJEITOS DIFERENTES.....	192
6.2.1	<i>A dimensão da transformação social.....</i>	193
6.2.2	<i>Militância por inteiro.....</i>	195
6.2.3	<i>A dimensão da sociabilidade.....</i>	197
6.2.4	<i>A dimensão do aprendizado e da conscientização.....</i>	200

6.2.5	<i>Questões familiares: entre referenciais e conflitos.....</i>	203
6.2.6	<i>A dimensão do sacrifício: entre o presente e o futuro.....</i>	206
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	217

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 Apresentação da pesquisa

O presente trabalho teve como objetivo estudar experiências participativas de um grupo de jovens militantes que atuavam em uma ocupação urbana na cidade de Belo Horizonte. O foco central da luta empreendida por esses jovens era o direito à moradia, que repercutia em outras tantas questões relacionadas à juventude e que passavam a fazer parte do seu cotidiano e da sua vida. Ancoramo-nos na hipótese de que essas experiências carregavam consigo um caráter formativo alicerçado nas práticas, vivências, relações, conflitos e movimentações que os jovens protagonizavam e em que estavam inseridos. Uma formação que se deu em uma perspectiva ampliada, na dimensão do concreto, da vida vivida na desigualdade e na luta por superá-la. Experiências que denotaram aos sujeitos envolvidos outros papéis, para além dos estereótipos sociais de jovens, pobres, negros, moradores de uma ocupação (ARROYO, 2012).

A metáfora do jogo, que aparece no título da pesquisa cumpriu papel importante ao nos auxiliar no estudo e análise do contexto estudado. O jogo, aqui entendido como a dinâmica da realidade social em si, demonstrou não ser só coação e nem só liberdade, assim como não ser inerte e nem estar com as regras finalizadas. É disputa! Ao jogador não cabe apenas cumprir um papel, pois o ato de jogar está para além de simplesmente assimilar as regras. Dubet (1994), ao utilizar essa metáfora do jogo estabelecido no tecido social, esclarece que a relação do ator com o sistema pressupõe não apenas a manutenção, mas também a transformação das regras por meio de conflitos que se dão na tessitura da relação social. Nesse sentido, a capacidade de transformar as regras aparece como um efeito não pretendido do próprio jogo.

Alberto Melucci (2004), também usando a metáfora do jogo, destaca aspectos importantes em torno das questões do indivíduo na sociedade contemporânea. O autor chama a atenção para o fato de estarmos inseridos em uma sociedade global, caracterizada pela dinâmica do processo de mudanças que toma proporções nunca antes vistas. Tal contexto incide em uma pluralidade de papéis e experiências, cognitivos e afetivos, inserindo o indivíduo em um cotidiano tenso, incerto, que remete a mutações nas relações, que passam a ter como marca a complexidade e a diferença. Segundo Melucci (2004), no contexto social anteriormente mencionado, o

indivíduo “precisa construir conscientemente o campo da experiência, jogando sempre novos jogos” (p. 15).

Diante do exposto, não é sem intenção que a música cantada por Elis Regina¹ foi incorporada ao título da pesquisa. Tal obra traduz e expressa de maneira singular e poética o que entendemos estar muito próximo do que vimos na realidade dos jovens militantes estudados. Os versos chamam a atenção para o fato de viver e aprender vivendo, bem como para a questão das perdas e ganhos no decorrer da vida e seus aprendizados. Freireanamente falando, tais versos dialogam conosco por entendermos que não se aprende para a vida, aprende-se vivendo a vida, que por si só é aprendizado (FREIRE, 2011).

O meu interesse pelas experiências participativas vividas por jovens tem início a partir da minha militância como estudante no Ensino Médio e Superior. Mediante as experiências vividas e as inquietações proporcionadas, o tema se tornou objeto de minha pesquisa de mestrado na Faculdade de Educação da UFMG (MARTINS, 2010). Esse foi um momento singular, no qual tive a oportunidade de atuar como pesquisador do Observatório da Juventude² e me inteirar de algumas das inúmeras questões inerentes aos jovens do nosso tempo.

Na pesquisa anteriormente citada (MARTINS, 2010), investiguei a participação de jovens estudantes por meio do grêmio estudantil no cotidiano de uma escola pública municipal e os reflexos dessas experiências no seu processo de formação. Concluí que a participação dos jovens se dava mediante conflito e luta, seja por melhoria na escola, por garantia de vagas ou mesmo pela garantia do direito de atuar e intervir na escola. No exercício participativo, os jovens passaram a ocupar novos lugares e a exercer novos papéis. Agregada a tal experiência, foi notada a conscientização dos jovens em relação aos seus direitos como estudantes e uma maior responsabilidade como representantes do coletivo de alunos. Percebeu-se de forma singular o caráter educativo da participação em atividades

¹ ARANTES, Guilherme. Aprendendo a jogar. Intérprete: Elis Regina. In: *Amor até o fim*. EMI, 1980.

² O Observatório da Juventude é um programa de ensino, extensão e pesquisa da Faculdade de Educação da UFMG. Desenvolve atividades de investigação, levantamento e disseminação de informações sobre a situação dos jovens na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), além de promover a capacitação de jovens, educadores e estudantes da graduação interessados na problemática juvenil. Orienta-se por quatro eixos centrais: condição juvenil; políticas públicas e ações sociais; práticas culturais e ações coletivas da juventude na cidade e construção de metodologias de trabalho com jovens. Cf. OBSERVATÓRIO DA JUVENTUDE, 2013.

variadas como viagens, passeatas, reuniões e conferências. Essas atividades tinham um componente fortemente ligado à prática. Os jovens aprenderam a falar em público, a montar a pauta de uma reunião, a organizar e a elaborar documentos, a buscar recursos para eventos, a escrever um panfleto, a compor uma palavra de ordem – ou seja, os jovens se apropriaram da experiência participativa na perspectiva da prática.

Em relação à participação juvenil percebe-se que há, nos estudos acadêmicos, de acordo com a pesquisa Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006), o privilégio da investigação da atuação dos jovens no movimento estudantil, em especial no ensino universitário (SPOSITO et al., 2009), o que representa um risco, uma vez que pode vir a projetar uma imagem distorcida, como se os jovens ficassem restritos a experiências participativas nas instituições escolares. A realidade atual nos apresenta um leque variado de iniciativas de participação produzidas pelos jovens em decorrência de suas experiências, de suas demandas e de seus interesses (LEÃO et al., 2005). Outros espaços – como grupos culturais e identitários, coletivos de ambientalistas, movimentos pelo passe livre dos estudantes, ações organizadas de ocupação e reforma urbana, movimentos que lutam pela livre utilização de uma praça, entre outros – proporcionam experiências de caráter formativo na perspectiva da prática, da relação com o outro e do olhar para a sociedade (SOUSA, 2014).

A diversidade representativa constante na Conferência de Políticas Públicas de Juventude de 2008³ sinaliza a complexidade das experiências participativas atualmente vividas pela juventude. Estavam representados nesse evento jovens pertencentes às mais variadas organizações e movimentos sociais: partidos, sindicatos, movimentos religiosos, movimentos ambientalistas, organizações não governamentais, Movimento Negro, Movimento LGBTQTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, trans-sexos, trans-gêneros), juventude cigana, grupos culturais, juventude com deficiência entre outros (ABRAMOVAY; CASTRO, 2009).

Vemo-nos diante de uma diversidade muito rica que em si não comporta a palavra juventude no singular. Nesse sentido, ao tratarmos de um coletivo de jovens

³ Conferência com abrangência nacional, agregando questões diversas e que foram tratadas por delegados e observadores eleitos em conferências municipais e estaduais ocorridas anteriormente em todo o país.

que carrega consigo a insígnia da juventude é prudente que antes nos debrucemos sobre as discussões que envolvem essa temática, que tem se consolidado como campo de pesquisa nos últimos anos no Brasil (SPOSITO et al., 2009).

Se fizermos uma retomada histórica, perceberemos que a juventude, como a entendemos atualmente, é uma construção recente, o que pode causar uma variedade de entendimentos e leituras em torno do tema. Hoje, se perguntarmos a qualquer pessoa de nossa sociedade, ela saberá dizer o que é ser jovem. Obviamente que as opiniões vão variar, entretanto, não seria surpresa se essa representação fosse marcada por características reforçadas pela negatividade, pautada em estereótipos construídos empiricamente, mas que, apesar de aparentar uma verdade, não nos dizem tudo.

Na segunda metade do século XX, a partir da década de 1950 (CANEVACCI, 2005), mais especificamente no período do pós-guerra, a juventude assume maior espaço e visibilidade social. No início tratava-se de um problema a ser resolvido, pela falta de ocupação, pela rebeldia, pelo questionamento da ordem social estabelecida. Nos anos 60, a atuação da juventude foi um marco histórico, quando movimentos estudantis e de contracultura explicitaram o rompimento com o tradicionalismo da sociedade em questão.

Os movimentos de contracultura atestavam a dimensão da oposição que as novas configurações juvenis dirigiam à cultura dominante (CANEVACCI, 2005). O sexo e a virgindade, que eram tabus, passaram a ser tratados pela perspectiva da liberdade. A pílula anticoncepcional possibilitava viver o ato sexual pelo prazer proporcionado – enfrentando a visão de que, especialmente para as mulheres, ele deveria acontecer apenas para a procriação. As roupas funcionavam como marca de uma geração por meio das cores e estampas, transmitindo discursos e posicionamentos. A música, por meio do Rock, entoava mensagens que ecoavam naquela sociedade. As drogas apareciam como possibilidade de viver um movimento de catarse que levaria ao ato do pensar criticamente o momento vivido para além das convenções. De modo concomitante a tudo isso, os conflitos armados entre as potências bélicas eram alvo de críticas contundentes. No aspecto político, os estudantes da França promoveram lutas por mudanças que iriam ressoar no mundo inteiro. A discussão girava, grosso modo, em torno das universidades e da forma que se encontravam organizadas.

Embora não seja possível relacionar todos os jovens a esses valores e experiências, pode-se dizer que tais eventos contribuíram para cristalizar uma imagem em torno da ideia da juventude como “transformadora” e “revolucionária”. Tal imagem, além de obscurecer outros modos de ser e viver essa fase da vida em outros contextos, constituiu-se em uma fonte de expectativas quanto à participação juvenil como “modernizadora da sociedade”, muitas vezes a partir de uma perspectiva essencialista da juventude. Nos anos 80-90 do século XX, há uma grande visibilidade para os jovens urbanos envolvidos em práticas culturais. Nessa época surge uma preocupação com as “tribos urbanas”, bem como as imagens dos jovens vistos a partir do paradigma de “problema social”. Se no passado o jovem como problema estava mais relacionada à rebeldia, muito marcada por uma leitura sociopsíquica, nesse momento os jovens passam a ser vistos como “ameaça” ao desenvolvimento social: desemprego, baixa escolaridade, gravidez precoce, envolvimento com o consumo e tráfico de drogas e com situações de violência.

Já na transição dos séculos XX e XXI, a juventude aparece como o que podemos chamar de modelo cultural (PERALVA, 1997). Alguns valores, marcados pela positividade, saúde, jovialidade, vigor, alegria, são perseguidos por todos. Esses passam a ser um ideal a ser alcançado.

O jovem ainda tem sido visto, na maioria das vezes, como um ser em formação, haja vista a opinião dos próprios jovens da Frente de Juventude e as imagens construídas pelos coordenadores da ocupação a seu respeito, o que nos remete a uma visão estigmatizada desse mesmo jovem como um “*não ser*”. Essa é uma análise que utiliza a condição de transitoriedade para destacar a juventude em sua negatividade (DAYRELL, 2003). Embora exista um caráter de transitoriedade na experiência juvenil, como em todas as fases da vida, essa fase não se limita à preparação e à expectativa de um tempo futuro (CORTI; SOUZA, 2004).

A imprecisão do termo juventude faz com que seja possível a construção de várias representações, o que torna um consenso algo difícil. Dentre as várias possibilidades de representação construídas em torno dos jovens, se destaca aquela que privilegia a juventude como um período de transição, um rito de passagem, uma fase da vida marcada pela crise existencial.

O paradoxo vivido pela juventude está no fato de se constituir uma fase que cada vez mais se prolonga e que, em contrapartida, é desqualificada ao ser tratada,

simplesmente, como um rito de passagem (SPOSITO, 2000). Outra representação recorrente destaca a juventude como momento do prazer, da liberdade, da excentricidade, do que é exótico. Nessa perspectiva, a experimentação, o treino e o erro estão ligados à irresponsabilidade, que acabam por se tornar características do comportamento juvenil. De maneira concomitante a isso, aparece também a representação da juventude como momento de crise, de conflito, de falta de identidade. Por outro lado, alguns autores reconhecem o jovem como um ator social revolucionário em potencial, responsável pelo fomento de mudanças importantes na sociedade (ZANETI, 2001). Outros nos dizem que a juventude, por ainda não estar totalmente socializada, cooptada pela organização social, envolvida pelo *status quo*, questiona e interpela a organização social na qual está inserida, o que não quer dizer que seja revolucionária por essência (MANNHEIM, 1973).

A proposta de trabalhar e estudar a participação de jovens militantes em movimentos sociais e ações coletivas em uma ocupação urbana levou à opção por uma concepção de juventude em específico, que concebe o jovem como sujeito de direitos, que vive uma condição juvenil própria. Diante do debate estabelecido, entendo que a juventude é multifacetada, marcada pela pluralidade, imagetivamente caleidoscópica e, se percebida simplesmente na transitoriedade do período, na instabilidade pregada pelos adultos e na irresponsabilidade para com as novas experiências, podemos deixar de contemplar riquezas importantes desse momento da vida. Diante disso, torna-se importante delimitar de maneira mais sólida o que entendo por *juventude*. Para balizar esse entendimento dialogo com Dayrell (2007), que salienta que:

A juventude é uma categoria socialmente construída e ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos, marcada pela diversidade em condições sociais (origem de classe, por exemplo), culturais (etnias, identidades religiosas, valores, etc.), de gênero e até mesmo geográficas, dentre outros aspectos. Além de ser marcada pela diversidade, a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se na medida das mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeitos que experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se insere (DAYRELL, 2007, p. 1110).

Nesse contexto, percebemos que os jovens estão intrinsecamente ligados ao seu tempo e vivem questões de sua época de formas diferenciadas mediante fatores como: condição socioeconômica, pertencimento étnico, filiação religiosa, entre

outros, o que leva à percepção da existência de questões muito específicas ao estudarmos jovens, moradores ou não de uma ocupação, e que militam em torno de questões como os direitos da juventude e por moradia. O desafio está na garantia de representatividade, voz, posicionamento e reconhecimento desses jovens diante de suas particularidades. Assim, no que tange às relações, é importante investigar as não só aquelas mantidas entre eles e seus pares, mas também entre eles e a sociedade em que estão inseridos (SPOSITO et al., 2009).

Com o intuito de caminhar um pouco mais na seara da participação juvenil, na presente pesquisa busquei compreender o processo formativo proporcionado pela experiência vivida por jovens em uma ocupação urbana na cidade de Belo Horizonte. O intuito foi perceber os possíveis conflitos, aprendizagens, nuances e singularidades desse tipo de experiência participativa. Diante disso, o problema da presente pesquisa foi buscar perceber o processo formativo inserido nas experiências participativas vividas por jovens atuantes em movimentos sociais. Parto de pressuposto de que tal experiência proporcionaria aos jovens a construção de outras leituras de mundo e o estabelecimento de outras relações com a realidade social, marcadas pela produção de identidades, valores e visões de mundo.

Assumi para tanto uma compreensão do processo educativo/formativo como algo mais amplo, em uma perspectiva que considera que o sujeito se educa/forma para além das instituições educacionais formais. No que tange à formação do sujeito, não a considero descolada de suas vivências e experiências no mundo. Não acredito que o sujeito se forme para o mundo, ou mesmo distante desse, ou que a *“hominização”* seja um processo de adaptação. Penso ser esse um processo histórico no qual a construção do sujeito se dá através da conscientização de si e do mundo, por meio da relação com outros sujeitos, em um movimento dialético, no qual a nitidez do olhar em torno das questões sociais se dá paulatinamente, à medida que o sujeito reflete e se apropria do mundo (FREIRE, 2011).

Isso permite afirmar a existência de um processo formativo em que as pessoas se educam em variados espaços sociais nos quais estão inseridas, onde se produzem como humanos dotados de culturas, identidades e saberes forjados nas suas ações coletivas. Parto então de uma perspectiva que compreende a educação como formação humana. Nessa perspectiva, os sujeitos coletivos, para além de um processo de luta e conscientização, produzem e recriam dinâmicas que envolvem

também a relação com o outro, a apropriação e ressignificação da cultura e a vivência de experiências que permitem construções significativas em torno do vivido. Essa concepção de construção do conhecimento, que valoriza a experiência, vai de encontro a uma perspectiva de conhecimento hegemônica (SANTOS, 2008), que, em nossa sociedade, privilegia uma pedagogia vista como mais bem posicionada academicamente, em detrimento de outras pedagogias possíveis (ARROYO, 2012). Tal perspectiva do conhecimento monopoliza a verdade e inviabiliza a percepção de outras formas de conhecimento tidas como “menores”.

Miguel Arroyo (2012) nos apresenta o potencial formativo dos movimentos sociais em situações em que a existência é construída de maneira radical, envolvendo tensão e conflito, ocupação e disputa de espaços perpassados por relações de poder. Esses sujeitos afirmam novas pedagogias e passam a reivindicar o reconhecimento de seus saberes, práticas e experiências em contraposição aos conhecimentos considerados cientificamente válidos. De acordo com o autor:

As lutas têm sido por ocupar as instituições que mantêm a exclusividade do conhecimento, mas também para criar espaços de produção e diálogos de conhecimentos produzidos na militância. Consequentemente, não apenas nas instituições do conhecimento e das pedagogias legítimas se fazem presentes. O que incomoda é que afirmam que há outros espaços pedagógicos, outros saberes e outros processos de produção de conhecimentos, de humanização fora das instituições que se autoapropriam da exclusividade do conhecimento e das concepções e práticas pedagógicas legítimas. (ARROYO, 2012, p. 34)

Essa concepção de educação/formação remete obrigatoriamente à relação indivíduo e sociedade. Saliento que não entendo a sociedade como um sistema integrado, coeso, estruturado e harmônico em que os indivíduos se formam a partir da introjeção das suas culturas, valores e saberes. As sociedades contemporâneas formam um conjunto marcado cada vez mais pela heterogeneidade, pela disputa e pelo conflito. Esta é uma sociedade que, dada sua complexidade, permite inferir a transformação das formas sociais tradicionais de socialização – a família, a escola, os partidos etc. Tais transformações, que para alguns podem ser entendidas como uma crise, são compreendidas aqui como processos de mutações sociais que impactam os modos como os indivíduos se inserem na vida social.

Essa aproximação de coletivos de jovens militantes permite colocar em dúvida algumas teses sobre a apoliticidade dos jovens contemporâneos. Na

sociedade brasileira, as imagens construídas socialmente em torno da juventude tendem ao maniqueísmo, colocando os jovens atuais como apáticos e desinteressados, em oposição a uma geração idealizada dos anos 60 (CATANI; GILIOI, 2008). Tais imagens reforçam uma idealização social que envolve uma prescrição em torno de como deveriam ser os jovens, quais seus papéis e suas responsabilidades de acordo com as expectativas da própria sociedade. Uma crítica que desconsidera outras formas de participação social que tendem a ser mais valorizadas pelos jovens.

As formas clássicas de participação (movimento estudantil, partidos e sindicatos) já não são hegemonicamente as únicas (LEÃO et al., 2005; ABRAMOVAY; CASTRO, 2009). O que se vê é que os canais de participação proporcionados por essas experiências tradicionais tendem a não permitir o exercício autônomo da própria participação ou não consideram as demandas dos jovens neles envolvidos (ABAD, 2004; ABRAMO, 2004; KRISCHKE, 2003; SOUSA, 2014). De acordo com Tirelli (2005), pode-se entender que:

As manifestações juvenis contemporâneas se qualificam como atividade política diferenciada daquela de que se ocupa a esfera institucional, com um sentido singular, não menos comprometida como instrumento de uma coletividade, e têm um valor político. É pertinente, então, tendo em vista a problematização da atuação política juvenil no quadro social atual, discutir o que há de político em seus movimentos, ou onde é possível identificar a transferência do elemento político como “resposta humana” dos jovens, uma vez que a política, pensada apenas no universo da disputa, limita sua expressão contestatória. (SOUSA, 2005, p. 299).

O que se percebe é que existem formas de participação que não são devidamente reconhecidas como legítimas pela sociedade, mas que são privilegiadas pelos jovens (coletivos autônomos, movimentos culturais, movimentos de ocupação da cidade). Invisíveis para a sociedade, de uma maneira geral, nesses outros lugares os jovens encontram oportunidades para vivenciar experiências autônomas de participação.

Janice Tirelli (2005), ao estudar as insurgências juvenis e as novas narrativas políticas, nos diz que “os jovens estão gestando novos modos de organização da vida cotidiana de negação institucional, novas formas sociais contra-institucionais de enfrentamento contra a ordem” (p. 299). Nesse sentido, acredito ser muito importante percebermos os jovens como sujeitos de direitos. No entanto, talvez

somente essa percepção não seja suficiente. Há que se dar um passo adiante, uma vez que eles demonstram, muitas vezes, querer se organizar de outras formas, construir novos direitos e reinventar formas de participação política.

1.2 Justificativa da pesquisa

A razão fundamental de uma pesquisa científica não está, exclusivamente, nas possíveis contribuições para a comunidade acadêmica. Tão importantes quanto elas são os reflexos da pesquisa no seio da própria sociedade na qual se encontra inserida. Nesse contexto, a presente pesquisa, ao se debruçar sobre as experiências participativas de jovens, almeja suscitar questões que reflitam sobre as realidades vividas pelos jovens, as relações dos sujeitos e a construção do seu modo de agir no contexto social que os cerca, bem como gerar possíveis mudanças dessas realidades.

A conjuntura da cidade de Belo Horizonte nos últimos anos tem se mostrado um ambiente rico na ocorrência de movimentos sociais e ações coletivas que envolvem a atuação de jovens. O trabalho desenvolvido por meio do Observatório da Juventude junto aos jovens, seja em eventos culturais, palestras, reuniões e encontros possibilitou elencar, para além da ocupação urbana estudada, vários outros grupos como: Movimento Passe Livre (MPL), Família de rua e Coletivo Hip-Hop Chama (Movimento Hip-hop), Negras Ativas (jovens do Movimento Negro e feminista), Juventude Sindicalista, Democracia Ativa (ONG de participação política), Coletivo Jovem de Meio Ambiente (movimento ambientalista), Movimento Nova Cena (jovens atores), Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS – movimento LGBTTT), Juventudes de Partido (UJS, Juventude do PT, Juventude do PSDB), punks (movimento anarquista), entre outros.

Além disso, os últimos anos têm sido emblemáticos para os estudiosos da temática da juventude. No mundo, seja no Oriente Médio, na África, na Europa ou nos Estados Unidos, questões como o aumento das desigualdades sociais decorrentes das políticas socioeconômicas capitalistas, a crise do sistema democrático, a luta pela liberdade de expressão e contra regimes ditatoriais, as críticas a reformas econômicas e a rejeição da corrupção na política passaram a ocupar lugar central na agenda do debate público (GOHN, 2013; GONH; BRINGEL, 2012; CASTELLS, 2013).

A internet, como ferramenta de mobilização, sustentou a organização de movimentações que promoveram a ocupação de praças, parques e ruas. Esses lugares, para além do local de se manifestar, passaram a ser também motivos para o estabelecimento de discussões em torno da questão urbana e da cidade como reflexo dos problemas decorrentes da sociedade capitalista. O ano de 2013 nos mostrou que também aqui no Brasil os jovens foram responsáveis por uma movimentação singular que chamou a atenção do mundo ao questionar o aumento das passagens de ônibus, os altos gastos para a realização de uma Copa do Mundo e a falta de investimentos na educação e na saúde, bem como os problemas do sistema político do país.

Diante da quantidade e diversidade desses movimentos e da conjuntura anteriormente mencionada, fica clara a importância de estudar as experiências participativas vivenciadas pelos jovens e o caráter formativo contido no ato de participação. De acordo com Sposito et al. (2009), no Estado da Arte sobre juventude:

Há alguns indícios inovadores que poderão, provavelmente, oferecer um conjunto de novas problemáticas no eixo das formas não-escolares de participação e ação coletiva juvenil. Não há pesquisas sobre a presença dos jovens em partidos, sindicatos, associações de moradores, etc. Não há estudos sobre as diversas formas de ativismo político ou militância na sociedade atual (movimentos GLBTT, ambientalistas, pacifistas, negros, entre outros) e, na outra ponta, sobre jovens que se tornam profissionais da política ao ocupar cargos eletivos. Nessa temática poderiam também estar fortemente concentradas as análises que resgatassem o universo das interações entre gerações. (SPOSITO et al. 2009, p. 199).

Partindo desse contexto, o interesse da pesquisa foi buscar perceber o caráter formativo constante nas experiências vividas por jovens ao atuarem na luta pelas questões que envolvem a juventude e a moradia em uma ocupação urbana. Optei por esse lugar de participação por acreditar fortemente que ele é um espaço formativo central para esses jovens, por ser um lugar no qual eles se inserem em lutas e experiências coletivas que contribuem para sua constituição como sujeitos. O caráter pedagógico do ato de experimentar e vivenciar é parte singular nesse contexto, portanto, acredito haver a construção de conhecimentos e visões singulares acerca da sociedade e do seu posicionamento como ator social (ARROYO, 2011, 2012; GOHN, 2009, 2010; BONETTI, 2010).

Em se tratando do caráter formativo intrínseco à atuação em movimentos sociais, contei com o auxílio dos estudos de pesquisadores como Roseli Caldart (2012), Eder Sader (1988), Maria da Glória Gohn (2009, 2010) e Miguel Arroyo (2011, 2012). Não obstante as contribuições já consolidadas, o problema que envolveu a presente pesquisa está para além de saber unicamente sobre a ocorrência ou não de dimensões formativas nas experiências investigadas. O próprio processo da vivência das experiências emerge como aspecto importante a ser considerado. Isso porque ele não se dá de maneira linear e estrutural, mas é perpassado por apropriações, tensões, conflitos, avanços e retrocessos. É nessa dinâmica própria que se inserem a formação e a busca da presente pesquisa por entender as nuances dessas experiências participativas.

Entendo que a participação de jovens em movimentos sociais é perpassada por obstáculos a serem transpostos, frutos de uma visão hegemônica do jovem ainda como ser incompleto, o que faz com que muitas vezes eles tenham dificuldades quanto ao seu reconhecimento político e social e vejam reduzidas suas possibilidades de uma atuação efetiva. Além disso, o envolvimento dos jovens muitas vezes é marcado por momentos de maior engajamento e de afastamento, de acordo com a dinâmica da família, do trabalho e de tantas outras coisas que envolvem a suas vidas. Ao buscarmos entender o processo de formação desses sujeitos, buscamos também o entendimento do processo participativo no interior do movimento social, pelas experiências proporcionadas e pelas experiências que antecedem a sua inserção no movimento.

1.3 Metodologia

1.3.1 Delimitação do campo de pesquisa

Quando dos primeiros esforços para elaborar uma proposta de pesquisa, ainda não havia no horizonte da investigação um movimento social específico a se pesquisar, bem como não havia os jovens a serem pesquisados. Tudo isso estava por ser delimitado mediante o processo de construção e consolidação da própria pesquisa. O que estava, desde o começo, posto, era o interesse em entender os processos participativos de jovens militantes em movimentos sociais e ações coletivas. Nesse sentido, um primeiro esforço se deu na busca pelo estabelecimento de uma cartografia das mais variadas organizações juvenis que atuavam na cidade

de Belo Horizonte. Esse mapeamento foi feito por meio de uma pesquisa exploratória (VIANNA, 2007) e envolveu minha participação em atividades e eventos relacionados a organizações de jovens na cidade durante o ano de 2012.

Trafegando em um emaranhado de ações, um movimento em específico chamou minha atenção, as Brigadas Populares. Esse movimento é caracterizado pelos membros que o compõem como um movimento de caráter popular, de massa, que busca o nacionalismo revolucionário, que está conceitualmente alicerçado na teoria marxista e na busca por uma transformação social processual e gradativa (SOUSA, 2014).

Inicialmente, um estudo sobre as Brigadas Populares não era cogitado, pois as aparências sinalizavam ser difícil estabelecer a pesquisa junto àquele coletivo. Contudo, ao optar por manter o foco em torno da juventude e das suas experiências participativas e ao estabelecer um outro olhar para o movimento mediante o acompanhamento de ações e movimentações protagonizados por ele, percebi ali um campo de pesquisa potencialmente fértil para os estudos do doutorado. Passei a uma pesquisa exploratória no sentido de perceber as nuances daquele movimento e dos jovens que dele participavam.

Encontrei, efetivamente, o que viria a ser meu campo de pesquisa ao me deparar com um coletivo de jovens vinculado às Brigadas Populares que atuava em uma Frente de Juventude em uma ocupação urbana na região norte da cidade, que tem por nome Dandara. Assim, a pesquisa voltou-se para esses os jovens, por entender que naquele espaço poderia investigar minhas hipóteses de pesquisa.

1.3.2 O pesquisador e o campo

Estabelecido o campo de pesquisa, a maior preocupação se voltou para a devida preparação e capacitação para estar naquele lugar. Como forma de estabelecer, inicialmente, um alicerce para erigir a construção da pesquisa, tomei como orientação os escritos de Roberto Cardoso (2006) sobre o trabalho do antropólogo. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, caminhei para além da descrição e busquei realmente compreender a realidade de pesquisa na qual me encontrava inserido. Nesse sentido, o texto *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e registrar* ofereceu subsídios indispensáveis para a inserção no campo. O autor problematiza o olhar do pesquisador, sua capacidade de

ouvir e o registro feito como forma de consolidar a reflexão feita a partir do olhar e do ouvir em consonância com o aporte teórico.

Caminhando ainda no sentido de estabelecer as bases para o desenvolvimento da pesquisa, dialoguei com Machado (2002), com quem aprendi sobre as complexidades do campo e da atuação do pesquisador ao tratar dos vínculos estabelecidos com os pesquisados. Vínculos sociais, mas também de poder, entrecortados por desejos, ritos, estratégias de negociação e contratos. Aspectos urgentes à percepção e reflexão do pesquisador, os quais tiveram influência direta no trabalho de campo e nos resultados da pesquisa. De acordo com Minayo (2010), o campo é um “recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação” (p. 201) e o “trabalho de campo constitui-se numa etapa essencial da pesquisa qualitativa, que a rigor não poderia ser pensada sem ele” (p. 202).

Determinado o campo e dada sua complexidade, dei-me conta da dimensão da empreitada em que estava envolvido. Um estudo desenvolvido com um coletivo de jovens que atuavam em uma ocupação urbana traz consigo suas especificidades, questões inerentes ao território, lutas e conflitos internos, tensões com a comunidade do entorno e o confronto direto com o poder municipal. A obra de Alba Zaluar (2000) ofereceu um norte quanto aos problemas decorrentes desse tipo de pesquisa. A autora, ao estudar a comunidade de Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, no início da década de 1980, buscou compreender os significados construídos em torno da pobreza naquele território.

O pesquisador, ao entrar no campo, é um estranho, não é daquele lugar; existem relações e acordos a serem estabelecidos, tantas questões a serem sedimentadas e, até que isso aconteça, as diferenças se explicitam de forma destacada. A aceitação no campo é um passo importante e para tal o pesquisador deve tomar certos cuidados. Um aspecto inicial se refere ao como se portar e estar nesse lugar, com a forma da fala, do que falar e em que momento, uma preocupação com o tipo de roupa, com a forma de locomoção (carro, ônibus, moto), questões que se mostraram importantes.

Por mais que se estabeleça uma relação de poder desproporcional, a tentativa foi de fazer com que a posição de pesquisador da universidade chegasse ao ponto de não ser percebida. No início, na chegada à ocupação, várias pessoas

me perguntaram, a todo o momento, o que eu estava fazendo ali, se eu era jornalista ou algo parecido (Caderno de campo – fevereiro de 2013). Para além do fato de alguém novo estar inserido naquele lugar, acredito que isso se devia à preocupação com o que seria divulgado sobre a comunidade. As imagens construídas pela mídia, geralmente, privilegiavam a violência, ressaltavam questões referentes ao tráfico de drogas, além de rotular, na maioria das vezes, os moradores como invasores oportunistas que já tinham suas casas e estavam à procura de ganhar dinheiro invadindo aquele espaço. Somente o tempo e o fortalecimento de uma relação mais próxima com os moradores permitiram transpor esse primeiro estranhamento.

O fato de os jovens serem considerados sujeitos de pesquisa também gerava uma certa “desconfiança”. Todos queriam entender por que pesquisar os jovens da Dandara, o que eu iria fazer, por que eu anotava coisas em um caderno. Alguns achavam que eu iria duas, três vezes, e não voltaria. Outros não acreditavam muito que se tratava de um trabalho da universidade. Houve quem pensasse que eu fosse rico, isso por ser professor do sistema municipal de ensino, por ter um carro e por não morar “de aluguel” (Caderno de campo – janeiro de 2013). É importante considerar que todas as desconfianças mencionadas são compreensíveis, tendo em vista que se tratava da entrada de um estranho nas relações mais íntimas estabelecidas no interior daquela comunidade e daquele coletivo de jovens.

Com a minha visitação rotineira, participação em reuniões, assembleias e eventos, gradativamente, as diferenças foram deixando de ser o ponto central na nossa relação. As pessoas começaram a me tratar pelo nome. Quando eu chegava à comunidade, muitas vezes era convidado para tomar um café na casa de um ou para almoçar na casa de outro. Alguns que souberam que minha esposa estava grávida começaram a perguntar sobre o nascimento do meu filho e sugeriam que eu levasse minha esposa também para conhecer a comunidade. Percebi a minha inserção efetiva em um dado momento, em uma das assembleias que aconteciam semanalmente. Após já estar há algum tempo frequentando a comunidade, fiquei surpreso quando um morador, em uma conversa informal, me perguntou em que rua eu morava na comunidade. Um sinal que me deixou feliz, pois isso era a expressão de uma certa familiaridade com o campo e de que a imagem do pesquisador já não era a única possível.

1.3.3 *As ferramentas de pesquisa*

Sendo a metodologia o ponto chave para alcançar o êxito na pesquisa, a opção por uma ou outra ferramenta pode contribuir para o sucesso ou fracasso do trabalho. Nesse sentido, de acordo com Minayo:

Ao se desenvolver uma proposta de investigação e no desenrolar das etapas de uma pesquisa, o investigador trabalha com o reconhecimento, a conveniência e a utilidade dos métodos disponíveis, em face ao tipo de informações necessárias para se cumprirem os objetivos do trabalho (MINAYO, 2010, p. 54).

Após a pesquisa exploratória, a inserção do pesquisador no campo se deu mediante a opção por algumas ferramentas condizentes com a pesquisa. Optei por trabalhar com uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo em vista que se trata de uma abordagem que “se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2010, p. 57). É relevante, porém, destacar seu caráter etnográfico, uma vez que estabelece uma investigação na perspectiva interpretativa e crítica e que se centra nos fenômenos simbólicos e culturais tendo em vista as perguntas que almeja responder.

A presença no campo se deu por meio de observação participante, sendo essa uma forma singular de entender e compreender o ponto de vista dos pesquisados envolvidos no trabalho sobre o tema em questão (TURA, 2003). É importante lembrar que essa não é uma observação isenta e envolve o pesquisador, que é parte de uma realidade social que o afeta, assim, a neutralidade é algo impossível (VIANNA, 2007). Embora a inexistência de neutralidade não inviabilize o uso dessa ferramenta, há que se considerar que o pesquisador é quem decide o que quer observar (MACHADO, 2002).

A permanência do pesquisador no campo possibilita a observação e análise das atividades cotidianas no momento em que estão acontecendo, o que se mostra realmente como algo singular para uma pesquisa qualitativa. Sendo assim, a proposta foi de acompanhar o cotidiano dos jovens e do movimento selecionado para o estudo nos momentos mais diversificados possível (CARVALHO, 2003).

A partir daí, alguns jovens foram escolhidos para serem acompanhados com acuidade. O período que delimita a juventude pode variar de país para país, ou de

acordo com os critérios estabelecidos para tal determinação⁴. No Brasil, o recorte etário que marca o período da juventude, atualmente, está compreendido entre os 15 e os 29 anos⁵. O critério de escolha dos jovens a serem acompanhados com mais atenção perpassou a observação da sua atuação e seu envolvimento, bem como o exercício da liderança no grupo. É importante destacar que, na pesquisa, optei por jovens que, preponderantemente, já tinham alcançado a maioridade, tendo em vista a possibilidade de uma maior autonomia e liberdade em torno das escolhas e da participação das ações do movimento. Somente um dos jovens tinha menos de 18 anos. O objetivo era de entrevistar oito jovens, quatro do sexo masculino e quatro do sexo feminino. Ao final, realizei sete das entrevistas previstas. Tão logo foram definidos os participantes da pesquisa, segui os devidos procedimentos no que se refere ao termo de consentimento em acordo com o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP – UFMG).

A pesquisa de campo teve a duração de um ano, de janeiro de 2013, inicialmente com o estudo de cunho exploratório, até janeiro de 2014. Foram acompanhadas várias atividades desenvolvidas pelos jovens e com os jovens, tanto dentro da comunidade como fora dela, tais como reuniões, assembleias, festas, encontros, marchas, eventos culturais, ocupações de espaços públicos e passeatas. Tal trabalho demandava muito tempo, dedicação e abdicar de tantas outras coisas da vida cotidiana, tendo em vista que as atividades não tinham data nem horário pré-determinado. Aconteciam nos finais de semana, feriados, de manhã, à noite e até de madrugada. O tempo do pesquisador deu lugar ao tempo dos pesquisados.

Um momento de tensão e risco aconteceu no dia do jogo de futebol entre Brasil e Uruguai na Copa das Confederações (Caderno de campo – junho de 2013),

⁴ Os marcos etários usados para abordar o período da juventude variam de país para país, de instituição para instituição. Critérios estabelecidos pelas Nações Unidas e por instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) localizam a juventude na faixa etária de 15 a 24 anos e consideram a existência de profundas variações de acordo com as situações sociais e trajetórias pessoais.

⁵ Este recorte etário está proposto pelo Estatuto da Juventude, sendo essa faixa etária já incorporada pela Secretaria e Conselho Nacional da Juventude. No âmbito das políticas públicas, antes era tomada por jovem o indivíduo de 15 a 24 anos. A ampliação dessa faixa não é uma especificidade brasileira, mas uma tendência geral dos países que buscam instituir políticas para a juventude. As justificativas para tal alteração decorrem no aumento dos anos de vida e das dificuldades dessa população em ganhar autonomia no mercado de trabalho. A Unesco ampliou a faixa etária devido à necessidade de políticas específicas para esse público.

em que estive acompanhando alguns dos jovens nas passeatas da Jornada de Junho. Estive muito próximo do conflito entre a polícia e alguns manifestantes, sofrendo os efeitos do gás lacrimogêneo e das bombas de efeito moral. Essas são experiências que me permitiram ampliar o entendimento em torno da militância dos jovens e que repercutiram nos resultados da pesquisa. Segundo Vianna (2007), “a observação deve ser entendida como um processo: o pesquisador deve ser cada vez mais um participante e obter acesso ao campo de atuação das pessoas” (p. 52).

Após seis meses de inserir-me na ocupação, buscando capturar relatos e experiências (BARROS; LEHFELD, 2001; SZYMANSKI, 2011), com questões elaboradas a partir de inquietações que emergiram das observações no campo, realizei entrevistas semiestruturadas, que foram de grande valia como possibilidade de percepção da visão dos atores envolvidos a respeito do tema pesquisado.

De acordo com Becker (1999), a escolha das questões deve ser feita levando-se em consideração os objetivos almejados e as informações a serem colhidas. Construimos entrevistas expandidas no intuito de perceber aspectos também referentes à família, ao histórico de vida dos envolvidos, de seus amigos etc. (LOPES, 2012). Tal procedimento se aproximou do que Bernard Lahire propôs em sua obra Retratos sociológicos (LAHIRE, 2004). Com essa proposta metodológica, o autor buscou perceber disposições e variações individuais, por meio de suas práticas, comportamentos, maneiras de ver, sentir e agir em diferentes esferas de atividade. Temas como escola, trabalho, família, sociabilidade, lazer e práticas culturais e do corpo passam a dispor informações sobre os mesmos indivíduos que podem ser comparadas. Nesse contexto, os caminhos utilizados pelo autor ajudaram a melhor compreender os sujeitos estudados e os movimentos em que estavam inseridos, bem como suas redes de relação na tessitura social.

Embora a relação que se estabelece entre entrevistador e entrevistado seja uma relação de poderes díspares, suscitando as mais variadas emoções e constrangimentos, dependendo da abordagem inicial, da formulação das questões ou do lugar onde são realizadas as entrevistas (MACHADO, 2002), esta pesquisa guiou-se pela tentativa de produzir um espaço de interlocução que contemplasse questões do pesquisador e posicionamentos dos pesquisados.

2 UMA OCUPAÇÃO NO HORIZONTE DA CIDADE

Era meu primeiro dia, efetivamente, no campo de pesquisa. Tinha sido convidado para participar de uma reunião com a Frente de Juventude na Dandara. Oportunidade na qual iria falar da proposta de pesquisa aos/às jovens, na esperança que concordassem que essa pudesse ser desenvolvida naquele lugar e com aqueles atores. Sábado, chuvoso, muito frio. Ao entrar no ônibus 2215 A, Céu Azul, perguntei se passava próximo ao centro comunitário da Dandara. O cobrador prontamente me respondeu, disse que ao chegar ao ponto me diria para descer. Em um dado momento o cobrador abruptamente me disse que era no próximo ponto. Desci, na chuva, sem guarda-chuva e no ponto errado. Dava para ver a comunidade, muito grande, várias casas, ruas e barro, muito barro! Eu tinha descido na outra extremidade, oposta ao lugar desejado. Perguntei a uma senhora no ponto de ônibus se ela sabia onde era o centro comunitário, ela me informou que estava longe. Segundo ela eu tinha duas alternativas, contornar a comunidade, por ruas asfaltadas, mas andando uma distância muito maior, ou me embrenhar pelo seu interior para cortar caminho. Optei pela segunda alternativa. Por vezes escorregando e atolando no barro, estava eu em meu primeiro contato direto com aquele lugar o qual passaria a frequentar cotidianamente nos próximos meses. Muitas casas, as ruas limpas e capinadas, apesar do barro. Na frente de algumas residências, lindos jardins. Nada do que o imaginário preconceituoso nos levava a esperar quando se pensava em desenvolver a pesquisa em uma ocupação urbana. Ainda era cedo e em função da chuva não havia muita gente na rua. Alguns moradores que estavam na porta de suas casas me cumprimentavam ao me verem passar. Pedi informações sobre o centro comunitário. Uma menina bem pequena, com uma sombrinha de joaninha, a pedido do pai, me levou ao local. Ao chegar na parte mais alta da comunidade, apesar da chuva e do templo nublado, pude perceber uma bela vista, um lugar lindo. Um outro horizonte, fora de Belo Horizonte. Um outro lugar, para uns. Talvez, um não-lugar, para outros. Percebi nitidamente a existência de uma ilha, sem luz, água, asfalto e saneamento, no interior de bairros devidamente estruturados. Questões nas quais eu iria pensar diuturnamente durante a pesquisa (Caderno de Campo – janeiro de 2013).

2.1 A falta de moradia como problema urbano

As cidades apresentam-se, no início do século XXI, marcadas por imagens que nos remetem à desigualdade social, que se expressa pela disparidade dos que não têm onde morar e os que as deixam para habitar condomínios fechados na periferia rica e nos bairros nobres. É nesse contexto que movimentações coletivas nos moldes da Ocupação Urbana Dandara emergem da tessitura social como estratégia legítima de luta pela efetivação dos direitos de moradia e acesso às políticas públicas para uma grande parcela da população. Podemos dizer que a Dandara e as demais ocupações existentes na cidade de Belo Horizonte na

atualidade são a expressão contemporânea de um processo de exclusão social historicamente construído em concomitância com a construção da própria cidade.

As questões referentes à realidade urbana têm assumido lugar de destaque nas discussões sobre o rumo a ser tomado pelas cidades na sociedade atual, retomando problemas urbanos históricos que nunca foram de todo resolvidos. Essa não é uma exclusividade da cidade de Belo Horizonte, ou do Brasil, mas são questões que assolam diversas cidades do mundo, sendo um problema que toma proporções globais e refletem algumas tensões do nosso tempo (VEIGA, 2004; POGGIESE, 2004).

Questões como verticalização, transporte urbano, limpeza urbana, democratização do acesso à cidade, direito à moradia, qualidade de vida, segurança pública, entre tantas outras, passaram a ser ponto de pauta das plataformas dos partidos políticos e dos movimentos sociais. Embora as questões referentes aos problemas decorrentes da realidade urbana sejam de conhecimento geral, esses ainda não assumiram a devida importância política, haja vista a falta de políticas públicas condizentes com a realidade e os paliativos que funcionam mais como um remendo que como uma resposta efetiva a elas (LEFEBVRE, 2008). É no bojo dessa sociedade urbana marcada por problemas estruturais e pela desigualdade social que emergem as ocupações urbanas como forma de interpelar uma ordem social posta.

2.1.1 A cidade como lugar de exclusão

A partir de uma abordagem histórica, Henri Lefebvre (2001) oferece um panorama do processo de transformação das cidades. O autor nos mostra que as cidades eram, desde o período medieval, centros de vida social e política, lugares onde se acumulavam as riquezas, conhecimentos, técnicas e obras. Ainda tratando das cidades na idade média, Peter Burke (2010) destaca que estas eram marcadas pela presença de minorias que se mantinham vivendo juntas e partilhavam uma cultura específica que excluía os de fora, modelando uma cidade dividida de acordo com os pertencimentos étnicos, posição estamental e posses materiais.

Lefebvre (2001) nos diz também que o processo de industrialização é um marco na forma de funcionamento e organização das cidades, ao promover uma grande transformação do cenário urbano. Há que se destacar que as cidades

antecedem a industrialização, entretanto, a consolidação da sociedade industrial tem uma influência importante no que tange ao que se tornaram as cidades contemporâneas.

Inicialmente, a indústria se consolidou fora das cidades, próximo de fontes de energia (rios, florestas, carvão), meios de transporte (rios, canais, ferrovias), matéria-prima (minerais) e mão de obra (artesãos). Com o aumento da produtividade, a cidade se mostrou um local ideal como mercado, mas também como fonte maior de mão de obra. Desse cenário decorre o fenômeno urbano da formação de aglomerações, subúrbios e favelas, para comportar as pessoas que, sem ocupação no campo, procuram as cidades para vender sua força de trabalho (LEFEBVRE, 2001). Na Dandara, vários são os casos de moradores que vieram de cidades do interior em busca de uma vida melhor na cidade grande.

Tal realidade implica em um duplo processo, de industrialização e urbanização, que é marcado pelo crescimento e desenvolvimento da produção e por problemas que vão incidir na vida social. A industrialização pressupõe a ruptura do sistema urbano preexistente e implica na desestruturação do status quo. Há uma consolidação da proeminência econômica por parte dos donos dos meios de produção e estabelece-se uma desigualdade abissal para com aqueles que são a mão de obra, cada vez mais mal paga para garantir maiores lucros. (LEFEBVRE, 2008).

A cidade passa a ser uma arena de disputas e conflitos tornando-se expressão da desordem que coloca os pobres como potencial ameaça aos mais ricos. Tal realidade faz com que a moradia aflore como um problema capaz de provocar indignação e descontentamento (LEFEBVRE, 2001), situação ilustrada pela relação estabelecida entre os vizinhos dos bairros próximos à Ocupação e os moradores da Dandara. As reações iniciais foram de medo, propagação de imagens pejorativas como lugar violento, local de tráfico etc. Nesse aspecto, podemos dizer que a cidade não é vivida de maneira igual pelos que a habitam. O poder econômico, entre outras tantas demarcações que também produzem desigualdades, delimita as possibilidades e impossibilidades para as pessoas a partir do lugar de moradia e trabalho (LEFEBVRE, 2008).

2.1.2 *A questão urbana no Brasil*

No Brasil, o imaginário social construído em torno das cidades carrega consigo nuances específicas. Desde o século XIX, as cidades simbolizam o progresso em relação ao atraso do campo (PEIXOTO, 2006). Na presente pesquisa, Maricato (2011; 2013) orienta as análises em torno das questões urbanas. Nosso país, marcado por um extenso período de escravidão e de uma economia historicamente pautada na produção agrícola, com destaque para o açúcar e o café, teve um processo tardio de consolidação da industrialização, se comparado com as potências europeias. O processo de industrialização no Brasil foi intensificado a partir da segunda metade do século XX, período que demarca a passagem de país eminentemente rural para um país urbano.

Na década de 1930, a economia ainda se mantinha alicerçada no setor agrário exportador. Contudo, percebe-se o início de um investimento do Estado no sentido de desenvolver uma infraestrutura industrial visando a substituição das importações, o que Florestan Fernandes vai chamar de revolução burguesa no Brasil (apud MARICATO, 2013). Esse período marca a ascensão do poder político da burguesia industrial, sem que se verificasse, entretanto, uma ruptura nos interesses hegemônicos da elite rural. Segundo Maricato:

Não há como não reconhecer que a industrialização que se firma a partir de 1930 e vai até o fim da segunda guerra mundial constituiu um caminho de avanço relativo de iniciativas endógenas e de fortalecimento do mercado interno, com grande desenvolvimento das forças produtivas, diversificação, assalariamento crescente e modernização da sociedade (MARICATO, 2013, p. 18).

Esse processo seria interrompido pelo início, em 1950, de investimentos na produção de bens duráveis. No entanto, o centro de decisões é cada vez mais externo ao país. A produção de eletrodomésticos, de bens eletrônicos e automóveis promove uma mudança significativa no cotidiano das pessoas nas cidades. Transformaram-se radicalmente os modos de vida, os valores, a cultura e conseqüentemente o ambiente construído (MARICATO, 2013, p. 19).

As cidades passam a representar no imaginário social o símbolo do novo, do moderno. Há um processo de migração das pessoas do campo para a cidade em busca de emprego, mas também em busca desse novo modo de vida (FREITAS, 2005). Essa é uma realidade que, em alguma medida, ainda pode ser percebida. Algumas pessoas da ocupação com as quais conversei são egressas do interior do

estado, de cidades pequenas, que não oferecem oportunidades de emprego e sobrevivência.

Com o aumento da densidade populacional, os problemas urbanos também cresceram. Entre a década de 1940 e os anos 2000, vimos a população urbana no Brasil dar um salto de 26,3% para 81,2%. Com isso se intensificam também as necessidades da população em torno do trabalho, abastecimento, moradia, transporte, saúde, água, energia etc. (MARICATO, 2013). Questões que ainda hoje não tiveram uma efetiva resolução.

Um aspecto que merece menção é que as pessoas que procuravam pelas cidades não tiveram acesso a moradia, haja vista que o mercado imobiliário privilegiou o acesso das classes médias e altas. Dada essa situação, os governos municipais e estaduais enfrentaram a questão fundiária por meio de uma política de assepsia social, prática recorrente com a construção de conjuntos habitacionais para as populações pobres, jogando-as para áreas distantes dos centros urbanos, bem como com a concessão de terrenos e aprovação de loteamentos sem a infraestrutura adequada (MARICATO, 2013, p. 21).

As décadas de 80 e 90 do século XX são marcadas por um período de grande recessão no país. O crescimento demográfico superava o PIB e a queda da renda *per capita* ampliava as desigualdades sociais. Essas “décadas perdidas” demarcam a concentração da pobreza nas cidades, com destaque para a região urbana do sudeste do país. Dadas as relações precárias de trabalho e o surgimento de novas formas de segregação espacial, a quantidade de pessoas que se concentram em favelas, morros e alagados atinge números inéditos na história do Brasil. Tragédias urbanas como enchentes, desmoronamentos, poluição e desmatamento passaram a fazer parte do nosso cotidiano. Inserido nesse contexto, um novo fenômeno vem à tona, a violência urbana. Há uma escalada no número de homicídios sem precedentes na história.

De acordo com Maricato (2013, p. 22), “o crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação”. Ao dialogar com a obra de Joaquim Nabuco, a autora nos diz do peso da escravidão, mesmo após a abolição, o que nos remete a uma desigualdade social que historicamente faz com que mesmo os empregados na

indústria moderna apelem para expedientes de subsistência e ocupação de áreas irregulares para conseguir morar nas cidades. Esse peso da escravidão mencionado por Nabuco torna-se explícito ao observarmos a composição racial dos moradores da Ocupação Dandara. A grande maioria dos moradores são pretos e pardos.

O crescimento das cidades não foi proporcional à sua capacidade de atendimento às necessidades da população urbana. De acordo com Grazia:

As cidades são construídas a partir da ausência de planejamento urbano, estimulando, dessa forma, a consolidação de um mercado imobiliário restritivo e especulativo no qual os interesses do lucro provocam uma apropriação desigual do território e dos bens produzidos, obrigando quase metade da população de cada cidade a morar em lugares afastados, com carência de serviços básicos ou de má qualidade ou, então, em áreas de risco. (GRAZIA, 2003, p.55).

As questões referentes aos problemas decorrentes do urbano já tinham sido ponto de pauta nas discussões estabelecidas em torno das reformas de base, os anos de 1960, sendo essa uma discussão que ficou adormecida durante o regime de Ditadura Militar. O ano de 1976 demarca o início de tentativas, ainda incipientes, de estabelecer o que seria hoje o Estatuto das Cidades. Técnicos e consultores considerados progressistas tentaram colocar a questão do desenvolvimento urbano na pauta do Conselho Nacional de Política Urbana (CNPUR), sem sucesso. Juntamente a isso se criou também, por parte da mídia impressa, um clima alarmista em torno da socialização do solo urbano, o que levou o projeto a ser abortado. Posteriormente, o tema da moradia, perpassando pela questão do solo urbano, foi tema da Campanha da Fraternidade no ano de 1993. Esse é um tema que já estava na pauta das campanhas políticas no país (RIBEIRO, 2003).

A tramitação do projeto do Estatuto das Cidades foi marcada por dificuldades, embargos e emendas sucessivas, isso porque a questão urbana não mobilizava a vontade política dos parlamentares. Em 2001, o Estatuto da Cidade foi aprovado, completando um ciclo de lutas iniciadas nos anos 1970 (RIBEIRO, 2003). Todavia, a existência da lei não é garantia de sua efetiva execução, tendo em vista que, de acordo com Ribeiro (2003), no Brasil existem “leis que pegam” e “leis que não pegam”. Em se tratando da função social da cidade e da terra no país, podemos dizer que se encontra no segundo grupo.

Vivemos hoje, de forma generalizada, em cidades marcadas por problemas graves. A inexistência de planejamento da mobilidade urbana e de transporte público

de qualidade multiplicam os quilômetros dos engarrafamentos, o que faz com que a vida do trabalhador pobre se limite ao trabalho e à permanência em ônibus e trens lotados (ROLNIK, 2013). Além disso, estamos tratando de uma cidade inacessível, que não é para todos, tendo em vista o preço das passagens e o afastamento dos pobres das áreas consideradas nobres, pois, em função da especulação imobiliária e dos altos preços dos imóveis, restam a eles áreas cada vez mais distantes dos locais de trabalho, ocupando de maneira precária as periferias dos grandes centros urbanos. De acordo com Mendonça:

No que se refere às políticas urbanas, o jogo de interesses é fortemente marcado pela distribuição dos recursos urbanos e das potencialidades de uso do solo, e aqui é importante destacar que as grandes cidades e regiões metropolitanas brasileiras têm presenciado a cristalização e o aprofundamento da desigualdade distributiva territorial dos grupos sociais e seu acesso aos recursos urbanos. (Re)conhecer esse quadro é um passo importante para a construção de metas coletivas e o estabelecimento de interlocução (MENDONÇA, 2008, p. 47).

Essa é a demonstração de um processo desigual de apropriação da cidade, de segregação, que promove o agravamento das desigualdades sociais (HARVEY, 2013). Percebe-se a existência de duas cidades: a formal, simulacro, retalhos de primeiro mundo, e a cidade das pessoas reais que compõem a maioria da população, caracterizada pela falta, pela inexistência das condições mínimas de sobrevivência digna (MARICATO, 2013a). Entre esses dois campos podemos dizer que a Dandara simboliza a materialização da cidade real, das pessoas que lutam ininterruptamente pela sobrevivência.

A partir desse cenário, a questão passa a ser os rumos a serem tomados, tendo em vista que as gestões públicas, especialmente em Belo Horizonte, fazem questão de destacar as virtudes da administração da cidade como uma empresa, sinais do neoliberalismo e da globalização da pobreza, desconsiderando que a cidade é formada por pessoas. Além disso, o poder econômico do mercado imobiliário especulativo, os *lobbies* e sua capacidade de mobilizar as estruturas existentes em prol de seus interesses tornam cada vez mais difícil a tarefa de consolidar o direito de propriedade e a garantia de sua função social, prevista na Constituição Federal de 1988 (BALDEZ, 2003). A existência de ocupações urbanas, nos moldes da Dandara, nos chama a atenção para a cidade real, composta por

pessoas reais e que também têm o direito de serem consideradas pelo poder público.

2.1.3 *Belo Horizonte: uma cidade planejada para segregar*

A exclusão social e a falta de moradia digna para a população são a realidade dos grandes centros urbanos no Brasil. E não seria diferente com a cidade de Belo Horizonte. Uma cidade planejada nos moldes do urbanismo moderno, símbolo de progresso, com suas ruas largas, limpas e salubres e que historicamente delimitaram os lugares de poder e os lugares destinados às classes populares, à margem da sociedade. Isso nos permite inferir que a atual organização social da cidade, marcada por guetos de pobreza, é um legado de desigualdade herdado de um passado próximo. De acordo com Santos:

A forma que a cidade adquire não é definida apenas pelos aspectos estruturais, ou tão-só relacionada à forma como se insere no processo de desenvolvimento global. O arranjo é feito sobre uma forma preexistente. Isso significa que as formas espaciais herdadas do passado influenciam as configurações espaciais do presente, atuando na dinâmica de transformação das sociedades. Funcionam como determinações histórico-geográficas. (SANTOS, 2008, p. 123).

O que se percebe é que desde sua idealização a cidade foi marcada por uma política clara de assepsia social (REQUEIJO, 2003). De acordo com Freitas:

A literatura que versa sobre a história de Belo Horizonte revela a existência de diversas cidades em um mesmo espaço territorial. Uma que é harmônica, que se produziu no ideário dos construtores. Outra que é múltipla e conflituosa, que ao longo de pouco mais de cem anos se foi construindo por grupos e classes sociais que defendiam interesses antagônicos, na luta pela conquista de um espaço e pela sobrevivência em um universo tão constante (FREITAS, 2005, p. 58).

Entre o ideário dos construtores e o dos atores reais, pertencentes a grupos de interesses antagônicos, fez-se a Belo Horizonte de hoje. Essa é a cidade que ainda mantém a pobreza distante dos olhos e esconde sob o tapete as várias ocupações existentes.

Pires (2008), ao tratar do controle social e da participação na gestão pública na cidade de Belo Horizonte, reforça a importância de ferramentas como o

Orçamento Participativo (OP)⁶ no fomento de políticas públicas para a cidade e para o desenvolvimento local. Reconhecemos ser esse um avanço, tendo em vista que essa é uma estratégia que pode repercutir em empoderamento dos cidadãos quanto à participação mais direta na gestão municipal, entretanto, em se tratando das populações mais pobres, outras questões são mais urgentes, que envolvem inclusive as devidas condições de sobrevivência familiar. Nesse sentido há que se considerar que “a maioria dos moradores da cidade não consegue participar das decisões sobre seu cotidiano e pensar sobre os problemas que os afligem” (SANTOS, 2008, p. 18).

Quando trazemos à baila os movimentos de luta pela moradia, com suas demandas e realidades específicas, podemos dizer que a política do Orçamento Participativo seja insuficiente. Conforme nos mostra Coutinho:

Desde o início da história de Belo Horizonte, o movimento de luta pela moradia esteve atuante, por meio de núcleos e associações de sem-casa que se organizavam para lutar por um lugar onde morar. Mas, em 1993, surge o Orçamento Participativo da Habitação (OPH), uma política habitacional que busca dialogar com estes movimentos, e propõe a institucionalização deles por meio de núcleos de moradia cadastrados em cartório. Em outras palavras, mesmo continuando com sua organização e administração próprias, os núcleos, para participar da política habitacional de Belo Horizonte, têm que atender a algumas demandas da prefeitura. (COUTINHO, 2011, p. 18).

Quando trazemos para a discussão uma ocupação urbana como a Ocupação Dandara, estamos tratando de uma população alijada dos direitos mínimos e que, na luta por moradia, faz uso de estratégias específicas de pressão sobre o poder público (marchas, ocupação da prefeitura etc.), exatamente por não perceber nessas ferramentas institucionalizadas oportunidades de efetiva resolução de seus problemas. Arroyo (2012), ao tratar dos movimentos populares nos diz que:

Suas ações contestam o sistema social e não pedem para se integrar, ser neles incluídos, nem para ser capacitados para merecer a inclusão, apresentam-se conscientes e capazes de conformar outro projeto de campo, de cidade, de relações de poder, de sociedade, que não os conforme no lugar em que são pensados e alocados. (ARROYO, 2012, p. 44).

⁶ Mecanismo governamental que busca promover a democratização da participação dos cidadãos por meio de debates e definição das obras públicas a serem empreendidas na cidade. Em Belo Horizonte essa prática teve seu início no governo do prefeito Patrus Ananias (1992-1996).

Estamos falando de pessoas que não têm um endereço reconhecido, que conseguiram o acesso à saúde e à educação pública, direitos consolidados na lei, por meio de luta e mobilização, e mesmo assim não são reconhecidas como membros da cidade. Na busca por se tornarem visíveis e terem suas demandas reconhecidas, esses atores demonstram o esgotamento dos canais legais de efetiva participação política e social (VIEIRA, 2004). Por isso não têm como usufruir desse tipo de ferramenta, o Orçamento Participativo (PIRES, 2008), para tratar de suas demandas.

Em se tratando da Ocupação Urbana, o que se percebe é a criminalização de um ato que é político e a desqualificação desses atores, tratados simplesmente como invasores. Essa é a estratégia do poder público para não reconhecer o problema da desigualdade social e da falta de moradia como sendo um problema da própria cidade de Belo Horizonte.

2.2 Dandara: uma comunidade negra e guerreira

Os registros são escassos, mas a memória perenizou a figura emblemática da mulher negra, companheira de Zumbi, representativa da liderança feminina em Palmares⁷ e que lutou na linha de frente nos conflitos que deram fim ao quilombo e dizimaram a maioria de sua população. Referência para o Movimento Negro, como mulher forte, negra, guerreira. Essa é Dandara dos Palmares. Caldart (2012) faz referência à intenção dos movimentos populares de luta pela terra e pela moradia de retomar os vultos históricos, a fim de transformar esses símbolos em um resgate de lutas anteriores, proporcionando a crítica a uma desigualdade social historicamente construída em nosso país.

Não muito diferente da figura histórica eternizada nas lutas de Palmares, encontra-se – na Região da Pampulha em Belo Horizonte, incrustada na terra, no chão batido – uma outra Dandara. Também negra, pela cor que a maioria das pessoas que a compõem carrega na pele; também feminina, em função do lugar ocupado pelas mulheres, que são a maioria a liderar e sustentar suas famílias; também guerreira, por se embrenhar em uma luta perene pelo direito de ter onde morar. Essa é a Ocupação Dandara.

⁷ Quilombo Palmares, instalado na região nordeste do país, na Serra da Barriga em Alagoas, entre as décadas de 1630 e 1690.

À primeira vista, a comunidade causa espanto, pelo tamanho, pela organização, pela quantidade de pessoas envolvidas, pela divisão exata dos lotes e das ruas. Isso se dá não pela descrença na capacidade dos envolvidos, mas pelas dimensões gigantescas, pela quantidade de pessoas ali fixadas e pelo esforço para manter tudo aquilo em funcionamento. A ocupação efetiva, a fixação na terra, teve início no dia 09 de abril do ano de 2009, mas antes disso muito já havia sido feito para que aquela empreitada alcançasse êxito.

Cerca de um ano antes da fixação na terra, três movimentos: as Brigadas Populares, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Fórum de Moradia do Barreiro (que teve sua atuação restrita ao início da organização das ações para efetivar a ocupação) – convergiram no sentido de agir conjuntamente para atender demandas que foram percebidas como urgentes

Esses movimentos já tinham conhecimento e relação com várias famílias em situação de dificuldade de moradia em Belo Horizonte. Foram iniciadas então as primeiras ações. A partir da organização daquele coletivo de pessoas, desprovidas de moradia e com dificuldade de sobrevivência, foram ministrados cursos que tinham como intuito a formação política dos envolvidos.

Nesses encontros, os movimentos debateram as questões referentes à função social da terra, à distinção entre ocupação e invasão, à moradia e à garantia dos direitos constitucionais. Nesse cenário, que antecede a presença dos ocupantes na terra, teve início um processo de identificação e construção de um sentimento de pertencimento e de amálgama pela luta por uma causa comum. Ao que parece, a questão era de maior complexidade. Não se tratava somente de arrumar um lugar para construir as casas, mas de intervir diretamente na organização social por meio da divulgação de uma luta maior e que iria ser travada de maneira a tornar público tal problema na cidade. Segundo Santos, podemos dizer que:

Os movimentos populares elaboram seus projetos na prática cotidiana, no desenrolar das lutas, pela moradia ou pela posse da terra, por serviços de saúde, por meios de transporte eficientes... Durante esse processo, os participantes dos movimentos descobrem seus direitos sociais, se conscientizam das causas da segregação socioespacial, identificam os espaços socialmente diferenciados. Assim, durante a luta é que vão se explicitando as diferentes formas da apropriação da cidade pelos diferentes grupos sociais. (SANTOS, 2008a, p. 16).

Concomitantemente aos cursos de formação e à organização do *modus operandi* para a efetivação da ocupação, foram também pesquisados e analisados pelos movimentos organizadores potenciais locais ociosos, grandes o suficiente para a efetivação da ação. Não se tratava somente de encontrar um lugar, mas deveria ser um lugar adequado à proposta dos movimentos, portanto, que não estivesse cumprindo com sua função social, o que remete a Santos (2008a): “A procura de uma área para ocupar envolve a apropriação de conhecimento sobre produção da cidade e dos mecanismos jurídicos que regem a propriedade da terra” (p. 137).

O terreno escolhido foi uma área de cerca de 40 hectares, situado nas imediações dos bairros Céu Azul e Nova Pampulha. O terreno era bem localizado, tendo em vista a proximidade com a região da Pampulha, área nobre da cidade. Assim, era comercialmente muito valorizado, chamando a atenção do mercado imobiliário. Segundo Santos:

A política de escassez social da terra produzida pela lógica fundiária relaciona-se à venda de diferenciação material e simbólica do espaço urbano (vendem-se ideias: lugares aprazíveis, bucólicos, seguros) baseadas na existência de uma profunda desigualdade social. A segregação socioespacial é, assim, gerada pela disputa por espaços da cidade. Aqueles onde as condições urbanas de vida são consideradas melhores serão os mais caros. (SANTOS, 2008a, p. 59).

Tratava-se de um terreno oficialmente pertencente à Construtora Modelo, que foi cedido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para a construção de conjuntos residenciais populares, mas que havia alguns anos estava abandonado e com os impostos atrasados (MIRANDA, 2012).

A proposta inicial do movimento era constituir um assentamento *rururbano*⁸, com lotes maiores. Tal proposta foi apresentada pelo MST, a partir de experiências do mesmo tipo em assentamentos de São Paulo, e que consistia na mescla entre elementos de uma ocupação urbana e uma ocupação rural, na qual as famílias utilizariam a terra de acordo com seu perfil: plantio de subsistência, produção de artesanato ou ainda moradia para trabalhar na cidade (COUTINHO, 2011). No início, a ocupação não tinha um nome, que foi escolhido por meio de votação após o estabelecimento das famílias no lugar.

⁸ Neologismo usado para caracterizar um assentamento que não seja exclusivamente rural e nem exclusivamente urbano, por isso *rururbano*. O objetivo é agregar o que os movimentos sociais consideram importante em ambos os tipos de ocupação.

Esse não seria um assentamento rural, no qual as famílias têm que morar e cultivar a terra unicamente, mas não seria também um modelo puro de ocupação, que envolveria somente a moradia. A iniciativa buscava articular a moradia, o trabalho e a produção em relação com o território, visando também a relação solidária das pessoas envolvidas. Na perspectiva da ocupação *rururbana*, o terreno comportaria o assentamento de cerca de 80 famílias em lotes de cinco mil metros quadrados.

Em função do lugar e dos interesses envolvidos, a ocupação ganhou uma grande visibilidade, chamando muito a atenção da mídia e da opinião pública da cidade. Vários foram os jornais, impressos e televisivos, que veicularam reportagens que tratavam da ocupação, na maioria das vezes com o intuito de questionar aquele tipo de atitude, no lugar em que estava acontecendo. A pobreza estava chegando muito próximo de uma área nobre da cidade de Belo Horizonte e os meios de comunicação foram importantes ferramentas para construir em torno da Dandara preconceitos que ainda persistem hoje em dia. Reproduziu-se no discurso social da cidade a falsa ideia de que se tratavam de invasores, pessoas que já tinham suas casas e que queriam somente aqueles lotes para ganhar dinheiro.

Mas a divulgação da ocupação nos meios de comunicação gerou uma nova questão – atraiu novas pessoas. Várias famílias chegaram dos mais diversos lugares da cidade, da região metropolitana e, por que não dizer, do estado, com o intuito de se estabelecerem naquele lugar. Os planos estabelecidos no início da ocupação tiveram que mudar abruptamente. O espaço pensado para 80 famílias passou a comportar 1.086 como número máximo. Hoje já não se tem a certeza quanto ao número de moradias.

A maioria das famílias que chegou posteriormente não teve contato com os cursos, debates e planos pensados antes mesmo da efetiva ocupação. Com a mudança nos rumos, ou seja, com a divisão em lotes menores e a perda do potencial de plantio de subsistência para as famílias, o MST se afastou da iniciativa, por entender que naqueles moldes não teria muito a contribuir, sem deixar, no entanto, de ser um apoiador declarado.

A partir daí, a organização da Ocupação passou a contar com o apoio de organizações como as Brigadas Populares, a Pastoral da Terra, entre outros apoiadores intermitentes. O funcionamento da Ocupação e a relação estabelecida

entre esses apoiadores e os moradores da Dandara serão tratados de maneira pormenorizada no decorrer do trabalho.

O início da Ocupação foi marcado por uma dura repressão por parte da polícia – “não se pode esquecer que a cidade é planejada e ordenada pela e para a classe dominante ou pelos e para os grupos hegemônicos e é por eles controlada” (SANTOS, 2008a, p. 17). A Tropa de Choque da Polícia Militar de Minas Gerais, apoiada pela cavalaria, desenvolveu várias ações no local portando armas de grosso calibre, bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta, cachorros e até helicóptero. Segundo o depoimento de alguns moradores, esse foi um momento de muita tensão. No intuito de manter a Ocupação, pessoas de outras ocupações na região metropolitana de Belo Horizonte vieram unir-se aos ocupantes para fortalecer o processo de resistência, entrando em confronto com a polícia. Enquanto isso, os barracos de lona eram construídos. Nos três primeiros dias da ocupação, a polícia fez um cerco para impedir a entrada de pessoas, alimentos e água. Nesse período de conflito e tensão, a comida existente era dividida, assim como a água. A iluminação se dava por meio de velas e os banhos só aconteciam no córrego que passa dentro do terreno (MIRANDA, 2012).

Não obstante todas as dificuldades mencionadas, e que fazem parte da história da grande maioria das ocupações, aglomerados e favelas, uma questão importante diferencia a Dandara. Ao contrário do que comumente acontece com ocupações desse tipo – quando as ações ocorrem de maneira espontânea e as pessoas vão se estabelecendo gradativamente no lugar, prevalecendo inicialmente os interesses individuais para posteriormente emergir um senso de coletividade – na Ocupação Dandara, a organização coletiva estava posta antes mesmo de os moradores pisarem na terra.

Existiam códigos de conduta, regras, acordos e procedimentos, que, mesmo tácitos, antecederam à comunidade física. Tais procedimentos preliminares influenciaram na organização da comunidade, na mobilização para sua luta, na construção de uma identidade coletiva e no sentimento de pertencimento da sua população. Nesse sentido, a ocupação e seus membros constroem nesse processo de conquista da terra referências simbólicas próprias de luta, de organização, de ética e de cidadania.

Há que lembrar que, para além de todos os aspectos já mencionados, o apoio de um coletivo de advogados, membros das Brigadas Populares, foi fator determinante para que as pessoas não fossem expulsas e não sofressem maiores violências. A experiência do coletivo em atuar em situações como essa e a capacidade de negociação com os poderes públicos garantiu, mesmo que momentaneamente, a presença daquelas pessoas naquele lugar.

A situação de conflito com a polícia e a vida precária nos barracos de lona foram vividas até o “Dia da Descida”. Esse foi o dia em que as pessoas puderam marcar seus lotes e as ruas e iniciar a efetiva ocupação da terra. Foi um marco da transição das barracas de lona para as primeiras construções de alvenaria. É um dos momentos marcantes, lembrado por vários dos moradores, que aconteceu por meio de uma procissão. As pessoas desceram cantando músicas religiosas, carregando imagens de santos, tocando violão e com isso ocuparam todo o terreno. Essa ação, para além do cunho religioso, foi também uma estratégia para despistar a polícia, que não queria a efetiva ocupação do terreno, segundo Frei Gilvander, um dos colaboradores pela Pastoral da Terra (DANDARA, 2013).

Mas nem só da alegria e da esperança de um dia poder ter sua casa viveram os moradores da ocupação. Seu início foi marcado também por uma tragédia. Duas irmãs, uma de seis anos e a outra de sete, morreram carbonizadas no interior de um barraco de madeira que era iluminado por velas. Os nomes das meninas foram dados a uma rua da ocupação, como forma homenagem: Beatriz e Esthefany (COUTINHO, 2011).

A Dandara, desde o seu início, angariou a simpatia de vários setores da sociedade, mobilizando diferentes reações, tensões e relações na cidade. Em alguma medida, a Ocupação, ao mobilizar artistas, intelectuais, estudantes universitários, apoiadores diversos que acreditavam em sua luta, acabou promovendo também um processo de reflexão sobre a realidade social excludente e a falta de moradia na cidade de Belo Horizonte. Vários shows com artistas e grupos renomados, como Graveola e o Lixo Polifônico e Sérgio Pererê, foram feitos na comunidade sem cobrança de cachê e com o intuito de divulgar a luta. Esses atores sociais trouxeram impactos para a realidade da cidade e isso podia ser percebido nas camisas da Ocupação vestidas por várias pessoas na cena cultural da cidade e nas universidades, adesivos com mensagens de apoio colocados em vários carros,

bem como nas declarações de aprovação nas redes sociais e nos meios de comunicação.

O próprio projeto urbanístico da ocupação reflete uma situação de auxílio externo. Thiago Castelo Branco, estudante de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas, foi o responsável pela elaboração do planejamento urbanístico da comunidade. Esse foi o seu trabalho de conclusão de curso e foi disponibilizado para que a ocupação o colocasse em prática. A partir das demandas da Ocupação e em parceria com os moradores, foram determinados o tamanho dos lotes e os locais destinados aos equipamentos coletivos e à preservação ambiental.

O projeto estava adequado às diretrizes urbanísticas da cidade, bem como respeitava o interesse dos moradores, que não queriam que a Dandara se transformasse em uma “favela”⁹, com becos e casas construídas de forma desordenada. Daí a importância da construção e manutenção dos acordos coletivos no sentido de criar normas para o uso daquele espaço (MIRANDA, 2012). Essa é outra das singularidades da Ocupação, colocada sempre como ponto de pauta quando das discussões estabelecidas com o poder público. A preocupação em desenvolver um projeto urbanístico adequado às normas de uso e ocupação do solo da cidade de Belo Horizonte constituiu-se em uma importante estratégia para legitimidade da Ocupação.

A partir da ocupação total do terreno, no “Dia da Descida”, os lotes foram sorteados, tiveram suas dimensões delimitadas e os moradores passaram a abrir as ruas e a fazer os “gatos”¹⁰ de água e luz. Segundo Arroyo:

A distribuição espacial em nossas cidades delimita territórios para o Nós regulados por políticas urbanas, de saneamento, de iluminação, de vias públicas, transporte e posse legal. Territórios de regulação urbana. Os territórios dos grupos populares vão se conformando em loteamentos clandestinos, ocupações, amontoados humanos sem esgoto, sem água, sem luz, sem direito ao espaço, sem transporte, sem serviços públicos. Sem regulação. (ARROYO, 2012, p. 50).

⁹ O objetivo dos moradores era evitar as imagens negativas construídas em torno de uma ocupação. Recorrentemente nos discursos sociais o termo é utilizado de forma pejorativa para caracterizar aglomerados urbanos, com habitações precárias e sem estrutura.

¹⁰ Ligações clandestinas geralmente utilizadas em locais os quais as empresas fornecedoras se negam a atender. Essas ligações permitem o uso da água e da energia elétrica sem o pagamento das respectivas taxas.

Ainda hoje a falta de água, de luz e de saneamento são os principais problemas da comunidade. Durante a pesquisa, todas as pessoas com as quais conversei foram categóricas em dizer que “não eram ladrões” e que “queriam pagar” pela água e pela luz de que usufruíam. No entanto, a negativa das empresas distribuidoras em proporcionar esse serviço era uma forma de pressão do poder público municipal e dos antigos proprietários. Esse posicionamento contribuía para evitar a legitimação da Ocupação, bem como reforçava o questionamento da administração municipal sobre a legalidade e o direito do uso e de propriedade dos moradores da Dandara sobre aquele território.

Já nos primeiros meses, se podia ver a construção das casas de alvenaria. Parte considerável das casas da comunidade foi construída em mutirão. Já não se tratava mais de um amontoado de barracos de lona e a Ocupação se consolidava como uma comunidade. Em entrevista concedida a Matheus Coutinho, na obra *Cidade de Terra* (2011), Joviano Mayer, militante das Brigadas Populares, diz que “quando a ocupação começa a se consolidar, suas ruas começam a ser demarcadas, respeitadas, as casas construídas, os equipamentos coletivos. Quando tudo isso começa a ser uma realidade, entendemos que [a ocupação] passa a ser uma comunidade” (p. 15).

Gradativamente a repressão policial foi diminuindo, à medida que a Ocupação ia se consolidando e as questões referentes à comunidade passaram a ser discutidas por meio de negociação com as lideranças constituídas.

2.3 Disputas e tensões na Ocupação

Desde o início, o funcionamento da comunidade se dava por meio de coordenações. A partir da divisão e do sorteio dos lotes, a Ocupação foi dividida em nove grupos, com média de cem famílias cada um, o que se alterou na medida em que novas famílias chegaram. Cada grupo contaria com dois coordenadores, obrigatoriamente um homem e uma mulher.

Os coordenadores foram eleitos pelas pessoas componentes dos respectivos grupos e o critério para a escolha pareceu ser o envolvimento com a luta da comunidade pela moradia, pois prevaleceu, em sua maioria, a eleição de pessoas que já se destacavam como liderança e estavam envolvidas nas atividades da Ocupação desde as primeiras movimentações e cursos de formação.

Ser coordenador ou coordenadora é estar em um lugar de poder. Há um *status* no fato de ser ou não coordenador. São as pessoas que conduzem a comunidade, que deliberam nas assembleias, que detêm maior poder, seja por controlar o acesso ao microfone ou pelo maior tempo de fala nas assembleias.

Ao tratar da coordenação e de algumas atitudes e monopólio do poder na comunidade, Beatriz nos diz que:

Quando você vai fazer uma ocupação, você precisa de coordenação, que vai cuidar dos núcleos [grupos], que era a ideia inicial da Dandara. Isso é muito doido, é isso mesmo! Você consegue fazer reuniões com grupos menores que você vai potencializar a luta deles em outros grupos, isso é muito massa! Eu sei que as Brigadas fez formação com aqueles coordenadores [da Dandara], eu acho que talvez faltou... não sei... não ficar só nisso. Talvez não dar tanto poder aos coordenadores, não dar tanto poder para a coordenação em si. O que pensa uma pessoa que foi negado todos os direitos da vida dela quando ela tem um pouco de poder? Como você lidar com isso?

Nos grupos, os coordenadores deliberavam com os moradores, em reuniões semanais, todas as questões referentes à comunidade e as levavam para a reunião de coordenação, na qual eram retomadas no âmbito da comunidade como um todo. Posteriormente, tais questões eram apresentadas e deliberadas na assembleia geral dos moradores. Sobre esse funcionamento, Maria esclarece que:

Eram nove grupos dentro da comunidade, cem famílias cada grupo, mais ou menos cem famílias. Essas famílias se reuniam semanalmente porque acontecia muita coisa no começo: era a entrada de famílias novas; era questão de capinar lotes que ainda não estavam ocupados; era questão de lixo, que a gente brigava muito para o pessoal pegar o lixo; era briga de vizinho por conta de luz e água. Então tudo isso era resolvido na reunião de grupo e na assembleia tinha os repasses dos advogados, questão jurídica da Dandara, caso precisasse de alguma manifestação ou algum evento que fosse acontecer na cidade, que era importante a Dandara participar.

As reuniões de coordenação antecederam as reuniões com toda a comunidade. Dessas reuniões também participavam membros das Brigadas Populares e da Pastoral da Terra, que auxiliavam na condução, nos procedimentos protocolares, mas também nos trâmites e estratégias a serem pensados para as lutas com o poder público. As decisões e encaminhamentos tomados na reunião de coordenação eram discutidos e ratificados ou rejeitados pela assembleia geral, que

aconteciam uma vez por mês na igreja ecumênica¹¹ da Ocupação e que contava com a participação de toda a comunidade, bem como dos membros das Brigadas Populares e da Pastoral da Terra.

As assembleias aconteciam mensalmente. Em momentos mais tensos, nos quais havia risco de despejo ou o planejamento de alguma manifestação, passavam a ocorrer semanalmente, em caráter extraordinário. Os moradores discutiam as possibilidades e estratégias que iriam direcionar a sua luta e os problemas que estavam acontecendo naquele instante na Ocupação. O número de pessoas nessas assembleias variava de acordo com o problema enfrentado. Quando se tratava de questões do cotidiano da comunidade, problemas internos, o grupo era bem reduzido. Quando se tratava de alguma audiência ou risco de despejo, o número de pessoas aumentava.

Era o momento no qual a comunidade podia ser efetivamente percebida na sua totalidade e complexidade. Era uma pluralidade ímpar, mulheres muito novas que moravam sozinhas com os filhos, pessoas mais velhas, casais e muitas crianças. A grande maioria das pessoas era negra, mas também havia alguns brancos.

As mulheres representavam sempre maioria nas reuniões, as mais envolvidas nas questões de ordem na ocupação. Interessante observar que em uma sociedade em que as questões públicas são percebidas como masculinas, na Ocupação são as mulheres que desempenham esses papéis de forma contundente. Essa é uma evidência clara do recorte de classe e gênero e que repercute em um número considerável de famílias chefiadas por mães e avós nas camadas populares.

A participação efetiva das mulheres na Dandara evidencia, em alguma medida, o seu empoderamento, no entanto também pode ser percebida como reflexo de uma realidade pautada nos valores machistas que estruturam o funcionamento de nossa sociedade. Na maioria das vezes, as mulheres ficam responsáveis pelo cuidado dos filhos e essa situação se agrava após os processos de separação, isso quando não são obrigadas a assumir tal responsabilidade sozinhas em situações de abandono ou negativa dos pais em registrá-los e

¹¹ Prédio construído pelos moradores, com recursos próprios e doações, com a finalidade de ser um espaço ecumênico, no intuito de contemplar a todos os moradores, tendo em vista a diversidade de religiões praticadas na Ocupação, apesar da maioria de evangélicos e católicos.

sustentá-los. A questão financeira aparece como um problema, tendo em vista a necessidade de cuidar dos filhos, mas também de ter que trabalhar para sustentá-los e com isso ter que deixá-los sob os cuidados de terceiros.

Essa realidade repercute também na Ocupação, tendo em vista que essas mulheres, como chefes de família, têm como preocupação a busca de uma moradia para os filhos e a saída do aluguel. Não são poucos os casos de mulheres que foram sozinhas para a Ocupação e que somente após a casa estar construída puderam contar com a presença dos maridos e companheiros. Esses são fatores que nos ajudam a entender o porquê de as mulheres serem a maioria nas assembleias, bem como as maiores envolvidas nas ações, marchas e mobilizações para efetivação do direito à posse daquela terra.

O clima da assembleia variava de acordo com a sua motivação. Poderia ser um clima festivo, se estivesse em pauta uma boa notícia sobre o processo de desapropriação que corre na justiça, ou um clima tenso, se as questões em torno do processo ventilassem qualquer possibilidade de despejo, ou mesmo um conflito entre moradores sobre questões internas.

Geralmente, esse evento se iniciava com cânticos e músicas da comunidade, músicas cantadas ao microfone e que por meio da caixa de som se propagavam pela comunidade para mobilizar a maior quantidade de pessoas possível. Frei Gilvander sempre fazia uma explanação inicial que, além de confortar, reforçar a importância da participação dos moradores envolvidos na luta, também descontraía e mobilizava as pessoas para se envolverem com os temas a serem debatidos. Quando ele não estava presente, outra pessoa da Pastoral da Terra cumpria essa função.

Via de regra, após esse momento inicial, passava-se aos informes, que davam conta do que seria debatido. Nesse momento, os participantes eram informados sobre os temas em discussão, bem como sobre as deliberações feitas na reunião de coordenação. Dependendo do assunto, os advogados apresentavam um parecer técnico. Posteriormente, abria-se para que os moradores pudessem falar ou fazer proposições sobre a questão em debate.

Embora a assembleia tivesse um caráter de democratização do processo decisório, percebemos que as deliberações e decisões giravam em torno das posições das lideranças, coordenadores, membros da Pastoral da Terra e das

Brigadas Populares. Não obstante, mesmo com todas as peculiaridades mencionadas, consideramos que as assembleias eram momentos de disputa entre diferentes atores, mas também de aproximação e mobilização para a luta. Nos momentos em que a ocupação estava desmobilizada, as marchas, decididas em assembleia, foram uma importante ferramenta para agregar e envolver os moradores mais dispersos e retomar a luta com maior força e vigor.

As Brigadas Populares tinham algumas frentes de atuação na Dandara. A Frente de Reforma Urbana atuava junto à coordenação auxiliando na administração e na tramitação de processos burocráticos e jurídicos, entre outros. A Frente de Mulheres atuava promovendo ações práticas, como eventos para a construção da creche comunitária. Concomitantemente, atuava também na ocupação uma Frente de Juventude, que trabalhava em torno das questões referentes à juventude na comunidade, promovendo cursos, eventos – como baile *funk* e quadrilha, entre outras atividades práticas na Ocupação.

Apesar de atuarem como apoiadoras da Ocupação, a presença das frentes das Brigadas Populares não se dava sempre de forma harmônica e sem conflitos. Em relação à Frente de Juventude, um tema que gerava tensão era o questionamento em torno da oportunidade de os jovens serem efetivamente ouvidos pelas lideranças. Os jovens pertencentes à comunidade reclamavam que a coordenação monopolizava o poder, bem como as decisões. E esses jovens queriam uma maior participação, ou mesmo a oportunidade de efetivamente influenciarem nas decisões sobre os caminhos tomados pela Ocupação.

Caminhando nesse mesmo sentido, podemos dizer da existência de uma situação de distinção dos jovens da Frente de Juventude diante da coordenação, levando em consideração o fato de serem moradores da Ocupação ou serem jovens vindos de fora e militantes das Brigadas Populares. O que parece é que pertencer às Brigadas Populares gera um status. Além disso, como valor agregado, possuem um capital cultural decorrente do fato de todos eles terem cursado a universidade e já militarem em movimentos sociais há algum tempo. Com isso, os jovens moradores da Ocupação parecem desautorizados pela coordenação, vistos como inaptos ou despreparados para se inserirem nas questões de ordem da Ocupação.

Os jovens questionavam várias atitudes da coordenação. Certa vez, a Frente de Juventude estava se mobilizando para conseguir um lote para tentar construir

uma quadra de esportes na Ocupação Dandara e uma das jovens, ao conversar com um coordenador, ouviu dele que a Juventude conseguiria o lote se tivesse dinheiro para pagar¹² (Caderno de campo – abril de 2013). Esse tema foi motivo de falas contundentes nas reuniões da Frente de Juventude e uma das jovens demandava um posicionamento do coletivo de jovens quanto ao ocorrido. Posteriormente, o calor causado pelo acontecimento foi se resfriando a ponto de os jovens deixarem a situação de lado. O poder exercido pela coordenação era um tema recorrente nas reuniões e deliberações entre os jovens. Inicialmente, o que parece é que os jovens eram vistos por parte da coordenação com base nas imagens socialmente construídas em torno da juventude, como seres em formação, ainda incompletos, despreparados para tratar das coisas que seriam da responsabilidade apenas dos adultos.

A divergência ocorrida entre os coordenadores e os jovens é reflexo da relação estabelecida entre esses atores, o que remete, minimamente, a uma falta de sensibilidade dos adultos em perceber a importância daquelas questões para os jovens. Em uma ordem de importância, nos parece que para os adultos o lote para a quadra de esportes não seria prioridade.

A presente pesquisa não tem como pretensão ser um trabalho de abordagem exclusivamente geracional, no entanto, assim como as pesquisas de cunho geracional, esperamos ao menos nos apropriar e buscar entender as questões e os conflitos que perpassam a relação estabelecida entre jovens e adultos no contexto da referida ocupação.

De acordo com Kimi Tomizaki (2010), lidar com as questões de ordem geracional “significa estar preparado para analisar disputas, alianças, rupturas e continuidades” (p. 329). Segundo a autora, a sucessão geracional é um desafio enfrentado pelas sociedades humanas. Isso por envolver, concomitantemente, um complexo processo que contempla o legado das antigas gerações, a busca pela transmissão desse legado, bem como a negativa das novas gerações em assimilar essa herança em sua totalidade. Tal realidade gera questionamentos que

¹² Parece que a coordenação pode vender alguns lotes ociosos na comunidade para angariar dinheiro para a sua administração, manutenção e funcionamento. Uma atitude criticada pelos próprios coordenadores, mas que eles mesmos mantêm, com o discurso que é para a própria comunidade. Essa é uma prática velada e que a maioria dos envolvidos faz questão de evitar que chegue ao conhecimento de pessoas de fora da comunidade.

repercutem em conflitos decorrentes de visões diferentes de mundo, assim como de lugares diferentes ocupados nesse mesmo mundo. Nesse sentido, concordamos com a autora, quando diz que a formação de novas gerações, intrinsecamente, carrega consigo o signo da mudança.

Em se tratando da relação entre os coordenadores e os jovens moradores, a questão não era somente da posição ocupada na hierarquia de poder, mas também da forma como interpretavam e liam a realidade da ocupação. No caso do lote, essa era uma demanda importante para os jovens porque significava uma oportunidade de ter um espaço para o lazer e a prática de esportes, que ampliava as oportunidades de interação e sociabilidade juvenil, tão restritos. Compreendemos que o fato de os coordenadores não considerarem a demanda dos jovens como algo prioritário possa ser reflexo das experiências vividas, das demandas e necessidades específicas de cada ciclo da vida, o que faz com que, nem sempre, os adultos estejam sensíveis para tais questões, situação que na ocupação se refletiu em tensões e conflitos.

Segundo Tomizaki (2010), a contemporaneidade cronológica, por si só, não é o suficiente para delimitarmos uma geração. Nesse contexto, nota-se a possibilidade de diferentes gerações se digladiarem em um mesmo momento histórico. Estaríamos tratando então de uma sociedade multigeracional. Tomando como base a realidade da Ocupação Dandara, podemos dizer que as disputas estabelecidas nos mostram atores que, apesar de compartilharem experiências e situações calcadas no fato de serem membros de uma ocupação urbana, possuem maneiras de sentir e pensar muitas vezes diversas.

Kimi (2010), ao dialogar com os estudos de Attias-Donfut, nos traz a figura de Janus¹³. Tal alusão, ao trazer à baila a relação entre passado e futuro, serve para nos mostrar que “o movimento de sucessão das gerações faz com que haja sempre um grupo que olha para frente e outro que se volta para o que já passou” (p. 341). Com isso não queremos dizer de uma divisão sectária de posicionamentos, mas de uma via de mão dupla, que envolve apropriação do legado das antigas gerações, bem como mudança promovida pela interpelação das gerações vindouras. Mannheim (1973) chama atenção para o fato de que a juventude, por não estar

¹³ Divindade romana que era representada por uma cabeça de duas faces. Essas eram voltadas para lados opostos em alusão ao passado e ao futuro.

totalmente envolvida pelo *status quo* da ordem social, tende a expressar de maneira mais forte as questões centrais – conflitos, tensões e mutações – de uma sociedade.

No caso específico da Dandara, os jovens inseridos na luta pela moradia e pelos direitos da juventude tornam-se expressão de um conflito social que se agrava à medida que a desigualdade social continua a crescer ininterruptamente na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, tais atores sociais tendem a funcionar como possíveis agentes mobilizadores de mudanças, dependendo das possibilidades e horizontes que lhes são proporcionados pela sociedade.

Essas mudanças, em alguma medida, fomentam a tensão entre as gerações mais velhas, já adaptadas e acomodadas com o modo de organização da sociedade, e as gerações mais novas, que questionam a ordem social estabelecida. No campo dos movimentos sociais, coletivos juvenis passam também a questionar as formas institucionais de participação política e social, demandando novas formas de ação e organização.

Outro foco de conflitos dizia respeito às motivações e atitudes de alguns moradores em relação à ocupação. Alguns dos moradores, após se estabelecerem e construírem suas casas, não mais participavam das lutas, discussões, marchas e outros movimentos na comunidade. Alguns desses chegaram à Dandara posteriormente e não traziam a mesma perspectiva dos primeiros moradores. Outros tinham casa fora da comunidade e mantinham seu lote na ocupação, apesar de ser um assunto velado, evitado por alguns coordenadores.

Em uma assembleia, uma senhora disse que estava lá porque tinha um barracão no qual sua irmã morava, mas que ela mesma morava em outro bairro, não tendo sequer a oportunidade de terminar seu raciocínio e dar sua opinião sobre o que estava sendo debatido. No dia, estava sendo deliberado sobre uma possível invasão na área verde, que não poderia acontecer, pois prejudicaria a ocupação no processo judicial (Caderno de campo – fevereiro de 2013). Se levarmos em consideração as histórias dessas pessoas, que, durante suas vidas, passaram por dificuldades, privações e faltas, esse tipo de comportamento, de buscar ter uma casa na ocupação e outra fora, torna-se compreensível como um fenômeno da própria conjuntura social. No contexto de nossa sociedade atual, no qual ter uma casa torna-se privilégio de cada vez menos pessoas, para aqueles que tinham uma

outra casa isso parece algo natural, seria uma forma de aumentar a renda e de proporcionar um maior conforto para a família.

Para os militantes que se envolvem mais diretamente nas lutas da ocupação, essas pessoas que não se interessam, nem se preocupam com o coletivo, fomentam uma atitude individualista e isso enfraquece a luta. Ao que parece, a expectativa era que o fato de fazer parte da ocupação produzisse uma nova postura entre os participantes da ocupação. Contudo, o desenvolvimento de uma “consciência crítica” em relação às relações de propriedade na sociedade capitalista não se dá de forma automática. Ao contrário, o que se nota é um movimento de avanço e retrocesso, de momentos de maior envolvimento ou afastamento quase total, de negação ou identificação, que pode culminar, inclusive, com a opção por não se envolver definitivamente nas lutas da comunidade onde mora. Podemos dizer que a opção por participar está, em grande medida, alicerçada nas circunstâncias sociais e econômicas nas quais se encontrem os indivíduos, no entanto, somente o fato de o sujeito participar não significa a construção de uma consciência do que seja efetivamente aquela luta.

O fato de conseguir a sua moradia e de a ocupação atingir um grau de maior consolidação fazia com que algumas pessoas deixassem de perceber o significado da continuidade da luta e se afastassem das ações coletivas. De acordo com Santos:

O empobrecimento, a espoliação urbana ou a pressão política nada mais são do que matérias-primas para reivindicações populares, que podem esgotar-se à medida que são ou não atendidas, esvaziando o movimento. Podem, por outro lado, transformar-se em lutas sociais propriamente ditas, dependendo de como o movimento se desenvolve e se relaciona com as demais forças ou grupos sociais envolvidos nesse processo. (SANTOS, 2008a, p.13).

Os conflitos internos que envolvem o afastamento da luta a partir do atendimento de uma demanda individual também parecem emergir em outras ações coletivas, conforme evidenciam algumas pesquisas sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por exemplo (CASTELO BRANCO, 2003; CALDART, 2012). De acordo com Melucci (1999; 2001), por não se tratar de um bloco homogêneo e por envolver pessoas distintas, com suas experiências e posicionamentos, os movimentos sociais, para além das energias gastas em suas

lutas específicas, desprendem um grande esforço em seus conflitos internos, para manter a coesão do grupo e angariar membros para a continuidade da luta.

2.4 Outras lutas, para além da terra

Acreditamos que os movimentos sociais populares de luta pela moradia são produzidos na própria contradição das lutas sociais e adquirem força por se tornarem sujeitos sociais e agentes históricos de mudança. Para além das lutas empreendidas no território pela manutenção das pessoas naquele lugar, outras lutas passaram a fazer parte do cotidiano da ocupação. Identificamos duas ordens: 1) aquelas nas quais as disputas se dão no âmbito jurídico, que demandam estratégias específicas para embargar e interpelar o processo de despejo e desapropriação, e 2) aquelas em que as disputas são pela garantia de direitos básicos e que demandam mobilização, ações e lutas de carácter prático.

As questões de ordem jurídica perpassaram todos os dias desses cinco anos de ocupação, sempre com a atuação dos advogados das Brigadas Populares, que, por meio de estratégias e recursos, conseguiram manter os moradores em suas casas. De acordo com Miranda, em relato sobre o processo judicial de 2012:

Os processos judiciais que envolvem a Comunidade Dandara adquiriram grandes dimensões e complexidades: o processo de reintegração de posse correu nas Varas Civil e Fazendária; a liminar de reintegração de posse já foi decretada e suspensa três vezes pela interposição de recursos, mandato de segurança e Ação Civil Pública; um conflito de atribuição foi gerado no Ministério Público Estadual; e até mesmo projetos de lei para desapropriação da área foram mobilizados na câmara dos vereadores (MIRANDA, 2012, p. 114).

Além do processo jurídico, que é extremamente desgastante, há também o receio do despejo por parte dos moradores. Quando mencionado por alguns moradores, esse assunto remetia diretamente ao conflito, à luta que iriam empreender para não saírem de suas casas e à possibilidade, inclusive, da ocorrência de mortes (DANDARA, 2013). Essas lutas marcavam o conflito estabelecido com o poder público em Belo Horizonte, que não se dispunha a estabelecer diálogo com a ocupação. Miguel Arroyo (2012), ao tratar das lutas dos movimentos sociais populares, reforça que as maiores tensões em torno do direito perpassam processos judiciais que envolvem a luta pela terra, reforma agrária, reforma urbana e moradia. O autor diz que, como reação a essas lutas:

O Estado e o setor jurídico passaram a ampliar seus controles em defesa da propriedade da terra e do solo. O caráter regulador e até opressor do Estado e do direito entram com toda racionalidade jurídica. Com a mesma radicalidade com que os coletivos sociais radicalizam suas lutas por terra, territórios, espaço, teto, trabalho, a resposta tem sido reprimir essas lutas que deslocam as políticas tradicionais. Decretar suas ocupações de terra como ilegais, condenáveis. Satanizar os movimentos sociais, suas ações e seus militantes. (ARROYO, 2012, p. 262).

O prefeito, como forma de criminalizar e desqualificar a ocupação, por várias vezes se manifestou na mídia dizendo que “não negociaria com invasores”, corroborando a afirmação de Arroyo (2012): “toda ocupação de terra, espaços e instituições pelos coletivos sem direitos será condenada como vinda dos fora da lei, classificadas como invasões, destruições, atos de vandalismo, violências” (p. 260), mantendo a privação de seus direitos e a recusa a reconhecer sua luta.

Se tomarmos como parâmetro a sigla do partido do prefeito, PSB – Partido Socialista Brasileiro¹⁴, poderíamos ser levados a pensar que suas premissas estariam alicerçadas na luta pelos direitos das classes menos abastadas. No entanto, há que se considerar que nem sempre os partidos tidos como populares vão atender aos interesses dos movimentos sociais. Ao assumirem o poder, esses partidos têm que lidar com interesses diversos e, por vezes, antagônicos. Segundo Santos (2008):

O partido mais afinado com os interesses populares pode ganhar a eleição, mas, se não houver alteração do bloco hegemônico que define a forma de atuação política, as transformações não ocorrerão, ou, na melhor das hipóteses, não serão aprofundadas, no sentido esperado antes do processo eleitoral (SANTOS, 2008a, p.16).

Nesse sentido, podemos dizer que os partidos mais identificados com os movimentos sociais, ao chegarem ao poder, tendem a atuar como seus antecessores, se negando a ouvir as demandas, tentando cooptar e burocratizar os movimentos sociais.

¹⁴ O PSB chegou ao poder na cidade de Belo Horizonte por meio de uma aliança que causou estranhamento no país inteiro. O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partidos que se opunham em âmbito nacional ao disputar a presidência da República, estabeleceram uma aliança de apoio a uma candidatura única a partir de negociações do senador Aécio Neves e do Ministro Fernando Pimentel. Já no primeiro mandato, as diferenças ficaram explícitas diante de conflitos estabelecidos entre o prefeito (PSB) e o vice-prefeito (PT). Ao final do primeiro mandato, houve a ruptura da aliança e o PT lançou candidatura própria em oposição ao PSB.

No que tange às lutas empreendidas para garantir o acesso aos direitos básicos, podemos dizer que, na Dandara, o direito à saúde e à educação somente foram alcançados por meio de disputas e negociações. No início da ocupação, os postos de saúde se negavam a atender aos moradores da Dandara. Uma moradora, senhora Maria Eni dos Santos, faleceu na comunidade no dia 16 de maio de 2010, uma vez que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)¹⁵ se negou a atendê-la, alegando falta de condições em função da inexistência de um endereço ou referência no local.

Diante desse fato, alguns moradores chegaram a queimar pneus como forma de protesto. Esses “movimentos e ações coletivas podem ser vistos como uma reação, na medida em que suas ações se mostram presentes, existentes, incômodos” (ARROYO, 2012, p. 58). A partir desse acontecimento, foi formada uma comissão para negociação com o poder público e os moradores conseguiram ser atendidos nos postos de saúde dos bairros Céu Azul e Itamarati, próximos à Ocupação. Apesar disso, ainda existem reclamações de discriminação vividas pelos moradores ao serem atendidos nos postos de saúde da região (COUTINHO, 2011; MIRANDA, 2012).

Em se tratando do acesso à educação, os moradores viveram muitas dificuldades para terem seu direito reconhecido. Várias mães não conseguiam matricular seus filhos nas escolas próximas à comunidade. As escolas alegavam sempre a falta de vagas, mas um fator que inviabilizava a efetivação da matrícula era a ausência de um endereço, ou seja, o não reconhecimento da ocupação como sendo pertencente à cidade. Segundo Arroyo:

Alocar os grupos populares no território do não direito significa não reconhecê-los nem tratá-los como sujeitos de direitos. Conformá-los sem direito a ter direitos. Consequentemente não lutam apenas por ter direito à saúde, escola, mas por ser reconhecidos existentes perante a lei. Por sair do território do ilegal. Da condição de ilegais. (ARROYO, 2012, p. 260).

Em um primeiro momento, algumas mães conseguiram comprovantes de ruas pertencentes aos bairros próximos da ocupação e garantiram a matrícula de seus filhos. Posteriormente, houve uma mobilização grande, com reuniões na Secretaria

¹⁵ Esse é um serviço de atendimento médico de urgência no qual ambulâncias, que ficam sob a responsabilidade do município, prestam atendimento de casos urgentes, quando acionado pela população.

de Educação do município e ameaças de entrada na justiça para garantir tal direito. Hoje, após várias negociações, ficou garantido o acesso à escola para as crianças e jovens da ocupação. Mesmo assim, trata-se ainda um de processo difícil e várias reclamações ainda são feitas, principalmente em função do deslocamento das crianças para escolas distantes da comunidade (COUTINHO, 2011).

Outra questão que envolveu a ocupação desde seu início foi a tensão estabelecida entre os moradores e os vizinhos dos bairros próximos. Essa tensão parte das imagens e discursos sociais negativos construídos em relação à ocupação. Um aspecto que desagradava aos vizinhos é a possível desvalorização dos imóveis a partir da sua efetivação. A imagem de que a comunidade é uma “favela”, caracterizada pelo tráfico de drogas e pela violência, permeava os discursos dos moradores da vizinhança. Esses estereótipos eram alimentados por discursos genéricos sobre a condição social dos moradores e suspeita com relação à real necessidade das famílias.

Além disso, os moradores dos bairros diziam que, com a chegada dos moradores da ocupação, a consulta nos postos de saúde ficou mais difícil pelo aumento no número de pessoas. Segundo alguns moradores da ocupação, essa relação está bem melhor, mas ainda existem alguns resquícios de preconceito a respeito da Dandara.

O estigma de lugar violento é algo também que acompanha a ocupação. O terreno, antes mesmo de ser ocupado, era lugar destinado ao uso e tráfico de drogas, bem como lugar em que recorrentemente ocorriam assassinatos. Com a ocupação por parte dos moradores, houve uma significativa diminuição da violência nas imediações, fato reconhecido pela instituição estatal por meio do depoimento do Coronel Carvalho da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), em entrevista para o documentário sobre a comunidade lançado em 2013. Entretanto, ainda se percebe a ocorrência de situações do gênero e que repercutem no funcionamento e no clima da ocupação.

No dia 12 de outubro de 2013, acontecia na igreja ecumênica uma festa para as crianças, com atividades lúdicas e a distribuição de brinquedos, doces e pipoca (Caderno de campo – outubro de 2013). Muitas crianças da comunidade estavam ali e o clima era realmente de festa, quando chegou a notícia de que havia um corpo jogado no córrego que passa na comunidade. Repentinamente, o clima que era de

alegria e descontração deu lugar a semblantes fechados. Ouviam-se pessoas conversando e perguntando se sabiam de quem era o corpo e se era de alguém da comunidade. Houve uma enorme aglomeração de pessoas às margens do córrego e a festa das crianças foi se esvaziando, até acabar, antes mesmo do que se havia planejado.

Por mais que não se tratasse de alguém da comunidade e que a polícia tivesse dito que a pessoa não tinha sido assassinada ali, mas sim levada para aquele lugar, percebe-se claramente como esses fatos mexem com a comunidade e infelizmente reforçam os estigmas de lugar violento. Um morador disse, em conversa com um colega: “Isso não é coisa da Dandara, mas nós é que pagamos o pato”, se referindo à situação como um fator influente nas imagens que as pessoas de fora tinham daquele lugar (Caderno de campo – outubro 2013).

2.4.1 “*Não somos invasores*”

A moradia, o sentimento de pertencimento e a identificação com aquele lugar é algo que emerge de maneira destacada entre os moradores da comunidade. Percebe-se um processo intermitente, de avanços e retrocessos, pelo qual se constrói o que podemos chamar de uma identidade coletiva (MELUCCI, 2001), um sistema de ação desenvolvido pelo grupo e que estabelece o “nós” e os “outros”. O discurso inicial que privilegiava a impossibilidade de se pagar o aluguel como uma das motivações maiores da ocupação deu lugar – gradativamente, à medida que as lutas eram travadas – ao discurso que colocava em pauta a moradia como direito.

A condição de pessoas desprovidas do mínimo, ou seja, de um teto para morar, foi fator agregador e mobilizador para a luta. As relações estabelecidas nos dizem de uma maior interação e proximidade, o problema de “um” torna-se problema de “todos”, as pessoas se conhecem pelo nome, convidam uns aos outros e visitantes para suas casas, demonstrando uma relação de solidariedade notável. Várias são as pessoas que fazem questão de destacar que a Dandara é uma família. Nesse contexto, de luta coletiva pela garantia de um lar e superação das dificuldades, a moradia se transformou no mote para discussões mais ampliadas. Segundo Miranda (2012), morar na Dandara significa “aprender a andar de cabeça erguida, é aprender a lutar pelos direitos, é incomodar o poder, construir sonhos, planejar a cidade, decidir os rumos da ação e da comunidade coletivamente, tudo

isso tem muito valor para além das paredes das casas que ali dentro existem” (p. 93).

As discussões em torno do conceito de ocupação em oposição ao de invasão mostraram que tais sentidos estão em disputa e envolvem um posicionamento político. Entre os moradores, todos fazem questão de dizer que a Dandara é uma ocupação e justificam isso dizendo que o terreno estava abandonado há anos e que serviria para especulação imobiliária. Quando um ou outro morador inadvertidamente se equivoca, é rapidamente repreendido. Em uma audiência no Ministério Público, uma senhora estava conversando do lado de fora, na rua, com um jornalista que cobria o evento e disse em uma conversa informal: “Nós invadimos mesmo porque o terreno era só mato e servia para drogados e desova de mortos”. Outra senhora, que estava próxima, a interpelou: “Você invadiu alguma coisa? Pois eu não invadi! Não tinha ninguém lá! Eu ocupei um terreno que estava há muito tempo sem pagar os impostos para a prefeitura e tô querendo o que é meu de direito, a minha casa!”. (Caderno de campo – janeiro de 2014). A fala da moradora nos diz de uma leitura crítica da realidade social e de sua inserção nessa mesma realidade. Arroyo (2012), nos diz que temos que reconhecer que os movimentos sociais proporcionam “outras pedagogias, outros critérios de pensar, de organizar e sistematizar o conhecimento” (p. 69).

Esse é um processo de apropriação que se dá por meio da luta pela sobrevivência e pela vivência da dureza da realidade. Santos (2008a) diz que:

Antes de mais nada é importante enfatizar a questão da nomenclatura: há um termo muito empregado pela grande imprensa e pelo poder público: “invasão”. Os participantes dos movimentos populares se autodenominam *ocupantes* e não *invasores*. A diferença não é simplesmente semântica. No uso do termo *invasão* estão implícitas a ilegalidade e a violência da ação: invadir a privacidade ou a propriedade de outrem. Trata-se de uma ação ilegítima. O termo *ocupação* relaciona-se à conquista de direito: ocupa-se o que é de direito. Aquilo que em algum momento, no passado ou no presente, foi usurpado de um grupo ou classe social, mesmo que não tenha sido “diretamente” usurpado. Mas a desigualdade social, que também significa desigualdade de oportunidades, a exploração e a espoliação urbana impediram que esses cidadãos mais pobres tivessem acesso à propriedade da terra e à moradia. Não é irrelevante, portanto, a diferenciação. (SANTOS, 2008a, p. 132, grifos do autor).

A ocupação de terras causa, em alguma medida, uma mobilização de parte considerável da sociedade, isso por colocar em pauta o uso social da terra e por

contestar a ordem estabelecida ao questionar o direito à propriedade de terras vazias e ociosas. Assim, a luta da Ocupação Dandara, para além de uma luta simplesmente pela moradia é uma luta política. Para alguns moradores da ocupação, a experiência de participação significou um processo de construção do que podemos chamar de uma consciência política para entender e questionar a organização e a estrutura sociais.

Nesse sentido, questões mais amplas se colocam no debate sobre as desigualdades existentes em nossa sociedade. Aqui podemos dizer das estreitas conexões que se estabelecem entre as categorias classe social e raça no Brasil. É importante destacar que, apesar de não termos dados estatísticos dessa comunidade, em nossa presença no campo foi possível observar que a população é majoritariamente negra. Portanto, estamos lidando com uma realidade que, para além das desigualdades econômicas, envolve também desigualdades raciais.

Edward Telles (2003), ao tratar do racismo e de suas especificidades na sociedade brasileira, e especificamente da segregação residencial, nos diz que a segregação espacial nas cidades brasileiras não é reflexo apenas das questões decorrentes da diferença de classe, mas trazem consigo um forte componente racial, se tivermos como base os índices das populações de pretos, pardos e brancos.

Se tomarmos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como instrumento para mensurarmos as condições de vida de uma dada população, perceberemos a disparidade da situação vivida por brancos e negros no Brasil. Esse índice leva em consideração fatores como escolaridade, acesso à saúde e renda. No Brasil, o IDH dos brancos coloca o país em 46º em uma lista de 173 nações, em contrapartida, o IDH dos negros coloca o país em 105º (LABORNE, s.d.).

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que dos 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza extrema ou da indigência, 70% são negros. Já entre os 53 milhões de pobres, esse número é de 63%. A renda per capita média dos negros é de R\$ 162,84 em 2000. Em contrapartida, a dos brancos chega a R\$ 406,77. (reportagem OESP 16/02/2003). Dados do Ministério do Trabalho e da Justiça apontam que o rendimento médio de homens brancos é de 6,3 salários mínimos, da mulher branca é de 3,6. Para o homem negro esse valor é de 2,9 salários mínimos e para a mulher negra chega apenas a 1,7. (LABORNE, s.d., p. 8).

Os dados apresentados reforçam as observações feitas no campo de pesquisa e nos sinalizam a estreita relação entre a existência da desigualdade social

e seu vínculo com a questão racial. Esse cenário se complexifica à medida que consideramos outras variáveis para entendermos a tessitura social.

Para além das questões referentes à classe e à raça, o campo nos apresentou, de maneira contundente, questões referentes ao gênero. Há que se dizer que a princípio essa não era uma variável considerada com prioritária na pesquisa, no entanto, emergiu de forma a não poder ser ignorada. Em se tratando do papel da mulher nesse cenário, percebemos também que as mulheres chefes de família são a maioria na Ocupação. Vários são os casos de mulheres, que mesmo sendo casadas, foram sozinhas para a Ocupação e que somente depois da casa construída puderam contar com a presença dos seus companheiros (DANDARA, 2013).

A precariedade dos postos de trabalho é também um dado importante. Na Dandara, a maioria das mulheres tem como profissão empregada doméstica ou diarista. A escolha de “Maria Diarista” para dar nome a uma das ruas representa uma homenagem a essas mulheres. De acordo com Laborne:

As famílias chefiadas por mulheres correspondem a cerca de um terço das famílias brasileiras. Nesse universo, as famílias que recebem três ou mais salários mínimos, a participação das chefiadas por mulheres afro-brasileiras é de 29%. Já entre as famílias sem rendimento ou com rendimento mensal inferior a um salário mínimo essa porcentagem sobe para 60%. (LABORNE, [s.d.], p.9).

O conjunto de dados apontados nesse tópico nos diz de uma realidade não apenas da comunidade Dandara, mas de uma realidade brasileira. É nesse cenário –de falta de água e luz, sem saneamento, com ruas que variam com as intempéries, empoeiradas no sol e lamacentas na chuva – que um coletivo de pessoas se mobilizava em torno de uma luta que é maior que a busca pela moradia. “Aprendem a ser outros, de invisíveis, visíveis, de ilegais, legais, sujeitos de direitos ao colocarem com centralidade as lutas pela terra, espaço, territórios” (ARROYO, 2012, p. 263).

A intensificação das contradições urbanas e a luta pela garantia dos direitos fundamentais acirram as pressões exercidas sobre o poder público e demonstram a existência de pessoas concretas, reais. Nesse sentido, a luta se torna maior ao tentar promover mudanças em prol de um novo modelo de sociedade, que comporte as pessoas em suas diferenças.

3 UMA BRIGADA NA LUTA POR QUESTÕES POPULARES

3.1 Histórico e estrutura de funcionamento

O nosso primeiro contato com as Brigadas Populares se deu por meio de um evento¹⁶ em que um representante das Brigadas participou da mesa para discutir a ocupação dos espaços urbanos e a questão da moradia na cidade. Chamou-nos a atenção sua fala articulada e o seu posicionamento em relação às questões a que se propôs discutir. Notava-se de maneira destacada o seu envolvimento com os problemas sociais, bem como um posicionamento pautado em uma posição vinculada às experiências vividas na militância, as ameaças de despejo das comunidades ocupadas e os conflitos com a polícia. Essas foram questões que nos despertaram outro olhar em relação a esse movimento como campo de pesquisa tendo como foco as potenciais experiências formativas advindas da militância de jovens inseridos em movimentos sociais.

Por se tratar de um dos grandes apoiadores da Ocupação Dandara, bem como por ser o lugar de pertencimento de vários dos jovens pesquisados que são militantes da Frente de Juventude, fazemos neste capítulo inicialmente uma retomada histórica das Brigadas Populares.

O surgimento desse movimento em Belo Horizonte se deu em 2005, a partir da dissolução de um coletivo chamado Núcleo de Estudos Marxistas. Segundo uma jovem, ex-militante do movimento, esse era um grupo que reunia estudantes universitários, militantes de movimentos sociais variados e pessoas interessadas em discutir a teoria marxista. Esse coletivo promovia debates, seções de cinema e seminários com o intuito de fomentar a discussão sobre a temática na cidade. À medida que os estudos e os debates foram acontecendo, percebeu-se no interior do movimento a necessidade de passar das discussões teóricas às questões de ordem prática. Tal movimento passou a trabalhar tendo como base a proposta de atuar na organização popular de comunidades periféricas da cidade. Sobre essa mudança de atuação das Brigadas, recorreremos a Santos (2008a), que nos diz que “as reivindicações emergem no cenário urbano em virtude de processos de empobrecimento das camadas populares e das contradições produzidas pela

¹⁶ Juventude Okupa a cidade: evento organizado pelo Observatório da Juventude da UFMG no ano de 2011 e que, desde então, promove a discussão de temas relevantes à juventude na cidade de Belo Horizonte.

urbanização capitalista” (p. 15). Em função da mudança de proposta de intervenção social, passando de um grupo de estudos a um coletivo para mobilização de comunidades da periferia da cidade, houve a necessidade de uma nova organização que levou aos moldes atuais.

No momento de desenvolvimento da pesquisa, as Brigadas já não se restringiam às fronteiras mineiras, estando também estruturadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Santa Catarina. Tal expansão se iniciou a partir de 2007, momento em que grupos como o Movimento Revolucionário Nacionalista (Morena), do Rio de Janeiro; as Brigadas Populares, de Belo Horizonte; o Coletivo Autocrítica, de São João Del Rei, e o Coletivo 21, de Santa Catarina, se aproximaram e dialogaram em torno de suas ações e práticas. No intuito de ampliar forças, optaram pela unificação em uma única organização.

O nome Brigadas Populares remete a uma unidade militar (GONÇALVES, 2012). Tal cognome carrega consigo um caráter histórico e identitário e nos remete, por si só à luta, ao combate, ao conflito. “Para eles a própria ideia de brigada, traz a relação com a ação direta e não abrem mão desse aspecto na prática política” (SOUSA, 2014, p. 117). Isso nos leva a entender as Brigadas como sendo uma organização que tem como premissa a atuação sem intermediação de outras instituições, especialmente, partidos. Essa é uma diferença singular em relação às organizações marxistas de outros tempos que tinham no partido operário o ator que iria tomar o Estado e instituir transformações sociais.

Apesar do nome, Brigadas Populares, nota-se que, em seu surgimento, o movimento foi composto em sua maioria por jovens, advindos de universidades públicas ou privadas, de classe média, que tinham sua leitura da realidade social pautada pela teoria marxista e que se inseriram nas lutas populares na cidade de Belo Horizonte. Essa é uma característica que nos remete aos movimentos de cunho marxista ocorridos no Brasil nos anos 60/70 do século passado, durante a ditadura militar. Naquele contexto, havia a pretensão de uma elite intelectual, que em número considerável vinha das universidades, de conduzir as massas no processo de luta revolucionária. Não queremos com isso dizer que seja essa a pretensão dos jovens envolvidos nas Brigadas Populares, no entanto, tal característica não pode deixar de ser apontada como sendo importante para entendermos esse movimento. Segundo Sousa (2014), “para seus militantes a

organização brigadista tem um sentido novo, de recuperar elementos nas organizações anteriores que já existiram” (p. 117). O perfil universitário ainda é uma marca da maioria dos participantes que atuam no movimento. Paralelo a isso, o componente juvenil também chama a atenção, exemplo do que acontece em Santa Catarina, onde 100% dos participantes são jovens. No Brasil, calcula-se uma porcentagem de 80% (SOUSA, 2014).

Esse é um movimento caracterizado pelos membros que o compõem como um movimento de caráter popular, de massa, que busca o nacionalismo revolucionário, que está conceitualmente alicerçado na teoria marxista e na busca por uma transformação social processual e gradativa.

Para sua sustentação financeira, o movimento conta com uma contribuição por meio de mensalidades pagas por todos os seus membros, mas essa quantia é ínfima em relação aos gastos. Além disso, o movimento divide uma casa com um coletivo de advogados que milita em prol das causas populares na cidade. Parte dos membros desse coletivo é também membro da organização. Essa casa conta com uma estrutura de salas, armários e mesas de reunião para atender ao coletivo de advogados que mantêm o atendimento de seus clientes durante todo o dia e para as estruturas das Brigadas Populares que usam o espaço para reuniões e para manter a sua estrutura em funcionamento. Juntamente a isso, são feitas nessa mesma casa festas aos finais de semana, com cobrança de entrada e venda de bebidas e comidas, também com o intuito de financiar a estrutura. No mesmo sentido, são feitos e vendidos materiais, broches, fotos e adesivos. O recurso arrecadado é gasto com o pagamento do aluguel da casa, bem como com as necessidades funcionais do movimento.

Em Belo Horizonte, inicialmente, a sua estrutura organizativa estava limitada ao trabalho nas Brigadas Territoriais, que eram as comunidades em que os militantes atuavam, sejam elas uma universidade, uma ocupação ou outro lugar onde se desenvolviam ações do movimento. Passado um ano, houve uma reestruturação. Nessa ocasião, foi aprovada a proposta da organização em Frentes de Trabalho, que compreenderiam as demandas que estavam mais presentes nas comunidades em que havia Brigada Territorial. Também foi incluída a proposta de formação de Núcleos Brigadistas nas diversas áreas e comunidades, bem como as Brigadas Especiais. Além dessa estrutura, a organização conta também com um

Secretariado e a Assembleia Brigadista. É importante ressaltar que os brigadistas não consideram essa estrutura pronta e acabada, pensam que, em função das necessidades do grupo, a estrutura poderá ser mudada ou adaptada com o intuito de alcançar o objetivo traçado.

A respeito da estrutura, é importante situarmos seu funcionamento para um melhor entendimento. As Brigadas Territoriais são os grupos vinculados a um determinado território onde haja atuação das Brigadas Populares. Contudo, de acordo com as deliberações do seminário brigadista de 2008, o conceito de território para o movimento está para além das comunidades de ocupação, sendo entendido como algo mais amplo, podendo haver a possibilidade de universidades e presídios se tornarem uma Brigada Territorial mediante planejamento e destacamento de militantes para atuar nesses lugares. Nas Brigadas Territoriais, os militantes buscam contribuir para a organização e superação de demandas locais específicas daquele lugar.

Um ponto importante destacado no documento de estrutura das Brigadas¹⁷ está na busca por promover a conscientização e a organização das lutas por moradia, pelos direitos humanos, por trabalho, pela mobilidade urbana etc. O mesmo documento ressalta que a atuação das Brigadas se baseia no respeito às formas organizativas estabelecidas e se dá inicialmente por meio de contato e articulações com lideranças e entidades locais.

Desde o início das Brigadas Populares, várias foram as ocupações empreendidas em Belo Horizonte. Não queremos com isso dizer que essa seja a única organização responsável pela ocorrência de movimentações desse tipo na cidade, posto que, antes de sua existência, várias ocupações já haviam acontecido. No entanto, temos que levar em consideração que a emergência dos movimentos sociais e as questões por eles apresentadas à sociedade, está vinculada a uma conjuntura histórica, econômica e cultural. No caso específico da cidade de Belo Horizonte e das Brigadas Populares, há que se considerar que a intensificação das ocupações nos sinaliza uma forma de contestação da ordem social que naturaliza a posse e o acúmulo de propriedade privada como algo legítimo. Entre os anos de 2005 e 2010, tivemos a ocorrência de oito ocupações organizadas pelas Brigadas

¹⁷ Esse é um documento que sinaliza as diretrizes em torno da organização estrutural das Brigadas e pode ser encontrado no site da organização. (<http://brigadaspopulares.blogspot.com.br/2009/06/estrutura-organizativa-das-brigadas.html>)

Populares em Belo Horizonte, sendo elas: Ocupações Caracol (2005), João de Barro I (2006), João de Barro II (2007), João de Barro III (2007), Camilo Torres Privada (2008), Camilo Torres Pública (2008), Dandara (2009) e Irmã Dorothy (2010). Todas, exceto a Dandara, tiveram uma duração relativamente pequena (MIRANDA, 2012).

Além da atuação em Belo Horizonte, no momento da pesquisa também estavam em funcionamento ocupações na cidade de Contagem, região metropolitana, e no interior do estado, na cidade de Timóteo, sendo que em outras cidades havia a mobilização para iniciar ações do mesmo tipo. No momento da pesquisa se via no cotidiano da Dandara que o apoio das Brigadas Populares havia sido e continuava sendo vital para a continuidade da ocupação. Da mesma forma, a Ocupação Dandara tem também um papel importante para as Brigadas, por ser o maior exemplo do êxito e de perenidade de suas ações em Belo Horizonte. Tal ocupação serve de paradigma para a divulgação das Brigadas para o mundo.

As Brigadas Especiais são brigadas que não estão vinculadas a um território. Elas atuam de maneira diferenciada em torno de questões específicas. No momento da pesquisa eram duas as Brigadas Especiais: Brigada Nossa América, que contava com militantes que atuavam na área da cultura, e Brigada Jurídica, que atuava em torno da defesa jurisdicional e era composta em sua maioria por membros do coletivo de advogados populares que dividia os custos da casa sede.

As Frentes de Trabalho são agrupamentos de militantes que atuam em torno de uma demanda específica (antiprisional, juventude, mulheres, reforma urbana) ou são voltadas para a estrutura e funcionamento da organização (comunicação e formação). Têm o objetivo de fortalecer a organização das lutas, possuem planejamento próprio e destacam militantes para compor o secretariado.

Na atualidade são seis Frentes: Frente de Mulheres, que trabalha com as questões de gênero; Frente Antiprisional, que trabalha em torno da garantia dos direitos de pessoas privadas de liberdade e de seus familiares; Frente de Formação, que trabalha em torno de questões referentes ao estudo e à formação dos militantes; Frente de Juventude, como é o caso do coletivo de jovens pesquisado da Dandara, que trabalha em torno das questões que perpassam a vivência da juventude de periferia, como a violência vivida e a falta de emprego; Frente de Reforma Urbana, que trabalha em torno das questões que envolvem a cidade, sua ocupação e a

mobilidade urbana, e a Frente de Comunicação e Cultura, que atua em torno das questões de comunicação e divulgação das ações do movimento.

Os Núcleos Brigadistas giram em torno de temas específicos (gênero, formação, urbanismo, juventude, entre outros) e podem ser idealizados por qualquer militante em qualquer território de atuação das brigadas. O intuito é promover a discussão do tema no local em que se percebeu a demanda. Assim como eles podem surgir espontaneamente, podem também deixar de existir mediante a ausência de demanda. Podem ter uma duração maior, como podem também ser efêmeros.

O Secretariado é uma estrutura que compreende os secretários políticos e conta com membros das Brigadas Territoriais, Brigadas Especiais, Frentes de Trabalho e Núcleos Brigadistas que são nomeados internamente em suas organizações. Trata-se de um espaço operativo e de interconexão com as outras estruturas. É no Secretariado que acontece a gestão da organização e onde as questões são deliberadas para então serem apresentadas nas assembleias. Já a Assembleia Brigadista é a maior instância decisória no movimento, em que se estabelecem suas concepções políticas, propostas de organização, alianças e estratégias.

Há que se destacar que, de acordo com o que é apresentado pelo próprio movimento em seu documento de estrutura organizativa, percebe-se certa complexidade, que perpassa a sua estrutura, a sua organização e a sua atuação. Em seus objetivos, o movimento prima por uma mudança estrutural na sociedade que remete à necessidade de atuação do cidadão na sua realidade com intuito de modificá-la, seja ocupando espaços abandonados na luta pela moradia, seja na defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade, seja na participação em mobilizações, passeatas e atos públicos para discutir a cidade em suas mais variadas nuances. Podemos dizer que essa inserção em diversas ações coletivas, em contextos variados, é uma característica singular dessa organização.

Como o foco da pesquisa estava sobre os jovens militantes da Frente de Juventude na Ocupação Dandara, a observação dos eventos ocorridos na sede das Brigadas teve o objetivo de conhecer melhor a organização. Assim, algumas atividades puderam ser acompanhadas, esporádica e tangencialmente.

As reuniões de assembleia aconteciam, em sua maioria, aos finais de semana, aos sábados ou domingos à tarde. A presença dos militantes não era muito grande, mas os secretários das estruturas sempre estavam presentes. Nessas atividades, geralmente, os secretários apresentavam para as pessoas os temas que foram discutidos nas Frentes e no Secretariado, pontos para debate e deliberações do grupo. Por mais que na ponta da militância as ações se mostrassem dinâmicas e envolvessem passeatas, pintura de faixas, mobilizações para negociações em processos judiciais, percebemos no processo certa morosidade. Em se tratando da estrutura, essa nos remetia a algo hermético e rígido. Uma hierarquia que não condizia com o discurso recorrente de horizontalidade e de liberdade de atuação. Ainda que não houvesse uma pessoa à frente do movimento, percebe-se que coletivamente a hierarquia sinalizava certa rigidez próxima às formas de organizações políticas de esquerda clássicas.

3.2 A relação entre as Brigadas e a Dandara

Para melhor entendermos o contexto da atuação dos jovens pesquisados na ocupação estudada, temos antes que entender o contexto da atuação das Brigadas Populares. Inicialmente, após perpassarmos a complexidade das dinâmicas, relações e o funcionamento das Brigadas, é importante destacar que a Dandara não é uma estrutura das Brigadas Populares, bem como as Brigadas Populares não se resumem à atuação que a organização tem na Dandara. Um morador pode ser militante da luta pela moradia, participar das assembleias, atuar como coordenador e não ser das Brigadas Populares, da mesma forma alguns outros fazem questão de se dizer brigadistas, embora demonstrem pouco domínio teórico sobre a organização e suas propostas.

Gohn, ao dialogar com a obra de Melucci, nos diz que:

Nos movimentos sociais atuais os iniciadores das ações não são os marginalizados, mas sim lideranças com experiência anterior. Os primeiros a se rebelar numa dada situação de opressão não são os mais oprimidos e desagregados, mas os que experimentam uma contradição intolerável entre a identidade coletiva existente e as novas relações sociais impostas pela mudança (GOHN, 2012, p. 156).

Podemos considerar que as Brigadas têm um papel importante como apoiadores, que trabalham junto aos moradores desde o início das atividades, antes

mesmo da efetiva ocupação do terreno. Nesse cenário, as relações estabelecidas entre os membros das Brigadas e da Ocupação nos parecem horizontalizadas, apesar de haver um componente de disparidade. Se partirmos dos pressupostos foucalteanos, que nos dizem de uma microfísica do poder (FOUCAULT, 2007), na qual as relações são pautadas pelo poder intrínseco ao processo, podemos dizer que o capital econômico e cultural dos membros das Brigadas os fazem detentores de um status superior no cenário social e, conseqüentemente, na Ocupação. Segundo Arroyo (2012), “o padrão de poder foi e continua associado a um padrão de saber, de conhecimento, associado a um padrão de classificação das culturas, dos saberes e racionalidades” (p. 38). Por mais que não seja algo intencional, é, sim, uma situação muito difícil de ser evitada, isso por concordarmos com ambos os autores que nos dizem que saber é poder.

Em alguns momentos, percebe-se a existência de um discurso de dependência por parte de alguns moradores, como se as Brigadas, nas pessoas de seus militantes, fossem capazes de resolver quaisquer problemas na Ocupação. Alguns moradores demandavam dos militantes, algumas vezes, até mesmo questões referentes a oportunidades de emprego, como se fosse algo que lhes cabia resolver. Em alguns momentos, fomos levados a entender que a presença das Brigadas causava certo comodismo e a reprodução de uma lógica de dependência. Essa hierarquia emergia nos discursos dos próprios moradores, que sempre faziam questão de destacar “o quão competentes são os brigadistas”, que “a ocupação somente está no terreno até hoje em função do trabalho desenvolvido pelas Brigadas por meio de seus advogados” (Caderno de Campo).

Diante dessa relação paradigmática, não seria de se estranhar que nuances vistas nas Brigadas se reproduzissem na ocupação. Nesse sentido, reconhecemos que, em alguma medida, parece haver semelhanças entre as estruturas de funcionamento da Ocupação e a lógica estrutural das Brigadas. O que é plausível, tendo em vista ser uma lógica de funcionamento recorrente em outras ocupações, que não são organizadas pelas Brigadas.

Em ambas as estruturas havia a clara divisão dos militantes em grupos menores (frentes e grupos), que posteriormente estabelecem uma reunião entre as lideranças (secretários e coordenadores), para então serem levados a cabo nas assembleias. Vemos que o processo de participação dos membros é marcado pela

busca por relações horizontalizadas, mesmo havendo uma estrutura rígida que garante o funcionamento e dá a tônica para os coletivos como um todo.

No que tange aos aspectos ideológicos, percebemos que as Brigadas - como um movimento popular, de massa, que tem em seu horizonte a busca por uma transformação social processual e gradativa – influenciam diretamente os moradores da Ocupação. Nuances dessa influência podem ser percebidas nos discursos dos moradores, nos posicionamentos em relação à luta pela moradia, no conteúdo político contido nas músicas da Ocupação, na forma de conversar e levantar a bandeira da Ocupação.

No que se refere às formas de luta e os valores simbólicos nela contidos, podemos dizer que existe uma distância grande entre o que é ser militante para um morador da Dandara e para um brigadista. Não queremos com isso dizer que haja uma distância com relação ao objetivo, qual seja, promover mudanças na estrutura social, mas sim diferenças do que é permitido e embargado para se alcançar esse objetivo. Para ilustrar, faço uso de uma situação vivenciada durante a estada no campo de pesquisa.

Um momento de tensão e risco durante o trabalho de campo aconteceu no dia 26/06/2013¹⁸, data do jogo de futebol entre Brasil e Uruguai na Copa das Confederações (Caderno de campo – junho de 2013). Estive presente, acompanhando alguns dos jovens da Ocupação nas passeatas da “Jornada de Junho”. Para esse evento, houve uma grande mobilização das Brigadas Populares, que organizou uma fanfarra com vários instrumentos de percussão, distribuiu panfletos com as músicas compostas para o ato, pintou faixas, comprou óculos de proteção para os manifestantes, distribuiu vinagre para evitar os efeitos do gás lacrimogêneo e mobilizou uma participação efetiva dos moradores da Dandara nas manifestações.

Para esse dia havia uma estratégia de atuação no ato, tudo muito bem planejado, com pessoas determinadas para funções específicas. Havia pessoas que

¹⁸ O ano de 2013 entrou para a história do Brasil como um marco. Tivemos nas ruas de nosso país uma movimentação singular, nunca vista, da forma em que se deu. Para além do questionamento de um aumento de vinte centavos na passagem de ônibus (CASTELLS, 2013), as “Jornadas” ou “Revoltas de Junho” (ROLNIK, 2013; SECCO, 2013) colocaram nas ruas várias e diferentes vozes que gritavam e ecoavam os problemas da sociedade brasileira. A sociedade, de certa forma, surpresa, teve de lidar com o “terremoto” que questionava situações que perpassavam: os gastos com uma Copa do Mundo no Brasil, a falta de investimentos na educação e na saúde, a corrupção na política, a mobilidade urbana, a garantia dos direitos (ROLNIK, 2013, p.8).

vestiam coletes, que eram os líderes. No caso de algum militante se perder durante a caminhada, deveria procurar por essas pessoas na multidão. Havia militantes enfermeiros profissionais, que carregavam consigo materiais de primeiros socorros, caso ocorresse algum confronto com a polícia e alguém se machucasse. Havia também uma estratégia preestabelecida para retirada em segurança dos militantes. Todas as orientações foram dadas na sede das Brigadas antes da caminhada. Havia até um militante que tinha tido treinamento militar quando servira ao exército e que deu orientações com relação a como se proteger das bombas e como proceder em caso de tumulto e de confronto.

A passeata foi muito tranquila, caminhou-se do centro da cidade até o campus da UFMG, próximo ao Estádio “Magalhães Pinto”, também chamado de Mineirão. Nesse ponto os manifestantes tiveram a passagem embargada pela Polícia Militar. A Avenida Antônio Carlos, que já tinha sido palco de um confronto entre manifestantes e polícia, foi novamente transformada em um cenário de guerra. Nesse dia estivemos muito próximos do conflito; em um dado momento, sob os efeitos do gás lacrimogêneo e das bombas de efeito moral, a polícia veio para cima dos manifestantes, houve um tumulto grande, pessoas caídas pelo chão, sendo pisoteadas. Em meio a muitos gritos e choro, a separação do grupo foi inevitável.

Como constava na estratégia, o grupo se reuniu em uma rua próxima, aos poucos foram chegando as pessoas. Quem chegava perguntava se alguém tinha visto aqueles que não estavam ali, se alguém tinha sido machucado ou preso. Nesse meio tempo, algumas lideranças se sentaram para decidir o que seria feito. Muito exaltados, alguns propunham o retorno para a área de conflito, outros diziam que era hora de ir embora, pois muitas pessoas estavam passando mal. Nesse momento chegou junto ao grupo um morador da Dandara, que se identificou como sendo membro das Brigadas e militante da Frente de Reforma Urbana, com uma lata de cerveja na mão. Aqueles que estavam na organização olharam para ele de forma a reprovar tal atitude. Um dos organizadores perguntou aos gritos: “Que é isso, cara? Tomando cerveja num momento complicado desses, isso aqui não é festa, não, porra! Todo mundo envolvido no quebra-pau com a polícia e você aí tomando cerveja?!”. O morador ficou constrangido, retrucou dizendo que “ninguém gritava com ele de graça, que nem o pai dele fazia aquilo com ele”. Uma turma entrou para evitar uma possível briga. Mesmo assim, o morador saiu falando alto

que “ninguém ali era dono de ninguém, que cada um tinha sua cabeça e fazia sua sentença”. Contornado o acontecido, as pessoas se encaminharam para o ônibus que tinha sido alugado e que estava próximo dali; todos retornaram para casa. Um clima desagradável permaneceu até chegar ao ponto de desembarque.

Esse acontecimento, apesar de parecer algo corriqueiro, pode nos mostrar nuances importantes nesse processo de militância. Para os militantes das Brigadas, o momento era sério e por isso havia a necessidade de se manter compenetrado, envolvido com as ações, preocupado com o grupo e isso inviabilizava qualquer possível dispersão da atenção e comprometimento da ação. O morador que estava bebendo a cerveja era de um grupo considerado como responsável pela segurança das demais pessoas, que deveria cuidar do coletivo naquele momento de conflito e por isso era inadmissível aquele tipo de atitude por parte dos brigadistas. Já para o morador da Dandara, o fato de estar tomando uma cerveja não inviabilizava, de maneira alguma, a sua possibilidade de atuar como segurança e demonstrar sua luta pela moradia naquela passeata. Isso nos sinaliza construções simbólicas díspares em se tratando da forma como lutar, das permissões e embargos no movimento.

Esse é um fato que pode muito bem ilustrar as disparidades existentes no processo de militância. Ser morador não quer dizer ser membro das Brigadas. Ser morador e se declarar membro das Brigadas não quer dizer que houve um processo de assimilação total das formas de funcionamento e dos valores. Nesse sentido, podemos dizer que ser membro das Brigadas não envolve, simplesmente, a autodeclaração como tal. Esse pode ser um passo importante, no entanto, acreditamos ser mais complexo por envolver um processo de apropriação simbólica que é lento e gradual, que acontece de maneiras diferentes e que pode, inclusive, dar margem a outras formas para além do marxismo mais tradicional. Não são raros os moradores que se envolvem em todas as ações da Ocupação, mas que não se envolvem com as Brigadas. Uma coisa é dizer que as Brigadas influenciam a Ocupação Dandara ao apoiá-la, outra bem diferente é dar a entender que na Dandara todos os moradores assumiram a ideologia marxista das Brigadas como paradigma de vida.

3.3 Questões entre a organização política e o movimento social

A forma de atuação e organização das Brigadas pode nos sinalizar uma possível ressignificação de um modo de atuação política, o que nos permite dizer de novos padrões de ação coletiva e que nos remete também ao surgimento de novos sujeitos políticos. “Estes jovens trazem consigo a memória histórica que os auxilia e os compromete ideologicamente com a esquerda tradicional latino-americana que respeitam, porém, são capazes de absorver de forma contemporânea” (SOUSA, 2014, p. 125). De acordo com a sua perspectiva, busca-se intervir socialmente por meio de ações coletivas como ocupações, participação em manifestações públicas e por pressão à estrutura social. As práticas desses movimentos nos proporcionam enxergar nuances de um alargamento do espaço da política ao se inserirem em uma luta pelo direito de reivindicar direitos (SADER, 1988). Em grande medida, a ocorrência e manutenção da Ocupação Dandara é reflexo desse tipo de atuação política empreendida por meio de conflitos e lutas no cenário público desde a fundação das Brigadas.

Durante minha presença no campo, pude ver algumas vezes alguns de seus membros dizerem que “as Brigadas Populares não é um movimento social, e sim uma organização política”. O tom dos posicionamentos nos remete a valores simbólicos que colocam o movimento social como sendo passional e a organização, algo racional. Como se houvesse demérito no fato de o sentimento estar à frente da razão. Entretanto, a questão nos parece mais complexa e não se resume ao drama shakespeariano do “ser ou não ser”. Tais posicionamentos nos sinalizam certa aproximação com os valores pregados pelos movimentos de esquerda tradicionais nas décadas de 60 e 70 no Brasil, que pensavam a massa como espinha dorsal para a revolução, entretanto por meio de uma consciência política de um núcleo intelectual direcionador das ações.

Embora o arcabouço teórico sobre movimentos sociais componha a espinha dorsal desta pesquisa, não é nossa pretensão examinar detidamente todas as teorias a esse respeito, o intuito é conseguir compor um quadro capaz de nos auxiliar na análise e estudos empreendidos. Para tanto, não percamos de vista o fato de que há importantes diferenças entre os vários pensadores e suas construções teóricas, mas também podemos dizer de potenciais aproximações. Por isso, foquei-me nas correntes teóricas europeias, dos novos movimentos sociais,

mais especificamente dos estudos empreendidos por Alberto Melucci (1989, 1997, 1999, 2001, 2004)

Em se tratando da questão de posicionamento dos militantes brigadistas sobre ser ou não ser um movimento social, ao final do ano de 2013 aconteceu uma situação interessante: alguns militantes das Brigadas foram convidados a fazer uma fala em um seminário de movimentos sociais. Por mais que tenham discutido coletivamente a questão em torno da sua identidade como organização política ou movimento social internamente, o fato de ser um seminário de movimentos sociais não foi um fator para que se abstivessem de tal oportunidade de se fazerem presentes no evento (Caderno de campo – dezembro de 2013). O que parece é que o ser considerado ou não movimento social vai variar de acordo com os interesses que estiverem em jogo.

Uma empreitada que envolve a análise e estudo de movimentos sociais implica também lidar com duas questões de difícil resolução, que, de acordo com Gohn (2012), são: o próprio conceito de movimento social e as várias teorias a esse respeito. Em se tratando dos estudos sobre os movimentos sociais, a década de 60 do século XX demarca um momento importante:

A partir dos anos de 1960, em várias regiões acadêmicas do mundo ocidental, o estudo dos movimentos sociais ganhou espaço, densidade e status de objeto científico de análise e mereceu várias teorias. Tudo isso ocorreu porque, em parte, os movimentos ganharam visibilidade na própria sociedade, enquanto fenômenos históricos concretos (GOHN, 2012, p.10).

No período mencionado pela autora, talvez fosse mais simples dizer de uma tendência entre os movimentos sociais, marcados pelas questões da classe trabalhadora, o que fazia com que, na maioria das vezes, se identificasse movimento social como movimento de trabalhadores. Na atual conjuntura, a sociedade nos oferece uma infinidade de possibilidades. É a sociedade da informação, na qual o exercício da experiência é parte importante para a inserção social.

Quanto à palavra *movimento*, a polissemia do termo causa o perigo de considerá-lo sinônimo de tudo o que possa causar, de certa forma, algum efeito sobre a organização social. Portanto, há que se diferenciar o movimento social de outros fenômenos coletivos como delinquência (que pode ser vista, por exemplo, na quebra de ônibus coletivos por parte de uma torcida organizada ao final de um jogo de futebol, em que seu time tenha perdido uma partida), reivindicação organizada

(que pode ser vista, por exemplo, na negociação entre trabalhadores que pedem um aumento de salário em função do alcance de metas na empresa) e o comportamento agregado de massa (MELUCCI, 1989).

Podemos dizer que as Brigadas Populares e a Ocupação Dandara são construtores de novos espaços de intervenção social ao proporcionar aos seus membros canais de luta por direitos negados na cidade, isso porque as demandas apresentadas à sociedade emergem de sua condição existencial e da politização de questões antes silenciadas na esfera privada. Esses coletivos podem emitir uma imagem turva e dar a impressão de um objeto empírico unitário e harmonioso, o que pode não condizer com as relações ocorridas em seu interior. Como pudemos ver, as negociações e disputas internas são de diversas ordens, perpassam conflitos em torno das direções a serem tomadas, bem como refletem a disputa em torno dos lugares de poder e da capacidade de influenciar nos direcionamentos. Entendemos que as Brigadas trazem em seu bojo a tradição da esquerda marxista e a Dandara retoma as lutas dos movimentos populares pela moradia da década de 1980 (SADER, 1988).

Gohn (2010) reconhece nos movimentos sociais um novo ator histórico capaz de dinamizar a sociedade, tendo em vista que:

O movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram uma identidade, adversários, aliados, bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunitárias diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos e visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações (GOHN, 2010, p.14).

Os elementos apontados pela autora podem claramente ser percebidos quando tratamos das Brigadas Populares e da Ocupação Dandara em sua luta pela moradia. Essa luta não deixa de estar inserida na lógica de funcionamento de nossa sociedade e por isso mesmo passa a questionar tais práticas (SADER, 1988). Como ação coletiva, coloca em dúvida os valores sociais praticados e o privilégio dos interesses econômicos em detrimento do bem comum. Isso permite inferir a existência de uma identidade coletiva, não somente daqueles que não têm moradia, mas das pessoas que se identificam com essa luta. Nessa dinâmica, estabelecem-

se os aliados e os inimigos. Essa é uma identidade que aglutina elementos de um nacionalismo revolucionário que busca a soberania popular e que por meio da luta almeja alcançar uma “*Nova maioria*” como campo de forças sociais capazes de se contrapor à hegemonia do capital e à forma como a sociedade se encontra estruturada (SOUSA, 2014).

Se podemos dizer de uma quantidade grande de aliados que apoiam a luta, podemos dizer também de um inimigo de grandes proporções, qual seja, o mercado imobiliário que, inserido na lógica capitalista, promove especulações que encarecem absurdamente os imóveis e tornam a moradia digna algo inacessível e privilégio de poucos. Quanto aos moradores, em seus discursos, caminham no sentido de se digladiarem com o poder público e sua inaptidão ou falta de interesse em tratar das questões de moradia. Tal posicionamento pode dar a entender que esse também é um inimigo. Segundo Santos:

O planejamento urbano, pelo poder público, poderia ser um instrumento para implementar as propostas vindas dos movimentos sociais, entretanto estas entram em contradição com as necessidades estruturais do modo de produção, contrariando os interesses dos setores hegemônicos e, assim, não sendo implementadas. (SANTOS, 2008a, p.20).

Nesse sentido, entendo que o poder público é mais um ator que se insere em um campo de contradições ao ter que lidar com interesses, por vezes antagônicos, ao administrar a cidade e as diversidades nela presentes. Sobre esse aspecto, Santos nos diz que existem:

Limites estruturais na dinâmica do Estado capitalista em relação às reivindicações dos movimentos sociais. Por um lado, a atuação seletiva do Estado contribui para a criação de demandas e, por outro, os limites, relacionados em geral à política econômica, dificultam a relação dos movimentos com o poder público para o atendimento dessas demandas ou para resolução de conflitos. (SANTOS, 2008a, p. 52).

Sobre a relação da Ocupação e seus moradores com o poder público, Maria nos diz que “a impressão que eu tenho é que tem uma guerra fria e eu não sei como se dá isso porque em partes a gente depende deles para muita coisa e eles dependem da gente muito mais”. A guerra fria mencionada pela jovem é uma metáfora interessante para tratar tal relação, tendo em vista que remonta aos conflitos de caráter ideológico entre USA e URSS, na década de 1980, e que nunca chegaram às vias de fato, ou seja, não redundaram na terceira guerra mundial. A

fala da jovem nos dá a dimensão da proximidade e da complexidade da relação estabelecida entre a Ocupação e o prefeito como representante do poder público. Ela deixa claro que entende a dependência para com o poder público, no entanto, a questão, ao que parece, é que esse não atende a Ocupação em todas as suas demandas. Em contrapartida, a jovem nos diz também da dependência desse mesmo poder público para com a Ocupação. Uma dependência, a meu ver, de ordem política, ou seja, dependendo da atitude tomada por parte do prefeito, as repercussões podem prejudicar sua imagem perante a opinião pública.

Em se tratando de mobilização e pressão social para promover mudanças, os movimentos sociais aparecem como agente destacado em uma sociedade massificada, desequilibrada no descompasso entre a evolução tecnológica e a miséria de milhões de pobres, em que o consumo ocupa o lugar privilegiado para satisfação dos desejos, em que a busca do lucro desencanta e destrói as relações sociais. Na atualidade, os movimentos sociais interpelam a ordem social. A matriz eminentemente proletária, baseada em paradigmas de tempos passados, dá lugar a uma diversidade considerável de conflitos e formas organizadas de movimentos: feminista, de gênero – lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTTT), juvenil, urbano, étnico, ecológico e pacifista (MELUCCI, 2001).

Em se tratando das Brigadas Populares, dada a pluralidade de possibilidades de atuação, percebe-se fortemente a existência de conflitos em torno da necessidade de engajamento e de disponibilidade de tempo. Ao contrário do que possa parecer, os movimentos sociais têm um gasto de energia considerável para além dos conflitos coletivos. Há um grande dispêndio de força com o intuito de manter a unidade interna e sua organização, uma vez que, no seu interior, a heterogeneidade produz disputas em torno de significados e de modos de ação e organização.

Várias foram as reuniões nas quais a ausência de membros era questionada como um posicionamento displicente de pessoas que não levavam a militância à sério. A demanda de militantes nas Brigadas é grande, tendo em vista a sua atuação nas discussões em torno da cidade, para agir junto às ocupações, para trabalhar com o direito das pessoas privadas de liberdade e que se encontram no sistema prisional. Um aspecto singular que remete à necessidade de o militante estar em

vários lugares, entretanto, sem estar, muitas vezes, em lugar nenhum. Aos militantes é imposta a tarefa de tentar dar conta de tudo. São muitos eventos e parece que, em certa medida, faltam pessoas.

Como fenômeno coletivo, a manutenção do movimento não lhe é inata, dependendo de negociações para manter unidas as diferenças de uma organização que não é monolítica. As relações internas estabelecidas entre os membros das Brigadas Populares, bem como as relações mantidas com os moradores da Ocupação Dandara, exemplificam isso de maneira clara. De acordo com Melucci (2001), nos estudos atuais sobre os movimentos sociais ainda permanecem abordagens que pressupõem uma unidade empírica, uma realidade coletiva existente como coisa e em que o agir social é um dado.

O próprio movimento pressupõe uma instância marcada por diferentes nuances, por regras e trâmites. O conflito travado no contexto social tem o poder de influenciar o modo de produção da sociedade e a vida cotidiana dos envolvidos no processo (MELUCCI, 1989). O movimento pode ser visto como uma teia composta de complexas redes em que a questão identitária é perpassada por intercâmbios, negociações, decisões e conflitos (MELUCCI, 1999).

O movimento social carrega em seu cerne o caráter antagônico, a quebra de regras, para além dos limites impostos pelo sistema de relações sociais. Ações que questionam diretamente uma realidade social posta como algo estabelecido. Nesse contexto, a presença do conflito gira em torno do sistema existente e da cobrança de mudanças do próprio sistema, que passa a ser visto como não condizente com a realidade vivida pelos atores que compõem o movimento. Portanto:

Fora dos objetos concretos, materiais ou simbólicos, que podem estar em jogo em um conflito, o motivo pelo qual nos enfrentamos é sempre a possibilidade de nos reconhecermos e sermos reconhecidos como sujeitos de nossa ação. Entramos em um conflito para afirmar nossa identidade, negada por nosso opositor, para nos reapropriar daquilo que nos pertence, porque estamos aptos a reconhecê-lo como nosso. (MELUCCI, 2004, p. 49).

Ainda tratando das questões referentes ao conflito, Melucci chama a atenção para o seguinte:

Os conflitos nos quais nos envolvemos expressam sempre uma oposição entre os pólos do auto-reconhecimento e do heterorreconhecimento, entre o modo como nos definimos e o modo como os outros nos definem. [...] em cada conflito, mesmo quando está em jogo um objeto concreto – até mesmo um bem material –, vai também estar sempre presente um conflito de identidade. (MELUCCI, 2004, p.52).

O efeito do movimento sobre a arena de disputas decorre de uma ação coletiva que emana do próprio movimento. Tal ação “é resultante de objetivos, recursos e limites, isto é, uma orientação finalizada que se constrói por meio de relações sociais no interior de um campo de oportunidades e vínculos” (MELUCCI, 2001, p.46). Diante desse quadro, pode-se considerar que os movimentos implicam solidariedade, ou seja, capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte de uma unidade social, pois “graças à solidariedade que nos liga aos outros, podemos nos afirmar como sujeitos de nossa ação e suportar a ruptura que o conflito insere nas relações sociais” (MELUCCI, 2004, p.49).

No contexto das Brigadas Populares e da Ocupação Dandara, parece que a falta de moradia é componente central para fomentar o envolvimento na luta por esse direito. O sentimento de solidariedade é o amálgama que dá sentido e significado para a luta, não somente a solidariedade entre os que não têm moradia, mas também entre os que, mesmo tendo suas moradias, veem essa luta como válida e necessária. Há que se considerar que “os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários políticos instituídos” (SADER, 1988, p.199). Nesse sentido, consideramos a construção de uma identidade coletiva como um sistema de ação desenvolvido pelo grupo.

Essa identidade “não é um dado ou uma essência, mas produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores” (MELUCCI, 2001, p. 23). O exercício da ação coletiva por parte do movimento só se dá pela capacidade de formação de um “NÓS” que agrega o sentido, os limites e o campo da ação. Melucci destaca que:

A participação em ações de mobilização coletiva e em movimentos sociais, o engajamento em atividades de inovação cultural e ações voluntárias de cunho altruísta assentam seus alicerces sobre a necessidade de identidade e contribuem para respondê-la. (MELUCCI, 2004, p.49).

O antagonismo pressupõe a delimitação da fronteira entre o “NÓS” e os “OUTROS”. Dessa forma, ficam estabelecidos os envolvidos na disputa ocorrida na arena relacional, sem deixar de considerar o reconhecimento recíproco por parte deles. Há aí um sentido para a ação desse coletivo, propiciando que sobressaia da ação coletiva o exercício da identidade coletiva que, apesar das diferentes nuances que a compõem, é agregadora, pois capacita o ator a definir-se a si mesmo e ao seu opositor. Segundo Melucci:

Um movimento social é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos. A ação coletiva de um movimento se manifesta através da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação mesma se situa [...]. Um movimento não se limita, portanto, a manifestar um conflito, mas leva para além dos limites do sistema de relações sociais a que se destina (rompe as regras do jogo, propõe objetivos não negociáveis, coloca em questão a legitimidade do poder, e assim por diante). (MELUCCI, 2001, p.35).

A ação coletiva decorre da dissonância entre o movimento e a ordem social, daí sua ininterrupta construção, pressupondo a impossibilidade de se manter um equilíbrio constante. A simples existência de um conflito e da luta de dois atores pela apropriação de recursos valorizados por ambos não contempla o movimento social em toda sua singularidade. Há que se considerar a existência do conflito a partir de um sistema comum de referências, há algo em jogo, que interessa e é valorizado por ambos os envolvidos no digladio. Em suma, pode-se definir, analiticamente, segundo Melucci (1989), o movimento social como “uma forma de ação coletiva a) baseada na solidariedade, b) desenvolvendo um conflito, c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação” (p.57).

De acordo com o que já foi discutido em relação aos movimentos sociais e suas características nas sociedades complexas contemporâneas, podemos inferir que a ocorrência desses movimentos tem como premissa inflamar as questões e conflitos vividos pela sociedade atual, bem como politizar múltiplas esferas do cotidiano e alargar os espaços da política. Esses movimentos podem se diversificar em torno das mais variadas lutas que perpassam questões estudantis, de orientação sexual, de classe, de moradia, de direito ao ensino superior e à universidade, de raça etc.

3.4 Entre primitivos, clássicos, novos e novíssimos movimentos sociais

Atualmente, a caracterização e compreensão dos movimentos sociais demanda um esforço considerável, dada a multiplicidade de possibilidades organizativas. Encontraremos quem trate dos movimentos sociais primitivos, quem trabalhe na perspectiva dos movimentos sociais clássicos, quem nos diga dos novos movimentos sociais e quem se refira aos novíssimos movimentos sociais ao lidar com conflitos da contemporaneidade. Não se trata aqui de aprofundar as análises sobre essas diferentes categorias, mas indicar alguns aspectos que podem nos ajudar na compreensão dos movimentos sociais contemporâneos.

Apesar do marco da década de 1960, alguns autores vão buscar os movimentos sociais em períodos históricos que antecedem as lutas de classe e o movimento proletário. Eric Hobsbawm (1970) vai nos chamar atenção para o que ele considera serem as formas arcaicas de movimentos sociais promovidas pelos rebeldes primitivos. Na perspectiva do autor, eram ações de contestação da ordem social vigente, marcados pela importância do caráter prático das ações de pessoas que, por meio do banditismo social, empreenderam uma luta contra a opressão a partir do conflito entre “pobres” e os “ricos”. Trata-se do que o autor vai chamar de “germe dos movimentos sociais”. As dificuldades enfrentadas na vida apareciam como mobilizadoras e o protesto, por meio de ações de expropriação, tinha também o intuito de interpelar a realidade social.

Ainda caminhando no sentido de compor um cenário das várias nuances dos movimentos, retomamos aqui os considerados movimentos sociais clássicos, que, na década de 1960, tinham uma identificação imbricada com as mobilizações e ações de caráter sindical, o que fazia com que na maioria das vezes se considerasse movimento social como movimento trabalhador. Esse tinha como base uma ideologia fortemente pautada na teoria marxista.

Podemos dizer que, de uma maneira geral, esses movimentos pretendiam promover mudanças estruturais da ordem social estabelecida na perspectiva revolucionária. A instância de atuação era delimitada por uma fronteira rígida que se dividia entre o proletariado e a burguesia, com papéis e os lugares determinados a partir das posições de classe. Nesse contexto, em que o coletivo suplantava a individualidade, estabelecia-se um modelo no qual não havia espaço para as diferenças para além das estabelecidas entre burguesia e proletariado.

Ao término do século XX, mais especificamente ao final da década de 80, com a queda do muro de Berlim, e o início da década de 90, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, questionamentos foram levantados quanto aos rumos das sociedades. Diante do acontecido, dúvidas foram lançadas também sobre os movimentos sociais e sua capacidade de promover mudanças, bem como, sobre os indivíduos que compunham aquela sociedade. Tais sujeitos passaram a ser vistos como desprovidos da capacidade de mobilização, da coesão proporcionada pela consciência de classe. Todavia, apesar da crise daquele modelo paradigmático, os movimentos sociais no Brasil se mantiveram em ininterrupto processo de mutação em concomitância com a mudança da própria sociedade (GOHN, 2010; 2012).

Melucci (1999) apresenta o que podemos considerar por novos movimentos sociais. Movimentos que já não se fundamentam na matriz marxista estrutural, baseada em campos opostos, burguesia e proletariado. De acordo com Samira Kauchakje (2010):

O que distingue os novos movimentos sociais dos demais movimentos “clássicos” não é a época de seu surgimento, mas o teor de suas demandas, que apregoam a autonomia com relação aos poderes instituídos e são menos enraizados nos conflitos de classe e ideologias totalizantes. Isto é, caracterizam-se por apresentarem elementos culturais como reconhecimento da diversidade humana e biológica, interdependência da biosfera e democratização das relações sociais e políticas (KAUCHAKJE, 2010, p.87).

Nesse sentido, “a própria noção de ‘movimento’ que originalmente se apresentava como uma entidade que atuava contra o sistema político e governamental, resulta agora inadequada para descrever a realidade dos fenômenos coletivos reticulares e difusos” (MELUCCI, 1999, p.11). Então podemos inferir que os movimentos sociais, para além de uma coisa ou mesmo um dado, vistos dessa forma podem se tornar, simplesmente, uma imagem caricatural de cobrança de mudanças.

O movimento nos remete a uma teia composta de complexas redes em que a questão identitária é perpassada por intercâmbios, negociações, decisões e conflitos. Para Luiz Vicente Vieira (2004), o que *importa* “é considerar o sentido dos movimentos sociais como uma nova forma de expressão de significativos segmentos sociais, forma essa que emerge como resultado do esgotamento dos canais legais de participação e representação política” (p. 332).

Na atual configuração social, alguns autores nos dizem dos novíssimos movimentos sociais. Esses são movimentos que se caracterizam pela horizontalidade, pela multiplicidade de bandeiras levantadas, pela multiplicidade de significados denotados às causas e também por uma infinidade identitária construída e reconstruída no interior das lutas. Privilegiam a interação e a relação social para além de esfera política institucional. Refletem uma conjuntura específica na qual os atores não se sentem contemplados pelas formas tradicionais de atuação na sociedade. São movimentos extremamente dinâmicos, marcados pelas ações diversas em espaços diversos (CANEVACCI, 2005). Segundo Oliveira e Dayrell (2012), as movimentações contemporâneas, para além das demandas específicas, parecem confluir para o próprio questionamento ético desse modelo de sociedade em que estão inseridos.

Nessas novas formas de agregação coletiva, a militância não se restringe ao embate de ideias no interior das instituições, dos partidos, dos sindicatos, mas permitem ações de apropriação da cidade, das suas praças e espaços públicos. Reforço aqui a importância de apurar nosso olhar para a atuação desses militantes em função das singularidades do movimento em que se encontram inseridos. Ao estudarmos jovens envolvidos na luta pela moradia, moradores ou não da ocupação – e que, nesse contexto, pautam as questões referentes aos direitos da juventude, que atuam em parceria com outros movimentos, que se voltam para a temática da cidade, que promovem ocupações como prática reivindicatória – estamos diante de um movimento contemporâneo que estabelece uma relação específica com a sociedade e com a realidade social.

Movimento clássico? Novo? Novíssimo? “Os movimentos sociais, hoje, apresentam-se como resultado de um processo de mundialização no contexto de suas múltiplas formas e dentro de uma trama histórica complexa, derivados tanto do inédito quanto do ressurgente” (BONETI, 2010, p. 66). Em se tratando das Brigadas Populares, da Frente de Juventude e da Ocupação Dandara, penso ser importante percebermos quais são suas aproximações e distanciamentos com relação a outros movimentos, quais diálogos se estabelecem, bem como quais tensões decorrem dessa relação. Isso por acreditar que esse exercício pode auxiliar na compreensão das experiências vividas pelos sujeitos, dos sentidos dados a essas experiências e dos significados construídos por esses sujeitos.

Se antes os papéis estavam determinados, atualmente, eles são muitos e em constante e acelerada mudança. A dinamicidade da sociedade nos cobra instrumentos apropriados para sermos capazes de trafegar em um emaranhado de instâncias e locais de atuação. O interesse das ciências sociais tem aumentado diante das questões postas pela subjetividade e o indivíduo aparece como ator social em potencial, o que pode sinalizar outros horizontes para possíveis estudos acerca da sociedade, dos movimentos sociais e dos novos problemas postos. De acordo com Melucci (1999), pode ser o reconhecimento do que ele chama de *“vínculo entre las mobilizaciones colectivas visibles y las formas menos evidentes de acción que realizan los individuos en sus esferas más íntimas de experiencia”*. (p. 09).

Há que se pensar que as novas configurações dos movimentos não colocam fim às antigas. Além disso, os próprios movimentos podem não dar conta de se restringir a uma única nomenclatura, um único rótulo. Isso sinaliza que as novas configurações dos sujeitos políticos decorrem também de uma dissonância entre os mecanismos políticos instituídos e a vida cotidiana, entre a política tradicional e a política como forma de intervenção e transformação social.

4 UMA FRENTE DE LUTA

Neste capítulo apresento a Frente de Juventude da Dandara, tendo em vista ser esse o espaço privilegiado das experiências participativas vividas pelos jovens envolvidos.

No intuito de proporcionar uma melhor compreensão dos atores e de suas ações, antes de tratarmos diretamente da Frente, faço a apresentação dos sujeitos da pesquisa.

4.1 Sujeitos da pesquisa: jovens da Ocupação e na Ocupação

A presença no campo de pesquisa e a observação me permite dizer que um grupo de oito jovens exerceram a centralidade no processo organizativo e participativo que aconteceu na Frente de Juventude, entre os quais entrevistei sete¹⁹.

Um dos jovens não quis participar das entrevistas. Tentei de todas as formas, marquei e remarquei várias vezes, mas na última hora ele sempre desmarcava. Esse era um dos jovens que, em conversas informais, dizia que não se considerava como membro das Brigadas e sim da Frente de Juventude, uma questão identitária e de não pertencimento que será aprofundada no decorrer do capítulo.

Acreditamos que esse tenha sido um fator para desmotivá-lo, pois ele me disse que, por não ser das Brigadas, não precisaria dar entrevista, por não ter com quê contribuir. Mesmo reforçando que esse pertencimento não era o critério de escolha das pessoas a serem entrevistadas e que o interesse era nas experiências participativas dos membros da Frente de Juventude, ele se negou.

Três dos jovens entrevistados eram participantes de fora da comunidade (duas mulheres e um homem), atuantes na Frente de Juventude da Dandara, e quatro jovens (dois homens e duas mulheres), além de atuarem na Frente, eram moradores da Ocupação, critério que utilizei para organizar as entrevistas.

¹⁹ Todos os nomes utilizados são fictícios, no intuito de manter a privacidade do pesquisado e atender aos princípios da ética na pesquisa. Além disso, esses são nomes de ruas da comunidade em homenagens feitas a algumas pessoas relevantes para o movimento.

4.1.1 *Jovens da ocupação*

4.1.1.1. Maria Diarista²⁰

Maria é uma mulher negra, de 29 anos, casada, tem três filhos, duas meninas e um menino, esse já nascido na Ocupação. As duas meninas são de um relacionamento anterior. Ela traz no rosto as marcas do que foi sua luta durante a vida. Estudou até o ensino médio em escola pública estadual no horário noturno, o que é motivo de orgulho em função das dificuldades enfrentadas.

No que tange às oportunidades de trabalho, podemos dizer que, na maioria das vezes, esteve ocupada em empregos precários, que ofereciam uma baixa remuneração. Diante da falta de moradia e do alto preço do aluguel, ela vê na Ocupação uma possibilidade para ter acesso à habitação digna. Suas palavras dão a dimensão dessa realidade: “O salário que a gente consegue ganhar, com o estudo que a gente tem, não vai comprar uma casa nunca! O muito que vai fazer, é como eu, que morava num barracão na beira do córrego, ou vai morar de aluguel, que era a única coisa que eu tinha condições”.

Maria traz marcadas em sua lembrança experiências de ocupação que antecederam em muito sua chegada à Dandara. A jovem revive na Ocupação a “reprise de um filme” ao passar por experiências e dificuldades similares às enfrentadas pela própria mãe em anos anteriores. Maria, desde os dois anos de idade, esteve acompanhando a mãe em uma ocupação na MG-20, estrada para o município de Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte, onde hoje é o bairro Aarão Reis. Nesse local sua mãe tinha sua casa na época da pesquisa. De acordo com Caldart (2012), podemos dizer que a luta pela terra e pela moradia é uma luta coletiva, das próprias famílias como um todo e não separa os adultos e as crianças. Isso pode, inclusive, repercutir na perenização dessa luta por mais de uma geração.

Mais que um exemplo de luta, a mãe era para Maria um exemplo de vida. As palavras da jovem falam por si: “Eu olho isso [a luta] e fico querendo ser minha mãe”. Com a voz embargada, ela faz questão de ressaltar que sua mãe era uma heroína, pois ela conseguiu criar os filhos trabalhando fora, durante todo o dia, deixando as crianças a cada semana na casa de uma avó “porque não tinha comida

²⁰ A Rua Maria Diarista é uma homenagem da Ocupação a todas as mulheres que exercem essa profissão que, entre as moradoras da Dandara, são a grande maioria.

para lhes dar”. De acordo com a jovem, mesmo com todos os percalços e em um período de tempo em que as coisas lhes pareciam mais difíceis, sua mãe foi vitoriosa.

Segundo Maria, sua ida para a comunidade se deu, inicialmente, pela preocupação com as filhas, que não tinham um lugar para morar. Conforme ela contava sua trajetória, parecia que eu ouvia a história de sua mãe reescrita, com o mesmo roteiro, mas com algumas outras cenas e alguns outros atores. A jovem ficou grávida pela primeira vez em torno dos 20 anos sem contar com o apoio do pai de suas filhas. Desde muito nova, teve sob sua responsabilidade a criação e o sustento das meninas. Em uma sociedade em que preponderam relações sociais de gênero e raciais excludentes, uma jovem negra, com baixa formação escolar e mãe solteira, se deparou com grandes dificuldades.

Dos motivos que levaram Maria à Dandara, além da preocupação com as filhas, havia também nas suas palavras uma vontade grande de “fazer daquele seu lugar um paraíso”. Sua chegada não se deu no período da formação da comunidade. Maria, ao ficar sabendo da Ocupação, começou a participar de algumas reuniões; alguns de seus parentes já estavam lá e conheciam um coordenador que prometeu lhe arrumar um lote, prática velada criticada pela maioria dos moradores da Ocupação, mas que acaba acontecendo. Alguns coordenadores acabam privilegiando conhecidos, ou até mesmo vendendo os lotes. Durante essa primeira tentativa de conseguir um lote, as filhas pequenas de Maria, ainda de colo, ficavam sobre uma toalha forrando o chão, como companhia na capina e arrumação do lote. Infelizmente foi um sonho efêmero. Após duas semanas, o coordenador lhe tomou o lote que ela achava ter ganhado e destinou a outra pessoa, segundo a jovem o lote foi vendido. Momento de tristeza, que ela caracteriza como uma experiência ruim vivida na comunidade. Segundo ela, não quis maiores discussões com o coordenador pelo seu sentimento de inferioridade. Ela acreditava que, por ser mãe solteira, as pessoas não iriam ficar do seu lado. Foi embora prometendo a si mesma voltar.

Para voltar à comunidade, ela conseguiu fazer um empréstimo bancário e comprou um lote, prática duramente criticada por ela na comunidade no momento da pesquisa. Em um contexto de desigualdades sociais em que o acesso a condições básicas de vida digna é restrito, as famílias das camadas populares usam várias

estratégias para garantia de sobrevivência e ampliação de suas oportunidades, configurando trajetórias diversas e não-lineares. Elas recorreram, muitas vezes, a estratégias por vezes antagônicas, como forma de sobrevivência, o que torna compreensível a escolha de Maria. Ela construiu seu barracão de dois quartos, sala, cozinha e banheiro, com a ajuda de familiares e vizinhos. Esse ainda não estava acabado, os tijolos estavam à vista, o chão feito de cimento grosso, não tinha água encanada, a energia era precária, mas oferecia as condições de sobrevivência necessárias para ela e sua família. Ao fazer uma comparação entre sua casa e a de sua mãe, ela disse: “A casa da minha mãe é uma casa razoável, com reboco, pintada, com piso, portas nos quartos e eu tinha vergonha de levar minhas amigas lá e hoje eu fico super alegre, super orgulhosa de receber as pessoas. Na minha casa não tem nada disso”.

Foi na Dandara que ela encontrou seu atual companheiro, com o qual realizou o sonho de se casar “no papel”. Protelado ficou o sonho de se casar na igreja, em função dos gastos. Com ele tem um filho de cerca de um ano. O marido trabalhava em um lava-jato, depois foi demitido e se transferiu para uma marcenaria, depois saiu e estava à procura de emprego. Maria, no intuito de complementar a renda, fazia bolos e salgados para vender. Sua casa estava sempre cheia, seja de amigos ou vizinhos, sendo um ponto de encontro para reuniões, bem como o lugar de fazer a comida para os eventos que aconteciam na igreja ecumênica em função da proximidade com sua casa.

Maria era evangélica e o fato de seguir essa religião parece ter influenciado, em alguma medida, na sua relação com a Ocupação. Ao que parece, para ela tal situação remetia a um conflito de ordem moral, entre sagrado e profano, entre as questões de ordem espiritual e de ordem material. Um conflito existencial que ninguém poderia resolver a não ser ela mesma. No início as pessoas da sua igreja diziam que o que ela estava fazendo, invadindo uma terra que não era dela, era pecado. Segundo a jovem, ela perdeu várias noites de sono por achar que estava roubando algo que não era seu. Em uma outra ocasião, uma colega do trabalho disse que ela estava roubando a terra dos outros, o que a deixou muito chateada. Tal situação a deixava incomodada e insegura quanto à decisão de permanecer na Ocupação. É na militância, junto a outros jovens da ocupação, que ela vai encontrar a convicção de que estava fazendo as escolhas corretas:

Falei com Deus, falava assim: “Oh meu Deus do céu, eu sou serva do senhor, não posso roubar as pessoas, senão eu vou para o inferno”. E depois que eu comecei a militar eu aprendi que não estava roubando. Você saber conversar com as pessoas, saber explicar que aquilo não é só meu direito, é o direito delas também. Acho que a melhor escola é ser militante. (Relato de Maria, 2013).

A fala de Maria sinaliza uma importante dimensão no fato de se aproximar e começar a militar em torno das questões de moradia. Uma dimensão formativa e reflexiva na qual o aprendizado repercute diretamente na sua visão de mundo. Nas discussões e estudos feitos no interior do movimento, ela se deu conta de que se tratava de uma luta por um direito que lhe era negado e não um pecado. Outras representações se tornaram possíveis, inclusive no que se refere aos papéis de oprimido e opressor (FREIRE, 2011). Ocupar a terra não se tratava mais de um roubo, de um pecado, mas sim de uma luta contra uma opressão vivida por ela e suas filhas. Aos que não estão envolvidos em uma situação desse tipo, pode parecer um processo simples, no entanto, para ela envolveu a complexidade de colocar em confronto suas crenças religiosas e sua realidade existencial. De acordo com Arroyo (2011), os sujeitos, ao atuarem nos movimentos sociais, se formam humanamente ao produzir sua própria existência.

De acordo com Maria, o fato de fazer parte daquela ocupação influenciou toda sua vida. O que parecia uma questão de ordem prática e imediata, ou seja, conseguir uma casa para as filhas morarem, se tornou um valor e uma orientação de vida. Ela revela que não tinha a dimensão do processo pelo qual iria passar ao tomar a decisão. Sua motivação imediata era ocupar um lote e construir sua moradia. Suas falas nos dão conta e ilustram a complexidade desse processo:

Quando eu vim pra cá [para a Dandara], assim... quando eu cheguei aqui, nas primeiras reuniões, eu não tinha noção sabe? De tudo que ia acontecer na minha vida [...]. Eu imaginava que eu ia entrar, passar um ano, dois anos ou quatro, igual está aqui, mas não ia ter que saber tanta discussão em relação a isso, não ia ter que estudar tanto, sabe? Na minha situação [moradora de ocupação], não ia ter que aprender tanto para poder reivindicar meu direito. Eu achava que ia passar um certo tempo e todo mundo ia aceitar a gente. (Relato de Maria, 2013).

A fala da jovem demonstra a dimensão formativa da sua experiência na Ocupação, ressaltando os saberes e aprendizados de várias ordens envolvidos nesse processo. Mais do que isso, trata-se de um processo educativo/formativo que envolve a construção de novos significados, uma ampliação de sua consciência e

reflexividade diante de suas condições de vida e de luta. Tais processos envolvidos em sua experiência como militante da ocupação implicam, para ela, na construção/produção de uma nova identidade que irá se forjando na medida do seu envolvimento com o movimento de ocupação. Novos sentidos são construídos a partir da reelaboração de eventos passados, como a memória de sua mãe-militante, de sua relação com a igreja, da sua vida dura quando os filhos nasceram. Em sua entrevista, Maria disse da importância da relação estabelecida com as pessoas de fora da comunidade, muitas das pessoas com profissões estabelecidas e que dedicam parte de seu tempo àquela luta por suas convicções. Uma questão que chamou atenção se refere à utilização do mesmo copo para beber água:

É uma coisa muito impressionante. Quando eu vim para cá, eu tinha nojo de beber água no mesmo copo que outra pessoa. Se tivesse situação em que eu tivesse que beber água no mesmo copo, eu deixava de beber para não ter que usar o copo. E aí chega aquele povo que mora bem [pessoas de fora da comunidade], tem as coisas, e o copo vai passando para todos, uma humildade... Eu consegui aprender que é diferente. Quando eu olhava assim, eu pensava que era porcária e agora eu consigo entender que é humildade. (Relato de Maria, 2013).

A experiência na Ocupação fez com que a jovem não passasse incólume por esse processo e a levou a repensar alguns de seus valores e posicionamentos. Não acreditamos se tratar da superação da ojeriza, simplesmente. Essa é uma experiência capaz de marcar de forma indelével o sujeito, é o que se passa com ele, o que o toca (BONDÍA, 2002). No sentido proposto por Thompson (1987), é nesse processo que o sujeito se faz, constrói sua própria história e passa a perceber com maior clareza o que lhe ocorre, para além da idiosincrasia. O compartilhamento do copo sinaliza solidariedade e identificação para com os seus companheiros, o que faz com que o nojo dê lugar a um sentimento de igualdade. É nesse contexto, de construção da identidade coletiva e do sentimento de pertencimento, que podemos vislumbrar a importância dos vínculos forjados em forma de valores e afetividades.

Ao falar de Maria, temos a convicção de que se tratava de uma mulher combativa, de posições fortes e falas contundentes, o que fazia com que algumas pessoas a considerassem uma pessoa de gênio difícil. Não se furtava ao conflito e, em certa medida, demonstrava dificuldade em lidar com opiniões contrárias. Era uma referência na Ocupação quando se falava de Frente de Juventude, participando das várias ações. Ela trabalhava nas festas, atuava em um curso pré-vestibular

alternativo, participava de reuniões e assembleias, representava a Ocupação em eventos em universidades, atuava no Conselho Municipal de Juventude, entre tantas outras coisas. Na reforma do centro comunitário, foi uma das responsáveis por fazer concreto, peneirar areia, rebocar e pintar as paredes. Vivia uma realidade que fazia com que sua agenda estivesse sempre cheia de compromissos relativos à luta pela moradia.

No princípio, o sonho de Maria se resumia a ter sua própria casa, sem risco de despejo, um lar para sua família. No entanto, a partir da militância, outras possibilidades lhe ocorreram para além da moradia. Cursar uma faculdade passou a se tornar uma orientação nos seus projetos, o que ela justificava como sendo uma forma de lutar pelas causas relacionadas à juventude e à moradia. Entendemos que a sua inserção na militância proporcionou a ocorrência de experiências singulares, bem como o contato com pessoas que lhe serviram de referência e que trouxeram outros significados para o fato de cursar uma faculdade. O que antes era visto como impossibilidade se tornou desejo e passou a mobilizar interesses. No momento da entrevista, a jovem estava inscrita no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e pleiteava uma vaga em universidade pública ou uma vaga em universidade privada com bolsa do Programa Universidade para Todos (Prouni).

4.1.1.2. Dorothy²¹

Dorothy era uma jovem negra, de 20 anos de idade, que morava na ocupação com a mãe, o padrasto, dois irmãos e uma cunhada. Anteriormente, ela morava em Rubim, no interior de Minas Gerais, com a avó. Passou a morar com a mãe após um período de férias em que conheceu a Ocupação e quis permanecer aqui. Estava estudando no 2º ano do ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos, em uma escola pública estadual no horário noturno. Trabalhava em uma pizzaria aos finais de semana, sem carteira assinada, o chamado “bico”. Além disso, ajudava a mãe com os afazeres de casa.

A entrada da família de Dorothy na Ocupação foi algo marcante, sendo uma história que a grande maioria da comunidade conhece. Um irmão, que na época tinha por volta de 10 anos, ficou sabendo que havia uma Ocupação no pasto próximo ao campo onde jogavam futebol e disse para a mãe para eles irem tentar

²¹ A Rua Dorothy é uma homenagem à religiosa norte-americana Dorothy Stang, que pertencia à Congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur, militante dos direitos humanos e ambientais, que vivia no Brasil desde 1966, e que foi assassinada aos 73 anos no estado do Pará, no ano de 2005.

ocupar um lote para a família. A mãe não quis saber e ainda deu uma bronca no garoto. Escondido, ele pegou um lençol em casa e foi para o local marcar um lugar para sua casa. A mãe, após saber que o filho estava na Ocupação, foi buscá-lo. Ao tentar convencer o filho de ir embora, ele disse: “Mãe não quero mais viver de favor na casa da mãe do meu padrasto, quero ter uma casa nossa”. A mãe, convencida pela atitude do filho, permaneceu e, no momento da pesquisa, após várias lutas e dificuldades, toda a família morava na Dandara. A casa da família era de alvenaria. O lote era cercado, com um bonito jardim em frente à rua. Nos fundos havia ainda uma pequena área com tanque e máquina de lavar. No entanto, o espaço parecia pequeno para a quantidade de pessoas que moram ali.

Dorothy chamava a atenção pela descontração, pela alegria, por conversar com todo mundo, por brincar muito e também por se envolver nas várias atividades da comunidade. Ela participava das reuniões, assembleias, festas e outros encontros. Juntamente com os outros jovens, era uma das responsáveis por contribuir na confecção e distribuição do jornal da comunidade. Em função de a mãe ser coordenadora, ela também viajava para visitar outras ocupações, como em Timóteo, no interior de Minas. Ela participava também de eventos em outras ocupações em Belo Horizonte, como no primeiro dia – o dia mais tenso – da ocupação de uma outra comunidade, em Contagem.

O fato de ser filha de uma coordenadora também repercutia em sua atuação e identidade na comunidade. A mãe de Dorothy se destacava como uma liderança, era membro da Frente de Reforma Urbana das Brigadas Populares e atuava diretamente nos problemas que envolviam a Dandara, como processos, negociações com o poder público, eventos etc. Com isso, a jovem tinha que lidar com o fato de algumas pessoas considerarem que ela era privilegiada por participar de determinadas atividades, como viagens ao interior do estado. Dorothy, ao tratar do fato de ser filha de coordenadora, nos disse que:

Para mim não é ruim, não, porque eu não ligo para essas coisas, não. Para mim, minha mãe é minha mãe mesmo, entendeu? Seja ela coordenadora ou não. Acho que o pessoal deve olhar isso porque... não é porque eu sou filha de coordenadora que o pessoal me chama para fazer as coisas. Eu acho, assim, que todo mundo tem seu potencial, tem a capacidade de fazer uma coisa bem feita para poder ser reconhecido. Então, eu não acho que é essa questão de eu ser filha de coordenadora, que eu sou quem tem que fazer as coisas, não. Porque um dia perguntaram os meninos quem poderia ir para Timóteo e eu falei que podia ir, mas umas amigas minhas da [Frente da] Juventude falou que não poderia ir porque o pai não deixa. (Relato de Dorothy, 2013).

Por mais que a jovem ressaltasse não ter privilégios, percebe-se que o fato de ela ser filha de uma coordenadora fazia com que ela tivesse mais oportunidades como, por exemplo, ter mais facilidade para fazer viagens, representando a Ocupação. Esse foi um fator que possibilitou inclusive que a jovem estivesse presente nas primeiras movimentações de outras ocupações na cidade, bem como na ocupação da Prefeitura de Belo Horizonte em um ato coletivo das ocupações.

A mãe era o grande exemplo de Dorothy. Em função da militância, sua mãe ficava muito tempo ausente de casa, participando de reuniões e atividades. Segundo a jovem, a sua militância era também uma forma de estar perto da mãe, que estava sempre tão ocupada: “Ela viajava e a gente [família] passando cada momentos bons sem ela, igual o Dia das Mães, mesmo, ela estava em Brasília, aí depois eu vi que ela gostava disso mesmo”. Diante disso, a jovem se interessou em participar da Frente de Juventude, não apenas pela luta pelos direitos e por querer ter sua moradia, mas também como forma de convívio mais próximo com a mãe.

Antes da ocupação, Dorothy não tinha tido nenhuma experiência participativa. Segundo ela, em Rubim, a cidade em que morava, não havia esse tipo de oportunidades. Disse que já tinha ouvido falar do MST, mas disse também não saber muito bem do que se tratava. Foi na Ocupação que ela iniciou seu processo de militância. Segundo ela, a relação estabelecida com os demais jovens na Dandara remetia a relações familiares, como se fossem irmãos, parentes de sangue.

No seu dia a dia, a jovem vivia diretamente as implicações de ser uma moradora de ocupação. No que se referia à escola, ela disse que era um espaço hostil, não só para ela, mas para os moradores da Dandara. A maioria dos colegas falava que eles moravam na favela, os chamavam de baderneiros e, em dias de chuva, quando a maioria chegava com os pés sujos de lama, todos ficam zoando.

Dorothy estava procurando um emprego com carteira assinada, com todos os direitos, mas as dificuldades de não ter um endereço, de morar longe do centro da cidade e os horários encontrados, tarde e noite, fizeram com que ela optasse por esperar o término dos estudos.

Para a jovem, a experiência participativa estava para além das ações que aconteciam na Ocupação, envolviam a esperança de ter um lugar seu, para dormir tranquila sem o medo da polícia e do possível confronto no caso da desocupação. A sua esperança era também que um dia a Dandara fosse reconhecida como bairro da cidade, com direito a asfalto, água, luz, saneamento, escola e creche. Para isso, havia a necessidade da manutenção do confronto, da “guerra” com o poder público para a garantia de seus direitos. Como sonhos, Dorothy queria se formar como advogada, ter uma boa casa, um bom trabalho e lutar pelos direitos daqueles que não podem pagar por um advogado.

Se tomarmos as duas jovens apresentadas até então, Maria e Dorothy, perceberemos que ambas, em suas experiências singulares, passaram pelo que podemos chamar de um processo de socialização política, ocorrido no seio da convivência familiar. Nesse processo, as mães de ambas tiveram grande influência, pois se tornaram paradigmas do que as jovens achavam ser correto a ser feito na situação em que se encontravam. Os significados em torno da participação e da militância partiram de dentro de suas casas.

4.1.1.3. Pedro Pedreiro²²

Pedro tinha 30 anos, ele era pardo, casado, vivia com a esposa e um filho de cerca de 12 anos de idade. No ano de 2001, veio para Belo Horizonte de férias. O intuito era de ficar duas semanas na casa da irmã. Já na primeira semana foi convidado pelo cunhado para trabalhar como servente de pedreiro em uma obra. Seria um trabalho temporário, somente para juntar um dinheiro para quando fosse embora, mas não voltou mais.

Antes de vir para Belo Horizonte, morava no interior de Minas Gerais, na cidade de Serro. Trabalhava com o pai em um pequeno sítio, tinha algumas plantações para o sustento da família e algumas poucas cabeças de gado de leite

²² A Rua Pedro Pedreiro é uma homenagem da Ocupação a todos os homens que exercem essa profissão e que, entre os moradores da Dandara, são a grande maioria.

também para consumo próprio. Segundo ele, o sítio do pai no interior não dava para sustentar todas as pessoas da família de maneira adequada. De acordo com Pedro, no interior não se encontrava trabalho, e, quando se encontrava, o salário era muito baixo. Ele estudou até o ensino médio em escola pública estadual, ainda em sua cidade. Segundo Pedro, ele era um bom aluno, com boas notas, mas isso não garantiu seu acesso a emprego e por isso veio para a capital.

Na cidade grande, ambicionava alcançar seu próprio dinheiro, seu próprio sustento. Na entrevista, ele disse que “o fato de você se tornar independente, dono da sua própria vida, da sua própria dívida, de tudo no geral, isso que acabou me segurando aqui, porque para mim voltar para o interior, para mim não ter trabalho, eu não queria mais, a partir do momento que ganhei meu próprio dinheiro” (Relato de Pedro, 2013) .

Entre os meses de janeiro e abril do ano de 2001, Pedro se manteve trabalhando como servente de pedreiro. Por meio de um colega, ficou sabendo de uma empresa de estofados que estava contratando ajudante, e então deixou a construção civil e passou a trabalhar como ajudante montador na empresa. Queria ter uma profissão. Iniciou como embalador, passou a desmontar os móveis, começou a ajudar aos montadores e em um dado momento o dono da empresa o colocou para montar os móveis quando o montador de ofício entrou de férias. Conseguiu o que queria, aprendeu a profissão de estofador, que orgulhosamente diz estar registrada na carteira. Entretanto, no momento da pesquisa, já não mais trabalhava com carteira assinada, montando sua própria empresa (que ainda não estava registrada) com um colega. Pedro é habilitado para dirigir e comprou uma caminhonete usada que utilizava para transportar os sofás que concertava e confeccionava, mas que também servia para carregar os mais diversos materiais nos eventos e ações da Ocupação.

O seu casamento se deu aqui na capital. A esposa era uma amiga no interior, mas com a distância o sentimento se transformou e acabou em casamento e ele a trouxe para Belo Horizonte. O filho de 12 anos estudava no 7º ano do ensino fundamental, a antiga 6ª série. É um menino muito educado, que adorava andar de bicicleta e empinar pipa. Segundo o casal, eles não pretendiam ter mais filhos, pois “as coisas estão muito difíceis para criá-los hoje em dia”. A principal diversão da família era visitar os parentes que moravam na cidade e colocar a conversa em dia.

A chegada de Pedro à ocupação se deu um tempo após seu início. Tinha um amigo que morava lá e que lhe falou do lugar. Ele comprou o lote onde mora, já com o barracão construído, pronto para morar. Segundo ele, o intuito era de sair do aluguel, situação em que ficou por quase 10 anos:

Aluguel só conhece quem passa por ele. Essa questão de você trabalhar para viver pagando aluguel, você trabalha e é praticamente a conta de você pagar aluguel e comer. Só pagar aluguel e comer. E a questão da moradia, você ter sua própria moradia, te dá outros benefícios. Você pode usar o dinheiro do aluguel para outras coisas, passeio, lazer. (Relato de Pedro, 2013).

Tão logo chegou, Pedro começou a participar das atividades na Ocupação e, por meio das reuniões e assembleias, teve acesso ao trabalho que era desenvolvido pela Frente de Juventude na comunidade. Interessou-se por participar, procurou as pessoas da Frente e continuava militando nesse espaço.

Antes de morar na Dandara, Pedro não tinha conhecimento das questões em torno da luta pela moradia. No interior, ele nunca havia ouvido falar sobre esse tema. Segundo ele, tinha a ignorância de achar que aquilo ali era uma invasão, desorganizada, e que as pessoas estavam apenas em busca de indenização quando fossem desapropriadas. Pedro diz que “hoje tem uma visão clara de que [a luta pela moradia] é necessária. Para mim, isso aqui, acabou que peguei para mim, essa luta que a gente vê a necessidade de todo mundo, não só a minha, mas a de muita gente”. A fala de Pedro se aproxima do que também disse Maria, ou seja, sinaliza a construção de novos significados e valores. Podemos dizer de uma mudança drástica no posicionamento, de um entendimento da luta pela moradia como uma luta de muitas pessoas que passam dificuldades até o ponto de não ter o que comer.

Acredito que a luta pela moradia emerge no contexto mais amplo de uma luta pela sobrevivência e pela busca de melhorar as condições de vida. Inicialmente, as batalhas são por conquistas imediatas, que incidirão diretamente na sua vida. Gradativamente, esse combate vai ampliar seu sentido com o engajamento dos envolvidos, que passam a compartilhar valores e ideias, uma cultura política alicerçada em suas experiências comuns.

Pedro era uma pessoa muito educada, introspectiva, que falava pouco, pausadamente, mas que sempre estava inserido nas atividades que envolviam a comunidade. Na Frente de Juventude, geralmente, assumia as questões de ordem

prática, ajudando na construção dos palcos nas festas, na mobilização das pessoas para as atividades, na confecção das faixas das marchas, o que era facilitado pela sua experiência como estofador, carregando materiais em sua pequena caminhonete. Vez ou outra levava seu filho para acompanhá-lo nas atividades. A esposa de Pedro também participava esporadicamente, quando as atividades envolviam mais pessoas e tornava-se necessário fazer a comida para o almoço.

Para Pedro, a experiência participativa somente se deu em função de ter vindo morar na Ocupação e, com isso, teve acesso a questões sobre as quais nunca tinha pensado. Para o jovem, a relação com a Dandara era de um pertencimento que antecede sua chegada. É como se tivesse nascido e sido criado ali. A luta pela moradia assumia papel importante em sua vida, principalmente por ainda correr o risco de despejo.

Em se tratando de projetos para o futuro, Pedro gostaria de ter condições de fazer faculdade de Matemática, segundo ele, uma disciplina na qual se destacava na escola. Profissionalmente, queria ter sua firma registrada, juntar dinheiro para investir em seu trabalho e quem sabe empregar pessoas. Para a Dandara, esperava o dia de poder dizer que esse era um bairro da cidade, que sua casa era realmente sua e que ninguém iria poder tomá-la.

4.1.1.4. Paulo Freire²³

Paulo era um jovem negro de 16 anos de idade. Na época da pesquisa, ele estava cursando o primeiro ano do ensino médio em uma escola pública estadual, no horário da noite, na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Ele morava com a mãe e dois irmãos, um menino de sete anos de idade e uma menina de colo com alguns meses. Sua chegada para a ocupação se deu em função da vinda de outros parentes que também moravam ali. Para deixar de pagar o aluguel, a mãe optou por ir morar na Dandara. Paulo era primo de Maria, que também era da Frente de Juventude.

Segundo ele, o seu interesse pela participação na Frente de Juventude se deu por estar procurando alguma coisa para fazer, algo a que pudesse se dedicar, “ter mais responsabilidade”. A idade parece contar aqui como um fator importante a

²³ A Rua Paulo Freire é uma homenagem ao grande filósofo, pensador e educador popular pernambucano que, durante sua vida, lutou pelo acesso dos menos favorecidos à educação e ao conhecimento.

ser considerado. Como adolescente, sua posição no ciclo da vida lhe trazia questões próprias dessa fase, como o desejo de ampliar a sociabilidade para além da família e da escola. Outro fator mobilizador é que alguns de seus primos também participavam, o que se tornava também um momento de encontro, conversa, descontração e lazer na comunidade. Além disso, sua mãe também atuava como apoiadora da Frente, na maioria das vezes ajudando com atividades que envolviam a cozinha.

Paulo, juntamente com os irmãos e a mãe, morava em um barracão de dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Este ainda não se encontrava acabado, mas, segundo ele, era o suficiente para eles. Em casa ajudava nas tarefas diárias. Era de responsabilidade dele também cuidar dos irmãos à tarde enquanto a mãe trabalhava.

O barracão foi levantado do chão, paulatinamente, com os materiais sendo comprados aos poucos, na medida em que a construção caminhava. Para isso contava-se somente com o salário de sua mãe, que era cozinheira em uma empresa, e com a sua ajuda, dos parentes e dos vizinhos, que disponibilizavam a mão de obra.

Paulo alimentava o desejo de se inserir imediatamente no mercado de trabalho para ajudar sua mãe a criar seus irmãos. Mas, segundo ele, o fato de ser morador da Dandara era uma dificuldade, pois os recrutadores manifestavam um certo “descaso” em relação a isso. O jovem estava esperançoso com a possibilidade de entrar em um programa que recrutava jovens para atuarem como aprendizes. Segundo ele, apesar de ser uma remuneração não muito boa, isso iria ajudar muito nas despesas da casa e ele poderia comprar suas coisas sem depender do dinheiro da sua mãe.

Entre os jovens estudados, Paulo era um dos mais comunicativos. Sempre brincalhão e bem relacionado com os jovens da comunidade, mesmo os que não estavam diretamente envolvidos nas atividades da Frente. Por isso era um dos que conseguiam mobilizar muitos jovens para as atividades desenvolvidas. Ele era também um jovem com uma disposição muito grande para qualquer tarefa: distribuição dos jornais, construções de palco para festas, nas atividades das oficinas, visitas a outras comunidades.

Paulo era um dos jovens mais presentes nas reuniões. Quase sempre estava ouvindo *funk* no celular, geralmente em um volume relativamente alto. Além disso, adorava andar de bicicleta, jogar bola, soltar papagaio²⁴ e cortar a linha de seus oponentes. Ele gostava muito de ficar à noite na porta de casa, sentado e conversando com os amigos. Paulo era namorado de uma outra jovem que atuava na Frente, mas durante a pesquisa eles terminaram o relacionamento e ela acabou se distanciando da militância. O fim do namoro poderia representar algo ruim para ele, mas parece que não foi bem assim. Segundo ele, sem namorar poderia flertar com as muitas garotas que visitavam a comunidade nos dias de festa.

Apesar da pouca idade, percebe-se em Paulo uma preocupação muito grande com as questões referentes à comunidade, à sua moradia e aos seus direitos. Sua participação na Conferência de Juventude chamou a atenção de pessoas no evento que, em conversa informal, diziam que “era um menino articulado, que bagunçava em alguns momentos, mas que sabia das coisas”. Podemos dizer também de uma certa timidez, não de falar em público, de conversar com as pessoas que chegam na comunidade, ele expressava um receio de falar algo errado e de ser zoados depois pelos colegas.

Para o jovem, a luta pela moradia era uma forma de mostrar as dificuldades da sua comunidade para as outras pessoas da cidade e de inclusive de mobilizar aqueles que também tinham seus direitos negados. Ele viveu essa realidade na pele. Durante a pesquisa de campo, o jovem passou por uma situação explícita de preconceito com relação aos moradores da Ocupação. Ele ia à noite à porta da escola para levar e buscar sua namorada e seus primos o acompanhavam para conversar com as suas colegas. Certa vez, a polícia fez uma revista nos jovens, segundo Paulo com truculência e desrespeito, sem qualquer justificativa. Quando perguntaram por que aquilo estava acontecendo, os policiais disseram que era uma denúncia anônima de tráfico de drogas, que eles eram traficantes e que estavam ali para passar drogas para os alunos levarem para dentro da escola.

A partir dali, as revistas viraram rotina e quando a viatura policial passava por eles, mesmo em outros horários, andando pelo bairro, eles eram interpelados. Um dia os policiais pegaram a namorada de Paulo na porta da escola e entraram com a garota na escola para revistar sua mochila na sala da direção. Segundo Paulo, era a

²⁴ Em Minas Gerais é esse o nome dado às pipas compostas apenas de duas varetas.

diretora da escola quem chamava a polícia. Foi uma experiência que, além de medo, repercutiu em um sentimento de humilhação. Ele achava que isso aconteceu, principalmente, por serem moradores da Dandara.

Para ele, morar na Dandara envolvia também o reconhecimento dos outros para com a Ocupação, ter acesso ao saneamento básico, à saúde, à água, à luz e a um endereço, e isso só se conseguiria por meio de luta empreendida diretamente com o poder público, mais especificamente com o prefeito da cidade. Ela considerava que sozinhos não tinham tanta força, mas quando agiam de maneira coletiva demonstravam uma capacidade grande de enfrentar as adversidades.

Segundo Paulo, o fato de estar militando na Frente de Juventude da comunidade influenciou inclusive na sua relação com a escola, o que passou a ressignificar o processo de aprendizado e seu papel naquele contexto:

Porque antes... Eu vou dar um exemplo de escola. Antes, eu ia na escola, prestava atenção um pouco e não aprendia nada! Agora não! Agora eu presto atenção, eu aprendo, eu entendo o que eles [professores] estão explicando [...]. Porque agora eu estou mais interessado. Porque antes eu não era interessado. Pensava: “Ah, vou prestar atenção, não; para quê? Isso para mim não vai fazer diferença, não, depois eu aprendo, um dia eu aprendo, quem sabe?”. Agora não! Agora o horário de aprender é aquele e pronto, acabou. Eu estou prestando atenção, entendo, e se não entender vou lá e pergunto de novo. (Relato de Paulo, 2013).

Para o futuro, Paulo esperava a efetiva conquista da posse da Dandara, que ela fosse urbanizada e que a comunidade retomasse a união que sempre lhe foi característica. Ele tinha o desejo de ser engenheiro civil, mas destacava que para isso teria que lutar e estudar muito, algo pelo que ele estava se esforçando para realizar.

4.1.2 *Jovens na ocupação*

4.1.2.1. Beatriz Esthefany²⁵

Beatriz era uma jovem branca, de 25 anos de idade, que não era moradora da Dandara, mas que frequentava a ocupação cotidianamente em função da Frente de Juventude. Sua família era composta pelo pai, pela mãe e uma irmã. Considera-se como sendo de uma família economicamente estabilizada. O pai e a mãe fizeram

²⁵ A Rua Beatriz Esthefany é a homenagem a duas irmãs que faleceram em um incêndio ocorrido em um dos barracos de madeira ainda no início da Ocupação.

ensino superior. Ela cursou toda a educação básica em escola particular. No momento da pesquisa, após se formar em fisioterapia na UFMG, estava fazendo residência.

De acordo com a jovem, na educação básica não teve qualquer experiência participativa. Não havia grêmios ou oportunidades dessa natureza na escola em que estudava, não havendo discussões sobre a realidade social e política. Ela achava que nessa época era contestadora, mas que não tinha oportunidade de expressar suas questões, não tendo onde atuar.

Ao entrar para a universidade, buscou se aproximar das movimentações, como as ações para questionar o preço do bandejão²⁶. A partir daí, começou a se aproximar dos movimentos empreendidos pelos estudantes da Saúde e, nesses movimentos, encontrou o namorado, Milton, que é seu companheiro também na militância na Frente de Juventude da Dandara. Nesse contexto, participou de uma recepção dos calouros e se envolveu com a luta antimanicomial, o que a levou a participar do início de um coletivo chamado Espaço Saúde na universidade, quando se aproximou das ocupações e das Brigadas Populares, onde se encontrava militando no momento da pesquisa.

Uma outra experiência que a jovem destacava como marcante na sua trajetória era o Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV), que acontecia em acampamentos do MST, durante o período das férias, e os estudantes dos mais variados cursos e de diversas universidades do país passavam cerca de 25 dias em uma formação que compreendia uma pluralidade de questões: política, reforma agrária, gênero, fontes energéticas, entre outras. Outra situação destacada pela jovem foi uma Jornada do MST pela Educação, em 2007, na qual ocorreu a ocupação do prédio da Vale do Rio Doce, quando ela presenciou a prisão de vários dos seus colegas da universidade. Segundo a jovem, esse foi um dos momentos em que viveu na prática as contradições da nossa sociedade, pois as pessoas que estavam sendo presas eram aquelas que lutavam por uma sociedade e por uma escola melhor, e exatamente por isso acabaram sendo presas.

Na família, Beatriz enfrentava uma outra luta, tendo em vista que seus pais questionavam essas experiências de atuação. Ao que parece, a transição entre a jovem do ensino médio, tutelada pelos pais, para a jovem universitária e militante

²⁶ Bandejão é o nome dado pelos estudantes e usuários para o restaurante universitário.

estudantil aconteceu de forma abrupta, o que causou preocupação, chegando a ser visto por eles como uma possível crise provocada pela entrada na universidade. Esse tipo de militância envolvia uma dedicação e uma quantidade de tempo considerável, o que fazia com que a jovem passasse a trocar suas férias em família por atividades formativas e participação em ações dos movimentos sociais.

Ela sempre estava envolvida em atividades familiares, como festas e finais de semana no sítio, eventos dos quais passou a se afastar: “Quando você começa a parar de ir nas atividades da família, nas coisas da família para fazer militância, é uma coisa diferente, que aí incomoda mais”. Ela passou também a chegar tarde em casa por estar em reuniões e atividades. Preocupados com essa mudança drástica, os pais tentaram estabelecer estratégias de controle. Tal situação foi motivo para que o pai dissesse que não iria mais dar dinheiro para que ela participasse dessas atividades, um tipo de embargo financeiro.

Era difícil das pessoas aceitarem que eles não têm mais tanto controle sobre mim. Como eu não trabalhava, não tinha como me sustentar, muitas vezes a pressão econômica rolava. Tipo... diziam: “Ah, você não vai fazer isso porque você não tem grana, eu não vou te dar grana, você não tem dinheiro nem para pegar ônibus”. Apesar de minha família ser tranquila, rolava umas coisas assim, nesse sentido. Até para me controlar um pouco mais em relação a isso. Depois de um tempo, eles vão vendo que não têm muito o que fazer. Você já fez uma opção de vida, por mais que eles tentam te oprimir economicamente. (Relato de Beatriz, 2013).

Como ela dependia financeiramente dos pais, se viu obrigada a negociar e teve que encontrar um meio termo. A busca foi por conciliar as atividades familiares e a militância. No momento da pesquisa, a relação estava bem mais tranquila, inclusive, em um dos eventos organizados pela Frente de Juventude, seu pai foi quem levou em seu carro as panelas para fazer o caldo que seria vendido.

Segundo a jovem, ela tem tido a oportunidade de discutir com o pai a questão do uso e ocupação da terra, apesar de ele considerar que os métodos empreendidos sejam inadequados por não estarem “dentro dos conformes”. Ele, que tem um pequeno sítio no interior, herança de família, se posiciona na conversa com a filha justificando a posse daquela sua terra pela sua compra, seu trabalho, seu esforço. Mesmo assim, de acordo com Beatriz, ele entende que as terras ocupadas o são em função de muito tempo de ociosidade. No início, antes das conversas e discussões em casa, o tom era mais ríspido: “Se você pudesse, colocava a galera toda para

morar aqui na roça!”. Mesmo com uma relação mais harmoniosa, a família questionava outros aspectos, como seu empenho para com a militância e a sua falta de cuidado para com sua própria vida, a busca por um bom emprego, uma boa casa, um bom carro etc. Ainda assim, segundo a jovem, eles entendiam que a luta era válida.

Beatriz, além de militar na Frente de Juventude da Dandara, era também membro do Secretariado de Comunicação, responsável por toda a comunicação das Brigadas Populares em Minas Gerais, tarefas que demandavam muito tempo e dedicação, participação em reuniões e mobilização dos membros. Concomitantemente a tudo isso, ela fazia residência, tinha atividades de estudo e trabalhos. Tal situação fazia com que os finais de semana e as horas vagas fossem tomados pelas atividades da militância.

Na Frente de Juventude da Dandara, Beatriz fazia parte de de todas as atividades. Uma vez por semana, no mínimo, ela ia à Ocupação, participava das reuniões e das assembleias. Assim como os outros jovens de fora da Ocupação, ela exercia certa direção nas ações da Frente.

Para a jovem, a questão da moradia era uma luta que envolvia os jovens. A participação na Frente de Juventude era uma forma de acesso, de ocupação da cidade, de criação de outras oportunidades, de potencializar o conhecimento dos jovens sobre seus direitos e sobre a luta para que eles sejam garantidos. Para Beatriz, as experiências participativas e de militância eram uma opção de vida e o tempo dedicado era reflexo da crença na possibilidade de construir um mundo e uma sociedade melhor. Ela acreditava que não daria conta de viver sem militar. Para o futuro, esperava continuar morando em Belo Horizonte, conseguir um emprego e continuar envolvida nas lutas sociais. Se comprarmos a trajetória de Beatriz com a dos jovens moradores da Ocupação, perceberemos que as questões trazidas por ela não dizem respeito à sobrevivência, ou mesmo ao fato de se inserir na luta por não ter onde morar. A sua inserção nesse campo de disputa se dá por suas convicções políticas e a luta pela moradia lhe serviu como causa.

4.1.2.2. Zilda Arns²⁷

Zilda era uma jovem branca de 29 anos. Ela era casada e tinha uma filha de dois anos. cursou Ciências Sociais em uma universidade privada na cidade de Belo Horizonte. O marido trabalhava e morava em uma cidade do interior de Minas Gerais, Ipatinga. Ele era advogado e atuava em um sindicato. Ela militava como membro da Frente de Juventude, mas não era moradora na Dandara.

Segundo a jovem, suas experiências e atuações participativas tiveram início na educação básica. Ela era sempre escolhida como representante de turma e sempre assumia um papel organizativo no colégio, como organizar o grêmio, participar de gincanas, entre outras coisas. Em 2001 participou como única delegada estudante do Fórum Mineiro de Educação. Participava também de atividades na igreja e de um grupo de jovens em seu bairro. No entanto, algumas questões fizeram com que ela se afastasse; segundo ela, os jovens: “queriam ser amigos, chegavam à reunião à meia noite e levavam cerveja e eu com uma dificuldade muito grande de me adequar a esse sistema”.

A escolha por estudar Ciências sociais não se deu de maneira aleatória, pois sua trajetória de envolvimento com as questões sociais teve grande influência na opção feita. Em 2003, já na universidade, iniciou sua participação no Núcleo de Estudos Marxistas, o coletivo predecessor das Brigadas Populares. Nesse interregno, uma experiência destacada como marcante pela jovem foi um curso de formação de que participou na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, em que cerca de 80 pessoas, de 22 países diferentes, se reuniram para discutir questões políticas e sociais em estudos individuais e coletivos, relatos de experiências e formação política. Segundo ela, esse foi um marco no seu processo de engajamento e atuação política. Sua participação fez com que novos horizontes lhes fossem apresentados e que pudesse vislumbrar potenciais caminhos a seguir na militância.

A influência da família foi um fator marcante no processo de engajamento da jovem. Segundo ela, a família, que morava em um bairro da periferia de Belo Horizonte, sempre foi muito participativa em gincanas e atividades da igreja. A mãe

²⁷ A Rua Zilda Arns é uma homenagem da Ocupação à médica pediatra e sanitarista fundadora da Pastoral da Criança que morreu no terremoto ocorrido em Porto Príncipe no Haiti no ano de 2010.

era muito interessada nas questões de ordem social, ajudando as pessoas mais pobres e fazendo doações. De acordo com a jovem:

A minha mãe era muito humana, sempre levou morador de rua às vezes para morar dentro de casa, falava sempre que a gente tinha que ajudar, pegava roupa nossa, que não usávamos, e falava que tínhamos que doar, ela sempre trazia esse contato. [...] Então, minha mãe para mim é uma referência de dizer mesmo que a gente tem que ter uma contribuição para o mundo, que não podemos pensar só na gente. (Relato de Zilda, 2013).

A mãe, que foi o paradigma de Zilda, faleceu no ano de 1999, quando a jovem tinha 16 anos, e só depois ela ficou sabendo que a mãe participava de manifestações e mobilizações na década de 1980, inclusive atuando na fundação do Partido dos Trabalhadores. De acordo com Zilda, a mãe, uma referência declarada, deixou o ensinamento de que se deve contribuir para o mundo e não somente pensar em si. Após a sua morte, a jovem ficou morando com as tias e irmãs e não teve muito contato com o pai.

A jovem desenvolvia trabalhos na área social havia algum tempo. Já atuara no programa “Fica vivo!”²⁸, do Governo do Estado de Minas Gerais, e, no período da pesquisa, trabalhava em atividades de mobilização junto a um vereador do Partido dos Trabalhadores, o que lhe permitia uma interação com outras comunidades da cidade, bem como seus problemas. Nas Brigadas Populares, ela atuava desde seu início com as questões que perpassam a juventude e fazia parte do seu secretariado político. Na Frente de Juventude da Ocupação Dandara, ela atuava desde o início da ocupação, exercendo uma liderança que lhe dava destaque, sendo um nome de referência quando se tratava de juventude na Dandara.

Na ocupação, Zilda estava envolvida nas várias atividades, sendo uma das grandes responsáveis pelo andamento da Frente. Entusiasmada, ela estabelecia contatos com pessoas de fora para fazer oficinas, mobilizava os jovens para atuações fora da comunidade, conduzia, na maioria das vezes, as reuniões e ações da Frente. Ela também representava a Ocupação, juntamente com outros jovens, em vários espaços em que eram convidados para fazer falas. Assim como Maria, ela era uma jovem de posições fortes, de fala contundente, que não se furtava ao diálogo e ao conflito de posicionamentos a todo instante. Era uma mulher da ação,

²⁸ Fica vivo! é um programa do estado de Minas Gerais para controle e prevenção de homicídios em áreas com altos índices de criminalidade violenta. (<https://www.seds.mg.gov.br>).

da prática, que questionava muito seu curso superior, por achar que as questões teóricas nas Ciências Sociais estavam muito distantes da realidade vivida na sociedade. No momento da pesquisa, estava fazendo um curso de pós-graduação *lato sensu*, especialização, à distância, em Democracia, Participação e Movimentos Sociais. Segundo ela, havia a possibilidade de abandonar esse curso pelas dificuldades de conciliar seu tempo e as atividades acadêmicas.

As questões familiares também eram um problema para Zilda. Apesar de ter conhecido o marido nas atuações e eventos de militância e de ele também se envolver nas questões sociais, a falta de tempo era um problema, principalmente nos finais de semana. Ele se encontrava trabalhando no interior do estado, também militando em um sindicato e, quando voltava para casa nos finais de semana, tinha que dividir a atenção de Zilda com todas as outras atividades em que ela se encontrava envolvida. Inúmeras vezes nos encontramos com o marido de Zilda nas atividades de final de semana, festas, reuniões, geralmente cuidando da filha enquanto a mãe participava das tarefas. Além disso, em algumas ocasiões, ela deixava de estar com ele para se dedicar às ações da Dandara. Havia também um questionamento da família, principalmente por parte de sua sogra, que cobrava uma maior presença da jovem, e conseqüentemente, da sua filha, no cotidiano familiar.

Zilda dividia a atenção entre as atividades e o cuidado com a filha pequena. Segundo a jovem, ela só podia esperar dois posicionamentos da filha quando crescer: “Ou ela vai odiar essas questões de militância por ter sido envolvida desde pequena, ou vai se apaixonar e continuar a sua história de luta”.

Para Zilda, a experiência participativa e de luta pelas questões sociais estava vinculada à sua crença na capacidade de intervir no mundo, e isso não era um sacrifício, mas sim uma motivação, por entender que também era responsável por tornar o mundo algo melhor, inclusive para sua filha, que iria viver nele.

Para mim, o sentimento é de as pessoas poderem ser felizes, poderem usufruir do que é viver. [...] Eu não consigo ficar bem se eu não fizer alguma coisa, se eu não fizer... se eu não me envolver, se eu não me engajar. Para mim, não é nenhum sacrifício, é o contrário, é uma motivação a mais a partir da compreensão que eu tenho, de que sou responsável também por esse mundo, responsável por fazer dele um mundo melhor. (Relato de Zilda, 2013).

A militância, para a jovem, fortalecia seu sentido de ser e lhe ajudou a lidar com a ausência da mãe e a se preparar para a vida. Essa era a forma também de

“tirar a viseira e o olhar do seu próprio umbigo”, de buscar novos horizontes e prestar atenção no outro. Para o futuro, Zilda esperava conseguir fazer o mestrado. Segundo a jovem, ela estava com mais sede de conhecimento e vontade de estudar. Nas experiências de palestras em espaços populares, se sentia muito à vontade e esperava dar aula de Sociologia para o ensino médio e quem sabe ocupar a universidade, um espaço que muitas vezes ela negava.

4.1.2.3. Milton Santos²⁹

Milton é um jovem branco de 27 anos, mora junto a mais dois irmãos em um imóvel alugado na cidade de Belo Horizonte. Todos cursaram a educação básica em escola pública estadual e fizeram ensino superior em universidade pública federal. Milton cursou Terapia Ocupacional; seu irmão, Enfermagem e sua irmã, Letras. Segundo o jovem, os pais sempre incentivaram os estudos, por considerarem a educação como única oportunidade de melhorar a vida. Em função de não terem condições de arcar com os custos de um ensino privado, os filhos somente poderiam cursar universidades públicas.

Os pais, considerados por ele como progressistas, eram tidos como referência. Eram líderes comunitários e tinham uma história de atuação junto a movimentos da Igreja Católica fundamentados na Teologia da Libertação. Atuavam diretamente também nas questões da associação de bairro. Sua família sofreu na pele um processo de desapropriação com a construção do metrô e por isso tiveram que se mudar para a cidade de Sabará, na região metropolitana, onde os pais moravam e continuavam sua atuação junto a movimentos da igreja.

O jovem teve toda sua trajetória educacional cursada em escolas públicas e suas primeiras experiências participativas aconteceram por meio do Movimento do Passe Livre (MPL). Ele acreditava que esse movimento tenha despertado sua atenção em função do quão difícil foi para seus pais conseguirem bancar sua ida para a escola. Em Sabará, não havia escola de ensino médio próximo de sua casa, sendo eles obrigados a estudar em Belo Horizonte, e pagar pelas passagens mais caras, dos ônibus intermunicipais: “Eu lembro de colegas e eu também, ficávamos privados de algumas coisas porque tinha que pagar passagem, não podia tomar um

²⁹ A Rua Milton Santos é uma homenagem da Ocupação ao geógrafo brasileiro, que, apesar de ter se graduado como advogado, se destacou internacionalmente nos estudos sobre urbanização e globalização.

lanche, um pouco isso, assim... privação”. Uma experiência considerada importante foi a primeira vez em que teve de correr da polícia em um evento do Movimento na Praça Afonso Arinos, no centro da cidade de Belo Horizonte.

Na escola em que estudava, não havia grêmio estudantil e os professores de história, segundo Milton, eram pessoas que despertavam, por meio das discussões, a angústia, a indignação e o questionamento social. Esse mesmo espaço escolar o colocou diretamente diante da contradição econômica. A sua escola ficava próximo de uma escola particular e os estudantes acabavam se encontrando, seja nas ruas, seja nos ônibus. As diferenças estavam estampadas nos tipos de roupa, mochila, tênis etc. Segundo Milton, os alunos das escolas particulares não conversavam com eles, nem sequer os cumprimentavam: “Então eu via ali a diferença de classe, começava ali a diferença [...] Então a questão basicamente que pode ter me despertado seja a econômica, a gente sente a treta pegando, econômica e fica assim... ‘Uai, eu tô perdendo nessa jogada, vamos tentar modificar alguma coisa”.

Ao entrar para a universidade, o jovem cursou Terapia Ocupacional na UFMG, tendo as primeiras experiências com o movimento estudantil: participou do Diretório Acadêmico do curso, atuou na recepção de calouros, participou de congressos estudantis e de encontros de movimentos sociais. Teve a oportunidade de participar do Estágio Interdisciplinar de Vivência do MST, experiência também destacada anteriormente por Beatriz. A partir daí, começou a se aproximar das Brigadas, a frequentar algumas ocupações, até optar por atuar e militar nesse espaço coletivo.

A opção de Milton e seus irmãos em deixar de morar com os pais e alugar uma casa em Belo Horizonte teve uma motivação financeira. Para eles, seria mais barato morar próximo do trabalho pagando aluguel e não gastar com as passagens de ônibus. Essa é uma realidade vivida por muitas pessoas que moram em cidades da Região Metropolitana. Muitas cidades acabaram se tornando dormitórios de pessoas que têm seu emprego na capital. Aos finais de semana, geralmente, visitam os pais.

Nas Brigadas Populares, Milton ocupava o secretariado financeiro, responsável por angariar e gerir o dinheiro que mantém o funcionamento da organização, por meio de cobrança de mensalidade dos militantes, de festas e de parcerias com outros movimentos sociais. Na Frente de Juventude da Ocupação

Dandara, Milton, além da atuação nas atividades, nas reuniões e oficinas, também atuava como gestor do dinheiro que conseguiam arrecadar com rifas e doações. O jovem se destacava pela gestão e direcionamento das atividades mediante as condições financeiras existentes, comprando materiais para as oficinas e conseguindo os vales-transportes para jovens participarem de algum evento fora da comunidade.

A questão da falta de tempo ou do excesso de atividades era também uma marca na atuação de Milton. No período da entrevista, o jovem estava fazendo um curso preparatório para tentar um concurso público e depois ele disse ter consciência plena de que o acúmulo de atividades de estudo e militância prejudicou seu desempenho. Ele não foi aprovado.

Quanto às questões familiares, Milton não tinha muitos problemas. O irmão também era militante da organização e a irmã já havia militado nas Brigadas, mas se afastou posteriormente por divergir de algumas questões relacionadas à direção da organização. Além disso, sua namorada, Beatriz Esthefany, entrevistada para este estudo, é também militante da Frente de Juventude da Ocupação Dandara, o que faz com que estejam juntos em vários momentos – nem sempre namorando, mas juntos.

Para Milton, a experiência participativa vivenciada na Ocupação estabelecia outras lutas, inclusive em torno dos direitos da juventude. O jovem acreditava que esse processo podia instigar os que nele estavam envolvidos, promovendo a conscientização sobre seus direitos. Segundo o jovem, a militância é algo cansativo, desestimulante em alguns momentos, mas que também envolve a construção de valores, a preocupação com o todo, com o coletivo e com a sociedade. Para o futuro, o jovem esperava acessar um emprego formal, de preferência por meio de concurso público, para ter uma certa segurança no exercício da militância, que era algo que ele queria levar para a vida toda.

4.2 O espaço de atuação dos jovens na ocupação urbana

Se nos pautarmos pelo nome, somos levados a entender que a Frente de Juventude é, simplesmente, uma frente de trabalho das Brigadas Populares atuando na ocupação urbana. No entanto, para entendermos o funcionamento desse coletivo de jovens, teremos que lidar com uma lógica complexa de funcionamento,

organização e pertencimento. No decorrer do texto veremos que esse coletivo de jovens apresenta algumas especificidades que exigem um olhar acurado para compreender sua dinâmica.

Apesar de, em tese, a Frente de Juventude ser uma estrutura das Brigadas, se mostrava como um coletivo autônomo. As diretrizes deliberadas nas comissões estadual e nacional eram tratadas no âmbito da Frente como orientações gerais para o debate e discussão entre os jovens sobre questões atuais da conjuntura nacional com vistas à construção de pautas de mobilização. Os jovens militantes não moradores da comunidade até tentavam fazer essa aproximação, mas entendemos que na Dandara as questões fossem mais de ordem prática, do cotidiano, da própria comunidade. Os jovens até participavam de algumas atividades, como um encontro nacional ocorrido no Rio de Janeiro, mas de maneira esporádica (Caderno de Campo – fev/dez 2013).

Voltando nosso foco para as ações dos jovens no interior da Ocupação, podemos dizer que a atuação da Frente de Juventude se deu tão logo ela se iniciou, por intermédio de alguns jovens militantes das Brigadas que mobilizavam os jovens moradores para atividades e conversas durante as assembleias semanais. O número de jovens na Ocupação era muito grande, o que despertou a atenção para o potencial do que parecia um fértil campo de atuação. Gradativamente, com uma maior aproximação e interesse de alguns jovens moradores, a Frente foi se consolidando e se tornou um grupo específico dentro da própria comunidade, ganhando visibilidade e reconhecimento.

A partir da presença em campo e do acompanhamento das atividades, podemos dizer de um núcleo diretivo composto por cerca de oito jovens, quatro mulheres e quatro homens, sete dos quais foram apresentados anteriormente. Uns com maior envolvimento, outros com a presença menos intensa, mas que, de maneira geral, se destacavam dentro da comunidade. Para além desse grupo que exercia a direção das atividades na Ocupação, vários outros jovens ficavam orbitando em torno das ações da Frente, em alguns momentos com maior número, em outros, menor. Todos os jovens da comunidade, independentemente de sua atuação, eram vistos como potenciais membros da Frente de Juventude. Um dos grandes esforços era mobilizar um número cada vez maior de jovens para participarem do grupo.

Por mais que parte considerável dos jovens da Ocupação não sejam efetivamente membros da Frente de Juventude, podemos dizer da existência de uma identificação, um sentimento de pertencimento, entre o indivíduo e o meio no qual se insere. Assim, o vínculo poderia se dar por questões maiores do que, simplesmente, fazer parte da Frente. Eram jovens moradores de uma ocupação e que tinham suas demandas. Nesse sentido, há que se pensar a participação como um processo, um conjunto de ações em que a disputa se estabelece mediante interesses que podem ser convergentes, na maioria dos momentos, ou podem também ser divergentes ou antagônicos. Não obstante, podem proporcionar conquistas ao se estabelecer um ponto comum do grupo alcançado por meio de disputas internas, discussão e negociação (RAMOS, 2005).

Recorrentemente, nos momentos das atividades e oficinas, como não havia um planejamento para que a divulgação fosse feita anteriormente e de maneira sistematizada, os jovens da Frente de Juventude saíam pelas ruas da comunidade convidando quem eles encontravam para participar. Desejavam não só disseminar os trabalhos entre a juventude da comunidade como introduzir novos membros para a Frente.

Geralmente, em grupos de quatro ou cinco pessoas, os jovens saíam para recrutar participantes para as atividades, que chegavam a contar com a presença de até 20 jovens, dependendo dos objetivos e do tema. Eles chegavam de maneira descontraída, em um diálogo que se estabelecia entre iguais e iam logo dizendo: “Fala juventude! Pessoal, estamos desenvolvendo uma ação no centro comunitário, uma atividade super bacana! Seria legal vocês participarem com a gente”. Alguns dos jovens se dispunham, outros diziam já estar ocupados, mesmo assim havia uma tentativa de convencimento dos reticentes. De maneira geral, o número de participantes era expressivo. As atividades desenvolvidas não se restringiam aos jovens militantes da Frente, elas tinham como público-alvo os jovens da Ocupação, indistintamente. Percebi, assim, que o fato de estar em alguma ação da Frente de Juventude não queria dizer que esse jovem fosse obrigatoriamente um membro da própria Frente ou mesmo das Brigadas Populares.

A Frente de Juventude se apresentava, para além de um coletivo formado pelos jovens da Ocupação, como um lugar de sociabilidade, de troca, de lazer, de encontro entre jovens. É na Frente que eles se encontravam para ver filmes no

centro comunitário, para fazer oficinas de dança, teatro, capoeira. É também onde se organizavam para fazer fogueira na rua, bem como se envolver em encontros, eventos culturais e festas. Em uma comunidade em que não havia muitas atividades de lazer e cultura, esse se tornava um espaço muito valorizado pelos jovens. O caráter de companheirismo e amizade ocupa um campo importante na vivência dos jovens envolvidos na pesquisa. Segundo Dayrell (2007), “a turma de amigos é uma referência, é com quem fazem os programas, ‘trocam ideias’, buscam formas de se afirmar diante de outros grupos juvenis e também do mundo adulto, criando um ‘eu’ e um ‘nós’ distintivo” (p.10). Acredito que é na relação com o outro, com aquele que está próximo, aquele com quem nos assemelhamos, que criamos o sentimento de grupo, de pertencimento. Nesse sentido, o cotidiano e as atividades rotineiras podem ser fontes importantes de aprendizado sobre si mesmos.

A principal opção de diversão de alguns jovens na Ocupação era estar com os amigos conversando à noite em frente à casa de Paulo, geralmente em volta de uma fogueira. Essa proposta, de fazer a fogueira, surgiu em uma reunião da Frente em que os jovens disseram que queriam alguma coisa para fazer à noite. Vez ou outra conseguiam juntar algum dinheiro para comprar algo para comer, fazer um caldo, assar milho e batata doce. Como na Ocupação as oportunidades de diversão são praticamente inexistentes, a fogueira era o programa mais praticado pelos jovens, é onde eles zoavam, contavam piadas, contos de terror, faziam brincadeiras, ouviam música no celular, na maioria das vezes o *funk*, bem alto. A sociabilidade, como um processo de aproximação e estabelecimento de uma relação de amizade com os pares (SIMMEL, 1983), é uma dimensão singular da condição juvenil, assumindo um caráter central. Tal relação se dá no grupo de amigos, nos espaços de lazer e diversão, bem como na escola e no trabalho. Essa relação se dá por livre escolha (DAYRELL, 2005), em que os jovens determinam aqueles que possivelmente irão fazer parte de seu grupo.

Assim, relações de sociabilidade pressupõem relações entre pares. De acordo com Dayrell (2007), a juventude é um momento em que a turma de amigos cumpre papel singular na trajetória dos jovens:

É o momento quando iniciam uma ampliação das experiências de vida, quando alguns deles começam a trabalhar, quando passam a ter mais autonomia para sair de casa à noite e poder escolher as formas de diversão. É quando procuram romper com tudo aquilo que os prende ao mundo infantil, buscando outros referenciais para a construção da sua identidade fora da família. É o momento privilegiado de se descobrirem como indivíduos e sujeitos, buscando um sentido para a existência individual. É um momento próprio de experimentações, de descoberta e teste das próprias potencialidades, de demandas de autonomia que se efetivam no exercício de escolhas. (DAYRELL, 2007, p.10).

Nesse aspecto, pensamos que a Frente de Juventude, bem como as experiências que ela proporciona, era uma das instâncias em que as relações de sociabilidade aconteciam. A sociabilidade não pressupõe ausência de discussão, ela é perpassada por aproximações e afastamentos, e as relações estabelecidas na própria Frente pareciam uma expressão desse processo. Apesar das características singulares, uma coisa os jovens tinham em comum: todos se envolviam nas lutas pela juventude e pela moradia e, em determinados momentos, conviviam, se relacionavam.

Além disso, a Frente se envolvia também em várias tarefas na comunidade. As reuniões eram semanais e, para além de questões correlatas à juventude, perpassavam também questões da comunidade (as reuniões serão apresentadas de maneira pormenorizada no capítulo referente às experiências vividas na Ocupação). Inúmeras vezes os jovens da Frente de Juventude eram os responsáveis por acompanhar pessoas que visitavam a comunidade pela primeira vez, seja para um curso na universidade, seja para um documentário ou para uma visita informal. Nesses momentos, eles se incumbiam de apresentar as ruas, os lugares e os moradores. A distribuição do jornal da Dandara também era de responsabilidade dos jovens, o que fazia com que tivessem uma relação amistosa com a maioria dos moradores.

Muitas atividades da Frente eram feitas por meio de parcerias com vários apoiadores (grupos de teatro, dançarinos, professores de capoeira). Eram oferecidas oficinas de artesanato, capoeira, percussão e teatro. Essas eram atividades nas quais os professores não tinham qualquer tipo de contrapartida financeira, sendo desenvolvidas de forma voluntária. Durante a pesquisa tivemos a oportunidade de presenciar quatro oficinas: capoeira, percussão, teatro e pintura de camisetas. Essas oficinas tiveram uma duração efêmera, seja pela falta de estrutura e recursos para a

aquisição de materiais, seja pela falta de mobilização e interesse para a participação.

Uma das oficinas realizadas ensinava a técnica de pintura em tecido. Essa oficina mobilizou um número considerável de jovens. Por meio de uma discussão coletiva com os jovens, o professor elaborou, com a ajuda dos meninos, um desenho sobre a Dandara. Com isso eles poderiam trazer camisetas de casa para exercitarem. Todos queriam aprender a técnica, mas queriam também a marca da Dandara na sua camiseta. Algumas camisetas novas foram pintadas para serem rifadas na festa da comunidade, o que foi um sucesso. Com isso, a Frente de Juventude acabou angariando uma quantia considerável. Durante a realização da pesquisa, foram feitas mais camisetas, dessa vez pelos próprios jovens da Ocupação. Eles chegaram a montar uma barraca na feira que acontecia aos domingos, mas, com o passar do tempo, a mobilização para essa ação foi diminuindo até que deixou de existir.

Outra oficina, de percussão, era também muito frequentada. Alguns dos instrumentos eram trazidos pelo professor, outros foram construídos pelos meninos e as técnicas eram passadas de maneira bem descontraída. Os jovens chegaram a pensar em formar um pequeno grupo para tocar nas marchas e eventos da Ocupação. Com o passar do tempo, o público das aulas foi diminuindo. Quem era frequente começava a faltar, o número de alunos presentes era insuficiente para uma aula adequada, chegando ao ponto de não ser mais viável para o professor se deslocar para o desenvolvimento das atividades. Uma situação muito semelhante aconteceu com a oficina de capoeira. No início, todos eram muito empolgados, com vários participantes. Eram ensinadas as técnicas da luta, mas também eram ensinados os aspectos históricos e culturais, as heranças e matrizes africanas, bem como a confecção e a técnica de se tocar o berimbau. A oficina de capoeira foi um pouco mais duradoura, mas também passava pela dificuldade da ausência recorrente de muitos participantes.

Por fim, uma oficina de teatro e expressão corporal foi desenvolvida junto aos jovens e na festa do Dia das Crianças esses mesmos jovens foram multiplicadores e desenvolveram uma atividade similar com as crianças presentes. Foi uma atividade muito interessante, que envolveu respiração, o toque, o sentir e ouvir o outro. As

crianças que participaram ficaram muito entretidas e demonstraram contentamento ao final da atividade.

Com base nas observações e acompanhamento das oficinas, podemos dizer que proporcionam aos jovens envolvidos a construção de saberes que estão para além do formal e que mobilizam outras experiências de aprendizado e troca. Essas perpassam a ressignificação de valores culturais que repercutem diretamente na sua identidade como moradores e na sua relação para com a Ocupação. Esses momentos remetem a uma mobilização que tem um forte potencial emancipatório, que remonta à história, que suscita a troca e o toque entre eles, que os coloca com a “mão na massa”. Se, por um lado, as oficinas aparentam ser, ao olhar dos jovens, uma atividade de lazer, por outro lado, entendo que seu caráter lúdico não inviabiliza a construção de valores e saberes importantes para eles.

Além dessas situações mencionadas, a Frente se mostrava como o meio pelo qual muitos jovens tinham acesso a eventos em outras ocupações, idas a encontros de jovens, ao teatro e ao cinema, na grande maioria das vezes com o ingresso doado. Apesar de envolver, na maioria das vezes, os espaços públicos, enfrentavam o problema da falta de dinheiro para o transporte, um dos grandes obstáculos para os jovens ocuparem a cidade de Belo Horizonte. Por meio das ações e eventos da Frente, o dinheiro acabava aparecendo, de maneira precária, com necessidade de complementação do próprio bolso, mas as saídas acabavam acontecendo. Nesses eventos, o objetivo era sempre tentar abarcar a maior quantidade possível de jovens, tanto os que militavam na Frente, quanto aqueles que participavam de atividades esporádicas e moravam na Ocupação. Em caso de número restrito de ingressos e passagens, os jovens da Frente eram priorizados. Comentando sobre essas experiências, Beatriz tem a seguinte percepção:

Eu acho que os que mais transitam são os que participam da Frente de Juventude. [...] Quando você acessa um teatro, um cinema, você vai em um espaço de show, você também está se formando, tanto quanto pessoa, quanto enquanto militante [...]. No próprio momento em que você potencializa a ida num cinema, num teatro, em atividades culturais como um todo, além de você formar a pessoa, enquanto uma pessoa mesmo, enquanto jovem, um ser que está em movimento, você também está formando ele nesse sentido também, que é ele ter acesso à cultura, que a cultura pode ser crítica, não necessariamente, mas ela pode ser, e ele tem o direito de estar naquele espaço. (Relato de Beatriz, 2013).

Nos eventos no interior da Ocupação, a mobilização também era grande. Nas festas da comunidade, os jovens é que mobilizavam as pessoas e divulgavam o que ia acontecer. Eram eles também que construía o palco, organizavam o som, recolhiam prendas, organizavam as barracas etc. Nessas festas, geralmente, também trabalhavam em alguma barraca, com o intuito de angariar recursos para as atividades que seriam desenvolvidas. Nas marchas, os jovens eram os responsáveis pela confecção das faixas e materiais.

É perceptível que aos jovens eram destinadas tarefas de ordem prática e isso pode nos sinalizar a relação estabelecida por parte dos adultos para com os eles. Tal situação incide nas tensões intergeracionais mencionadas anteriormente. Os jovens, ao serem considerados como sujeitos ainda em formação, não ocupam as instâncias maiores de poder na comunidade como a coordenação, não estando nas instâncias de decisão. Talvez por isso tenham maior tendência à crítica e ao questionamento dessa forma de organização. Essa situação nos remete ao que Abad (2004) nos apresenta como os jovens sendo os “carregadores de tijolo” em alguns movimentos sociais onde há direção adulta. Tal prática reproduz, em alguma medida, a imagem estereotipada dos jovens como sendo aqueles que estão em processo de formação, que, por não estarem “prontos”, devem se preparar por meio de trabalhos e ações com maior vínculo com a prática do que com a direção e gestão.

Um dos embates entre a coordenação e a Frente de Juventude se deu, por exemplo, pela utilização dos espaços. Na Ocupação Dandara, dois eram os espaços utilizados para reuniões, formações e encontros. Um desses espaços era o centro comunitário, que contava com duas salas, mas uma delas estava ocupada com objetos amontoados e não podia ser usada, a outra tinha carteiras, quadro negro e filtro de água. Outro espaço era a igreja ecumênica, utilizada também para as assembleias. Contudo, em função da variedade de atividades ocorridas na comunidade, quase sempre os espaços estavam ocupados. Quando não, o acesso se dava por meio de uma chave que ficava de posse de alguém da coordenação. A posse da chave tem um valor simbólico grande e denota poder.

O acesso à chave e o uso da igreja geraram uma tensão em um dos eventos promovidos pela Frente de Juventude, uma oficina de brincadeiras idealizada para as crianças da comunidade (Caderno de Campo – abril 2013). Essa aconteceu no

domingo pela manhã e envolvia a atividade e um café da manhã para as crianças. Quando os jovens foram buscar a chave com uma coordenadora, ela disse que não iria emprestar, alegando que a juventude fazia muita bagunça e que a igreja não era lugar para aquele tipo de atividade. Essa coordenadora alegou ainda que não sabia o que a juventude tanto fazia na igreja e deu a entender que os jovens poderiam fazer uso de drogas no lugar. Sobre essa relação, entre coordenadores e jovens, Beatriz diz que:

Acho que... meio, além desqualificar o debate – porque a galera é jovem, a gente sabe que tem isso, a galera é jovem, não é formada ainda, não sabe o que está falando, fala asneiras e tal. Às vezes eu acho que rola até um boicote, eles (jovens da Dandara) falam, né? Que rola um boicote em relação a gente. A gente propõe uma coisa e eles [coordenação] falam que não vai dar certo, que não vai rolar. Eu acho também que é por que é a juventude que está questionando a coordenação. Então é isso mesmo, é a juventude que tem o poder de questionar mesmo muitas vezes, é ela que vai apontar, é ela que vai conseguir pautar as coisas que ninguém... Quando ninguém tem coragem de falar. (Relato de Beatriz, 2013).

Esse é o olhar de uma jovem de classe média, de fora da Ocupação, e que não sofre a desconfiança da coordenação na mesma intensidade que os jovens moradores. Todavia, pode nos sinalizar aspectos importantes, de um olhar estrangeiro, no que tange aos adultos e sua descrença para com os jovens, a ponto de tentar boicotar suas ações. Sobre a acusação de uso de drogas na igreja, Dorothy nos diz que:

A maioria do pessoal [coordenação] confunde as coisas, acham que todos os jovens são errados, que todo jovem faz alguma coisa de errado [...] tem gente que acha que se somos do Dandara estamos fazendo coisa errada, estamos fumando, mexendo com droga, está roubando, destratando uma pessoa mais velha. Às vezes acontece, mas eu não levo para o lado de ficar com raiva. (Relato de Dorothy, 2013).

Diante desse posicionamento da coordenação, de cercear o acesso à chave sob a acusação de uso de drogas, alguns membros da Frente quiseram até sair da organização. Convocou-se uma reunião com a coordenação e com o Frei Gilvander, responsável pela igreja. Na reunião, os jovens se posicionaram questionando a atitude da coordenadora e reclamaram quanto ao posicionamento da coordenação para com a Frente de Juventude. No intuito de contornar a situação, o frei disse reconhecer o trabalho feito pela juventude da Dandara e os parabenizou por isso, disponibilizando uma cópia da chave, ressaltando a responsabilidade que envolvia

sua posse. Até o final na pesquisa, não houve a ocorrência de outros conflitos desse tipo entre os jovens e a coordenação.

Nas relações estabelecidas entre os jovens no interior da Frente, por mais que possamos perceber de maneira destacada a atuação de jovens de dentro e de fora da comunidade, percebe-se também uma certa direção exercida por parte dos jovens de fora da Ocupação. Talvez isso se dê pela maior experiência de atuação em movimentos e coletivos desse tipo, ou pela confiança, tendo em vista que desde o início esses foram os grandes mobilizadores do grupo. No entanto, não podemos desconsiderar que o maior capital cultural dos jovens externos à Ocupação também incida diretamente nesse processo. Várias foram as reuniões em que, estando muitos jovens da Ocupação presentes, as atividades se iniciaram com atraso para esperar os jovens de fora da comunidade (Caderno de Campo – fev/dez 2013). Na maioria das vezes, eles é que conduziam e que “davam o tom” da discussão, apesar de reforçarem sempre que aquele era um espaço dos jovens da comunidade e que eles tinham que assumir lugares de direção.

Percebi uma apropriação por parte dos jovens da comunidade em torno de questões como a construção de pautas, a condução das reuniões, o hábito de fazer atas e anotar o que era tratado, a forma e o momento de falar e o respeito e o lidar com as opiniões diferentes das deles. Isso nos remete a uma relação singular, de atores com experiências distintas, uns que já têm uma experiência participativa em movimentos sociais, mas que não vivem aquela realidade da ocupação cotidianamente, e outros que, vivendo o dia a dia da comunidade, não tinham experiências de atuação em ações coletivas. O que nos permite vislumbrar um processo de troca de saberes e experiências pelo qual todos aprendiam, uns com os outros.

O fato de se tratar de um coletivo de jovens não pressupõe a inexistência de tensões. Para além dos conflitos intergeracionais, estabelecidos com os adultos, percebem-se também tensões de ordem intrageracional, entre os próprios jovens. Ao contrário do que se possa imaginar, esse não era um espaço harmonioso, mas um lugar em que os conflitos internos aconteciam cotidianamente, no qual a todo instante as atuações e posicionamentos eram colocados em discussão no coletivo. Como um lugar de encontro, a Frente de Juventude era também um lugar de disputa, no qual a prevalência de um determinado ponto de vista se dava pelo

convencimento do coletivo e a capacidade de argumentação e negociação tornavam-se vitais para o desenvolvimento das atividades.

Do ponto de vista da condição juvenil, podemos dizer que existiam dois grupos dentro da própria Frente: 1) os jovens que podemos caracterizar como sendo os jovens mais velhos, já no final da juventude, com uma inserção maior nas questões do mundo adulto, que se encontravam na idade entre 24 e 30 anos, e 2) os jovens mais novos, estudantes de ensino médio, sem família constituída, que estavam em busca de uma inserção no mundo do trabalho para usufruir dos benefícios de ter seu próprio dinheiro, que tinham uma forte ligação com atividades de socialização, lazer e diversão.

Esses diferentes pertencimentos ocasionaram também diferentes relações para com a Ocupação e com as ações da Frente. Os jovens mais velhos viam com certa crítica, alguns comportamentos dos jovens mais novos, em alguns momentos, os caracterizando como imaturos. Brincadeiras, conversas no momento da reunião e zoação eram a todo momento questionadas. Os mais velhos reforçavam que “as atividades da Frente eram coisa séria”, que os mais novos “tinham que ter compromisso”, que “não se podia esquecer das reuniões ou das atividades”. A observação me permite afirmar que essa situação não decorre de falta de seriedade, mas parece algo da sociabilidade inerente ao próprio jovem. Eles eram muito dinâmicos, muita energia contida, muitos estímulos: celular, música, conversa, tudo ao mesmo tempo. Vez ou outra, se explodiam com alguma piada que tirava o foco da reunião em função dos risos. Eram duas lógicas, que me parecem distintas: os mais velhos percebiam o processo participativo como algo mais áspero, duro, em função das questões que eram tratadas. Por seu lado, os jovens mais novos não viam impedimento em tratar de problemas tão sérios como a questão da moradia e dos direitos da juventude de maneira descontraída.

O que percebemos é que os jovens mais velhos acreditavam poder orientar os mais novos no que se refere ao processo participativo e às formas de atuação e comportamento. Isso parecia se dar pelo fato de os mais velhos já terem passado por essa idade, já terem experiência de vida, fator que fazia com que prescrevessem o que achavam melhor para os outros, com base no que acreditavam que deveriam ter feito naquela idade.

Mais que uma prescrição, parece uma preocupação com aqueles jovens. Em alguma medida, isso remete a uma reprodução da relação estabelecida entre jovens e adultos, na qual os adultos imaginam saber o que é melhor para os jovens. Essas tensões não impediam que os mais velhos reconhecessem o trabalho e empenho dos mais jovens, contudo, sempre reforçando a necessidade de comprometimento com as lutas que estavam sendo travadas na Frente de Juventude. Essa relação será tratada de maneira pormenorizada no capítulo subsequente.

A partir das experiências observadas e analisadas, podemos dizer que esses jovens vivem e se inserem na sociedade de forma diferenciada em função de questões políticas, sociais e econômicas. Nesse sentido, há que se considerar que a vivência da experiência juvenil pode variar de acordo com fatores como a classe social, o pertencimento étnico, o sexo, o gênero etc. Tais apontamentos nos permitem inferir que, ao tratarmos dos jovens moradores da Ocupação ou militantes, encontraremos uma condição juvenil marcada pela ausência do Estado, pela falta de saneamento básico, pelo descumprimento do direito à água e à luz, pelo não acesso à cultura, pela impossibilidade de ocupar os espaços públicos da cidade e pela falta ou dificuldade de acesso à educação pública e à saúde pública.

No que se refere ao aspecto simbólico dessa condição, o direito a ter um endereço assume lugar importante, sendo esse um dos maiores desejos dos jovens moradores que, ao ser negado, lhes nega também o sentimento de pertencimento à cidade. Também na ordem do simbólico, trazemos à tona os estereótipos construídos em torno da figura dos jovens e dos moradores da Ocupação, em geral: favelados, invasores, usuários de drogas e ladrões. Sinais que nos dizem de um não reconhecimento da cidadania desses sujeitos por parte do poder público e da sociedade. Diante desse cenário, inóspito, a Frente de Juventude se apresenta como um espaço no qual as lutas serão travadas no sentido de buscar superar tais lacunas e construir outras representações para além das negativas.

Quando trazemos à tona as questões vivenciadas por esses jovens, estamos tratando de uma juventude muito específica, pobre, em sua maioria negra, sem um lugar seu para morar. Se a juventude, de forma geral, ainda hoje tem pouca atenção por parte dos responsáveis pela elaboração das políticas públicas, os jovens das ocupações urbanas vivem essa realidade de maneira agravada, marginal, tendo em vista que nem mesmo são plenamente reconhecidos como cidadãos da cidade.

Esses jovens não têm sequer um endereço que possam dizer ser seu. Nesse sentido, há que se considerar suas demandas específicas, o acesso à escola, o acesso à saúde, o acesso à cultura e ao lazer, o direito de ocupar os espaços públicos da cidade, o direito de ter emprego formal e salário justo, o direito à dignidade, o direito à vida.

5 EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS DOS JOVENS DA FRENTE DE JUVENTUDE DA OCUPAÇÃO DANDARA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar e analisar as experiências participativas vivenciadas pelos jovens da Frente de Juventude, tanto no interior da Ocupação quanto fora dela. Algumas das questões que perpassaram a análise estão diretamente relacionadas à luta pela garantia do direito à moradia, outras, ao cotidiano da Frente na luta pela efetivação dos direitos dessa juventude.

5.1 Sociedade contemporânea e movimentos sociais: algumas aproximações

Diante da complexidade das questões que envolvem a presente pesquisa, ao buscar analisar o processo participativo de jovens militantes, moradores ou não, de uma ocupação urbana, fez-se necessário entender o contexto social no qual tais experiências ocorreram e, para entender a participação dos jovens em um movimento social específico, foi necessário me debruçar também sobre a sociedade na qual esse movimento estava inserido.

A sociedade contemporânea alcançou um nível de complexidade que implodiu com a imagem fantasiosa de harmonia, de inexistência de conflitos e cumprimento de papéis idealizada por Durkheim no século XIX. A imagem pretendida pela sociologia durkheimiana estabelecia que aos indivíduos cabia estar preparados para cumprir determinados papéis sociais em prol do coletivo social e do bom funcionamento da própria sociedade. Nesse contexto, a mudança empreendida pelo indivíduo estava intimamente ligada a um processo evolutivo. Esse não era definido pelas relações, pelas ligações com os outros indivíduos, pela procura racional dos meios, mas sim pela interiorização do seu lugar no funcionamento da organização social. O processo de socialização constava, simplesmente, da assimilação de papéis por parte dos indivíduos (DUBET, 1994). Aos olhos de Durkheim, aqueles que não se adaptassem tinham que assumir esse problema como sendo sua responsabilidade pela inaptidão ao convívio social, não sendo essa inaptidão uma questão decorrente da organização e funcionamento próprios sociedade. De acordo com Touraine, para Durkheim:

Na sociedade tradicional, o homem está sujeito a forças impessoais ou a um destino sobre o qual não pode interferir, principalmente sua ação que só pode tender a conformar-se com uma ordem concebida, pelo menos no pensamento ocidental, como um mundo racional que ele deve compreender (TOURAINÉ, 2012, p. 217).

A atual conjuntura nos diz de uma realidade social entrecortada por fissuras, espaços vazios nos quais a socialização definitiva já não se apresenta como algo possível. Aos indivíduos não cabe apenas cumprir com um papel social, tendo em vista que esses papéis passam, inclusive, a ser questionados (MARTUCCELLI, 2007). Segundo Dubet:

Num conjunto social que já não pode ser definido pela homogeneidade cultural e funcional, pelos conflitos fulcrais e por movimentos sociais igualmente fulcrais, os actores e as instituições deixaram de ser redutíveis a uma lógica única, a um papel e a uma programação cultural de condutas. A subjetividade dos indivíduos e a objetividade do sistema separam-se: os movimentos sociais deixaram de ser sustentados pelas “leis da História” e por “contradições fulcrais”, as organizações surgem como construções e não como organismos funcionais, as condutas mais banais são interpretadas como estratégias e não como realização de papéis. (DUBET, 1994, p. 15).

Isso nos remete a uma crise da ideia de sociedade, que não é obrigatoriamente uma crise social, mas uma crise da vida social, o que faz com que a Sociologia apresente dificuldades em classificar as condutas sociais, antes tão estruturadas e determinadas (DUBET, 1994). Diante disso, torna-se perceptível que a imagem da sociedade como um organismo, homogêneo, estruturado, com funções determinadas, com um funcionamento harmônico dá lugar ao entendimento da sociedade como um sistema, que é dinâmico, heterogêneo, ininterruptamente construído e que resulta de jogos de interação, disputa, conflitos e estratégias dos indivíduos, que não se resumem às suas funções no sistema. Nesse sentido, a atual configuração social possibilita o distanciamento entre o sujeito e o sistema. Os sujeitos já não se identificam plenamente com um papel determinado. A experiência, que não é algo mecânico, materializa-se em uma construção ininterrupta, que vai se dar na inserção em um processo de socialização mais amplo, de produção e elaboração empreendidos pelo próprio sujeito. De acordo com Reis (2014), “A experiência social concebe uma atividade dos indivíduos, uma capacidade crítica e um distanciamento de si mesmos” (p. 29).

Se a sociedade industrial, nacional e funcional, tinha nas relações de produção o coração da vida social, o que implica uma ordenação racional dos papéis (DUBET, 1994, p. 67), a sociedade pós-industrial é marcada pela mutação nas relações políticas e econômicas, por um distanciamento entre indivíduos e sistema, pela importância da indústria cultural, saúde, educação, informação. Touraine (2012) nos diz de uma sociedade programada³⁰, que representa uma situação histórica particular, em que os sujeitos se afirmam na luta contra os poderes que almejam dominá-los em nome da razão (p. 258).

Ao pensar mecanismos para entender nossa sociedade, Giddens (2002) traz à discussão um outro conceito para lidar com a complexidade que se apresenta. O autor nos diz de uma modernidade alta ou tardia, que, segundo ele, é apocalíptica, não pela inevitável calamidade, mas por apresentar riscos que as gerações anteriores não tiveram que enfrentar. Essa sociedade envolve um processo de alteração na vida social de tal ordem que dois campos se interconectam, as influências globalizantes de um lado e as disposições pessoais do outro.

Segundo o autor, percebe-se uma diferença considerável em torno das instituições atuais se comparadas a formas anteriores de ordem social. O dinamismo da vida social aparece em uma medida capaz de interferir fortemente nos hábitos e costumes tradicionais e com isso causa impactos globais. Um de suas marcas é a reorganização do tempo e do espaço, bem como o estabelecimento de relações sem lugares específicos, o que faz com que o “eu” tenha que ser construído reflexivamente, dados os contextos institucionais mais amplos e a diversidade de opções e possibilidades. Isso nos permite entender as experiências participativas e de militância como um processo no qual as lógicas e as estruturas sociais são pensadas e reformuladas pelos sujeitos à luz das suas vivências, experiências e práticas sociais/culturais. Acredito que o fato de trabalharmos com sujeitos inseridos em um processo de luta pela moradia possa propiciar a visualização de aspectos singulares nos quais a realidade vivida pode influenciar diretamente na sua luta, na construção do seu lugar no mundo e de seu papel como moradores de uma ocupação, cidadãos e atores sociais.

³⁰ Essa é uma sociedade marcada por transformações no decorrer do processo de modernização. É entrecortada por problemas de interesse coletivo (questões ambientais, desigualdade social, problemas urbanos) que suscitam estratégias de pressão às instituições políticas por meio do sujeito que passa a ocupar lugar central nos conflitos sociais.

Em outra abordagem, Bauman (2001), ao trabalhar com o conceito de modernidade líquida, nos diz de uma sociedade na qual os sujeitos se liquefazem. Essa capacidade de liquidez remete ao fato de os líquidos não terem forma estabelecida e se moldarem ao recipiente. Essa sociedade carrega consigo uma dinâmica própria que envolve a emancipação do sujeito, mas também o ônus e o bônus decorrentes dela. Se a liberdade pode ser vista como bônus, a multiplicidade de oportunidades de escolha é o ônus, isso porque envolve também a responsabilização pelos atos e escolhas. Entretanto, diante das observações feitas durante a pesquisa, podemos dizer que a liquidez vai variar de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito. Especificamente em se tratando dos jovens estudados, podemos dizer de possibilidades de escolha limitadas pela própria condição de sobrevivência. Estamos tratando de jovens privados de um teto, embargados no acesso à escola e à saúde, ameaçados diuturnamente pelo risco do despejo.

Em relação ao tempo, a pluralidade de atividades faz com que as pessoas busquem por um dia com mais de 24 horas. A vida que é vivida instantaneamente, no presente, no agora, não dá conta da realização da infinidade de desejos, o que causa, em maior ou menor grau, frustração. As relações sociais se estabelecem na mesma medida da liquidez, o que traz à baila uma nova dinâmica social fortemente influenciada pelo uso da rede internacional de computadores. É nesse contexto que podemos dizer de uma realidade social expandida a ponto de envolver todo o planeta.

Melucci (2001), ao tratar das sociedades complexas³¹, nos diz de um sistema planetário, gerador de tensões e conflitos. O autor apresenta, em sua obra *O jogo do eu* (MELUCCI, 2004), a análise de uma sociedade global, a qual se tornou o próprio planeta. Nessa sociedade, o acesso e o domínio da informação se tornam fundamentais para a constituição dos sujeitos sociais e o ritmo acelerado da mudança multiplica a possibilidade de papéis que podem ser desempenhados.

³¹ Esse é o termo usado pelo autor para tratar da sociedade contemporânea. Essa sociedade, que é complexa por excelência, se caracteriza pela presença de três elementos fundamentais: a) diferenciação, que se expressa por meio dos múltiplos códigos e símbolos existentes nas diferentes esferas da vida cotidiana e pela necessidade de dominar tais códigos para circular entre as várias esferas; b) variabilidade dos sistemas, que está relacionada à velocidade e à frequência das mudanças, e c) excedente cultural, que faz referência ao conhecimento e quantidade de informações colocadas à disposição dos atores. (MELUCCI, 1999).

No entanto, temos que considerar que a informação por si só não é conhecimento (BONDÍA, 2002). Vivemos tempos em que a ânsia das pessoas está em saber de tudo o mais rápido possível, sem qualificar o que se sabe. Informações efêmeras, esquecidas rapidamente, substituídas por outras informações que, também efêmeras, serão posteriormente substituídas. Um círculo vicioso que cria a falsa imagem de detenção do conhecimento irrestrito ao acessar a internet via aparelho celular. Segundo o autor, para qualificar a experiência, há que se deixar sedimentar os acontecimentos, diminuir a volúpia do tempo em sua abrupta passagem e se permitir experimentar, provar, se expor ao risco, se transformar.

Esse é um contexto no qual o excesso de possibilidades pode ampliar ou restringir nossas oportunidades cognitivas e afetivas de acordo com nossas escolhas. É um mundo que vive a complexidade, a diferença e a incerteza, e que cobra dos seus indivíduos a capacidade de se moldar de acordo com as necessidades, sem perder sua essência. Dessa forma o indivíduo reescreve sua jornada e a jornada do mundo (MELUCCI, 2004).

Essa sociedade da qual estamos tratando é marcada também pela consolidação do sistema capitalista, hegemonicamente estabelecido, que expande para o mundo o agravamento das suas contradições e das desigualdades sociais. Uma sociedade alicerçada nos valores neoliberais, pautada pelo privilégio da organização econômica, pelo afastamento do Estado das questões de cunho social, pela manutenção da propriedade e pela ampliação da capacidade de acumulação. Tempos incertos em que as convicções alicerçadas no progresso já não são terreno seguro.

É nessa realidade social – marcada pela complexidade, pela incerteza, pelo excesso de informação e de oportunidades de escolha, e pelas desigualdades – que busco compreender as experiências dos jovens pesquisados, inseridos em um movimento social que traz à baila as questões da moradia e da juventude. Essa conjuntura social faz com que seja necessário tratarmos também dos impactos ocorridos para com os próprios movimentos sociais. Se nas sociedades industriais o movimento operário era o modelo de movimento social, agora as coisas já não se mostram tão simples. Touraine (2006), ao tratar das fronteiras dos movimentos sociais, mostra que a imagem clássica de movimento alicerçado unicamente nos eixos político e econômico já não consegue dar sentido às variações de movimentos

e ações coletivas atuantes na sociedade contemporânea. No entanto, o autor ressalta que, mesmo diante dessa dificuldade, a categoria movimento social continua sendo usada em função de sua importância histórica.

Estamos falando de ações coletivas que dinamizam as relações sociais, que ampliam os espaços de atuação e interação, inclusive, por meio da internet. A rede de computadores se torna uma ferramenta de articulação social que repercute diretamente no espaço público (SCHERER-WARREN, LÜCHMANN, 2015; CASTELLS, 2013). Essa é uma conjuntura na qual a quantidade de informações suplanta em muito a capacidade de assimilação do indivíduo e em que as pessoas sinalizam estarem mais abertas às questões culturais, da sociabilidade e do afeto, que passam a assumir cada vez mais a centralidade na vida dos sujeitos.

Isso repercute diretamente em reconfigurações dos movimentos e ações coletivas, bem como em mudanças na atuação dos atores sociais. Consequentemente, percebem-se mudanças também nos cenários cultural, social e político. Estamos falando de ações coletivas que ampliam o espectro de possibilidades ao suplantarem a dimensão unicamente econômica e a busca por um resultado concreto do sujeito inserido no sistema de produção. A busca é por mudar a própria sociedade, estabelecer novas formas de institucionalidade, baseadas na solidariedade. Experiências como a do Fórum Social Mundial podem servir para ilustrar tal situação. Tendo como lema a frase “Um outro mundo é possível”, o encontro promoveu o diálogo de uma enorme diversidade de movimentos sociais tendo como princípio fundamental o pluralismo de ideias (SCHERER-WARREN, LÜCHMANN, 2015). Isso só foi possível porque a própria sociedade mudou. Não estamos tratando mais da sociedade industrial. A imagem de Estado Nação, apesar de não ter sido extinta, está fissurada, e não mais proporciona uma identidade monolítica. A identidade nacional se insere no próprio mundo e passa ser marcada pela diversidade de vínculos, identificações, repertórios e sentidos.

Tal realidade social não coloca fim aos movimentos sociais, mesmo porque “não há razão para dispensar o conceito” (TOURAINÉ, 2006, p. 22). A questão é saber fazer uso desse conceito de acordo com as ações coletivas a serem analisadas e a sociedade em questão. Nessa sociedade, na qual emergem conflitos de várias ordens (étnicos, religiosos, de classe, ambientais, sexuais, entre outros), o desafio é conseguir tornar inteligíveis as lutas dos sujeitos a partir da pluralidade das

relações que se tornaram mais horizontais, solidárias, bem como entender que a luta envolve o indivíduo em seus pertencimentos, sua afetividade.

Baquero e Baquero (2012), ao estudarem os novos padrões de participação dos jovens, afirmam que:

A constituição das identidades coletivas passa de parâmetros socioeconômicos e político-ideológicos (velho paradigma) para parâmetros ético-existenciais (novo paradigma), com a orientação da transformação pessoal como estratégia para influenciar mudanças nas condições de vida coletiva e a atuação local para atingir mudanças globais, com metas palpáveis a curtos e médios prazos em estruturas horizontais flexíveis, que respeitem a diversidade e a participação de todos no novo paradigma. (BAQUERO, BAQUERO, 2012, p. 23).

No caso do coletivo estudado, esses novos padrões de participação convivem com as matrizes clássicas das lutas sociais de que nos falava Touraine (2006). Por mais que o conceito marxista de lutas de classe não dê conta de abarcar toda a complexidade das experiências apresentadas pelos jovens pesquisados, podemos dizer que, na sua dinâmica própria, a Ocupação Dandara e a Frente de Juventude ressignificam e bebem nas fontes dos movimentos clássicos, sem a pretensão de reproduzir sua lógica. Com isso, os conflitos agravados por uma desigualdade social que se multiplica no mundo passam a ocupar lugar de destaque. A observação e o acompanhamento das lutas da Ocupação e dos seus jovens permitem dizer que a dimensão de classe está posta na vida daquelas pessoas. Isso não quer dizer que pretendemos fazer uma análise estritamente vinculada à perspectiva classista, mas demonstrar o potencial da luta de classes na busca por entender os conflitos e lutas inerentes a essa realidade social desigual e seus respectivos atores.

5.1.1 Indivíduo, sujeito e ator

No contexto anteriormente apontado, e diante da complexidade que envolve a realidade social contemporânea, é importante também delimitarmos nosso entendimento em torno de conceitos como indivíduo, ator e sujeito. Em uma realidade social na qual as questões da sociabilidade, do afeto e do pertencimento assumem a centralidade da vida cotidiana, tais conceitos serão de grande valia ao nos debruçarmos sobre um coletivo de jovens que atuam em uma ocupação urbana. Isso para entendermos suas ações, suas atuações, bem como as relações que estabelecem com o outro e com a sociedade que o cerca. De acordo com Touraine

(2012), “os três termos: indivíduo, sujeito e ator, devem ser definidos pela relação de uns com os outros” (p. 220).

Em se tratando do indivíduo, uma entre as tantas possíveis concepções é vê-lo como marcadamente moderno. Se fizermos uma reflexão em torno da origem do conceito, perceberemos ela é muito anterior ao advento da Modernidade. Louis Dumont (1993) nos diz que a concepção de indivíduo nasce da religião, por isso ele usa o termo gênese para orientar seu trabalho. O autor nos diz de uma sociedade holística, que envolve o todo e na qual não é possível separar sociedade e indivíduo. Nesse cenário, só se é indivíduo fora do mundo, ao desprezar as questões de ordem material e assimilar as questões da ordem do sagrado.

O indivíduo, na Modernidade, era usado para se referir àquele que, socializado, assumiu um papel na organização social, sendo tratado como personagem de um romance (MARTUCELLI, 2007). Há um vínculo entre sociedade e indivíduos, não havendo a possibilidade de existência destes se não for em relação àquela. Contudo, a conjuntura social contemporânea, anteriormente mencionada, nos diz de um afastamento, de uma separação entre indivíduo e sociedade (TOURAINÉ, 2012), o que complexifica as questões para a Sociologia. O conceito de indivíduo que ora se apresenta está intimamente ligado ao conceito de liberdade. Como legado da Revolução Francesa, as questões em torno de ser indivíduo estão intimamente ligadas ao fato de ser livre.

Daniilo Martuccelli (2007), em sua obra clássica Gramática do indivíduo, afirma que o Ocidente nos apresenta um ideal de indivíduo como dono e senhor de si mesmo, sujeito autônomo, independente, que tem autocontrole e é capaz de se expressar. Entretanto, tratar de autonomia não pressupõe anular a dependência que esse indivíduo tem para com o mundo, mas implica reconhecer a capacidade de transformar o mundo e seu significado, o que faz com que a dependência seja reformulada pelo próprio indivíduo.

Nesse sentido, há que se considerar que não há indivíduo fora do social. Quando falamos de indivíduo estamos tratando da singularidade, de alguém que, inserido na realidade social, vive determinados papéis, questiona outros, que se constitui por meio de suportes na relação com o outro. Abre-se a esse indivíduo a possibilidade de exercer a sua subjetividade, de construir um espaço da

representação de si, de se conscientizar de seu distanciamento do mundo por meio da reflexividade.

Reis (2014), ao estudar os modos de socialização e individuação por meio de experiências em rede, dialoga com Martuccelli no sentido de avançar na compreensão do processo de individuação. Segundo a autora, cada indivíduo é fruto de diversas experiências de socialização e esses processos em si são também processos de individuação, ou seja, “as instituições não se limitam a exercer imposições aos indivíduos, mas avistam-se também com recursos que os sujeitos precisam aprender a mobilizar eficazmente, em outras palavras, elas são coercitivas e facilitadoras” (REIS, 2014, p. 29). Nesse sentido, podemos entender a individuação como o processo de fabricação dos indivíduos que, na singularidade de suas trajetórias individuais, buscam se tornar sujeitos, ou seja, uma maneira particular como cada um resolve os seus desafios nos processos de socialização e na construção de sua singularização.

Ao trazermos para a discussão o conceito de ator, não nos desprendemos do conceito de indivíduo, tendo em vista que o ator social nos remete a um indivíduo que age socialmente, que tem uma ação no contexto de uma dada realidade social. A ação pressupõe interação, uma vez que o “eu” precisa do “outro”. Para tal discussão, convido Bernard Lahire (2002), com cujos apontamentos compactuo. Ele nos diz que não se trata do desenvolvimento da metáfora com uma peça teatral, mas fazer uso de uma rede coerente de termos como: ator, ação, ato, atividade, ativar, reativar (p. 10). Nesse sentido os jovens estudados são indivíduos que, ao agirem socialmente, demonstram sua potencialidade como atores no desenvolvimento de suas ações no interior da Ocupação Urbana; com isso, esses jovens promovem situações que interferem diretamente em seu meio e na sua forma de pensar sobre si mesmo. Segundo Touraine (2012):

O ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais (TOURAINÉ, 2012, p. 220-221).

As afirmações do autor caminham no sentido de nos permitir entender as experiências vividas pelos jovens na Ocupação como uma forma de construir um distanciamento para com o sistema social a partir da realidade em que se encontram

inseridos. Distanciamento esse que se consolida pela não identificação com papéis sociais pré-estabelecidos e que repercute em ações desenvolvidas pelos jovens como forma de intervenção. Nesse sentido, os indivíduos tornam-se atores, mediados pela sua condição de sujeitos que constroem reflexivamente sua visão acerca de suas experiências, práticas sociais e culturais, estruturas e relações sociais.

Zemelman (2006) nos diz que o resgate do sujeito é um desafio epistemológico. Isso por envolver questões referentes à construção do conhecimento a partir do lugar em que se situa, o que faz com que a realidade se torne um conjunto desses potenciais espaços de conhecimento. O sujeito assume a centralidade no processo de questionamento da sociedade, é uma forma de construção e interpretação do mundo e reclama para si a dimensão subjetiva, que passa por um posicionamento político diante da realidade social, é “o apelo à transformação do Si-mesmo em ator” (TOURAINÉ, 2012, p. 223). O sujeito nos remete a um processo de resistência ao poder autoritário em um esforço que une desejos, necessidades pessoais e a consciência de pertencimento. De acordo com Touraine:

O indivíduo não se torna sujeito separando-se do Si-mesmo, a não ser que se oponha à lógica de dominação social em nome de uma lógica da liberdade, da livre produção de si. É a recusa de uma imagem artificial da vida social como máquina ou organismo, crítica feita, não em nome de princípios transcendentais – Deus, a razão ou a história –, mas em nome da livre produção de si-mesmo que leva a afirmar o sujeito e seus direitos em um mundo onde o ser humano é transformado em objeto (TOURAINÉ, 2012, p. 247-248).

Diante disso, ao tratarmos do sujeito não estamos tratando de individualismo, haja vista que se fizermos dele o princípio geral da definição de sociedade estaremos reduzindo a realidade ao modelo liberal/mercantil. A sociedade, segundo Touraine (2012), não é nem individualista, nem holista, mas é sim uma rede de relações de produção e poder. Falar de sujeito envolve tratar da historicidade, da vida social, das ações e das mudanças na relação que se estabelece, trata-se de uma vontade do indivíduo em ser produtor e não somente consumidor de sua experiência individual e de seu meio ambiente social.

O exercício de entender os conceitos de sujeito, indivíduo e ator caminham no sentido de nos auxiliar na construção de uma outra categoria de análise, os sujeitos coletivos. Tal noção remete à elaboração de uma identidade, que é coletiva e que é

construída mediante traços comuns e projetos dos sujeitos envolvidos no movimento social. Sader (1988) nos ajuda quando diz que entende a noção de sujeito coletivo como “sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (p. 55). O aspecto da coletividade dos sujeitos é também tratado por Caldart (2012), ao estudar a pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A autora considera que é na coletividade que se produzem as raízes do movimento e conseqüentemente a sua luta, ou seja, quanto mais enraizado na sua coletividade mais o sujeito poderá ser educado por ela.

Tendo como foco da pesquisa um coletivo de jovens, moradores ou não de uma ocupação urbana, que militam pelas causas e lutas da comunidade e da juventude, entendemos que a dimensão do sujeito coletivo seja fundamental para que possamos dar conta da complexidade das experiências que os envolvem e que serão analisadas no decorrer do capítulo.

5.2 A busca por entender a experiência como formação

No desenvolvimento da pesquisa, durante a observação participante, várias foram as atividades as quais tive a oportunidade de acompanhar ao lado dos jovens da Frente de Juventude. Foram observadas situações do cotidiano, do dia a dia: reuniões, passeatas, passeios, viagens, encontros, eventos culturais, organizações de festas, oficinas, entre tantas outras atividades. Escolhi um arcabouço teórico que pudesse auxiliar na empreitada de entender essas experiências em suas singularidades e diferenças.

Nesse sentido, as experiências de formação do sujeito estão para além das instituições clássicas e os movimentos sociais são locais privilegiados para a produção e apropriação de conhecimentos e posicionamentos que, na maioria das vezes, não são valorizados pela própria sociedade (ARROYO, 2011, 2012). O sujeito que participa e atua em movimentos sociais e ações coletivas se apropria de valores e conhecimentos advindos da sua prática social e do exercício reflexivo sobre ela e, com isso, se torna um ator social que se apropria de novos referenciais, que faz uso de um campo relacional mais amplo, que tem acesso a uma gama maior as informações, construindo visões de mundo que podem ser mais amplas ou mais

restritas. Nesse sentido, ao estudar e analisar as experiências dos jovens envolvidos na pesquisa, observei os processos de formação pelos quais esses jovens passam ao atuar, militar, participando de um movimento social ou ação coletiva.

Em concomitância com as discussões em torno da juventude, da participação e dos movimentos sociais, o conceito de experiência emerge de maneira fulcral na presente pesquisa. Para tal discussão recorri aos estudos empreendidos por François Dubet (1994), em sua obra *Sociologia da experiência*, em diálogo estabelecido com contribuições de outros autores em relação ao tema.

O autor, ao estudar a experiência, nos diz de uma dupla designação, que se dá simultaneamente. Essa envolve um tipo de objeto teórico, bem como um conjunto de práticas sociais características de nossa sociedade. A rigor, o autor estuda a ação social de indivíduos para lidar com questões de ordem empírica, cotidiana, prática, o que nos remete à capacidade dos sujeitos de agir para adequar e intervir no mundo em que estão inseridos, para além dos papéis sociais. Esse é um fator que me faz crer que tal arcabouço teórico pode muito nos ajudar a entender as experiências dos jovens estudados.

Assim, nota-se que é por meio da nossa experiência que construímos e nos apropriamos do mundo e esse processo envolve um aprendizado decorrente da ação e das interações sociais que se estabelecem. Segundo o autor, a noção de experiência social “designa as condutas individuais e coletivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos, e pela actividade dos indivíduos que devem construir o sentido das suas práticas no próprio seio da heterogeneidade” (DUBET, 1994, p. 15).

Nesse trabalho Dubet (1994) recorre à metáfora da peça teatral para nos dizer do distanciamento estabelecido entre os indivíduos e os papéis sociais, para nos mostrar que esses papéis são passíveis de serem questionados. O ator não decora o papel que irá representar, mas improvisa, questiona a direção e o texto, abre a possibilidade do novo, do inusitado, por meio de um processo auto-reflexivo. É exatamente esse questionamento, esse distanciamento do social, que torna o indivíduo um sujeito. Dubet (1994) nos chama atenção para nuances do conceito de experiência social, que, de acordo com o autor:

Forma-se no caso em que a representação clássica da “sociedade” já não é adequada, no caso em que os atores são obrigados a gerir simultaneamente várias lógicas de ação que remetem para diversas lógicas do sistema, que já não é então “um” sistema, mas a co-presença de sistemas estruturados por princípios autônomos. (DUBET, 1994, p. 94).

Nesse sentido, a experiência pressupõe, intrinsecamente, a ação do sujeito nela envolvido, mas não se restringe à ação como algo mecânico. Ainda dialogando com Dubet (1994), percebemos que:

A experiência social, na medida em que a unidade não é dada, gera necessariamente uma atividade dos indivíduos, uma capacidade crítica e uma distância em relação a si mesmos. Mas a distância em relação a si, aquela que torna o ator em sujeito, é, ela própria, social, ela é socialmente construída na heterogeneidade das lógicas e das racionalidades da ação. (DUBET, 1994, p. 94).

Tais considerações permitem inferir que a experiência perpassa por aspectos práticos, bem como aspectos relacionais. Nessa lógica, sua dinâmica caminha no sentido de fomentar o conhecimento crítico do sujeito em relação à sociedade e a si mesmo. Wautier (2003), ao dialogar com os estudos de Dubet, esclarece que a experiência é *uma* “maneira de construir o mundo ao mesmo tempo subjetiva (é uma ‘representação’ do mundo vivido, individual e coletiva) e cognitiva (é uma construção crítica do real, um trabalho reflexivo dos indivíduos que julgam sua experiência e a redefinem)” (p. 181). Acredito que a vivência da experiência passa pelo ato de experimentar, pela tentativa, pelo acertar e errar e, conseqüentemente, pela construção de aprendizados e conhecimentos decorrentes dessa trans-formação que se mostra inerente ao próprio processo.

Todavia, a experiência não pode ser entendida, simplesmente, como a vivência, como uma maneira de sentir. No intuito de aprofundar a discussão em torno da experiência, recorreremos aos estudos de Thompson (1987). Mesmo ao tratar da experiência a partir de um referencial específico, uma perspectiva que ainda parte de um recorte marxiano, o autor traz contribuições importantes para entendermos os movimentos sociais a partir da dimensão da cultura. Thompson (1987) apresenta a dimensão da classe como uma construção social, que é produzida a partir das experiências dos sujeitos inseridos na cultura.

Ao discutir o conceito de experiência em sua obra *A formação da classe operária inglesa*, Thompson (1987) apresenta o conceito de fazer-se (*making*). Isso para dizer do processo de construção de sua própria história por parte dos

indivíduos trabalhadores, que, vivendo aquela sociedade industrial, conseguem estabelecer ideias e interesses comuns, de classe, por meio de experiências e conflitos cotidianos. Entretanto, temos que considerar que existem mais coisas imbricadas nesse processo e nesse “fazer-se”, percebemos também questões de ordem identitária, que perpassam a cultura e remetem a uma pedagogia da classe trabalhadora nascida no exercício da experiência de classe. Para o autor, a noção de experiência implica reconhecer os sujeitos como reflexivos, que, com suas ações, põem a história em movimento:

Os homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro desse termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonicos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, relativamente autônomas) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1987, p. 182).

Para o autor, há uma distinção importante a se fazer entre o que é vivido e o que é percebido pelos indivíduos, “a experiência é exatamente o que constitui a articulação entre o cultural e o não cultural, a metade dentro do ser social, a metade dentro da consciência social. Talvez pudéssemos chama-las experiência I – a experiência vivida – e a experiência II – a experiência percebida” (THOMPSON apud BERTUCCI; FARIA FILHO; OLIVEIRA, 2010, p. 49). Diante disso, entendemos que toda experiência envolve uma vivência, mas a vivência não significa obrigatoriamente experiência, tendo em vista que a experiência pressupõe uma atividade cognitiva de construção do real, uma maneira de experimentar o real que se dá por meio de categorias do entendimento e da razão. Contudo, temos que considerar que não se trata de um processo unicamente racional e nos ater para o fato de a experiência e a vivência não serem campos estanques e herméticos. Apesar de serem diferentes, nesses campos existe uma intersecção que pertence a ambos. É nessa intersecção entre vivência e experiência que podemos dizer da emergência do subjetivo em cada ator envolvido nesse processo.

Nesse sentido, há que se considerar que a ação não se reduz a decisões racionais, mas questões de outras ordens se encontram envolvidas, tais como os amores, as frustrações, as emoções, as lembranças. As condutas do sujeito se encontram diluídas no fluxo contínuo das interações sociais, portanto, a experiência

social é definida pela combinação de várias lógicas de ação. Essa só tem sentido se conseguirmos perceber que o ator não está totalmente socializado, ou seja, entendermos que não há uma adequação completa entre a subjetividade do ator e a objetividade do sistema. Dessa forma, Dubet afirma que:

Cada experiência social resulta da articulação de três lógicas de ação: a integração, a estratégia e a subjetivação. Cada actor, individual ou coletivo, adopta necessariamente três registos da acção que definem simultaneamente uma orientação visada pelo actor e uma maneira de conceber as relações com os outros. Assim, na lógica da integração, o actor define-se pelas suas pertenças, visa mantê-las ou fortalecê-las no seio de uma sociedade considerada então como um sistema de integração. Na lógica da estratégia, o actor tenta realizar a concepção que tem dos seus interesses numa sociedade concebida então “como” mercado. No registo da subjetividade social, o actor representa-se como sujeito crítico confrontado com uma sociedade definida como um sistema de produção e dominação. (DUBET, 1994, p. 113).

Caminhando no sentido de melhor entendermos a experiência, é importante tratarmos das três lógicas de ação mencionadas pelo autor. A lógica da integração remete à impossibilidade do indivíduo de se desprender do social, mesmo sendo esse passível de estranhamento e crítica. O indivíduo somente existe em relação ao social, todavia, se define e se apresenta aos outros pelo seu pertencimento, sua posição, aquilo que ele vive. Isso gera o que podemos chamar de uma identidade integradora, que se define em relação ao outro, pela sua diferença e estranheza. “Eu necessito do outro para definir a mim mesmo, até para delimitar o que eu não sou”.

Nesse aspecto, o conflito e a disputa reforçam não só os antagonismos, mas também o sentimento de pertença a essa sociedade. A cultura é definida em termos de valores e quando estes estão ameaçados a identidade dos indivíduos fica diretamente comprometida. Podemos inferir que não há uma integração total, como também não há uma socialização total e a lógica da integração se dá, exatamente, nesse processo de aproximação e distanciamento, de pertencimento e estranheza.

Em se tratando da lógica da estratégia, o ator lida com um processo no qual cria competências, mecanismos e estratégias por meio dos quais consegue fixar suas identidades e delimitar o lugar do outro, bem como buscar por seus interesses, individuais ou coletivos, por meio das relações sociais de concorrência e rivalidade, e na luta por algo que está em jogo e que é valorizado por ambos. É marcada pela utilidade e pressupõe disputa entre o “nós” e os “outros”. A estratégia depende da capacidade de negociação e o “outro” não é apenas um obstáculo, mas é também

um recurso, o que explica alianças e rivalidades de acordo com o objetivo a ser alcançado. De acordo com Dubet (1994), só se deseja o que também é desejado pelo outro.

Nesse sentido, a subjetivação marca o distanciamento entre o indivíduo e o sistema, a figura do sujeito assume papel central em um processo pelo qual a sociedade torna-se passível de críticas e questionamentos, o que nos permite dizer que o sujeito está sempre parcialmente “fora do mundo”, por meio de uma identidade formada na tensão com o próprio mundo, em uma sociedade na qual as relações sociais podem ser percebidas como obstáculos ao reconhecimento e à expressão de sua subjetivação. Esta remete a uma forma singular de construção do social que é ininterrupta e complexa, na qual os sujeitos constroem atitudes de autodefesa por meio de uma racionalidade instrumental e se negam a cumprir os papéis que lhes são determinados.

Nesse contexto, o conceito de práxis pode ser de grande valia. O termo varia de acordo com o tempo e os autores que o utilizam. O conceito de práxis social, para Vázquez (2007), diz respeito a uma atividade que está concatenada à consciência e tem como objetivo a intervenção e a transformação da realidade na qual se está inserido. A práxis está vinculada aos fins que se quer alcançar mediante uma situação real. Segundo o autor:

A práxis social é a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e a direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. Essa forma de práxis é justamente a atividade política (VÁZQUEZ, 2007, p. 231).

Sendo assim, a experiência de participar/militar no contexto de atuação dos jovens envolvidos em movimentos sociais é algo que envolve a produção de valores e significados em uma relação dinâmica entre os sujeitos, em seus anseios, divergências e tensões, diante da realidade social. A ação do jovem é perpassada pelas condições vividas por ele. Sua atuação na sociedade envolve, portanto, as experiências do cotidiano. Ele não se forma para o mundo, mas se forma no mundo (FREIRE, 2011).

Um diálogo estabelecido com a obra de Thompson (1981) nos leva a entender que as experiências vividas pelos jovens nas organizações e movimentos de ação coletiva promovem a construção de uma “consciência afetiva e moral”. O autor compreende a experiência como ferramenta singular para a construção de

valores, de visão de mundo e de posicionamento diante da realidade social. Segundo Thompson (1981):

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, e surgem nas nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “*habitus*” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria (THOMPSON, 1981, p. 194).

As experiências vividas por jovens em organizações e movimentos de ação coletiva ganham sentido na medida em que são vividas. O próprio processo de vivência envolve uma mudança no pensamento, uma formação humana, que, de acordo com Arroyo (2011), “é inseparável da produção mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, terra, transporte, [...] de alimentação, de segurança” (p. 246). Nesse mesmo sentido, Eder Sader (1988) nos diz das experiências como construções que identificam interesses, constituem coletividades políticas, sujeitos coletivos e movimentos sociais a partir das condições vividas.

Ainda tratando das experiências sociais construídas na inserção e atuação em movimentos sociais, Roseli Caldart (2012), ao estudar a Pedagogia do Movimento Sem Terra, traz contribuições importantes. A autora chama a atenção para a experiência de sujeitos concretos, em uma luta social, intencional e política, uma experiência humana total que se estabelece na relação com a dinâmica e a luta social contemporânea (p. 43-44). Nesse aspecto a autora diz de um princípio educativo que envolve sujeitos sociais inseridos em uma luta coletiva para garantia da própria existência por meio da transformação de um modelo de sociedade desigual. Uma pedagogia da luta, que se desenvolve e se consolida ao lutar.

Em suma, podemos dizer da experiência como uma construção, complexa, tensa e que envolve o sujeito e o sistema social no qual se encontra inserido. Nesse sentido, a experiência social implica um processo de conscientização, de formação do sujeito, de construção da capacitação crítica, entrecortado por relações sociais que se estabelecem nas disputas, aproximações e afastamentos de uma realidade social heterogênea passível de estranhamento e questionamento.

5.3 Cotidiano e experiências participativas

As experiências participativas vividas pelos jovens membros da Frente de Juventude da ocupação Dandara foram as mais variadas e em sua maioria se deram no interior da própria comunidade. Em se tratando do seu cotidiano, quem a visita poderá perceber diferenças de acordo com o horário, com o clima, com o dia da semana. Nos dias de semana, com sol a pino, quase não se veem adultos nas ruas, pois a maioria está no trabalho. Há muito calor e muita poeira, tendo em vista que as ruas não são pavimentadas. Veem-se algumas crianças brincando de bola, empinando papagaio ou andando de bicicleta. Se estiver chovendo, nem mesmo as crianças se veem, pois as ruas se transformam em um lamaçal. À noite percebe-se uma maior movimentação, pois algumas pessoas que chegaram do trabalho se colocam na porta de casa para conversar, revelando uma dinâmica que nos remete a uma cidade do interior.

Durante todo o trabalho de campo, as reuniões da Frente de Juventude aconteceram semanalmente, variando de lugar de acordo com a disponibilidade. Na maioria das vezes ocorria no centro comunitário, outras vezes na igreja ecumênica ou na casa de Maria, jovem participante da Frente na Ocupação. Inicialmente ocorria às quartas-feiras, às 19 horas, antes da assembleia da comunidade, que também era semanal. Posteriormente, a partir dos meados do mês de maio de 2013, passaram a acontecer aos sábados à tarde.

Os jovens da Ocupação, durante o dia, se envolviam com atividades como escola, afazeres de casa, cuidado com os irmãos, com os filhos, bem como com o trabalho, para aqueles que estavam empregados. A Ocupação não contava com equipamentos públicos que pudessem proporcionar aos jovens outras atividades, como uma praça, quadra de esportes ou equipamentos similares. Essa situação fazia com que a Frente de Juventude se apresentasse como um espaço privilegiado de encontro e socialização, um espaço muito valorizado pelos jovens, conforme descrito por Dayrell (2007), pois diversas vezes pudemos ouvir os jovens manifestando em falas informais uma espera ansiosa pela reunião.

O acompanhamento de um grande número de reuniões durante o ano de 2013 permitiu perceber algumas permanências, o que remete a um certo padrão em relação à Frente de Juventude e às suas reuniões na Dandara. Uma característica recorrente era o atraso em relação ao horário marcado. Isso se dava pelos mais

variados motivos: espera pelos jovens de fora da Ocupação, desencontro de informação quanto ao local e ao horário marcado, esquecimentos etc. Os primeiros que chegavam iam mobilizando os companheiros, passando pela comunidade e perguntando pelos outros. Quando um número expressivo de membros chegava ao local marcado, a reunião tinha início. Ao tratar de movimentos sociais, podemos ter como modelo aqueles clássicos e ser levados a pensar em organização, uma estrutura de funcionamento mais rígida. Quando se trata de movimentos nos quais os jovens assumem a centralidade do processo, podemos dizer que a espontaneidade, o improvisado, a flexibilidade e a criação de estratégias para a manutenção do funcionamento sejam características recorrentes (MARTINS, 2010).

As reuniões, geralmente, tinham pautas voltadas para atividades que estavam acontecendo na própria comunidade, mas ocorriam também reuniões que tratavam de outras demandas, como a organização de algum evento e mobilização para alguma ação específica. Inicialmente eram dados informes, atualizações sobre a Ocupação e sobre a Frente. Os jovens levavam seus cadernos para fazer suas anotações, prática inserida pelos membros da Frente que pertenciam às Brigadas Populares, para se lembrar de algum compromisso ou tarefas assumidas, criando o hábito do registro.

Durante a reunião alternavam-se momentos de maior seriedade e momentos de maior descontração. Os jovens “mais novos”, moradores da Ocupação, se mostravam muito tímidos e com receio de falar alguma coisa que provocasse o riso nos colegas. Vez ou outra isso acontecia, mas rapidamente o grupo se volta para as discussões. Os jovens “mais velhos” sempre tentavam motivar a fala como demonstração da importância da participação dos mais novos. No entanto, essa situação de se posicionar e falar em público faz com que os jovens tenham que sair de seu lugar de conforto e tenham que se colocar diante de pessoas que podem concordar ou discordar do que eles pensam, o que faz com que tenham que lidar com o fato de serem questionados, de terem que argumentar para defender seus pontos de vista. Segundo Gohn (2009), esse tipo de experiência vivenciada nos movimentos sociais faz com que os envolvidos aprendam não só a acreditar no poder da sua fala e das suas ideias, como também a calar-se e resignar-se quando necessário, quando não estão seguros do que querem realmente falar. Isso promove

um amadurecimento do sujeito na sua forma de falar em público, na escolha do que fala e na forma como fala.

Uma outra dimensão importante inserida na lógica de funcionamento da Frente de Juventude e que foi vislumbrada a partir de minha presença no campo de pesquisa é a questão geracional, ou, no caso específico da relação estabelecida entre os jovens estudados, a questão intrageracional. Kimi Tomizaki (2010), ao dialogar com Mannheim, nos ajuda a avançar nas discussões sobre o tema ao dizer que:

O pertencimento a uma geração passa, necessariamente, pelo pertencimento a um grupo específico, e pertencer a um grupo não significa apenas aderir aos valores que lhe são próprios, mas, sobretudo, ser capaz de perceber o mundo e de se entender no mundo com os instrumentos e nuances próprios desse grupo (TOMIZAKI, 2010, p. 334).

Nesse sentido, como base no recorte etário, poderíamos dizer simplesmente que estamos estudando um grupo de jovens militantes de uma ocupação urbana. No entanto, não se pode deixar de considerar o peso da idade sobre as experiências individuais, mesmo que se trate de indivíduos que tenham uma situação de classe comum. Isso nos remete ao que Pinder (*apud* TOMIZAKI, 2010) vai chamar de não contemporaneidade dos contemporâneos, o que nos permite inferir uma vivência particular de cada indivíduo mesmo estando inserido em um mesmo contexto histórico com outros indivíduos.

Voltando-nos para o contexto da Frente de Juventude, podemos dizer que alguns hábitos dos jovens “mais novos” causavam momentos de tensão e chamada de atenção nas reuniões. Isso acontecia principalmente pelas conversas paralelas durante a reunião ou pelo uso do celular. Inúmeras vezes, em quase todas as reuniões, outros temas apareciam nas conversas paralelas, como sobre uma festa, sobre alguém com quem se queria ficar ou que já tinha ficado, casos da escola, entre outros. O celular também era visto como problema, seja por tocar na reunião, pelo atendimento de chamadas, por mandar mensagens ou brincar com jogos. Quando da ocorrência desses casos, os jovens “mais velhos” chamavam a atenção dos “mais novos” dizendo da necessidade de manter o foco da discussão, para não dispersar.

Segundo Dorothy (20 anos), “temos a hora certa de zoar dentro da juventude, na hora de falar sério todo mundo fica mais quieto, tem horas que sai umas coisas

de fala de algumas pessoas que dá vontade de rir né? Fica zoando, mas é uma amizade que construímos”. Essa mesma jovem sofreu uma reprimenda da mãe que também é militante na ocupação atuando na Frente de Reforma Urbana. Em uma conversa informal com Zilda (29 anos), a mãe perguntou como andava a Frente de Juventude e ficou sabendo que Dorothy estava brincando muito na reunião e lhe chamou atenção. Sobre esse fato, Dorothy diz que:

Foi porque eu estava mexendo no celular, minha mãe começou a falar que nessas coisas [reuniões] não se deveria fazer isso. Que a gente estava em uma Frente e que tinha que prestar atenção nas coisas que o pessoal falasse para poder aprender mais e depois passar para uma outra pessoa mais para frente tudo que você aprendeu. Eu levei numa boa e depois dessa bronca aí teve uma reunião e percebi que o celular atrapalha demais. Se a gente tiver mexendo no celular, a gente não está prestando atenção na reunião, não está aprendendo o que o pessoal está falando. Depois dessa bronca eu também não fiquei com raiva de nenhuma parte, eu levei na boa. Até pedi desculpas a Zilda por conta dessa questão de conversa que atrapalhou bastante no dia da reunião.

Tais comportamentos nos dão conta do clima da Frente de Juventude. Podemos dizer que havia um clima descontraído, mas que em alguns momentos mais sérios gerava tensões e embates. Isso nos mostra também que para os jovens “mais novos” a sociabilidade, o momento de estar com os seus pares, trocar de ideias, conversar e zoar são importantes motivadores da participação. Por mais que a participação nas reuniões seja algo reconhecido por eles como importante, a dimensão da sociabilidade também está marcadamente posta nessa relação e nesse espaço. É preciso lembrar que a atuação e a militância na Frente de Juventude são vistas e vividas de maneiras diferentes de acordo com a idade dos jovens envolvidos. Se para os “mais velhos” a valorização e a seriedade podem ser mensuradas pela forma de conduta mais rígida, para os “mais novos” a descontração não se mostra oposta à seriedade e ao reconhecimento daquele lugar como sendo algo importante para eles. Nessa diferenciação de referenciais de participação podemos dizer que os “mais velhos” ainda mantêm uma concepção mais rígida em relação ao processo de militância/participação, enquanto os “mais novos”, com suas práticas menos ortodoxas, sem deixar de serem comprometidas e sérias, contribuem para gradativamente romper com os rótulos (MÜXEL, 1997).

Alguns outros elementos podem nos ajudar a entender um pouco mais sobre o processo participativo na Frente de Juventude. Especificamente no caso que

envolve Zilda e Dorothy, temos que entender que se trata de duas jovens que vivem momentos diferentes da vida. Enquanto uma já é mãe, já cursou a faculdade e tem que se preocupar com questões de ordem familiar, com o trabalho e sustento, para além da Frente de Juventude, a outra é ainda uma estudante de ensino médio, que vive com a família, que ainda não trabalha formalmente e que não tem obrigações financeiras em casa. As trajetórias diferentes, na forma como se deram, reproduzem no interior da Frente de Juventude uma relação de poder desigual. Zilda, uma mulher de 29 anos, traz consigo experiências de outros movimentos sociais, de outros lugares de atuação, de uma militância efetiva há algum tempo nas Brigadas Populares. Além disso, tem o capital político decorrente do fato de ter cursado uma faculdade de Ciências Sociais. Fatores que acreditamos influenciarem na dinâmica participativa vivida na Frente. Já Dorothy é uma jovem de 20 anos, vivendo uma primeira experiência participativa de caráter mais efetivo e que vê novidades nisso tudo. Obviamente, essas pessoas, em decorrência de suas trajetórias, vão perceber esse processo de forma diferente, suas vivências vão influenciar diretamente nos significados construídos por elas em torno da participação. No entanto, mesmo diante das questões citadas, não acreditamos que tenha havido a submissão de uma à outra na situação observada na pesquisa. Talvez possamos dizer de uma posição de referência, mas não de submissão.

Os jovens “mais velhos”, em alguns momentos, em conversas informais, me diziam que tinham que tentar prender a atenção dos “mais novos”, ressaltando a dispersão e a zoação como um problema. Segundo Zilda (29 anos), “os jovens saem daqui da reunião, os mais novos, saem daqui da reunião, passam 5 minutos e aí eles perguntam: mas o que é que foi, mesmo? O que eu fiquei de fazer, mesmo?”. Essa cobrança de um determinado posicionamento por parte dos “mais velhos” remete, em alguma medida, a uma lógica adulta, de jovens que já estão no limiar da travessia para o cumprimento de outros papéis a partir do lugar que passam a ocupar. No entanto, entendemos que tais posicionamentos não se resumam ou se restrinjam a isso. Entendemos que há nesse cenário de um elemento importante no que concerne às experiências e pertencimentos sociais. Enquanto os jovens “mais velhos”, em sua maioria, já tinham saído da casa dos pais, constituído família e estavam inseridos no mundo do trabalho, os jovens “mais novos” ainda estavam inseridos em uma condição juvenil marcada pela descoberta das amizades, pelas primeiras experiências de socialização não tuteladas pelos pais, pela importância de

estar com seus pares. Essas diferentes experiências repercutiram em posicionamentos prescritivos por parte dos “mais velhos”, de dar a entender que sabiam o que era melhor para os “mais novos”, por já terem vivenciado esse momento. Isso nos remete a uma dinâmica das gerações, enquanto processo de ação de uma geração sobre a outra (TOMIZAKI, 2010). No que tange à militância, podemos dizer da existência de sentidos diferentes. Enquanto o vínculo dos jovens “mais velhos” tem sua centralidade no próprio movimento social, o dos jovens “mais novos” tende a uma maior valorização do grupo de amigos.

Diante disso, entendo que os “mais velhos” querem estabelecer para com os “mais novos” o que podemos chamar de uma socialização para a militância, pautada na ortodoxia dos movimentos clássicos, por acreditarem que essa seja a forma adequada de atuação nos movimentos sociais. Podemos dizer da existência de uma forma de participação/militância idealizada (MATONTI; POUPEAU, 2006), o que pode repercutir, inclusive, em frustração, tendo em vista que as expectativas não são as mesmas para todos os envolvidos.

Durante minha presença no campo, percebi uma liderança destacada exercida por duas das jovens, Zilda (29 anos), que não mora na comunidade, e Maria (29 anos), moradora da Dandara. Em alguns momentos, Zilda conduzia o andamento da Frente, em outros, Maria tomava a frente nas ações e organizações das atividades. Intermitentemente, percebi também uma atuação importante de Beatriz, que também não é moradora da Ocupação. Essas eram vistas pelo grupo como lideranças, apesar de não assumirem esse papel.

Acreditamos que a atuação e o envolvimento de Zilda e Maria façam com que elas estejam nesse lugar de referência, embora saibamos que outros fatores também tenham influenciado em grande medida nesse processo. Se tomarmos como base as suas experiências de vida, veremos algumas coisas em comum. Ambas têm uma relação de valorização e reconhecimento das imagens e posturas das mães. São pontos de referência, exemplos a serem seguidos. Maria traz em sua pele as marcas de uma experiência de privação e falta de moradia desde sua infância, quando, juntamente com a mãe, já lutava por um teto. Zilda, apesar de perder a mãe relativamente cedo, aos 16 anos de idade, traz consigo as lembranças de uma mulher dedicada às causas sociais e envolvida nas atividades da igreja. O que percebemos é que as mães serviram de paradigma e tiveram forte influência na

construção dos sentidos da militância de ambas as mulheres. Isso nos diz também de uma experiência de socialização inserida em uma realidade concreta de privação, de luta, de busca por uma condição de vida melhor. Lembramos que, mesmo não passando pela privação de um teto, Zilda também tinha sua origem familiar nas classes populares. No que tange aos aspectos simbólicos, as mães proporcionaram, mesmo de maneira não intencional, experiências que podem ser entendidas como componentes de uma socialização política que irá influenciar diretamente no sentido dado por ambas à sua militância. Para entendermos esse processo, recorreremos aos estudos de Dubet (1994). O autor nos diz que a experiência individual, na medida em que se torna subjetiva, se torna também uma experiência social. Essa somente pode ser legítima aos olhos dos atores na medida em que passa a ser reconhecida por esses como uma experiência autêntica, como expressão de sua personalidade. Esses sujeitos “são portadores de uma cultura e de uma história que eles não escolheram, conservando-se, portanto, no profundo de sua personalidade” (DUBET, 1994, p. 143).

A princípio, a questão de gênero não é uma variável que orientou a pesquisa, no entanto, as observações e o trabalho de campo deram elementos capazes de mobilizar meu olhar para o papel de liderança exercido por jovens mulheres à frente do referido coletivo juvenil. Isso implica reconhecer não apenas a liderança feminina, mas todos os problemas e obstáculos enfrentados pelas mulheres em uma sociedade que privilegia os homens. Para além da militância, questões que envolvem os filhos, seus estudos, os cuidados com a casa, são fatores que limitam e dificultam a atuação das mulheres nos movimentos sociais. De acordo com Honório (2005), as mulheres sempre encontraram dificuldades de atuação em movimentos sociais de contestação e cunho revolucionário. Essas representavam mais um grupo de apoio ou um grupo em específico, o que fez com que não tivessem o reconhecimento e a visibilidade condizente com seu papel histórico.

A autora diz que, por mais que tenham havido avanços nos processos de lutas sociais, pode-se dizer da manutenção da desigualdade entre homens e mulheres. Exemplo claro dessa situação é o esforço que Maria e Zilda têm que fazer para conseguir conciliar a militância e o cuidado com os filhos. Muitas vezes a participação dessas jovens fica prejudicada em função de terem que levar os filhos para reuniões, seminários e formações. Em relação à presença da filha nos espaços

de militância, Zilda (29 anos) diz que “às vezes me incomoda levar a minha filha para alguma reunião, me incomoda o ambiente... eu tento muito favorecer a minha filha para não ficar nessa dureza, mas às vezes me incomoda”.

Ainda tratando de aspectos ligados à liderança, podemos dizer que várias vezes, em tom de brincadeira, percebi Zilda dizendo a Maria que ela era a liderança da Frente por morar na Ocupação e que, por viver ali, tinha que assumir esse papel. Maria, em contrapartida, dizia que Zilda era sua professora, que quando crescesse queria ser igual a ela. Estamos tratando de duas mulheres que, em suas histórias de vida, traziam experiências singulares em torno da construção de seu lugar no mundo. Essa situação nos coloca diante de um cenário no qual capitais distintos vão assumir a centralidade de acordo com o lugar de atuação. Recorro aos estudos de Matonti e Poupeau (2006) para avançarmos na discussão que envolve o capital militante e o capital político, bem como a repercussão desses capitais na atuação dessas duas mulheres na Ocupação.

Se tomarmos o capital militante como sendo as aprendizagens conferidas pelo militância, as competências decorrentes da participação e as questões de ordem práticas aprendidas nesse processo (MATONTI; POUPEAU, 2006), podemos dizer que Maria seja um expoente desse tipo de capital. Trata-se de uma mulher forte, de posicionamentos contundentes e que traz consigo as marcas de experiências de privação desde sua infância, para quem a luta pela moradia suplanta a busca de um teto e passa a fazer sentido para sua vida. Isso reverbera na Ocupação em forma de direção e atuação em várias situações, o que a torna, de certa forma, uma liderança. Segundo Montanti e Poupeau (2006), “o capital militante adquirido e a posição conquistada constituem uma oportunidade de reconhecimento para indivíduos que vivem um processo de desclassificação social” (p. 131).

Em contrapartida, Zilda, que também caracterizamos como sendo uma mulher de posicionamentos fortes e contundentes e que também exerce liderança na ocupação, em comparação com Maria faz jus a um outro capital, que podemos chamar de político. Apesar de ter raízes nas classes populares, de ter nascido em um bairro periférico da cidade, Zilda usufrui de um status decorrente da condição que alcançou, ou seja, uma mulher com larga experiência militante e formada no ensino superior. Podemos dizer que o capital político seja um capital que se estabelece de forma simbólica, e a pessoa que é detentora dessa condição passa a

ter reconhecimento social (MATONTI; POUPEAU, 2006). Nasce de uma autoridade reconhecida pelo grupo e é potencializado pelo capital escolar que, concomitantemente, reforça e endossa a posição hierárquica. Esse é um dos fatores que acreditamos repercutir nas representações construídas pelos jovens da Frente de Juventude para com Zilda, ou seja, promovendo seu reconhecimento como uma liderança do grupo.

No contexto da Frente de Juventude, esses capitais, a princípio, não se mostram opostos ou excludentes. Pelo contrário, se complementam, na medida em que conseguem articular as trajetórias de duas personagens importantes: Maria, que traz consigo a experiência real e concreta da exclusão, e Zilda, que a partir de um legado materno vê na atuação em movimentos sociais uma oportunidade de intervenção social e se interessa por essas questões a ponto de cursar Ciências Sociais na universidade. A distinção entre capital político e capital militante se mostra mais tênue na Frente de Juventude, o que repercute no fato de ambas as mulheres reconhecerem e valorizarem, uma na outra, aquilo que lhe falta. Zilda valoriza em Maria algo que ela nunca vai ser, ou seja, uma moradora da ocupação envolvida na sua luta pelo direito à moradia. Maria valoriza em Zilda o fato de ela ter uma larga experiência de militância e ter cursado o ensino superior, ao ponto de o sonho de continuar os estudos se tornar algo possível para ela. Esse é um processo que nos remete a uma experiência que passa a fazer sentido a partir do momento em que a reflexão torna-se obrigatória, mediante a realidade na qual se está inserido. Essa é uma condição que interfere diretamente nas formas como os sujeitos se colocam diante do mundo, repercutindo assim nos sentidos criados pelos sujeitos para si mesmos (BONDÍA, 2002).

Retomamos aqui a atuação de Zilda e Maria na ocupação e na Frente de Juventude. Quando perguntada sobre essa situação de ser reconhecida como liderança mesmo sem pertencer à comunidade, Zilda (29 anos) mencionou que “eles [jovens moradores da ocupação] têm uma certa dependência da gente estar aqui para as coisas acontecerem”. Por mais que não seja um lugar confortável para a jovem, não há como negar que o fato de ela pertencer às Brigadas Populares, de ter tido experiências participativas anteriores em outros movimentos, bem como por ter feito a faculdade de Ciências Sociais, fazia com que os jovens moradores da Ocupação tivessem em Zilda e nos jovens de fora da Ocupação uma referência,

reflexo do status decorrente do capital político auferido com sua trajetória, o que não implica que esta relação fosse unilateral.

Essa relação varia muito do tema e da situação. Tem situações que os jovens daqui conseguem pensar muito mais em alternativas e em respostas do que eu, que não vivencio o problema e que venho de fora. Tem situações que por eu conhecer, por eu já ter participado, eu consigo contribuir. Eu acho que no caso da juventude é muito mais uma lógica da troca assim... de habilidades. A gente tenta muito potencializar o que cada um já tem, o que cada um pode fazer e não ficar esperando, para além disso. (Relato de Zilda, 2013)

O posicionamento de Zilda nos mostra a valorização das competências decorrentes do aprendizado na prática na qual o capital militante emerge de maneira destacada (MATONTI; POUPEAU, 2006), uma concepção de movimento social e participação que se aproxima da de educação popular. Talvez isso se dê pela experiência vivida pela jovem na Escola Florestan Fernandes do MST e que, segundo ela, foi marcante a ponto de influenciar muito em sua vida a partir de então. Sobre a educação popular, Brandão e Assumpção (2009) nos dizem de dois sentidos mais usuais, o primeiro dessa educação como processo geral de construção do saber social e o segundo como trabalho político de transformação social e como emancipação dos sujeitos.

Podemos perceber uma vertente marcadamente vinculada à educação popular nos mais variados momentos de atuação da Frente de Juventude. Sempre que alguém não entende do que se está tratando, Zilda pergunta o que não entendeu, sempre que nos textos e estudos aparece uma palavra que eles não conhecem, ela joga a pergunta para o grupo: “Alguém já ouviu essa palavra?”, “Sabe o que significa?”. A jovem coloca os outros jovens no centro da discussão a partir de suas experiências prévias e conhecimentos prévios, uma postura de essência freireana (FREIRE, 2001, 2011). A fala da jovem é esclarecedora nesse sentido:

Eu não tenho essa pretensão de eu ser protagonista de algo dentro da Dandara. Para mim é os jovens da Dandara que têm que ser protagonistas. Então, quando eu jogo muito para eles, é muito nessa tentativa deles não olharem para mim com essa referência. Aqui eu vejo muito a lógica do outro ainda, “Você que acessou a universidade, você que sabe a resposta”. Eu falo: “Não, eu não vivo a sua vida, não sei quais seus problemas, não estou aí todos os dias”. Então eu acho que é essa tentativa de potencializar mesmo a prática de quem está vivendo o problema. Não vai ser eu que irei trazer a fórmula mágica. (Relato de Zilda, 2013).

Uma experiência singular conduzida por Zilda, vista durante a observação, foi um jogo utilizado como dinâmica de aquecimento em algumas reuniões. O jogo é similar a outro jogo chamado Detetive. Nesse jogo, algumas pessoas se sentam em roda, o mediador da atividade pede para que as pessoas abaixem as cabeças, ele escolhe algumas como “assassinas”, tocando em suas costas; logo após, mediante comentários e acusações recíprocas, todos levantam a cabeça e as pessoas têm que adivinhar quem são os “assassinos”; se não adivinharem, podem ser “assassinadas” (desligadas do jogo). Isso acontece até que os “assassinos” sejam descobertos ou que os “detetives” sejam todos “assassinados”, quando o jogo acaba. Na reunião da Frente de Juventude, esse jogo é usado, mas ao invés de “assassinos e detetives”, são usadas outras nomenclaturas, ocupantes e especuladores. Isso com o intuito de estabelecer o debate entre a luta dos membros da Ocupação Urbana e dos especuladores imobiliários que querem desocupar a Dandara. A todo o momento, de forma descontraída, a discussão aparece: “Olha gente, cuidado! Tem que descobrir quem é o especulador, senão ela vai expulsar a gente daqui; ele vai nos expulsar e vender nossa terra para ganhar dinheiro” (Caderno de Campo – Novembro/Dezembro 2013). Entendemos que tal atividade não se tratava apenas de uma brincadeira, suplantava o caráter lúdico ao inserir o contexto real de vida dos jovens, o que a tornou uma atividade cognitiva construída a partir da realidade concreta. Nesse sentido, de acordo com Brandão e Assumpção (2009), atividades como essa servem para questionar uma sociedade pautada nos valores da classe dominante ao promover resistência e oposição ao *status quo*. Acreditamos que nesse contexto a experiência permite a construção do que Thompson (1991) vai chamar de “consciência afetiva e moral”, ao se apropriar de valores, de uma visão de mundo singular e se posicionar de forma crítica diante da realidade social. Por mais que pareça somente uma brincadeira, essa se mostrou uma forma de problematizar a luta entre o direito de quem ocupa e o interesse de quem especula para ganhar dinheiro. Além disso, se mostrou uma forma de prender a atenção dos jovens em torno dos temas discutidos nas reuniões.

Retomando a atuação da jovem Zilda na Frente de Juventude, posso dizer que, em todo o tempo de observação no campo de pesquisa, não a vi dando uma resposta direta a qualquer pergunta feita por qualquer jovem. Ela sempre abria a discussão para o grupo, seja na reunião, seja em encontros ou oficinas. Percebi que, para a jovem, não bastaria validar seu ponto de vista, mas construir o entendimento

do grupo mediante a discussão, mesmo que estivesse defendendo uma posição. De acordo com Brandão e Assumpção (2009), “a partir da reflexão sobre a prática de movimentos sociais e movimentos populares, as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações, aprendem e se instrumentalizam” (p. 35).

Um exemplo disso aconteceu em uma reunião ocorrida na casa de Maria, no mês de janeiro. Tratava-se da reunião inicial do ano de 2013, momento no qual os jovens da Frente de Juventude se encontraram para traçar os planos para o ano. Foi uma reunião de dia inteiro, com almoço e café, iniciando por volta das 10 horas da manhã e terminando por volta das 17 horas. Em um dado momento da reunião, surgiu uma discussão em torno dos Direitos Humanos, da população carcerária que é privada de seus direitos de defesa e dignidade na prisão e da diminuição da maioria penal.

Um jovem de fora da Ocupação e membro das Brigadas, que estava participando da reunião, fez a defesa da tese de que a Frente de Juventude deveria se posicionar nessa disputa contra a diminuição da maioria penal ao lado da Frente Anti-prisional, dizendo que essa era uma luta importante. Antes mesmo de o jovem terminar, Maria o interrompeu intempestivamente, de maneira ríspida, forte, falando alto: “Com isso eu não concordo! Isso de direitos humanos é ficar defendendo vagabundo, cara que matô, robô e tá preso, hoje em dia um menino de 15 ou 16 anos já sabe o que está fazendo”. (Caderno de Campo – Janeiro de 2013). Logo após, Zilda fez uma intervenção, problematizou o lugar onde estavam buscando se informar, fez comentários sobre o papel de uma Frente que tem como intuito defender os direitos da juventude, criticou programas de televisão como o do Marcelo Rezende e do José Luiz Datena, deixando para Maria uma reflexão em torno dos jovens que são presos, ou seja, jovens pobres, negros e do sexo masculino em sua maioria. Reforçou ainda que, tomando esse perfil como parâmetro, os filhos de Maria correriam muito mais risco de um dia serem presos que um jovem branco de classe média.

No dia, a discussão não teve continuidade, mas vez ou outra o tema reaparecia nos debates e reuniões. O reflexo dessa discussão pôde ser percebido quando da participação dos jovens da Dandara na conferência regional de Juventude. Maria estava no Eixo Educação e Paulo estava no Eixo Direitos

Humanos. A jovem foi enfática ao dizer a Paulo que na discussão da maioria penal os jovens da Dandara deveriam se posicionar contra a diminuição. Ela demonstrou um posicionamento bem diferente daquele tomado na reunião da comunidade no mês de janeiro do mesmo ano. Após a conferência regional, em uma conversa informal, perguntei à jovem sobre sua mudança de posicionamento. Maria me disse que não poderia ser a favor da diminuição da maioria penal, tendo em vista que os jovens que estão presos são os negros e pobres, exatamente o perfil dos jovens da Dandara. Com isso eles corriam maior risco de serem presos, disse ainda que antes não entendia as coisas dessa forma e que somente mudou de opinião após ser alertada pelas discussões ocorridas na comunidade (Caderno de Campo – Maio de 2013).

A mudança de posicionamento da jovem remete ao fato que não há como separar o emaranhado de experiências vivenciadas pelos sujeitos, das suas lutas e da produção da existência (ARROYO, 2011). É nesse processo conflituoso, de luta contra as desigualdades, que emerge a reprodução da desumanização. Aos excluídos não é legado sequer o caráter de humano. No entanto, a partir dos conflitos estabelecidos, em busca da mudança de uma ordem social excludente, os sujeitos podem se humanizar e construir novas formas de existir e se inserir no mundo. Nesse sentido, a existência será afetada diretamente a partir do momento em que os sujeitos, pelas experiências de luta, se afirmam e afirmam suas culturas, identidades, saberes e valores frente aos processos de desumanização a que são submetidos.

Obviamente, não acredito que esse processo de mudança de posicionamento da jovem militante tenha se dado somente pelo fato de ter debatido o tema nas reuniões e nos eventos em que esteve envolvida, mas compactuamos da posição de Caldart (2012) ao dizer que é possível enxergar nos movimentos sociais um princípio educativo “por excelência que está no movimento mesmo, no transformar-se transformando” (p. 332). cremos que as discussões estabelecidas, cotidianamente, no coletivo de jovens, tenham potencializado questionamentos em torno da forma de a jovem enxergar alguns aspectos da sua realidade, a ponto de levá-la a uma mudança na compreensão da própria realidade social. Essa situação também remete ao processo de apropriação e construção de aprendizagens e competências na prática do ato de militar, ou seja, podemos dizer que o capital

militante se converte em um saber que repercute no campo político na forma de atuação e na valorização e reconhecimento dos sujeitos (MATONTI; POUPEAU, 2006).

A atuação de Maria a coloca também em uma posição de liderança na Frente de Juventude e na Ocupação. Seu nome, na maioria das vezes que é mencionado por alguém, é complementado como sendo a “Maria da Juventude”. O fato de morar na Ocupação faz com que sua casa seja um ponto de referência e a todo o momento tem alguém chamando por ela para resolver algum problema ou pedir alguma informação. Essa condição faz também com que Maria esteja presente em vários momentos de reunião com coordenadores. Sendo uma mulher de posicionamentos fortes, não foram poucas as vezes em que entrou em conflito com a coordenação por não concordar com alguma coisa, alguma situação. Um fato relevante aconteceu no aniversário de quatro anos da Dandara. Na reunião de coordenação, a Frente de Juventude, por intermédio de Maria, ficou responsável por angariar os materiais para o bolo. Os jovens passaram por toda a comunidade pedindo mantimentos, farinha, leite, ovos. Além disso, a Frente de Juventude teria uma barraca para vender pipocas de micro-ondas, para isso faria uso do centro comunitário. No dia da festa, 13 de Abril de 2013, houve uma chuva muito forte na cidade e a luz acabou na comunidade. A chuva foi um problema, corria-se o risco de não ter público; além disso, sem luz a Frente de Juventude não conseguiu vender as pipocas em sua barraca.

Ao tentar ocupar o espaço do centro comunitário, que na reunião ficou reservado para a Frente de Juventude, Maria foi impedida e ouviu de uma coordenadora que “a Frente de Juventude não tinha feito nada para a festa”. A jovem ficou transtornada, chorou muito, foi consolada por alguns membros da Frente e disse que sairia da Frente de Juventude, pois o trabalho dos jovens não era valorizado. De acordo com a jovem: “Os jovens trabalharam muito, andaram pela comunidade no sol, ninguém mais ajudou e a gente ainda tem que ouvir isso” (Caderno de Campo – Abril de 2013). Posteriormente a situação foi contornada, mas durante alguns dias Maria se manteve afastada de algumas atividades, depois retomou normalmente. Tal fato evidencia a permanência de uma certa desvalorização para com as ações da Frente de Juventude, como se o seu trabalho fosse algo secundário diante das atividades desenvolvidas pelos adultos. Isso

remete tanto a uma visão pejorativa dos adultos, ao perceber os jovens pela perspectiva da incompletude, quanto a relações de poder desiguais que mobilizam imagens específicas com o intuito de subjugar os jovens (ABAD, 2004).

É importante destacar que os aspectos da diversão e do lazer não podem nos impedir de vislumbrar os momentos da festa também como momentos estratégicos, nos quais os jovens podem divulgar sua luta para a cidade, podem buscar mobilizar novos membros e, além disso, podem angariar dinheiro para suas atividades, em uma lógica na qual “se não há quem faça por mim, eu mesmo faço!”. Essa é uma dimensão da experiência militante dos jovens marcada pela oportunidade de contato e abertura da ocupação para outras pessoas demarcando seu lugar na cidade, além de utilizar a própria festa para angariar recursos para sua luta.

Além das reuniões e das festas, um momento importante que tive a oportunidade de acompanhar foi a preparação para uma marcha que aconteceu no dia 19 de fevereiro de 2014. Nesse dia, aconteceria uma audiência que envolvia o possível despejo da Dandara. Houve uma grande mobilização e um grande número de pessoas marchou a pé por mais de 20 quilômetros até o centro da cidade. Nesse evento, a Frente de Juventude ficou responsável pela confecção de faixas e cartazes que seriam levados abertos pelos manifestantes como forma de divulgar a luta da comunidade. Inicialmente, a mobilização foi para medir as faixas e cortá-las, logo após, com a chegada de várias latas de tinta, em várias cores, o trabalho seria o de escrever. O que seria um trabalho simples, a princípio, ficou mais complexo em função da dinâmica utilizada.

O momento de confecção das faixas acabou se tornando uma oficina que promoveu a discussão da realidade da comunidade em relação à cidade de Belo Horizonte. O início foi marcado pela pergunta feita por Zilda aos jovens, sobre o que eles queriam escrever. Uns disseram que qualquer coisa serviria, outros disseram que era só Zilda, Milton e Beatriz dizerem que eles escreveriam, pois seria bem mais simples o trabalho terminaria mais rápido. Diante desse posicionamento, Zilda interpelou os jovens e disse de maneira enérgica: “Não sou eu que sou oprimida, são vocês, então expressem sua indignação”. Uma frase impactante que, por mais que entendamos que tinha o objetivo de tirar os outros jovens da posição defensiva, pode nos dizer outras coisas. Não acredito que nesse momento Zilda tinha o objetivo consciente de se colocar em posição superior, pelo contrário, percebemos em seu

posicionamento a busca por relações mais horizontalizadas. No entanto, sua condição de existência, de militante experiente, instaura uma hierarquização dos saberes. Percebo nesse contexto a emergência do que podemos entender como sendo as ambiguidades da experiência inerente à dinâmica dos movimentos sociais, assim como podemos identificar que tal posicionamento se aproxima de um discurso da esquerda clássica, que diz respeito ao papel dirigente dos intelectuais para com a massa, deixando emergir aspectos de um processo quase civilizatório, de conscientização de fora para dentro. Podemos também, em contrapartida, identificar aspectos da educação popular freireana (FREIRE, 2001, 2011), que nos remete a um processo de formação dialógico do sujeito, que, a partir de sua experiência e realidade, passa a construir suas interpretações em relação à realidade social.

Após a intervenção de Zilda, os jovens foram se posicionando diante da realidade da comunidade, levantando os problemas enfrentados e as faixas foram sendo escritas. Gradativamente os jovens foram levantando os problemas, discutiram sobre a moradia, que é um direito, mas que não é garantido; falaram sobre a falta de estrutura da Ocupação em função do não reconhecimento daquele espaço como parte da cidade, debateram sobre as dificuldades de acesso à escola, ao saneamento básico, entre outras coisas. A discussão gerou frases como “Todos por Dandara”; “Não queremos o direito de morar, queremos a moradia”; “Não ao despejo da Dandara”; “A juventude quer falar”; “Queremos escola, saúde e educação”. Todas as frases foram escritas em faixas e cartazes e acompanharam a multidão que marchou até o centro da cidade (Caderno de Campo – Fevereiro de 2014). Sobre a experiência de preparação das marchas, Paulo diz que:

É um momento bom... é um momento ruim também. É um momento bom, tipo assim... você para o cartaz na sua frente e pensa assim: “O que eu quero falar para eles [Prefeitura]?”, De uma forma não muito bruta, mas não muito frágil também, para eles entender. É a hora de você dar a liberdade à mente, você vai longe quando você está escrevendo os cartazes e eu acho isso bom demais. E é ruim, porque a maioria das vezes eles [coordenação] querem fazer as coisas de madrugada, escrevendo o cartaz e de manhã está a fim de ir à passeata e você não aguenta levantar, fica com sono durante a passeata, eu acho que essa é a parte ruim. (Relato de Paulo, 2013).

A fala do jovem remete a um processo rico em torno da confecção dos cartazes, que não se resume a escrever determinadas palavras no papel ou no pano. Retoma e ressignifica o sentimento de um jovem morador da Ocupação que participa ativamente da sua luta. Tal processo, mediante a discussão do grupo,

permite aos envolvidos uma relação reflexiva com a sua comunidade e com a realidade em que estão inseridos. Ao dialogar com Paulo Freire, Caldart (2012) sinaliza que “o princípio educativo nem sempre pode ser interpretado como sendo a luta mesma; ele aparece mais frequentemente como sendo a reflexão, enquanto encontro do oprimido consigo mesmo, que permite a ele engajar-se nessa luta pela sua própria libertação” (p. 345). Todavia, esse é um processo penoso, que naquele dia durou até as duas horas da madrugada, sendo que a saída para a marcha estava marcada para as cinco horas da manhã, algo cansativo não só para os jovens, mas para todos da comunidade.

5.4 Para além da Dandara

Neste tópico trataremos de experiências participativas que consideramos importantes e que foram vividas para além do território da Ocupação.

5.4.1 Experiências participativas de acesso à cultura

A cultura, ou, mais especificamente, o não acesso a ela, é um elemento importante a ser considerado quando tratamos da condição juvenil desses jovens. Além disso, destaca-se também a precariedade de oportunidades de jovens, pobres e de periferia, ocuparem os espaços públicos de suas cidades. Em se tratando dos jovens estudados, o fato de estar militando na Frente de Juventude repercutiu diretamente no acesso às experiências culturais e de ocupação dos espaços da cidade onde moravam.

O termo cultura, por si só, é um problema de ordem conceitual, dada a infinidade de significados e possibilidades de interpretação, por vezes díspares. A cultura, em um dado momento histórico, foi considerada como sendo os costumes e práticas dos civilizados em oposição aos bárbaros, ou sem cultura. Ela serviu como justificativa para a hierarquização e dominação de povos e nações ao comparar suas formas de organização social, uma prática marcadamente etnocêntrica (SANTOS, 1996). No entanto, esse mesmo termo permite inferir a cultura como sendo um conjunto complexo de conhecimentos, crenças, valores, costumes, moral e hábitos de uma sociedade (LARAIA, 1999). Nesse contexto, podemos dizer que compartilhamos uma mesma cultura, apesar das hierarquizações decorrentes de uma relação de poder desigualmente distribuída nessa mesma sociedade.

Como reflexo dessa desigualdade de poder, podemos dizer que determinadas práticas assumem um caráter de legitimidade. Essas podem ser claramente diferenciadas e delimitadas, além de funcionar como forma de distinção social de acordo com sua posse ou carência (BARBOSA; ARAÚJO, 2009). Nesse sentido, a desigualdade de acesso à cultura traz também uma dimensão de classe e a posse, ou não, de determinadas práticas culturais podem nos ajudar a problematizar a realidade social dos jovens moradores e militantes da ocupação.

No contexto de uma cultura legítima, reforçada e valorizada pelos grupos dominantes, o acesso ao teatro, ao cinema, a museus, à literatura e às artes plásticas torna-se uma moeda desigualmente distribuída que, juntamente à escolaridade, poderá, em alguma medida, repercutir em distinção e ascensão social. Em contrapartida, o acesso a essa cultura legítima pode reverberar também na aquisição de informações e na construção de outros significados para interpelar a realidade social.

Ao tomarmos como ponto de partida a realidade dos jovens da ocupação podemos dizer de uma condição juvenil que, de maneira geral, inviabiliza o acesso do jovem pobre e de periferia à cultura e à cidade. Beatriz, ao falar dos jovens da Ocupação, diz que “é uma galera que transita muito pouco para vir para o centro, para participar das atividades culturais que tem na cidade, que são de graça inclusive, que não precisam pagar”. Para além do fato de os eventos serem gratuitos, o que pode nos levar erroneamente a caracterizar os jovens como desinteressados, a falta de dinheiro para arcar com o transporte é um dos fatores que inviabiliza a participação dos jovens da Dandara nesse tipo de atividade.

Ao tratar da distribuição de equipamentos culturais nas cidades Brenner, Dayrell e Carrano (2008) dizem que:

Pode-se afirmar com segurança que, além das desigualdades regionais entre pequenas e grandes cidades no quadro de distribuição de equipamentos culturais, há, no interior dos municípios, desigualdades tão ou mais brutais. Nas médias e grandes cidades brasileiras, as periferias, os bairros pobres, os morros e favelas são verdadeiros desertos de equipamentos culturais; ainda que a média de equipamento seja elevada, estes se encontram concentrados em centros culturais de difícil acesso físico e simbólico aos setores populares (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008, p. 179).

Para além da dificuldade de acesso dos jovens, outro elemento importante a ser considerado é o fato de os jovens, em suas várias formas de manifestação

cultural, serem vistos como detentores de uma cultura “menor”, popular, não erudita. Isso remete a uma desconsideração de formas diferentes de lidar com a cultura e de se manifestar culturalmente (BARBOSA, ARAÚJO, 2009). Além das questões já mencionadas, se tomarmos como base as políticas públicas de cultura, veremos que a figura do jovem pouco aparece, ou chega a ser desconsiderada. A realização da II Conferência Nacional de Cultura no ano de 2010 revela um dado importante e que dá a dimensão de como a juventude está fora da agenda política cultural, pois entre as 32 prioridades votadas, nenhuma tratava da juventude e a palavra não foi sequer mencionada nos documentos referentes à conferência (LEITE, 2011).

É nesse contexto de precarização de acesso à cultura que a Frente de Juventude emerge como espaço potencializador do acesso a experiências culturais e da ocupação dos espaços da cidade. Durante minha presença no campo, pude observar algumas experiências singulares nas quais os jovens participaram de eventos em universidades, centros culturais, teatros, shows gratuitos etc.

O exemplo de Maria é emblemático e dá um pouco a dimensão desse processo. A jovem diz: “Eu, por exemplo, como jovem, apesar de que isso eu devo à Dandara [à militância na ocupação]; eu fui ao teatro pela primeira vez aos 28 anos”. Em toda a sua vida ela nunca havia tido uma única oportunidade de ir a um teatro. Nesse sentido, entendo que militância na Frente de Juventude seja também uma forma de promover a socialização cultural dos envolvidos, que é também uma socialização política. Esse tipo de experiência passa a representar para os participantes uma oportunidade de acesso, de abertura de horizontes, campos de possibilidade na construção dos significados da realidade social em que se encontram inseridos. Beatriz, em sua fala sobre esse processo, diz que: “Quando você acessa um teatro, um cinema, você vai a um espaço de show, você também está se formando, tanto como pessoa, quanto enquanto militante também”.

No entanto, esse é um processo gradativo, marcado pela complexidade de conhecer o novo e construir significados. Para ilustrar, fazemos menção a um evento organizado pelo Observatório da Juventude e pelo Fórum das Juventudes da Região Metropolitana de Belo Horizonte no 1º semestre de 2013, que tinha por nome A juventude okupa a cidade. Nesse evento aconteceriam várias apresentações artísticas e haveria também palestras e a divulgação da campanha de luta contra a violência sofrida pela juventude negra promovida pelo Fórum. Por acharem que seria

uma experiência importante, os jovens da Frente de Juventude pertencentes às Brigadas Populares conseguiram o patrocínio de um ônibus que levou cerca de 40 jovens da Ocupação.

Como se tratava de um evento em um espaço cultural muito conhecido da cidade, o Espaço Cento e Quatro, a maioria dos jovens da Frente veio e um grande número de jovens da Ocupação não pertencentes à Frente também. Parecia dia de festa, as melhores roupas, os melhores tênis, todos conversando muito e brincando dentro do ônibus. Ao chegar, o grupo acabou se dissolvendo no evento. Além de um evento cultural, era também a oportunidade de curtir um pouco fora da Ocupação, conhecer pessoas e zoar. Mas era também um contato com experiências culturais singulares.

Durante o evento, uma situação foi marcante. Houve uma apresentação teatral que criticava a violência contra a juventude negra. Nessa performance, um homem negro estava coberto com uma roupa parecida com a pele e estava de joelhos no chão. Muito devagar ele ia se levantando, ao som de uma música; após se levantar ele rasgou a roupa e deixou à mostra pedaços de carne crua que estavam cobertos, foi arrancando essa carne e jogando pelo chão. Nesse momento eu estava próximo à Dorothy e outras jovens da Ocupação; assim que acabou a apresentação e todos bateram palmas, ela veio me perguntar o que era aquilo que tinha acontecido. Ela perguntou: “Você entendeu alguma coisa? Tá vendo... o pessoal [jovens das Brigadas] traz a gente nesses negócio [eventos culturais] e a gente não entende nada, isso né pra nós, não!”. Em resposta à sua indagação, disse a ela que também não tinha entendido muito, mas que “arte é assim mesmo, a gente não entende, sente, e que cada um tem a liberdade de interpretar o que viu à sua maneira”. Disse a ela o que havia entendido, que, como se tratava de um evento que criticava a violência sofrida pelos jovens negros, a carne dilacerada do corpo do homem negro na apresentação poderia fazer menção à violência. Rapidamente fui retrucado: “Mas vai gastar uns três quilos de carne só para isso? Isso dava pra fazer quase um churrasco!”. (Caderno de Campo – abril 2013).

Percebe-se, em grande medida, nessas falas da jovem, a reprodução do discurso social da cultura legítima, que contribui para que ela não se identifique por envolver situações díspares para com sua realidade e por acreditar que não seria uma coisa para os pobres. Há que se entender que não é só por se tratar de uma

experiência tida como sendo expressão de uma cultura legítima, que todos os grupos sociais irão perceber assim (BARBOSA; ARAÚJO, 2009).

Outro elemento que podemos identificar é a centralidade do cotidiano, da realidade social vivida por ela – por mais que ela entenda se tratar de um evento para criticar uma determinada situação, para ela, que vivia na pele a falta de tantas coisas, ou a dificuldade de sobrevivência, a carne não é uma ferramenta do discurso teatral, é alimento e não deixa de ser. Por isso a problematização do desperdício.

Nesse cenário, entendemos que os jovens da Ocupação, pela condição de cerceados de determinadas experiências culturais, tidas como legítimas, manifestam, em grande medida, uma dificuldade de compreensão inerente à falta de acesso, o que repercute em um estranhamento diante da performance. No entanto, entendemos também que a presença desses jovens nesses espaços promove seu empoderamento, no que tange aos novos sentidos que podem ser construídos por eles a partir daí. Em se tratando desse tipo de experiência, há que se considerar que os jovens absorvem os impactos de uma intervenção dessa natureza, mas é importante observar também que os espaços são impactados diretamente pela presença desses jovens. Mesmo se tratando de um evento direcionado para a juventude, os jovens da ocupação não se identificaram plenamente, e, inclusive, manifestaram estranhamento, seja em forma de riso ou de sarcasmo.

Nesse mesmo contexto, de não reconhecimento de determinados espaços como sendo legítimos de serem ocupados por eles, jovens de uma ocupação urbana; identifiquei uma outra situação que entendo ter sido importante para os jovens. A Frente de Juventude foi convidada a participar de rodas de conversa promovidas pelo Observatório do Direito da Criança e Adolescente da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Nesses encontros, os jovens se mostraram muito tímidos, mas fizeram suas falas e se posicionaram em alguns momentos. Nesse mesmo dia, a professora que coordenava a conversa problematizou com eles o fato de terem essa dificuldade de falar naquele lugar; por mais que alguns tenham dito da timidez, a professora disse se tratar também de um reflexo do contexto de negação que eles viviam, negação da moradia, negação da saúde, negação da escola, negação da cidadania. Essa conversa repercutiu nas reuniões da Frente de Juventude e serviu para problematizar conversas sobre a realidade da Ocupação e a desigualdade social.

Sobre a motivação da presença dos jovens da ocupação na universidade, Beatriz disse que:

Ele [jovem de ocupação] tem o direito de estar naquele espaço da universidade, que, inclusive, se ele quiser estudar, ele tinha que ter o direito de estar lá dentro, que o vestibular é muito conservador, mas a gente [jovens das Brigadas] queria que se ele tivesse vontade, que ele tinha que ter o direito também assegurado de acessar uma universidade pública, de fazer um ensino superior de qualidade. (Relato de Beatriz, 2013).

A fala de Beatriz nos dá a dimensão de que a experiência de estar na universidade está para além dos eventos ocorridos, essa experiência contribui, inclusive, para discussões sobre o direito ao ensino superior. Acreditamos que esse tipo de discussão possa inclusive ter contribuído para a construção de outra relação dos jovens da ocupação para com a universidade, tendo em vista que todos os entrevistados foram categóricos quanto a vontade de estudar e estar naquele lugar. Em decorrência da participação dos jovens da Dandara na roda conversa da UEMG, a professora que estava no evento convidou Maria para participar de uma de suas aulas e fazer uma fala relatando a experiência da ocupação. Em uma conversa informal, em sua casa, Maria nos confidenciou que estava com muito medo de ir falar na universidade, para pessoas que estavam fazendo faculdade. Segundo a jovem ela não entedia o que aquelas pessoas esperavam dela, uma mulher moradora de uma ocupação urbana falando para universitários. Independente disso ela foi à universidade, fez sua fala e foi muito elogiada. Percebemos que para Maria tal experiência serviu não apenas para resignificar o espaço da universidade, mas também para colocar sua experiência de moradora de ocupação em um outro lugar, de uma experiência válida como expressão da realidade social. Segundo Bondiá (2002), esse é o tipo de experiência no qual o sujeito se mostra afetado, marcado, e isso conseqüentemente, reflete na sua formação/transformação por envolver conhecimento e vida humana.

Se, para discutir o acesso dos jovens a cultura, tomarmos como base as diferenças estabelecidas entre os jovens de camadas populares e os jovens de classe média, veremos que o acesso e consumo se dão de maneira desigual (BARBOSA, ARAÚJO, 2009). Se entendermos que a cultura é potencialmente um instrumento promotor da liberdade e da criticidade veremos que no contexto dos jovens moradores da Dandara o fato de participar da Frente de Juventude incide

diretamente na ampliação das oportunidades de acesso e, conseqüentemente, nos significados construídos a partir de suas experiências.

5.4.2 *Encontro de jovens membros de ocupação*

Esse foi um encontro que tinha como pretensão reunir jovens de várias ocupações nas quais as Brigadas Populares tinham atuação. Inicialmente, a tentativa era de trazer jovens do interior, das cidades de São João Del Rey e Timóteo, mas, ao final, participaram somente os jovens das Ocupações Dandara e Guarani Kaiowá³².

O encontro era uma ação pensada havia algum tempo e o ano de 2013 culminou com a possibilidade de sua ocorrência. O local escolhido foi um sítio na cidade de Rio Acima, de propriedade da família de um dos membros das Brigadas e que foi emprestado sem custo. A data foi entre os dias 30 de maio e 02 de junho do ano de 2013, de quinta a domingo. O transporte foi feito por meio de uma Kombi emprestada pelo tio de uma militante das Brigadas, bem como alguns carros de outros membros. O total de jovens girou em torno de 25, de ambas as comunidades. A organização do encontro teve que contar com a ajuda de todos os membros da Frente de Juventude, que fizeram festas para arrecadar dinheiro e mobilizaram mantimentos na comunidade para a alimentação.

Esse foi um encontro com o objetivo de promover uma formação política dos jovens que atuavam nas ocupações urbanas, por meio de discussões referentes às comunidades, trocas de experiências e também lazer. Como o sítio contava com piscina, sauna e quadra de esportes, um grande número de jovens se interessou em participar. Parte deles não tinha tido ainda nenhuma relação com a Frente de Juventude e o sítio era o maior mobilizador. Diante do número de interessados, houve uma reunião na Frente de Juventude para debater sobre a situação e partiu dos próprios jovens a decisão de qual era o critério para participar, ou seja, estar atuando na Frente, tendo em vista que, na opinião deles, as outras pessoas somente estavam se aproximando pelo sítio. Além disso, houve um outro problema, os jovens também decidiram que Dorothy não iria porque ela estava afastada havia algum tempo das atividades na Dandara. Isso gerou uma tensão grande, que

³² Ocupação Guarani Kaiowá: Ocupação na cidade de Contagem (MG), próximo ao bairro Ressaca, na qual as Brigadas Populares também estavam atuando. No momento do Encontro, a comunidade estava com dois meses de tempo de ocupação.

envolveu até mesmo a mãe da jovem, que é membro de outra Frente, e que queria garantir a ida da filha. Mesmo assim foi mantida a decisão do grupo. Após o encontro as coisas voltaram ao normal e Dorothy retomou sua atuação mais próxima da Frente de Juventude da Dandara (Caderno de Campo – Maio de 2013).

Nos meses que antecederam ao encontro, a grande preocupação dos jovens mais velhos que estavam responsáveis pela organização era exatamente o que iria acontecer. Algumas reuniões foram feitas com esse objetivo e inúmeras questões foram levantadas. Uma coisa central nos debates era que não se conseguiria manter os jovens somente envolvidos em oficinas o dia inteiro, portanto, a diversão também teria seu momento, mesmo porque era o que eles mais esperavam.

No sítio, a chegada se deu na quinta-feira à tarde, quase noite, então não foi feito nada nesse dia. Somente a preparação dos quartos e as divisões dos alojamentos, meninos e meninas separados e sob os cuidados dos mais velhos. No dia da chegada teve somente o jantar, feito pela mãe de uma das jovens que tinha ido participar para ajudar na cozinha e foi também liberada a piscina. Até tarde da noite se ouvia pulos na piscina, muito barulho, brincadeira, zoação. Os jovens foram dormir bem tarde.

No outro dia pela manhã, as atividades se iniciaram às sete e trinta com o dejum. Posteriormente, todos se dirigiram para o espaço das atividades e foi feita uma rodada de apresentações. Logo após foram feitos os combinados, sendo que todas as regras partiram das discussões com os próprios jovens. Em relação à organização do espaço, ficou decidido que cada um cuidaria das suas coisas, que nada ficaria jogado, que o lixo deveria ir para o lixo, que os pratos, copos e talheres que fossem usados deveriam ser lavados por quem os utilizasse. Nesse momento surgiram muitos risos, vários meninos foram zoados, pois disseram que não faziam isso em casa, mas o grupo disse que lá eles teriam que aprender. Além das questões de organização, foram acordadas também as regras para a boa convivência, o respeito ao outro, não fazer brincadeiras de mau gosto, falar palavrão, apelidos, entre outras coisas que os jovens definiram (Caderno de Campo – Maio de 2013). Essa é uma importante dimensão dessa experiência de encontro com os jovens de outras ocupações. Os jovens, ao ter que colocar em debate, coletivamente, os acordos e as regras, se comprometem com o evento, mas também

com o grupo. Acredito que tal situação tenha promovido a aproximação daqueles que inicialmente se mantinham afastados por ainda não se conhecerem.

Na parte da tarde foram feitas algumas discussões, em forma de oficinas e debates sobre temas como gênero, questões relacionadas às ocupações, às desigualdades sociais, entre outras. Percebia-se que a zoação, recorrente nas reuniões, foi potencializada com a presença de jovens que não se conheciam e se tornaram colegas. Outros, muito tímidos, se furtavam a falar, gaguejavam e escondiam os rostos com as mãos. Ao final da atividade a coisa já estava mais solta e a maioria dos jovens estava participando. Ao final do dia, ao conversar com Maria, Beatriz, Zilda e Milton, eles disseram que estavam muito cansados, que era muito difícil prender a atenção dos jovens e que esse tipo de atividade tomava muito de suas forças, mas que valia à pena.

À noite novamente piscina liberada, contando também com sauna. Uma grande diversão. A maioria dos jovens nunca tinha estado em uma sauna, não sabia nem do que se tratava. Alguns estavam querendo entrar de roupas, outros dizendo que aquilo ali estava muito quente e que podia fazer mal, alguns ficaram lá dentro muito pouco tempo e saíram dizendo que não conseguiam respirar. Quando dito para eles que era hábito sair da sauna e tomar uma ducha, um dos jovens disse que não faria isso porque tinha medo de ficar “todo torto”. Rapidamente, a novidade da sauna deu lugar à festa na piscina e todos foram nadar, novamente até tarde: mergulhos, saltos, brincadeiras etc.

No sábado pela manhã, estava marcada uma troca de experiências, uma conversa entre os jovens para discutir os problemas de suas comunidades. Percebi na conversa que os problemas eram similares nas ocupações: falta de água e saneamento, dificuldades no diálogo com o poder público, violência vivida pelos jovens. Nos depoimentos, os jovens da Dandara fizeram menção ao caso de violência policial que sofreram. Conforme vimos, alguns policiais começaram a perseguir e fazer revista diariamente em jovens que ficavam na porta da escola após levarem as namoradas para estudar. Ações violentas, abruptas, gritos e xingamentos caracterizavam a forma como os jovens eram abordados. Segundo os jovens, tal ocorrência era motivada por uma denúncia da diretora, que dizia aos policiais que eles estavam ali para roubar os carros dos professores e traficar drogas. Após algumas ameaças, os jovens, com auxílio dos advogados das

Brigadas Populares, denunciaram tais policiais na Corregedoria da Polícia e no Ministério Público. As batidas acabaram, mas alguns policiais ligaram para os jovens e para seus pais para que eles retirassem as denúncias. Ao final não houve uma resposta cabal em torno da questão por parte da Corregedoria ou do Ministério Público, mas as batidas na porta da escola não mais aconteceram, mesmo porque eles também começaram a evitar aquele lugar.

Um outro depoimento forte em relação à violência foi dado por um dos jovens da Guarani Kaiowá e prendeu a atenção de todos. O jovem relatou que a ocupação fica próxima a um local de venda de drogas e que diariamente os policiais davam batida e revistavam os jovens da ocupação, mesmo os que não se envolviam com drogas. Um dia ele estava andando de bicicleta e foi abordado pelos policiais, estava sem documentos e os policiais disseram que ele tinha ido buscar drogas, mas nada foi encontrado. Mesmo dizendo que isso não era verdade, os policiais o ameaçaram todo o tempo, colocaram-no na viatura policial e o levaram para um lugar ermo. Nesse lugar, bateram muito no jovem, torturaram, deram socos e chutes, até que o jovem desmaiou. Ao lembrar o caso, o jovem se emocionava, ficava com a voz embargada, quase chorava. A indignação maior era porque ele disse que era inocente e porque não aconteceu nada com os policiais depois. O jovem, inclusive, não teve coragem de denunciá-los.

Um elemento importante em ambas as situações e que fomentou uma discussão no coletivo de jovens é o fato de os envolvidos serem todos negros. Tal fato nos coloca diante da violência policial cotidianamente vivida pela juventude negra e pobre em nossa sociedade. De acordo com Reis (2002), “a polícia termina por reproduzir políticas racial e socialmente discriminatórias, em nome de uma suposta ‘vontade geral’, apoiada por grande parte da sociedade” (p. 183), uma vontade geral de manter o pobre e negro sob controle, no seu gueto, à margem da sociedade. A mesma autora diz ainda que a maioria dos policiais pertence às classes urbanas pobres e marginalizadas, o que não impede que considerem os indivíduos como suspeitos a partir de sua cor, sua vestimenta, seus cabelos, seu linguajar, sua classe social. Isso faz com que bairros pobres sofram maiores intervenções policiais. “A segregação física dos bairros populares resulta numa discriminação social, segundo a qual dentro do bairro todos são marginais e fora

dele todos são suspeitos” (REIS, 2002, p. 185). Caminhando ainda nessa seara, a autora diz que:

Tecnicamente, uma abordagem policial, por si só, não pode ser considerada como um caso de discriminação racial ou social, a menos que seja seguida de uma injúria referente à cor da pele ou à posição social do abordado. O fato, entretanto, é que essa abordagem, quase sempre violenta, é baseada na aparência física e nos lugares considerados suspeitos. Refiro-me aqui, não apenas à violência física, mas também à violência simbólica, ou seja, o constrangimento de ter o corpo revistado em público, os documentos exigidos e, em muitos casos, ser conduzido até a delegacia de polícia. (REIS, 2002, p. 194).

Um elemento central na condição juvenil dos jovens dessas ocupações está explícito em sua pele. O fato de serem negros incide diretamente na possibilidade de sofrerem violência, sendo esses as maiores vítimas de mortes e assassinatos violentos de acordo com o Mapa da Violência (WASELFSZ, 2015) no Brasil. O fato de esses jovens se encontrarem e perceberem que essa é uma condição não exclusiva de sua ocupação repercute diretamente na forma como ler e interpretar a realidade social em que estão inseridos. Nesse sentido, o encontro, para além de um espaço de socialização, foi também um espaço de trocas e discussões em torno da condição juvenil dos jovens moradores das ocupações urbanas.

O encontro entre os jovens das ocupações foi muito importante para a pesquisa, permitindo observar os jovens pesquisados na relação com outros jovens e estabelecer parâmetros de comparação entre experiências participativas diferentes. Os jovens ressaltaram a possibilidade de conhecer outras pessoas, de conhecer os problemas de outras comunidades e também a oportunidade de diversão e descontração. Uma outra coisa que percebi é que o fato de os jovens da Dandara já estarem há mais tempo envolvidos nas experiências participativas relacionadas às ocupações urbanas (a ocupação tinha na época quatro anos) incide diretamente na vivência do processo. Como os jovens da Guarani eram recém inseridos nesse tipo de atuação, eles tiveram um pouco mais de dificuldade de se adaptar, de respeitar os horários e as regras e de se envolver nas atividades. Várias vezes tiveram que ser alertados quanto ao cuidado com suas coisas, brincadeiras perigosas na piscina, limpeza dos talheres e utensílios usados por eles. Nas entrevistas, essas questões emergiram e alguns dos jovens disseram o que perceberam. De acordo com Beatriz:

Os jovens da Dandara já estão mais tempo acostumados a estarem em espaços como esse, já foram em mais espaços de formação, não todos mais a maioria dos meninos, do que os meninos da Guarani. Então, eles [os jovens da Dandara] já conseguem concentrar mais, a Frente já está mais consolidada, fazendo reunião todo sábado, então sabem que eles têm que subir lá de caderno ou não, tem que prestar atenção. Por mais que eles falem que está chato, eles participam, eles já estão acostumados com esses espaços. [...] Além do que, os meninos da Guarani, muitos deles nem estudaram né? Desistiram dos estudos muito cedo. Então isso dificulta [...]. E os da Dandara não, eles estão estudando ainda, eles são mais novos... Mas o principal, eu acho que é o tempo de militância, se você for medir dos dois [Dandara e Guarani] e o tanto que esse tempo de militância proporcionou para eles, ao acesso a momentos de formação e que expandiu a consciência deles também. Você vê o Paulo, ele é um menino novo, de 15 anos, que faz uns debate muito massa, ele é um dos que mais pauta as coisas.

A fala da jovem nos sinaliza um posicionamento importante em relação ao tempo de militância, as oportunidades experienciadas em função dessa vivência e a influência no processo de concentração e formação dos jovens. Outra questão mencionada se refere à escola. Por mais que a formação na Frente de Juventude assuma características bem diferentes da escola, o hábito e a experiência de ter passado pela escola é um fator que influencia, de acordo com a jovem. Em relação à questão do tempo acreditamos que os envolvidos têm tempos diferentes de militância e isso incide diretamente na militância, mas acreditamos que podem também ter tempos diferentes no próprio processo de apropriação, que vai variar de um para outro mediante suas experiências prévias, inclusive escolares, seus interesses, seus comprometimentos. Independentemente das diferenciações podemos dizer que tal encontro foi um espaço de formação e diversão recorrentemente lembrado nas conversas informais dos jovens da Dandara.

5.4.3 Participação na Conferência Municipal de Juventude

Dentre as experiências vividas fora da Ocupação, destacamos a participação na 4ª Conferência Municipal de Juventude ocorrida em 2013. O objetivo era colocar em pauta, na agenda pública, as especificidades do ser jovem de uma ocupação urbana na cidade de Belo Horizonte. A atuação dos jovens em um espaço de debate público das questões da juventude marcou sua inserção em um campo de disputas, dando visibilidade às suas lutas e problemas específicos.

Em se tratando da Conferência como um espaço de debates sobre políticas públicas em Belo Horizonte, há que se considerar ser esse um avanço em relação a tempos anteriores (CASTRO; ABRAMOVAY, 2009). Percebe-se o aumento dos espaços e das oportunidades de participação dos jovens em conferências locais, estaduais e nacionais, principalmente a partir dos anos 2000. Essas experiências mobilizam diferentes sujeitos e coletivos juvenis. Entretanto, mesmo considerando os avanços, é preciso ponderar que esse tipo de experiência, em função do seu caráter consultivo, acaba não cumprindo sua função, uma vez que não tem poder para definir as políticas de juventude de uma maneira mais efetiva.

Segundo Santos (2008), os governantes, ao organizarem conferências, seminários e encontros, não fazem mais que consultar a população. É um espaço para externar e debater os problemas sociais, embora isso não queira dizer que esses debates irão repercutir obrigatoriamente nas ações governamentais, o que sinaliza que esse modelo de participação muitas vezes não é capaz de incidir diretamente nas decisões, fato que causa, muitas vezes, descontentamento e descrença, como na fala de Maria: “O que acontece na conferência municipal é um negócio de cima para baixo, é tipo assim... eles rolam e a gente tem que chutar”.

Em se tratando dos jovens da Dandara, um primeiro grande obstáculo foi a inscrição que, para ser efetivada, exigia a comprovação do endereço. A saída encontrada foi fazer a inscrição utilizando-se de uma declaração em que constava um endereço próximo da comunidade. Esse posicionamento do poder público privilegia um determinado segmento juvenil, e, nesse contexto, os jovens de ocupação não eram considerados. Ultrapassado esse primeiro obstáculo, a inscrição seria individual e tinha que ser feita presencialmente na regional à qual pertencia o endereço do jovem. Isso implicava um gasto considerável com passagens de ônibus. A questão do dinheiro da passagem seria mais um crivo para inviabilizar a participação de determinados perfis de jovens. Por meio de recursos angariados pela Frente de Juventude em seus eventos e festas, os jovens conseguiram fazer a inscrição de todos e mais um obstáculo foi transposto.

A instituição de tais procedimentos e a ausência de canais de diálogo que possibilitassem tratar questões e demandas de alguns jovens representava o privilégio da interlocução do poder público com um tipo específico de juventude, que tem seu endereço oficialmente reconhecido e que tem condições de arcar com os

custos da condução para se inscrever no evento. Em relação à questão do endereço, Maria diz: “Você não ter endereço é a mesma coisa que a gente fosse um morador de rua, porque eu não sou de canto nenhum de Belo Horizonte, eu não tenho endereço aqui dentro”. Para quem nunca passou pela experiência de não ter endereço pode ser difícil entender tal fala. Essa nos remete a um sentimento de não pertencimento mesmo estando dentro da cidade, é como não ser alguém, não se identificar e não construir nessa cidade seu sentimento de territorialidade, o que gera uma série de outras exclusões. Nesse caso, da Conferência, os jovens da Dandara tiveram que criar estratégias para subverter uma ordem posta e exercer seu direito de estar presentes no evento. Isso remete a uma luta que antecede o exercício dos direitos, pois se trata de uma batalha pelo direito a ter seus direitos.

No caderno da 4ª Conferência, lê-se um pedido aos jovens participantes: “Não deixe de enriquecer esse espaço com sua voz, garantindo os direitos da juventude de nossa cidade” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013, p. 5). Apesar da frase mobilizadora, que dá a entender que os jovens, independente de sua particularidade, estão representados na cidade, a forma de organização da Conferência foi um sinal claro de que a juventude de Ocupação não foi contemplada nesse processo. Segundo uma das jovens entrevistadas:

Eu acho que por mais que eles [Prefeitura] falem que não é a questão do endereço que vai ser a possibilidade ou não dos jovens participarem, acho que pesa muito, assim... é um estigma muito grande você precisar de uma instituição te reconhecer na cidade para você ter acesso a uma instância de participação. É um negócio muito desgastante. A gente teve que ralar demais, teve que se desdobrar demais para conseguir fazer a inscrição das pessoas e depois participar. (Depoimento de Zilda, 2013)

Somente o fato de ser jovem da cidade de Belo Horizonte não lhe garante o direito de defender seus interesses na Conferência; os jovens têm que passar pelo crivo de comprovar seu endereço para depois terem o direito de se posicionar. Trata-se de uma luta por reconhecimento e a fala da jovem reforça o não reconhecimento da comunidade Dandara por parte da Prefeitura da cidade. Um estigma que repercute diretamente nos jovens pertencentes à Ocupação, que têm dificuldades de acesso à saúde e à escola, que são privados do acesso ao lazer e à cidade. Acreditamos que o fato de os ocupantes da Dandara não serem vistos como cidadãos da cidade incide diretamente na condição juvenil dos jovens. Se esses jovens cidadãos não são reconhecidos como tais, não são também considerados em

suas demandas específicas, o que remete a uma situação de invisibilização da existência dos problemas vivenciados por eles.

A participação na Conferência foi feita em três etapas. Uma primeira etapa que constava de uma Conferência livre, organizada por coletivos de jovens no âmbito local. A etapa regional constaria da eleição de delegados para a terceira etapa. A última seria a Conferência Municipal propriamente dita e que envolveria jovens delegados eleitos nas regionais da cidade.

A Conferência livre promovida na Dandara foi marcada como espaço de debate, participaram cerca de 20 jovens entre homens e mulheres, pertencentes à Frente de Juventude e não pertencentes, moradores e não moradores da Ocupação. A proposta da organização era estabelecer desafios a serem enfrentados a respeito de cinco temas específicos: educação, trabalho e renda, direitos humanos, qualidade de vida e cultura. Face aos desafios elencados para tais temas, haveria também a proposição de ações para a sua superação. Na Dandara a opção foi por fazer um texto livre tratando das demandas da comunidade e envolvendo os temas (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013). Dada a não padronização, o texto entrou no caderno na Conferência na parte referente aos anexos. Alguns jovens ficaram descontentes por considerar que ao publicar o texto da Frente de Juventude nos anexos os organizadores estavam desconsiderando a especificidade da Ocupação e sua luta. Em contrapartida, outros jovens reconheciam que o texto, ao ser publicado na íntegra, poderia publicizar a luta da Dandara ao ser lido por várias pessoas.

Nesse texto, que foi feito coletivamente, a muitas mãos, em vários encontros, os jovens trataram dos temas, falando a partir de sua experiência de vida na Ocupação. Ao tratar dos direitos humanos, o documento exigia o reconhecimento da comunidade como parte da cidade, denunciava a discriminação que os jovens sofriam ao serem tratados como invasores e ressaltava o sentimento de serem considerados pela sociedade cidadãos de segunda categoria. Reforçava também a situação de privação do direito à moradia, falta de urbanização, saneamento básico, energia elétrica e água potável. Pontuava que a dignidade dos jovens que moram na Ocupação estava condicionada a uma transformação da sociedade e à efetiva garantia dos direitos.

Em se tratando da qualidade de vida, os jovens disseram no documento que esta não poderia estar vinculada à sua capacidade de consumo, retomaram as questões referentes à moradia e reforçaram o direito à cidade. Sobre a educação, a luta seria no sentido de garantir um direito universal, que devia ser pública e de qualidade. Reforçaram a necessidade de garantia de uma estrutura adequada nas escolas, o aumento das vagas no ensino médio, da ampliação das vagas nas universidades públicas, a importância do ensino profissional e da valorização dos professores.

A respeito do trabalho e renda, os jovens criticaram de maneira contundente a sociedade capitalista, disseram da necessidade de ampliar as garantias trabalhistas e explicitaram que o acesso ao trabalho é um dos grandes problemas da juventude contemporânea no país. Posicionaram-se contrariamente aos empregos precários destinados aos jovens e disseram da necessidade de garantir a igualdade de homens e mulheres no mercado de trabalho.

O documento teve seu fechamento com o tema da cultura, no qual os jovens chamaram a atenção da importância da cultura para a sua formação enquanto sujeitos, disseram também da necessidade de valorizar as manifestações culturais juvenis e solicitaram a construção de um centro cultural na comunidade Dandara. O documento era a expressão das demandas de um coletivo de jovens a partir do que lhes era negado por serem moradores e atuarem em uma ocupação urbana. Nesse sentido, o processo de produção desse documento se mostrou também uma ferramenta de construção e reconstrução de significados em relação ao que lhes é de direito mediante a luta que estabelecem na arena social.

A segunda etapa da conferência foi marcada por uma atuação intensa dos jovens no sentido de criar estratégias para conseguir se inserir e divulgar a luta da sua ocupação. Cerca de 12 jovens participaram do evento. Um primeiro obstáculo à participação dos jovens foi o transporte. A organização municipal iria disponibilizar o vale transporte social, mas somente no momento da inscrição. Portanto, para receber o vale os jovens já teriam gasto o dinheiro para chegar ao local do evento, ou seja, os jovens gastaram seu dinheiro e receberam um vale social com tempo de duração e que poderia ser utilizado apenas para transporte na cidade.

No dia do evento, a chegada dos jovens da Dandara chamou a atenção das pessoas que lá estavam. O que me pareceu é que alguns grupos tinham se

preparado muito, sabiam como funcionava a máquina. Qualquer pessoa que chegasse perceberia que existia ali uma divisão clara, um grupo de jovens vinculados a um partido político, outro que foi mobilizado por um vereador para participar do evento, um grupo de jovens de um determinado bairro mobilizado pela associação de moradores, os jovens da Dandara, um grupo de jovens de uma escola estadual que foi mobilizado por um professor de Sociologia e o grupo chamado de Força Jovem.

Esse último grupo, chamado de Força Jovem, agregava a juventude da Igreja Universal do Reino de Deus. Foi o grupo que mais chamava a atenção, pelo número de participantes, pela sua organização e pela liderança exercida pelo pastor. Um homem adulto que explicitamente demonstrava não ser mais jovem, mas que determinava tudo o que os jovens iriam fazer, tomar café, se juntar em determinado lugar, dividir quem iria para qual grupo temático etc. Sobre a atuação do pastor e dos jovens da igreja na conferência, Maria disse:

Na conferência municipal foi a pior merda que eu já vi em toda minha vida, coisa assim... de nem Márcio Lacerda não deixar a gente entrar na prefeitura me assustou tanto, quanto a conferência municipal. Tinha um líder lá de uma religião que ele falava para os meninos assim: "levanta a mão", "não levanta a mão". Os meninos eram fantoches na mão dele, eles não sabiam o que estavam fazendo. (Relato de Maria, 2013).

A presença de jovens oriundos da igreja neopentecostal na conferência sinalizou a efetivação de um discurso fortemente pautado na moral, de caráter conservador e que repercutiu em uma situação inusitada. No grupo temático de direitos humanos houve a tentativa de inserir nas propostas da conferência regional a diminuição da maioria penal. Ao final, essa proposta não passou na assembleia, mas pontua um aspecto importante em torno de um tipo de discurso religioso e o papel que esse discurso tem assumido nas instâncias participativas dos jovens.

Antes mesmo do início do evento, algumas pessoas de grupos diferentes se juntavam, falavam baixo, parecia que faziam conchavo para aprovação de propostas. A fala de uma das jovens revela um estranhamento em relação à dinâmica da conferência:

Quando a gente chegou lá, estavam todos de grupo fechado, grupos fechados de organizações e com a proposta fechada, mesmo que aparecesse uma proposta melhor, ela não seria votada porque não era a proposta daquele tal grupo que já estava separado e aí eu também não acho que isso seja para a juventude, eu acho que é usar a juventude de peça para algum jogo e infelizmente muitos não têm pessoas para poder instruir. (Relato de Maria, 2013).

A fala da jovem sinaliza que, ao seu ver, as coisas pareciam um jogo de cartas marcadas e que para se fazer presente, eles, da Ocupação, teriam que aprender a jogar o jogo. Sobre esse espaço participativo e a forma como é organizado, Milton disse que:

Ele é condicionado para alguns que vão lá cumprir alguma coisa, cumprir algo que já estaria dado e deve ter sido uma surpresa muito grande para a conferência como um todo, desde os participantes até os organizadores, a intromissão dos jovens da Ocupação, dos jovens da Dandara. (Relato de Milton, 2013).

A necessidade de inserção dos jovens na lógica da conferência demonstra, claramente, que, para além da Ocupação, nos espaços de debate da cidade, há a necessidade de conhecer as lógicas hierarquizadas e estruturais das instituições sociais. Por mais que os jovens sinalizem certo estranhamento, percebemos que a necessidade de explicitar suas lutas e demandas para a sociedade foi também um mobilizador no sentido de se apropriarem desse espaço. Os jovens da Dandara se dividiram estrategicamente entre os grupos existentes de forma a estarem presentes em todos os grupos temáticos. Acordaram que seria necessário fazer várias inscrições, seja na plenária, na abertura ou nos grupos temáticos, como forma de garantir a fala e a publicidade das questões da comunidade. Na plenária inicial, para leitura e aprovação do regimento interno da conferência, em vários momentos os jovens da Dandara cantavam músicas da ocupação, que diziam: “Oh Dandara! Oh, Dandara oh! A nossa luta aqui, vale mais que ouro em pó!”; “Daqui não saio, daqui ninguém me tira! Daqui não saio, daqui ninguém me tira! Onde é que eu vou morar? Eu não tenho paciência de esperar! Ainda mais com sete filhos, onde é que eu vou morar?”.

Com esses cânticos, os jovens diziam de onde vinham, que estavam naquele espaço por um motivo, pela sua luta, e que não tinha quem os tirasse. Demonstravam quem eram, colocavam publicamente os problemas que enfrentavam e o que queriam naquele lugar. Estar na conferência era também uma oportunidade de lutar pela sua moradia, de dar visibilidade à sua luta. Uma experiência de

militância/participação singular, que, por meio do estranhamento da realidade social, proporcionou o seu reconhecimento como sujeitos de direito, uma formação crítica construída no exercício da luta (DUBET, 1994). Naquele momento, a conferência era o lugar a ser ocupado e os jovens materializavam a luta pelo direito da juventude de ocupação.

Após a plenária, houve a separação por grupos temáticos. Nos grupos, acompanhei Maria, que participou da discussão sobre educação. Além de temas como investimento, estrutura, valorização dos professores, discutidos coletivamente, ela explicitou a realidade enfrentada pelos jovens na Dandara, que muitas escolas se negavam a matricular os moradores da Ocupação. Ao final, um professor que tinha levado seus alunos para participar da conferência se aproximou de Maria para elogiar sua postura na discussão e para dizer que queria levar seus alunos para visitar a comunidade. Além disso, disse do interesse dos seus alunos em votar nela.

Do grupo temático da educação, Maria saiu como delegada para candidatar-se para participar da conferência municipal. Outros jovens da Dandara também foram eleitos delegados em seus grupos temáticos e concorreram à eleição na plenária final. Tal situação sinaliza aspectos importantes quanto ao papel assumido por esses jovens nos grupos de discussão, ou seja, mesmo sem experiências anteriores tipo, chegaram a ser eleitos para concorrer à plenária final. Assim como Matonti e Poupeau (2006), acredito que os aprendizados da prática, materializados como capital militante, tenham agido diretamente no processo, ao mobilizar os saberes dos jovens para além das lutas na Ocupação e se efetivar ao serem exportados para o universo da conferência.

No momento do almoço, os jovens da Dandara se aproximaram de vários participantes para falar da Ocupação, divulgar suas dificuldades e lutas e pedir os votos para Maria, que centralizaria os votos no intuito de ter alguém da Ocupação na conferência municipal. Na plenária final, havia vários candidatos, os votos ficaram polarizados entre um rapaz da Força Jovem e Maria, da Dandara. No momento da eleição, não houve a possibilidade de manifestação por parte dos candidatos, eles iriam somente passar pelo palco e teriam seus nomes citados pela organização. A saída encontrada por Maria foi passar pelo palco dizendo em tom forte, em fala alta, aos gritos, os problemas enfrentados pelos jovens na comunidade, denunciou que a Prefeitura não os reconhecia como cidadãos da cidade, disse ainda que não eram

invasores e que lutavam pelo direito à moradia. Ao final a jovem estava muito emocionada, quase chorando. Os organizadores ficaram claramente constrangidos. A jovem criticou duramente a administração municipal, ela colocava em questionamento exatamente os posicionamentos e ações da prefeitura em relação à Ocupação e aos seus jovens. Na eleição final de delegados, o jovem da igreja foi eleito como delegado e Maria como suplente para a participação na conferência municipal. Como fechamento do evento, o jovem da igreja fez um discurso que demonstrou uma retórica de pregação, parecia ser um pregador experimentado, falou do papel da juventude de Deus, falou sobre pecado e coisas de cunho religioso, ao final fechou com a palavra amém, repetida em coro por grande parte dos jovens presentes.

A conferência municipal foi marcada por momentos mais tensos. Ela funcionou nos mesmos moldes da conferência regional. Entretanto, foi feita uma abertura na sexta-feira, com presença de várias autoridades municipais. Na própria abertura os conflitos emergiram. Nada havia sido combinado. De maneira quase intuitiva, os jovens da Dandara começaram a puxar palavras de ordem e músicas alusivas à Ocupação. Vaiavam os representantes da prefeitura ao falar ao microfone. Até que um dos organizadores foi até o grupo e pediu para pararem, eles disseram que estavam no seu direito de manifestar, então o organizador retrucou dizendo que “os jovens da Dandara não sabiam se comportar em lugar público, eram mal-educados, que ali não era lugar de baderna e que não era lugar para eles” (Caderno de Campo – Junho de 2013). Essa fala é a materialização do que ficou implícito na organização do evento, ou seja, jovens pobres, negros, de periferia, não tinham lugar naquela conferência. Sobre esse fato, Maria disse:

Entrou um representante do Márcio Lacerda e aí quando a gente escuta “Márcio Lacerda” a gente fica muito triste, muito chateado, muito nervoso e aí a gente quer manifestar de alguma forma. Aí os meninos vaiaram o camarada e todo mundo se juntou, formou logo uma turma e chamaram os meninos para conversar. Aí teve uma pessoa que falou para os meninos assim: “Aqui não é lugar para vocês, não!” e aí o negócio ficou tenso, porque tinha a comunidade Dandara, mas tinha muita gente que apoiava a comunidade. Então teve muitas pessoas que tomaram a dor da Dandara e os meninos já estavam um pouco instruídos politicamente. Se não fosse essa questão da gente saber o direito da gente, nós iríamos sair de lá todo mundo com vergonha, com o rabo entre as pernas e ir embora para casa. (Relato de Maria, 2013).

A fala da jovem mostra uma dimensão da experiência que contribui na formação da identidade coletiva, do seu autorreconhecimento, da construção do seu lugar na sociedade, mesmo que isso tenha que se dar por meio de luta. Após esse comportamento por parte da organização, vários jovens de outros coletivos se juntaram aos jovens da Dandara para questionar a atitude desse membro do comitê organizador, criticando o evento e a sua forma de organização. Como disse uma das jovens: “A própria composição das mesas, a própria coordenação dos espaços, não é para a juventude, não é métodos que atrai a juventude”. Ao final o clima era de tensão e conflito aberto.

Os grupos temáticos aconteceram no sábado, pela manhã. Novamente acompanhei Maria que, mais uma vez, ficou no grupo temático da educação. Todas as questões abordadas no âmbito da conferência regional foram retomadas, o que constituía mais uma oportunidade para dar visibilidade à luta enfrentada pelos jovens da Dandara. Mais uma vez, Maria foi indicada para concorrer ao cargo de delegada, agora para compor o Conselho Municipal de Juventude e novamente ela foi eleita como suplente.

Ao discutir nas entrevistas sobre a conferência como espaço de inserção da luta da Dandara no debate público, Milton, jovem de fora da ocupação, se posicionou da seguinte forma:

Foi mais um momento de conflito. Eu acho que foi mais um momento que buscou-se acesso a um espaço, que para ser legítimo tem que ser democrático e que de certa forma não é um espaço democrático, essas conferências que foi a conferência da juventude. Ela cerceia, ela impede no primeiro momento que o jovem da ocupação possa participar com a questão básica da inscrição para ter endereço, assim... [...] É o medo aí do que esse povo quer falar. Então o espaço burocrático ele não suporta a participação de um que sempre ficou calado e quando esse um resolve falar, esse um estremece mesmo, então foi um pouco isso assim... basicamente deve ter sido a primeira conferência que a Ocupação levou seus jovens para participar. É isso! É o medo do espaço burocrático, do povo poder falar. (Relato de Milton, 2013).

A fala do jovem remete diretamente ao processo de participação dos jovens e às instituições sociais, de maneira destacada emerge a questão referente ao medo proporcionado pela participação desses novos atores, que trazem novas demandas e que demonstram outras ferramentas de luta no processo de disputa política (MÜXEL, 1997). Em se tratando da conferência, identifico esse espaço como um lugar importante ocupado pelos jovens da comunidade Dandara. Um espaço de

disputa, no qual a prefeitura, que não os reconhecia por se negar a estabelecer o diálogo com a Ocupação, foi obrigada a ouvi-los, mesmo a contragosto. Para isso os jovens tiveram que burlar a ordem instituída e se fazer instituintes, no intuito de se tornarem visíveis. De acordo com Beatriz, “eles acham que a gente vai conquistar tudo na lei, mas só as leis não bastam, né? Se a gente não faz a luta em cima do que a gente pode ter, a gente fica só tentando”. Tal posicionamento remete a uma organização participativa e uma realidade social que não dão conta de atender as demandas e expectativas desses jovens, portanto, faz-se necessário que provoquem rupturas nas estruturas, utilizem-se das brechas proporcionadas e transgridam a ordem com o intuito de se fazerem ver e ouvir.

5.4.4 A participação nas Jornadas de Junho de 2013

Para além das experiências anteriormente mencionadas, os jovens da Dandara também participaram, esporadicamente, das mobilizações e marchas que aconteceram no mês junho de 2013 no Brasil. Essa foi uma experiência que importante para o que pretendia observar na pesquisa.

O ano de 2013 entra para a história do Brasil como um marco de luta coletiva reivindicatória. Tivemos nas ruas de nosso país uma movimentação singular, nunca vista, da forma em que se deu. No contexto da preparação do país para a Copa, durante a Copa das Confederações de Futebol, uma passeata que questionava vinte centavos de aumento na passagem de ônibus coletivo em São Paulo tomou outra proporção a partir de ações violentas por parte da Polícia Militar (GOHN, 2014). As contradições da sociedade brasileira se inflamaram a tal ponto que provocaram conflitos violentos que repercutiram internacionalmente. A mídia, que tentou tratar do evento de maneira a criminalizar os participantes (VIANA, 2013), teve que retroceder em seu intento a partir da opinião pública, que reconheceu a importância dos fatos.

Para além do questionamento de um aumento) na passagem de ônibus (GOHN, 2014; CASTELLS, 2013), as “Jornadas” ou “Revoltas de Junho” (ROLNIK, 2013; SECCO, 2013) colocaram nas ruas várias e diferentes vozes que gritavam e ecoavam os problemas da sociedade brasileira. A sociedade, de certa forma, surpresa, teve de lidar com o “terremoto” que questionava situações que a perpassavam: os gastos com a Copa do Mundo no Brasil a se realizar no ano seguinte, a falta de investimentos na educação e na saúde, a corrupção na política e

os problemas relativos à mobilidade urbana (ROLNIK, 2013, p. 8). Dorothy disse sobre a Copa:

A Copa vem com um tanto de violação de direito. Vem com despejo. Então você está aqui, mas tem um tanto de gente que está sendo despejada por conta da Copa ou que vai ser despejado por conta da Copa. Vem com um milhão de gastos que não é os gastos que a gente está precisando. A gente não precisa de estádio, a gente precisa de saúde e educação. (Relato de Dorothy, 2013).

A fala da jovem remete ao que significou a Copa do Mundo para ela como componente das classes populares na cidade. Não se tratou de uma festa, mas de uma oportunidade de violação dos direitos em prol do evento esportivo, uma forma de assepsia social por meio do despejo e do afastamento das populações pobres para longe das vistas dos visitantes estrangeiros.

A Ocupação, assim como a sociedade, se mostrou de certa forma surpresa com os acontecimentos. Marcou-se uma reunião no centro comunitário com a presença dos coordenadores, dos membros das Frentes que lá atuavam, bem como membros das Brigadas Populares. O objetivo da reunião foi fazer uma análise da conjuntura daquele movimento e em que medida a Dandara iria ou não se inserir nas passeatas para divulgar sua luta.

Essa reunião, em função de ter ocorrido no início das movimentações, sinalizou o quanto as pessoas estavam reproduzindo o discurso midiático. Nesse primeiro momento, várias pessoas, em suas falas, criticaram o que estava acontecendo, disseram do vandalismo, da violência, das bombas e dos conflitos. Após alguns momentos de discussão, réplicas e tréplicas, algumas falas dos jovens da Brigadas Populares chamaram a atenção para a violência como tendo partido dos policiais e como reflexo de um processo de disputa.

Todos foram favoráveis, mas deixando claro que não queriam o nome da Ocupação ligado a atos de vandalismo e violência. Depois disso, a discussão se deu em torno do espaço das manifestações como oportunidade de dar visibilidade às lutas da Dandara. Algumas pessoas disseram que era só moda, que muita gente que nunca foi para a rua agora estava indo. Disseram também que o discurso de que o “gigante acordou”, que circulava nas redes sociais, se referindo à coletividade, à sociedade externando suas demandas, não era correto, tendo em vista que a própria Dandara e vários outros movimentos estão nas ruas há muito tempo, portanto, aquilo era uma mentira. Em consonância com os aspectos levantados

durante a reunião, destaco o fato de as manifestações terem sido ocupadas pelas mais variadas correntes políticas, inclusive movimentos de direita que tentavam emplacar o discurso da luta contra a corrupção como sendo a salvação do país, isso como forma de atacar o governo federal em tempos já bem próximos à eleição para presidente da República.

Após quase duas horas de reunião e debates, ficou estabelecido que as manifestações eram uma oportunidade para divulgar a luta da Ocupação em torno do direito à moradia, bem como os problemas que os seus moradores enfrentavam. Algumas pessoas se interessaram em participar, houve uma mobilização em torno da sede das Brigadas Populares no centro da cidade e várias pessoas foram mobilizadas para confeccionar cartazes, faixas, organizar uma pequena banda de percussão, criar gritos de guerra, entre outras atividades.

Nem todos os jovens da Frente de Juventude participaram das manifestações. Alguns foram impedidos pelos pais em função do medo da violência, que era recorrente. Segundo Paulo, o receio era *“da polícia me dar tiro de borracha, deles me bater, alguma coisa assim”*. A respeito da opção por não participar pelo medo da violência policial, Milton diz que:

Os meninos tinham toda razão, né? Realmente a polícia, o Estado repressor tem como foco o banimento da população pobre, mesmo. É função dele fazer isso. Então, na linha de frente da confusão estavam ali os jovens, não os da Dandara, que alguns nem vieram, mas os jovens negros de periferia, os pobres da periferia, eles estavam lá de frente, dispostos a tentar naquele momento a devolver um pouco da angústia que a polícia deixa com eles todo dia. (Relato de Milton, 2013).

A fala de Milton remete ao tratamento dado aos jovens participantes das manifestações. Nos momentos de maior tensão, queima de agências de carros e agências bancárias, a mídia destacava o vandalismo na perspectiva da destruição e do roubo, dizendo que eram ladrões que estavam fazendo aquilo, desqualificando toda a questão política envolvida no ato. Os jovens da Dandara, como jovens negros, que vivem a violência diariamente na sua própria comunidade, não tinham como não temer a ação da polícia. Sobre o que se viu de violência, Dorothy disse:

Vi várias pessoas que estavam na comissão de frente que apanharam muito da polícia. Levaram bala de borracha. Vi policial na reportagem pisando, chutando uma mulher. Todas as vezes que a gente ia sair na rua, os próprios pessoal da polícia, os P2³³, envolvidos no meio da multidão, começaram a jogar bomba e os policiais sempre achando que eram os meninos. Eu também não aceito, porque tinha vândalos envolvidos, mas mesmo assim eu acho que começava da parte deles [polícia]. (Relato de Dorothy, 2013).

Mesmo com a ocorrência de vários fatos violentos, os jovens que participaram reconheceram as manifestações como sendo um espaço importante para atuação dos jovens da Dandara. Eles ressaltaram a oportunidade de contato com pessoas dos mais diversos movimentos sociais e lutas, proporcionado pela experiência de participação nas manifestações de junho de 2013. Dorothy participou ativamente tocando na banda. Ela andou mais de 15 quilômetros carregando e tocando seu tambor, entre o centro da cidade e o local das manifestações. Ao final, suas mãos estavam muito machucadas. Sobre as manifestações e sua participação, a jovem diz:

Minha participação foi ótima! Eu estava na frente da bateria montada pelos meninos das Brigadas. A experiência foi ótima porque você vê que o pessoal está lutando por uma coisa, todo mundo lutando pela mesma coisa que a gente quer. Acho que aquelas manifestações deu para mostrar aos governantes e prefeitos de Minas e de todos os lugares que o pessoal está atento a tudo que eles [políticos] fazem ou querem fazer para piorar a convivência do povo. Acho que esse negócio de manifestação sempre deveria ter, porque é uma coisa que todo mundo está olhando. O mundo está virado para as ruas para ver o que o povo faz, o que o povo está falando para poder apoiar o povo nessa luta. (Relato de Dorothy, 2013).

A fala da jovem se mostra esperançosa em relação às mobilizações coletivas, em relação à sua capacidade de intervir na atuação dos políticos do poder executivo. Para além disso, fica clara também a importância dada pela jovem ao ato de participar na bateria; esse foi um lugar de destaque, pois, apesar do cansaço e dos machucados proporcionados, era o motor da manifestação. Era a bateria quem conduzia a música e as palavras de ordem. Ainda tratando da banda nas manifestações, Beatriz diz: “Fizemos umas músicas muito doida, que vários coletivos estão cantando elas, se difundiram por aí”.

³³ Essa terminologia caracteriza os policiais militares que andavam disfarçados e se infiltravam nas manifestações, muitas vezes soltando bombas de efeito moral no interior da manifestação como forma de fomentar o tumulto.

As próprias músicas se tornaram ferramenta de contestação. Percebe-se como os questionamentos, no caso dos jovens da Dandara, estavam muito mais ligados à realidade da cidade de Belo Horizonte. A questão da moradia teve maior destaque: “Dandara marcha, Dandara brilha, nossa luta é por moradia. O aluguel eu não vou pagar, eu já tô organizado e ninguém vai me despejar” (Panfleto). Outras questões, como o preconceito, a desigualdade social e a violência policial também apareceram: “Se você pensa que favela mata, favela não mata não! O que mata é o preconceito, a fome e o caveirão” (Panfleto). A questão da mobilidade urbana e do trânsito permitiu uma crítica muito bem-humorada: “De Land Rover é fácil, é mole, maneiro, quero ver pegar busão às 6 da tarde pro Barreiro” (Panfleto). Outras músicas criticavam a administração municipal e estadual, os preços das passagens, apoiavam os professores, entre outras coisas.

O trabalho de campo permitiu ver nas manifestações os mais variados discursos e questionamentos, os mais variados sujeitos, com as mais variadas bandeiras. Tais exemplos sinalizam uma pluralidade de atores, discursos e vozes, inseridos naquelas movimentações. Para os jovens da Dandara, ocupar aquele espaço, para ouvir os outros e se fazerem ouvir pela sociedade, foi uma experiência marcante em sua história como militantes da Ocupação.

Ao final desse capítulo, no qual procurei dimensionar algumas das experiências vividas pelos jovens da Frente de Juventude no exercício de sua militância, acredito ter demonstrado a importância desse tipo de experiência como formação de atores sociais que, por meio do exercício reflexivo, se apropriam e constroem novos referenciais. Nesse sentido, foi por meio dessas experiências que os jovens ressignificaram seus papéis sociais a partir de sua ação e das interações estabelecidas na tessitura social. Um processo complexo, que envolveu a subjetividade como elemento de potencialidade da coletividade em uma construção/desconstrução da sua própria história.

6 SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA PARTICIPAÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo fazer uma discussão em torno dos sentidos e significados construídos pelos jovens pesquisados em relação à experiência de participação, marcada por êxitos e fracassos, por facilidades e dificuldades, por vitórias e derrotas.

Ao pensarmos em participação, uma infinidade de caminhos nos é apresentada. Uma coleção de adjetivos imputa à participação vários sentidos, o que nos remete a uma noção de participação marcada pela amplitude e pela diversidade. Conforme nos mostram Mayorca, Castro e Prado (2012, p. 23), “a compreensão das formas de participação política e social exige que se problematize o conceito de participação, uma vez que muitas ações participativas são imprecisas e contraditórias”.

A participação pode remeter tanto à atuação do indivíduo em agrupamentos sociais (culturais, religiosos, esportivos), quanto a uma atuação diretamente vinculada à presença do indivíduo nos conflitos sociais estabelecidos como forma de intervir na realidade social e nos processos decisórios. Nesse contexto, há que se considerar que a participação não se desvincula das condições subjetivas de existência do sujeito.

Brenner (2011), ao estudar a militância de jovens em partidos políticos, aponta algumas questões importantes em torno da experiência participativa. Em se tratando do partido como espaço de militância, a autora destaca sua relevância por proporcionar experiências importantes em torno das apropriações feitas pelos envolvidos. Um ponto a ser destacado no trabalho é a apropriação/construção ocorrida no ato de militar. A autora explicita que esse é um processo que “vai acontecendo”, aos poucos. Nem sempre os jovens aderem totalmente a uma experiência participativa e, muitas vezes, eles promovem discussões em torno de divergências internas. Tais apontamentos sugerem que a participação partidária, assim como outras formas de participação institucionalizada que remetem a uma forma mais tradicional de intervenção na realidade social, convive hoje com demandas específicas dos jovens envolvidos.

Na tentativa de avançar um pouco mais no entendimento dos sentidos contidos desse processo participativo, acredito que Seidl (2009) possa nos ajudar. A autora fala de uma participação militante, que envolve o engajamento do sujeito

mediante seu local e interesse de atuação. Nesse caso, engajamento e militantismo assumem conotações diferentes. Reis (2007) considera que os dois conceitos estariam intimamente ligados, ambos vinculados a processos mais contínuos de tempo e espaço. O engajamento pode ser visto como a disposição de determinados atores para se posicionar em relação a temas e problemas, já o militantismo, apesar de englobar o engajamento, se distingue em função de ampliá-lo e, nesse caso, passa a envolver uma forte dedicação a uma causa ou ação.

Sousa (2014), ao estudar experiências participativas contemporâneas de jovens, muito nos auxilia ao trazer um panorama dessas ações, movimentações e movimentos. Segundo a autora, muitos coletivos jovens têm se manifestado na atual conjuntura de formas voláteis e dinâmicas, além de terem como marca a insurgência contra a ordem instituída e a contestação da política vinculada às instituições partidárias. Nesse sentido, o que se percebe é uma movimentação dos jovens com vistas a buscar outras práticas de organização e formas alternativas de atuação produzindo novos significados para suas ações. É nesse contexto que os problemas urbanos emergem como aglutinadores de insatisfações que repercutem em questionamentos, intervenções e engajamento dos jovens.

Ao caminhar um pouco mais em busca de entender os sentidos produzidos pelos jovens pesquisados, e atribuídos a sua experiência participativa, recorri aos estudos de Abrantes (2003). O autor salienta que os sentidos são construídos nas interações cotidianas e produzidos por meio de negociações entre os agentes envolvidos. Os sentidos são capazes de produzir identidades por meio de seus padrões e dinâmicas apreendidos pelo contato direto e o acompanhamento do seu cotidiano na pesquisa. Nesse sentido, podemos perceber que a Frente de Juventude e a Ocupação Dandara são espaços de interação e relação, dos jovens entre si e dos jovens para com os outros, em um processo de produção identitária que sinaliza dinâmicas e padrões próprios, importantes para nossa investigação. Segundo o autor:

A ação humana é dotada de consciência – motivações, significados e intenções – o que faz com que o estudo dos fenômenos sociais deva conceder um papel central à compreensão dos sentidos que os indivíduos atribuem à realidade que os rodeia e à sua ação sobre a realidade. Assim, o mundo social é entendido, primeiro que tudo, como resultante da interação entre “seres culturais”, dotados de reflexividade e capacidade de ação. (ABRANTES, 2003, p. 5).

Nessa perspectiva, há que se destacar que os sentidos são intersubjetivos. Não se trata de algo estritamente individual, mas de uma produção que se dá no contexto social. O que nos permite inferir que os sentidos são produzidos no seu grupo de pertencimento. Para usarmos os sentidos como categoria de análise, fez-se necessário uma apropriação do contexto que se deu por meio de minha presença em campo de pesquisa. O sentido remete, portanto, a uma realidade em movimento, que retrata fenômenos sociais dinâmicos em construção e desconstrução ininterruptas. É nesse cenário que ele pode nos proporcionar entender as posições e disposições dos jovens, que, ao vivenciar a experiência participativa na Ocupação, constroem suas práticas, representações e identidades. Os sentidos também permitem ver outras nuances desse processo, que, por meio das sensações, emoções e sentimentos, fazem com que os jovens expressem o que sentem em relação à militância.

6.1 O significado da luta pela moradia

Ao me debruçar sobre as experiências vividas pelos jovens que participavam da Frente de Juventude, percebi que os significados construídos em torno da questão do direito à moradia emergem de forma singular, pela centralidade que essa questão assume em suas vidas.

Esses jovens, ao fazerem parte de um movimento de luta pela moradia, se inseriram em um conflito que expõe uma das mazelas de nossa sociedade, a falta de moradia para as populações pobres. Situação que, na perspectiva freireana, por meio das vivências da opressão, possibilita aos oprimidos a apropriação de saberes e leituras de mundo capazes de fomentar o questionamento dos padrões de dominação (FREIRE, 2011).

6.1.1 A luta de quem mora na Ocupação

A luta pelo direito à moradia implicou para alguns deles e suas famílias a vivência de várias provações tais como viver em barracos de lona, sofrer ameaças policiais, confrontar-se com preconceitos, ter dificuldade de acesso à saúde e educação etc. Essa é uma experiência marcada pela dimensão do concreto, da vida vivida na dureza da desigualdade e da luta por superá-la – o que para muitos significou a abertura para novas possibilidades de participação política e social.

O fato de morar em uma ocupação insere alguns dos jovens em um conflito ininterrupto, vivido dia e noite, com o medo das decisões judiciais, da derrubada das casas, da invasão da polícia. Na luta e nas ações coletivas decorrentes desse contexto, esses sujeitos se produzem como atores políticos e construtores de políticas, exigindo reconhecimento e construindo seus autorreconhecimentos, pressionando o Estado por um outro projeto de cidade e de sociedade (ARROYO, 2012).

Nesse campo de disputa, as demarcações estão postas entre o “nós” e os “outros”. De um lado se encontram as pessoas que, privadas do direito a ter sua casa, se organizam e lutam pelo acesso à moradia. Do outro lado, encontra-se o poder público e o setor imobiliário, que se furtam em dialogar com essas pessoas sobre a situação em questão. Acreditamos que esse combate potencializa a formação de uma identidade coletiva, ou seja, a construção de um sistema de ações desenvolvido pelo grupo no exercício da disputa (MELUCCI, 2001). Tal identidade nos remete ao sujeito coletivo que “organiza práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (SADER, 1988, p. 11).

Especificamente, nesse contexto, entendemos que a solidariedade emerge destacadamente da condição de negação do direito, sendo essa uma marca também de outros movimentos como o MST (CASTELO BRANCO, 2003; CALDART, 2012). Essa identidade coletiva é o amálgama de um sentimento que emerge da negação dos direitos e que, no calor do conflito, se torna algo significativo. A consciência da condição de população pobre e privada do direito à moradia potencializa e dá outra dimensão à luta.

Entretanto, com já vimos, a existência de uma identidade coletiva, construída na luta, não pressupõe a ausência de tensões entre os moradores da Ocupação. Não são todos que se mobilizam diretamente nesse processo. Nos momentos de maior perigo, datas próximas a julgamentos, visitas de promotores e juízes, percebe-se claramente uma maior mobilização, um grande número de pessoas nas assembleias e nas marchas. Todavia, quando a situação parece ter sido contornada e as coisas estão mais calmas, a dificuldade de mobilizar as pessoas para as discussões da Ocupação torna-se maior.

No momento em que foi desenvolvido o trabalho de campo (janeiro a dezembro de 2013), a ocupação já estava com quase cinco anos no terreno e parte considerável das pessoas que lá se encontravam não eram as mesmas que moraram em barracas de lona e enfrentaram a polícia no seu início. Tal situação fazia com que os moradores mais engajados, entre eles os jovens estudados, criticassem duramente o posicionamento de alguns dos moradores recém-chegados a ponto de diferenciar o morar e o lutar pela moradia. Segundo Paulo:

Eles estão no comodismo, não querem mais lutar. Os jovens estão preocupados porque não está ganhando ainda. Não foi decretado que o Dandara é nosso e os mais velhos estão achando que já estamos aqui há quatro anos, eles não vão tirar a gente daqui mais não. Acham que isso é nosso já.

No começo, todo mundo era mais unido, agora não! Agora eles estão achando que é cada um por si. “Se eu lutar pelo meu terreno, eu vou ganhar meu terreno e problema é seu! Você vai lutar pelo seu terreno”. E não é assim que vai acontecer numa comunidade tão grande assim. O governo está olhando. Aquele ali está lutando pelo território, vão deixar ele lá. Aquele outro não está, vamos tirar ele de lá. Ele não está olhando isso. Ele está olhando se a maioria não está lutando, então vamos tirar todo mundo de lá, então. Pronto, acabou! (Relato de Paulo, 2013).

Há que se lembrar que essa fala carrega consigo a experiência de vida de um jovem que, juntamente com a mãe, construiu com as próprias mãos seu barracão e que vê na luta uma oportunidade de garantir seu direito à moradia. Em se tratando de um jovem de 16 anos, a consciência do poder de intervenção social mediante a mobilização coletiva chama a atenção. De acordo com Caldart (2012), a luta social, na relação com a formação humana, produz alguns aprendizados básicos em torno da “construção vivencial da convicção de que nada nos deve parecer impossível de mudar” (p. 337).

A respeito da relação estabelecida para com o poder público, essa é tratada pelos jovens como uma “guerra” que envolve outros interesses para além do acesso à moradia. Sobre a relação com o poder público, Dorothy diz que:

Essa relação é como se fosse de uma guerra. De parte da Dandara, o pessoal só quer uma coisa: moradia. Mas da parte da prefeitura, ninguém... o poder público não entende nossa parte. [...] Isso... eu acho que o poder público deveria olhar mais para as pessoas pobres do que para as pessoas de classe média, que têm mais dinheiro, entendeu? Que só quer valorizar... igual na Copa... eles querem derrubar a Dandara antes da copa, porque o bairro que a gente mora é um dos melhores, é bem valorizado, fica perto da Pampulha, só das regiões nobre, então ... tem a Toca da Raposa³⁴ para o pessoal que vai vim (sic) a Copa ver que não existe esse lugar. Que aqui é bem melhor os prédios, a construção de apartamentos bons que uma ocupação. (Relato de Dorothy, 2013).

Essa é uma fala que cronologicamente acontece no calor das manifestações proporcionadas pela Jornada de Junho e permite algumas importantes inferências. A jovem destaca que, para além da questão do direito à moradia, estão interesses como o da especulação imobiliária, que, no referido bairro, por estar próximo de uma área nobre da cidade, tem forte influência no processo. Mediante esse contexto, Roseli Caldart (2012) diz que “o sentimento de indignação, diante das injustiças da sociedade, não é inerente à condição de oprimido, mas é um aprendizado a ser construído, sendo a luta social um ambiente bastante fecundo para que ele se produza” (p. 341).

Outro tema abordado na fala da jovem é o da invisibilização das desigualdades sociais na cidade, isso em um momento em que o Brasil estava prestes a receber um evento internacional – a Copa do Mundo de Futebol. Mais fácil que lidar com as demandas das classes populares seria manter oculto o conflito de interesses entre os mais pobres e os mais ricos, bem como o posicionamento da prefeitura de acordo com os envolvidos. Para além do evento esportivo, a jovem problematiza questões da realidade social que afetaram diretamente as populações mais pobres, como os altos gastos com o evento e a especulação imobiliária.

Sobre os posicionamentos do prefeito em relação às ocupações, Paulo diz:

³⁴ A Toca da Raposa é o centro de treinamento do Cruzeiro Esporte Clube, um dos clubes de futebol da cidade. Esse espaço foi utilizado pela Seleção Chilena de futebol durante a copa e implicou na presença de uma parte da imprensa internacional ao cobrir as atividades do time.

Eles querem tirar a gente daqui de qualquer jeito, eles não querem ocupação aqui. Até nosso prefeito Márcio Lacerda não gosta da gente, fala que a gente é um bando de baderneiros, que não merecemos nada! Eu acho que isso é uma puta falta de respeito, por que se ele tem direito de ter a casa dele a gente também tem que ter, porque não é só ele que tem filho, não é só ele que tem alguém para cuidar. Todos aqui têm uma necessidade, algum filho para criar e eu acho isso muito ruim. (Relato de Paulo, 2013).

Nota-se um destaque dado pelo jovem à dimensão do direito. Não nos parece ser apenas pela casa, mas pelo direito que lhe é negado enquanto uma outra parte da população dele usufrui. Questiona-se a realidade social mediante o que é visto e vivido. Uma dimensão da experiência que, ao mesmo tempo em que sinaliza a integração à sociedade ao colocar o direito no debate, a questiona ao estranhar subjetivamente sua lógica de funcionamento. No seu depoimento, Paulo, para além do reconhecimento das desigualdades sociais em uma sociedade capitalista, aciona outros aspectos relacionados a dimensões do reconhecimento e da dignidade pessoal.

Sobre o tratamento dado pelo prefeito às ocupações, fica clara a percepção do discurso do poder público no sentido de desqualificar uma luta legítima, bem como promover a criminalização da pobreza. Inúmeras vezes o prefeito Márcio Lacerda deu entrevistas aos órgãos de comunicação dizendo que não negociaria com moradores de ocupação por se tratarem de invasores. Além disso, se referiu a esses lugares como pontos de aglomeração de bandidos e tráfico de drogas. Uma postura que buscava justificar sua posição e mobilizar a opinião pública contra as lutas da Ocupação. Entretanto, esse é um discurso que perde seu fundamento se tomarmos como base o depoimento do Coronel Carvalho, então comandante do policiamento da capital, que foi categórico em dizer que o fato de aquele espaço estar ocupado por famílias incidiu diretamente na diminuição dos crimes e da violência no bairro (DANDARA, 2013).

Para Maria, a luta pela moradia é marcada por um sentimento diferente. Segundo a jovem: “É a coisa que me dá vida, mas é a coisa que me mata também”. A fala da jovem suplanta o simples recurso retórico e em função do impacto leva a pensar o porquê da moradia assumir tamanho significado. É nesse cenário que percebemos a experiência para além de uma simples vivência e o sujeito dessa experiência seria a superfície sensível na qual o processo acontece por meio da produção de afetos, de marcas, vestígios e efeitos que não serão esquecidos

(BONDÍA, 2002). A fala remete às vicissitudes, à vida e à morte, à garantia da permanência e o risco de despejo. Uma fala emblemática que carrega consigo uma trajetória de vida marcada pela falta da moradia desde sua infância, quando, ainda criança, já participava de uma ocupação com a mãe. Diante disso podemos entender o porquê de a moradia, ou a falta dela, estar imbricada na vida dessa jovem mulher. A moradia tornou-se sua vida, sua razão de existir.

Podemos entender também o porquê de a morte estar tão próxima da vida, não se trata da morte física, do corpo, mas a morte da mulher lutadora exaurida pelos sacrifícios necessários à experiência participativa e a garantia de seus direitos. A luta pela moradia está para além do alcance de um teto e de suas paredes. Conforme mostra Caldart (1988) ao tratar da luta dos movimentos sociais e da pedagogia contida na luta social: “o movimento é constituído pela luta, e ao mesmo tempo a conforma. E isso é tanto mais forte, do ponto de vista da formação humana, por se tratar de uma luta social de vida ou morte, de vida inteira” (p. 335). O que para alguns pode parecer uma questão elementar, para ela tornou-se uma questão existencial. Quem nunca passou pela privação de um teto provavelmente não vai despertar suas atenções para tal tema, no entanto, para quem não tem onde morar e proteger sua família, a moradia passa a ser razão central, ao ver nesse teto não só a sua segurança e conforto, mas a condição primeira para a sobrevivência de sua família.

6.1.2 A luta de quem não mora na Ocupação

A luta pela moradia toma outro sentido na visão dos jovens não pertencentes à Ocupação. As experiências de atuação em outros movimentos parecem incidir diretamente nos posicionamento e leituras da situação. Se para os jovens moradores destaca-se a dimensão dessa luta a partir da vivência da necessidade, para os jovens que não moram na Ocupação a identificação com essa causa emerge da dimensão da luta contra as estruturas da sociedade capitalista. Milton destaca que “poucos de nós [que não são moradores da ocupação] tivemos a experiência de ter que botar o corpo para defender seu lugar”. Essa é uma fala que destaca a importância da experiência vivida, mas que não inviabiliza uma experiência indireta, marcada pela presença, pela vivência do cotidiano e pela identificação com a luta:

Ter que lutar para ter a casa, para ter água, para ter luz, porque é muito diferente, é um negócio muito complicado de se ver. Claro que tem coisas que a gente tem que viver para saber, não precisa viver sem casa para saber, eu acho que tem outros que não precisa de viver para saber, não precisa viver sem casa para saber que é ruim não ter casa, claro que não! Claro que é ruim não ter casa, isso é óbvio, eu não preciso não ter casa para saber que é ruim, não preciso não ter água para saber que é ruim não ter água. Só de imaginar o que é não ter água, não ter alimento, já dá para pontuar aí. Saber que deve ser estranho... deve ser estranho... deve ser horrível. Agora, tem aspectos que a vivência traz uma possibilidade de construir uma ideia sobre a situação, assim... Então eu acho que é um pouco disso, um pouco da troca, a ideia de chegar num comum. (Relato de Milton, 2013).

O jovem chama atenção para duas dimensões importantes da experiência. Uma coisa é viver em uma sociedade com sua casa, com acesso a luz e água e saber que ficar sem essas coisas é ruim. Outra coisa é estar próximo de uma realidade em que tal privação faz parte do cotidiano das pessoas, é viver isso indiretamente ao frequentar quase que diariamente a comunidade. Enfim, a vivência indireta pode dar uma dimensão das dificuldades, mas somente quem vive na pele sente a dureza daquela realidade. Um aspecto que merece destaque na fala do jovem é a “troca”, que ao acontecer o coloca em outro lugar. Para Sader (1988) é na “elaboração das experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais” (p. 45). Mesmo não sendo morador da Ocupação, a sua leitura do que seja uma sociedade mais igualitária faz com que se identifique com aquela luta a ponto de se mobilizar para intervir na realidade social.

Os apontamentos do jovem remetem à diferenciação feita por Thompson (1981) entre a experiência vivida e a experiência percebida, sendo que a percepção se dá mediante a problematização do que se está vivendo e ao se tornar percebido passa ser passível de crítica e questionamento. Nesse mesmo sentido, Dubet (1994) diz que a coerência da experiência deve ser construída pelo próprio ator, como reflexo de um trabalho inserido diretamente no processo de interação social. Tais apontamentos de Milton sinalizam que o processo de disputa estabelecido do tecido social amplia o sentido da luta:

É que a moradia não é só a luta pela casa, moradia é inclusive o lugar onde você abriga sua família, onde você protege sua família. Então tudo que envolve proteção à sua família, bem-estar, qualidade de vida, envolve a questão da casa. Então eu percebo que as pessoas vão ampliando o sentido do morar. Tem a ver com a saúde, tem a ver com educação, tem a ver com vários acessos e outros direitos que antes achava que não, achava que era só a questão da casa, só a questão do morar. E aí eu acho que é importante ver a ampliação desse sentido. Sentido mais de integrar, de pensar a sua vida não só da parede, não só o que está dentro da parede, mas tudo que envolve, tudo que envolve a qualidade de vida. (Relato de Milton, 2013).

A luta pela moradia ultrapassa a busca única e simplesmente por quatro paredes e um teto. Ela carrega consigo uma série de outras questões que, no decorrer do processo, as tornam tão importantes quanto a própria moradia, como o acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico etc. Entendemos que a ressignificação da luta pela moradia está atrelada diretamente à ampliação da noção de direito, para além de uma garantia legal, passando a uma luta por sua efetivação. De acordo com Maria:

Eu não tinha noção, assim... que era um direito meu, sabe? Ter uma moradia. Às vezes eu até pensava assim... um pouco como a maioria das pessoas pensam, que tipo para você ter uma casa você vai ter que trabalhar, juntar dinheiro e comprar ela. Só que a moradia não é só isso, mesmo por que se for assim, a maioria da população vai viver em situação de rua, por que né? Trabalho, o salário que a gente consegue ganhar com o estudo que a gente tem, não vai comprar uma casa nunca. (Relato de Maria, 2013).

Quando a moradia passa a representar mais que as paredes, a luta passa a envolver mais que o direito a morar, o que implica em um questionamento da conjuntura social da forma que está posta, bem como a busca por estabelecer um outro modelo de sociedade. Uma luta por reconhecimento que assume centralidade nas ações promovidas pelos movimentos sociais (ARROYO, 2012).

6.2 Militância: sentidos diversos para sujeitos diferentes

Os depoimentos reunidos permitem vislumbrar alguns sentidos e significados elaborados pelos jovens estudados sobre sua militância, marcados por diferentes representações e disposições face ao movimento. Nesse processo, que “vai acontecendo” (BRENNER, 2011), os próprios sujeitos vão se construindo à medida que também constroem a militância em si. A fala de Maria é elucidativa:

Porque eu achava que militar era só você sair para a rua com um cartaz e gritar o que você quer. Fazer faixas do que você quer. Só que tem que conhecer aquilo que você está lutando, você tem que conhecer se aquilo é válido mesmo, você tem que saber explicar para as pessoas. (Relato de Maria, 2013).

A militância proporcionou a Maria a problematização do próprio ato de militar, o que repercutiu em estratégias para trafegar e se posicionar em vários contextos diferentes. Seja na Ocupação, em alguma reunião com o poder público ou em algum outro evento, ela tem que se mobilizar a partir dos sentidos construídos e apreendidos na luta.

A inserção dessa jovem nesse universo marca a complexificação do processo militante, que, a partir de certo momento, não mais comporta um posicionamento intuitivo dos envolvidos, mas passa a demandar um conhecimento específico, inerente às lutas travadas, no sentido de garantir sua validade e reconhecimento.

6.2.1 A dimensão da transformação social

Um sentido geral compartilhado pelos jovens pesquisados diz respeito à possibilidade de intervir e transformar a estrutura social por meio da atuação na Ocupação. Castro (2008), ao estudar a participação política de jovens, diz que essa intenção de intervir na realidade social é marcada por um reposicionamento subjetivo da vinculação social a partir de uma conscientização da realidade e da necessidade de mudança. Acreditamos que essa posição dos jovens da Frente de Juventude, que pleiteia a mudança social, seja, em alguma medida, reflexo de uma ideologia das Brigadas Populares, que marcam presença na Ocupação.

De formas diferentes, mais pontuais ou mais incisivas, os jovens pesquisados me disseram que veem na militância uma oportunidade de tornar a sociedade algo melhor do que ela é. Isso remete também à responsabilidade individual de cada sujeito para com a realidade social e as mudanças possíveis de serem feitas em prol do bem coletivo. No contexto da pesquisa, entendemos que a militância seja reflexo da construção de outros sentidos, como militante, morador de ocupação e como jovem, e pode repercutir em um sentido para a vida dos que nela estão envolvidos.

Segundo Paulo, é “importante militar porque se eu não fizer, se eu não correr atrás daquilo que eu quero, quem vai correr?”. A fala dá a dimensão do caráter de urgência empreendido pelo jovem, de assumir sua responsabilidade já que, se não o

fizer, não há quem assuma por ele. O sentido construído pelo jovem traz a marca de sua história e de sua identidade. Como jovem adolescente, morador de uma ocupação, vive um momento no qual ele quer lutar também pelas suas questões, tem que “correr atrás”, buscar ter a segurança de uma casa para a mãe e os irmãos, buscar por sua formação, por ter um trabalho. Uma experiência participativa que possa ser percebida como reflexo da sua ação.

Os jovens pesquisados, ao falarem de sua militância, sinalizaram especificidades em torno dessa experiência. Todos foram categóricos ao dizer que essa experiência foi algo marcante e que envolveu uma mudança de concepção de mundo e da relação estabelecida com esse mundo a partir da luta pela moradia. Castro (2008) ajuda a entender melhor tal situação. A autora diz que as causas pessoais caminham ao encontro das causas sociais, na medida em que passam a significar possibilidade de mudanças concretas.

Militância, para alguns dos jovens estudados, envolve a capacidade de cada indivíduo se conscientizar da necessidade de intervir e mudar a sociedade da qual faz parte. Nesse sentido, militância é também ação social. De acordo com Zilda:

Enquanto eu atuo, eu dedico parte do meu tempo em prol de uma coisa que é muito maior, eu também estou cuidando da minha vida, da minha família. Então... as gerações futuras, a minha filha, para ela crescer em um mundo um pouco melhor do que hoje, ela precisa de pessoas que fazem algo por ela. Então... militância para mim significa você se comprometer e ser responsável pela melhoria do mundo, do que não está bom. Militância significa compromisso, significa sentido, significa responsabilidade, significa leveza, significa coletivo. É um sentimento para mim muito importante, que é comum. Você falar com pessoas que acreditam mesmo que, lutando, se organizando, as coisas ficam diferentes. A história mostra isso, não é uma coisa em vão. (Relato de Zilda, 2013).

Zilda mostra como esse tipo de experiência, na sua opinião, marca de forma concreta os que nela se encontram inseridos. Como mulher e mãe, ela relaciona a luta à sua vida, à sua família, coisas que lhe são muito caras. O sentido da luta perpassa o sentimento de coletividade. Nesse aspecto, a militância/participação envolve a atuação do indivíduo diretamente vinculada à sua presença nos conflitos e disputas sociais, tendo como ponto de chegada o interesse coletivo. Militância, para além da intervenção social, se apresenta também como forma de conciliar os desejos individuais e o bem comum.

Ainda tratando desse tema, recorro a uma fala de Maria: “O militante, ele tem que esquecer das necessidades dele, da casa dele, da família dele, ele tem que olhar no geral”. Não que a jovem queira com essa fala fazer a separação entre as questões de cunho individual e as questões coletivas, mas percebemos um posicionamento que remete ao ato de militar como um exercício de sacrifício para além dos interesses individuais.

A militância também permite outros sentidos, sobretudo os mais subjetivos, mais próximos de sua experiência de vida. Ilustramos essa situação com a fala de Pedro:

Hoje eu tenho uma visão clara que é necessária. Para mim isso aqui... [Dandara]. Acabou que peguei para mim essa luta, porque a gente vê a necessidade de todo mundo, não só a minha, mas a de muita gente. A necessidade de luta pela moradia. (Relato de Pedro, 2013).

Ele não deixa de ressaltar o caráter coletivo da luta, mas reforça as questões e problemas que são mais próximos de sua realidade e dos moradores com os quais convive. Especificamente, em se tratando de Pedro, o fato de ser morador vai implicar em uma identidade militante específica, mais distanciada das discussões ideológicas e mais próxima de sua atuação na ocupação, marcada pela vivência das dificuldades, pela presença física nas ações e pelo envolvimento nas atividades práticas. Nesse aspecto, parece que a identidade de morador lhe seja mais cara.

6.2.2 *Militância por inteiro*

A pesquisa permite falar de uma expansão dos espaços e tempos de militância. Percebemos que não há mais um lugar específico, ou um momento propício. Tomando como exemplo a experiência de Milton, podemos dizer que a militância em sua vida se dá ininterruptamente, a todo instante:

É o tempo todo praticamente. Eu acho que quase o tempo todo. Porque depois que você começa a militar e decide que a militância... na minha opinião já não se separa assim... o que é espaço de militância e o que não é. Digamos que pode ter um espaço que é formal, participar de reunião, de uma atividade, de um curso, de alguma coisa, de alguma ação na Ocupação. Agora, quando você está lá na família, você está com a namorada, quando você está em um espaço com amigos que não são militantes, raramente você fica sem falar sobre a confirmação da sociedade política, essas atualidades das lutas. Eu acho que as pessoas que topam militar, militam o tempo inteiro. (Relato de Milton, 2013).

O jovem apresenta um sentido militante que o toma por inteiro, do qual não consegue, ou não quer, se desprender. A militância não é algo episódico, trata-se de algo ininterrupto. Entendo que, para Milton, a participação/militância não se desprende do cotidiano vivido. A experiência de ser militante para ele envolve convicções, valores e uma identidade que não se descola de si de acordo com a conveniência. Não é uma roupa que se pode tirar ou trocar, trata-se de convicções e valores construídos e por isso lhe são tão caros. Mesmo não estando envolvido em atividades da militância, ele não deixa de ser militante um só instante, inclusive na conversa com amigos e familiares.

Em se tratando de disponibilidade para a militância, Maria comenta sobre quanto tempo dedica às suas atividades:

Vinte e quatro horas por dia [...] Eu durmo Dandara, acordo Dandara, às vezes até na hora que eu estou dormindo eu tô sonhando com a Dandara. O tempo que eu estou dentro de casa organizando alguma coisa que tem a ver com a Dandara, ou tem a ver com minha militância que só existe por causa da Dandara. (Relato de Maria, 2013).

Essa dimensão ininterrupta da militância remete a algo construído gradativamente, processual, que, à medida que vai se tornando mais significativo e importante, acaba ocupando os vários tempos dos jovens. A militância não seria apenas parte de sua vida, mas se tornaria a própria vida. Se levarmos em consideração que dos sete jovens entrevistados cinco tiveram experiências de socialização marcadas pela atuação dos pais em alguma experiência participativa, podemos dizer que a militância tangenciou a história de vida desses sujeitos até assumir centralidade.

Acredito que as trajetórias de vida dos/das jovens incidiram diretamente na sua inserção na luta pela moradia e no sentido atribuído a essa luta. Dos sete jovens entrevistados, podemos dizer que seis têm suas raízes nas classes populares. Isso não significa que as experiências tenham sido as mesmas. Essas experiências são diferentes e produzem sentidos com ênfases diversas. Para Maria, que, desde a infância, já passava pela privação de uma moradia e viveu a dura realidade de uma ocupação urbana ao lado da mãe, um dos sentidos da luta é tentar garantir um teto para sua família. Para Dorothy e Paulo, que tiveram sua primeira experiência na própria Dandara, ajudando as mães desde o alicerce de seus barracões, a busca é por efetivamente garantir o direito sobre a sua moradia na Ocupação. Para Milton,

que teve a família desalojada e foi obrigado a se mudar para a periferia, a dimensão maior da luta é pela garantia dos direitos à moradia. Para Zilda, o exemplo da mãe é também sentido para se dedicar às causas sociais. Em contrapartida, para Beatriz, como jovem de classe média que não havia se deparado com as questões de luta social até cursar a universidade, a dimensão da luta se dá pela problematização da realidade social desigual, pelo reconhecimento de seus privilégios e por entender que há que se fazer algo para mudar essa realidade.

Entendo que, em um determinado momento, seja em função dos significados construídos ou da socialização política empreendida pelas mães, a participação/militância passou a ocupar lugar de destaque em suas vidas, a ponto de se comprometerem com a luta por entendê-la como válida e necessária. Isso pode nos ajudar a conseguir vislumbrar melhor a importância que hoje esses sujeitos dão às suas experiências participativas e ao lugar que assume a luta pela moradia.

6.2.3 *A dimensão da sociabilidade*

Podemos dizer que a forma de lidar com o fazer militante varia de acordo com o momento em que se vive essa juventude. Um momento marcante aconteceu nas férias escolares de julho de 2013. Por três vezes, tentou-se fazer a reunião da Frente. Os “mais velhos” passaram pela comunidade chamando os membros da Frente, mas não se conseguia mobilizar os jovens. Eles estavam sobre as lajes empinando pipa, andando de bicicleta, brincando ou viajando. Quando chamados, diziam: “Hoje eu não vou, depois eu passo por lá”, “Na próxima eu vou” (Caderno de Campo – julho de 2013). Ao final, percebeu-se que a reunião da Frente não poderia competir com as outras atividades. Beatriz, jovem de classe média de fora da Ocupação, ao tratar dessa ocasião diz:

Eu acho que tem coisas que não tem como competir. Ele está de férias e quer curtir o papagaio dele e a gente como [lideranças da] Frente da Juventude tem que entender isso, que ele tem direito de ter um domingo livre, um sábado livre, um dia livre para curtir a vida, para namorar, ir atrás das meninas do Nacional [bairro vizinho], para dar uns beijinhos nelas. Porque até eles participando da Frente da Juventude eles têm mais acesso a esses espaços, assim... até de paquera, dessas coisas assim. A gente [os mais velhos] tem que entender que essa é uma vivência importante para a juventude, assim... tem que saber como trabalhar. (Relato de Beatriz, 2013).

A fala da jovem demonstra que, após tentar uma mobilização malsucedida, os “mais velhos” se viram na obrigação de reconhecer que os “mais novos” precisavam também do seu momento de lazer e descontração. A concepção dos “mais velhos” remete a uma visão da militância que a coloca como sendo mais importante que outras tantas coisas, que apela a valores morais, no qual o indivíduo deve se sacrificar em prol do bem-estar coletivo, mais próximo da concepção clássica dos movimentos sociais. A meu ver, para os “mais novos” a militância não deixa de ser algo importante, no entanto é mais uma das oportunidades de experiências possíveis. Essas repercutem em novas formas de abordar o mundo, com novas atitudes e ações capazes de transformar o já existente (MANNHEIM, 1973). Nesse contexto, as formas de luta podem ser várias, podendo inclusive ser trocadas, momentaneamente, no período de férias, pela diversão de empinar papagaio. Tal situação remete a um vínculo mais frágil estabelecido por parte dos “mais novos” se comparados aos “mais velhos”. Entendo que, para esses jovens “mais novos”, a participação esteja muito ligada à sua vivência, ao seu dia a dia, à sua realidade concreta, o que não implica em uma relação centrada unicamente na luta empreendida no movimento social. Portanto, não é uma relação moralizadora e nem coercitiva.

Uma questão importante está na percepção e reconhecimento da existência de um modo de ser jovem que envolve a diversão, o namoro, a zoação e tantas outras coisas. Caso os “mais velhos” não se apropriem dessas questões, podem colocar em cheque uma dimensão importante da atuação na Frente de Juventude, que é a da sociabilidade (DAYRELL, 2007). Nesse sentido, há que se entender que a experiência de participação somente será formativa para os “mais novos” na medida em que for capaz de dialogar com esse modo de ser jovem. Mesmo diante da diferença de posicionamentos em relação à participação, os “mais novos”, quando falam dessa relação com os jovens “mais velhos” no interior da Frente de Juventude, têm um posicionamento de reconhecimento:

O pessoal é como se fosse irmão, parente mesmo! De sangue. A convivência mostra muita coisa, faz a gente aprender muita coisa com os mais velhos e os mais velhos aprender com nós também lá dentro. (Relato de Dorothy, 2013).

A participação dos jovens nas festas permitem observar outros sentidos. As festas na comunidade evidenciavam também um ambiente de descontração. Esses

eram momentos estratégicos, de divulgação da luta, mas também de alegria e muito trabalho. Criavam-se com as festas situações nas quais um número maior de pessoas podiam se aproximar do cotidiano da comunidade, entender seu funcionamento, se interessar pela causa dos que ali moravam e lutavam. Para os jovens, a festa era, inclusive, uma oportunidade de angariar fundos para suas atividades, encontros, passeios, oficinas. Invariavelmente, os membros da Frente de Juventude tinham uma atuação mais focada nas questões logísticas e de organização. Eles ajudavam na montagem do palco, do som e das barracas. Esses eventos oxigenavam a comunidade, por permitir o contato com outras pessoas, de outras ocupações, de outros lugares da cidade e de outros movimentos sociais. O clima da comunidade mudava nos dias de festas. Tudo era alegria, todo mundo estava rindo, brincando e se ajudando, parecendo trazer mais vida para a Dandara.

A Frente de Juventude tinha, nas festas, uma oportunidade de mobilização de mais jovens para as atividades, bem como uma divulgação do seu trabalho. Sobre as festas, Paulo disse em entrevista:

Eu acho as festas bacanas. Nesse período que a gente vai fazendo as festas a gente tem como chamar mais jovens para participar da Frente da Juventude. Quando a gente faz festa na comunidade, todos os jovens da comunidade vão na festa aí a gente, na festa mesmo, conversa com o jovem para eles poderem participar da Frente da Juventude. Só que é cansativo, a gente cansa muito, a gente corre atrás, a gente monta palco, corre atrás de DJ, do som, corre atrás do que vai fazer na festa para vender, para arrecadar dinheiro para a Frente da Juventude, corre atrás dos alimentos. Nós fazemos muitas coisas durante as festas. (Relato de Paulo, 2013).

O depoimento de Paulo dá conta do trabalho envolvido na festa. Não somente o trabalho braçal, mas também o trabalho de mobilização em torno da militância na Frente de Juventude. Vale a pena destacar que, além do trabalho de organização e montagem, que é cansativo, havia também o trabalho de vender as coisas durante a festa e, muitas vezes, tal trabalho gerava tensões. Isso porque, após um dia intenso de trabalho preparando a estrutura para o evento, os jovens desejavam participar da festa e interagir com outras pessoas. Eles subiam para o espaço do centro comunitário, todos muito bem arrumados, perfumados, roupa nova, os meninos de boné, as meninas de shorts, celular à mão ouvindo funk. Nesse momento, várias vezes os jovens “mais velhos”, que também ajudaram durante o dia, assumiam as barracas, sob protestos e críticas. Tal situação remete à discussão anteriormente mencionada e que nos coloca diante de formas diferentes de entender e significar o

processo participativo. Geralmente, nas reuniões subsequentes o tema, entraria em debate.

Percebe-se que, para os jovens “mais velhos”, a experiência participativa vai se tornando parte do dia a dia, e, ao se envolverem e dedicarem a uma luta, os sujeitos já não conseguem desprender o ato de militar de seu próprio viver. Em contrapartida, para os jovens “mais novos”, a militância pode ser conciliada com seus desejos, reconhecem sua importância como forma de intervenção social, mas também veem nela uma oportunidade de socialização, de encontro, de estar com os seus iguais, de ampliar seus laços de amizade. Pode-se dizer que a adolescência, marcada pela experimentação de uma maior liberdade em relação à tutela familiar e uma maior disposição para se relacionar com os pares, incide diretamente nos sentidos construídos para a participação dos “mais jovens”. Nesse contexto, compactuamos com Sousa (2014), que diz que há que se perceber o que há de político no que os jovens fazem ao construir suas experiências participativas, “pois hoje não se trata de identificar nas formas da política constituída o pensamento político dos jovens, mas nas suas formas e expressões da cultura e da sociabilidade juvenis – portanto, materiais e simbólicas – a sua concepção e o vínculo desejado, como política” (p. 18).

6.2.4 A dimensão do aprendizado e da conscientização

Os sujeitos, ao se inserirem na vivência da participação, passam a redesenhar os espaços e ressignificar os códigos. Com isso, a experiência torna-se capaz de transformar os que nela estão envolvidos. Isso remete a aprendizados, que perpassam o exercício ampliado da cidadania, a construção de valores e posicionamentos democráticos, bem como a capacidade para o reconhecimento, valorização e convívio com a diferença. Pedro, ao comentar sobre a militância, chama a atenção para a dimensão do acesso à informação:

O que eu mais gosto de ser militante é para eu estar perto das informações, é uma coisa muito boa por você estar sempre atualizado das coisas, além do aprendizado que a gente tem. Para mim o fato de ser militante me proporciona isso, me proporciona elevar meus conhecimentos. (Relato de Pedro, 2013).

A fala do jovem diz de uma contrapartida, ou seja, faz menção ao fato de a militância proporcionar acesso a experiências e conhecimentos específicos.

Para alguns jovens, a oportunidade de aprendizado por meio do exercício da militância potencializa a formação universitária, por proporcionar lidar com a realidade. Zilda, uma jovem que teve acesso à universidade, ressalta:

Eu acho que essas outras experiências [de militância] contribuem mais do que a universidade, mais do que a teoria da universidade. Até uma frase que eu uso muito é que “a universidade mais me deformou do que formou”. As Ciências Sociais, a meu contragosto, não é um curso que é crítico, não é um curso que as pessoas se engajam. (Relato de Zilda, 2013).

A crítica feita pela jovem caminha no sentido de valorizar o capital militante. A sua experiência proporciona a resignificação e a construção de outros sentidos para seu curso a partir de sua atuação nos movimentos sociais. A expectativa da jovem em relação ao curso de Ciências Sociais não foi alcançada na medida em que ela considera a universidade como um espaço no qual se privilegiava a teoria em detrimento da reflexão e da prática. Esse é o posicionamento de alguém que convive com os conflitos sociais em uma inserção direta. Por isso valoriza sobremaneira a dimensão prática e ativa da sua atuação.

Ao conversar com os jovens pesquisados que eram moradores da Ocupação e que não tinham cursado universidade, todos foram unânimes em dizer que querem fazer faculdade, como uma forma de melhorar de vida, mas também como forma de potencializar sua atuação militante.

Eu penso em prestar vestibular, passar no Enem. Agora é de verdade! Eu quero ter uma carreira, trabalhar com alguma coisa. Mas eu penso que se for trabalhar em alguma coisa, tem que ser alguma coisa que eu possa ser militante também, porque se for para deixar, eu não vou trabalhar em nada! (Relato de Maria, 2013).

Entendo que esse fato não se restringe ao interesse na militância, mas também que, a partir do momento em que se convive com pessoas que já tenham tido esse tipo de experiência, a faculdade ganha outro significado, se torna algo possível, algo desejado. Dorothy, em sua entrevista, disse: “Eu espero me formar, fazer faculdade de Direito. Comecei a entrar para as Brigadas, saber mais sobre meus direitos, como os advogados agem, então decidi fazer Direito por isso, entendeu?”. Com isso podemos dizer de uma resignificação da universidade e seu acesso, que decorre da experiência militante. De acordo com Sousa (2014), “os jovens militantes são quadros políticos em formação, mas já tomam a política como parte e possibilidade da elaboração de seu projeto de vida” (p. 20).

Retomando a discussão em torno dos conhecimentos e aprendizados proporcionados pela militância, a fala de Zilda menciona que esses conhecimentos a ajudaram inclusive nos momentos em que procurava por emprego:

Eu acho que todo processo seletivo que eu fiz para trabalhar, um suporte que eu tive foi das discussões da militância. Assim... muito espaço de formação, então me ensinou a tomar decisão de forma coletiva, me ensinou a sistematizar as coisas, a importância dos registros, me ensinou a aprofundar, entender a contradição. (Relato de Zilda, 2013).

Tal depoimento dá conta da existência de uma articulação entre as experiências universitárias e as experiências militantes. Zilda, como militante, sinaliza que há um capital decorrente de sua atuação nos movimentos sociais e que ela aciona ao atuar como socióloga. Com isso, podemos ver também a dimensão do conhecimento proporcionado pela experiência militante que, no caso da jovem, repercutiu em uma melhor preparação para disputar uma vaga no mercado de trabalho.

Ainda tratando da dimensão dos conhecimentos proporcionados pela militância, Maria destaca que foi por meio da militância que construiu sua consciência em torno dos direitos que lhe eram negados. Segundo a jovem: “Se esse trabalho [de militância] já tivesse começado em outros espaços, ou se tivesse tido a oportunidade de participar disso mais cedo na minha vida, hoje eu estaria mais preparada para mais coisas na minha vida”. A fala da jovem reforça a dimensão da militância como um aprendizado para a vida, apropriado à medida em que se vive. Essas são experiências que caminham ao encontro dos estudos de Freire (2011) e Gohn (2009), que dizem que os sujeitos se formam inseridos no processo dinâmico dos movimentos sociais. De acordo com Maria, ao falar dos conhecimentos proporcionados na sua militância:

Hoje eu posso falar que vale a pena correr atrás das coisas que precisa, eu consigo ajudar minha filha melhor nos estudos dela. Olha que estranho! Esses dias a professora mandou um para-casa que era escrever uma carta para o prefeito Lacerda. Qual foi a melhor carta do Lacerda? E mesmo que não fosse isso, eu consigo participar da escola da minha filha porque eu perdi essa vergonha, eu me sinto mais à vontade, mais confiante para falar com as pessoas, eu sinto mais verdade nas coisas que eu falo e eu aprendi isso com a Dandara. (Relato de Maria, 2013).

A fala de Maria apresenta aspectos importantes da sua experiência. A partir dessa inserção, da sua atuação na luta, ela passa a se sentir alguém capaz. Há a

construção de uma identidade positiva que repercute em segurança e autorreconhecimento. A partir desse posicionamento, podemos dizer, portanto, da existência de uma pedagogia dos movimentos sociais (CALDART, 2012). Um processo de formação que capacita o militante para se colocar para além do próprio movimento social. Um processo de humanização ao se inserir na luta contra a opressão (ARROYO, 2011, 2012; FREIRE, 2011).

Beatriz, ao tratar de tais aprendizados, faz uso da luz como metáfora importante para caracterizar esse processo. Segundo a jovem:

A luz que me abriu os olhos para a dor... Se essa luz já me abriu os olhos... não tem jeito de apagar mais! Não tem outro jeito! Não tem outro caminho que eu vou escolher, já faz tempo que eu escolhi esse caminho [da militância]. (Relato de Beatriz, 2013).

Apesar do caráter “messiânico” contido em sua fala, a jovem ilustra um processo que em sua opinião não tem volta, ou seja, não há como retornar a uma posição de inconsciência e ignorância acerca das questões e problemas sociais a partir do momento em que eles se tornam inteligíveis. A fala sinaliza que na opinião da jovem aqueles que optaram pela militância tiveram acesso a uma luz, como uma conscientização das mazelas do mundo, bem como de seu lugar como constituinte desse mesmo mundo juntamente com outros tantos sujeitos.

Segundo Zilda:

Militar torna a gente mais humano! No mundo onde as relações estão descartáveis, no mundo onde o “ter” é mais importante que o “ser”, nessa dimensão eu acho que ao militar você vai prestando atenção no outro, sabendo que tem alguém ao seu lado, você olha, observa, você dá atenção. (Relato de Zilda, 2013).

Essa fala remete à militância enquanto processo de humanização. Situação na qual, de maneira dialética, o sujeito privado de uma condição digna de existência, desumanizado, se constrói ao se posicionar de maneira a intervir na realidade social e identificar as questões de ordem coletiva.

6.2.5 *Questões familiares: entre referenciais e conflitos*

A família assume papel importante na trajetória militante dos jovens pesquisados. É nesse contexto que Dorothy também constrói outros sentidos para sua militância, fortemente baseados nos referenciais familiares. Para a jovem, militância significa “força, reconhecimento, união, luta pela conquista do que a gente

quer”. Mas, em concomitância com esses significados, o referencial da mãe assume papel importante:

Eu admiro o que o pessoal faz e quero fazer a mesma coisa que minha mãe começou a fazer. Ser igual a ela! Fazer a mesma coisa, ajudar o pessoal na hora que der e vier, porque eu também preciso, eu tenho que lutar por minha moradia. (Relato de Dorothy,2013).

Percebemos por parte da jovem a centralidade da imagem da mãe como ideal militante a seguir, o que permite a construção de outros sentidos para a experiência participativa.

Assim como Dorothy, Maria e Zilda também têm em suas mães referenciais para sua luta. Elas são mulheres que já são mães e que, no contexto da luta pela moradia, retomam esse referencial que assume centralidade. Seja pelo exemplo prático de ter vivido a experiência de ocupação ao seu lado e considera-la uma “heroína”, seja por buscar suprimir sua ausência na militância, a imagem da mãe é uma marca. Segundo Zilda, a militância serve até para lidar com a falta da mãe falecida:

Eu acho que isso [militância] fortalece, fortalece seu sentido de ser, fortalece você em seu contato com o mundo, seu contato com o outro, assim... Eu acho que hoje até para saber lidar com a ausência da minha mãe, eu me sinto mais preparada! (Relato de Zilda, 2013).

O referencial familiar possibilita que a militância tenha outros sentidos, para além de sua função social. Remete aos laços familiares como componentes de um sentimento de pertencimento e a questões de ordem identitária, da história e trajetória de vida. Castro (2008), ao estudar a participação de jovens, diz que muitos dos seus pesquisados “afirmam que foi justamente da família que vieram as primeiras percepções sobre temas políticos, seja por meio de discussões, seja por meio do exemplo dos pais” (p. 264).

No que se refere aos posicionamentos dos familiares dos jovens pesquisados sobre a sua militância, perceberemos que não se trata de algo amistoso e tranquilo. No caso das jovens que já haviam constituído família, como Maria e Zilda, essa tensão era vivida diretamente no casamento, mesmo que os maridos já as tivessem conhecido como militantes. Segundo Maria:

No começo, meu casamento dava umas balançadas, porque é muita reunião e cansa muito. Você não tem tempo para bater um papo, você quer descansar, ou então na hora que é para você estar descansando você está preparando alguma coisa para o outro dia. (Relato de Maria, 2013).

Zilda enfrentava problemas semelhantes. A jovem, que também era casada, participava de uma grande quantidade de atividades aos finais de semana. Como o companheiro se encontrava trabalhando no interior do estado, aos finais de semana ele cobrava de Zilda um tempo maior para a família. De acordo com ela:

Eu vejo meu marido no final de semana, e aí eu sei que tenho sábado e domingo reunião, que por conta disso eu vou ficar menos tempo com ele. Aí eu vou ter que depois chegar e negociar. Ele entende, eu entendo. Nós dois somos militantes, mas nem por isso sabemos lidar tão bem com a coisa. [...] Eu e meu marido estamos nessa fase de só ter compromisso social [militante], a gente não consegue ter um tempo voltado para nós e para a educação de nossa filha, então isso é uma coisa que está em crise na minha vida. A gente precisa melhorar, tanto eu quanto ele porque os dois são militantes, os dois atuam para além da dimensão da sua vida particular. (Relato de Zilda, 2013).

A fala sinaliza que, mesmo diante da crise em função da divisão do tempo para com a militância e as questões familiares, Zilda reforça a necessidade de abrir mão do particular em função das questões coletivas, mesmo que isso repercuta em uma crise no relacionamento. Nos dois casos, quem envolvem jovens casadas, assim como percebemos a particularidade da militância, percebemos nuances da sociedade machista, tendo em vista que essas, como mães de família, na maioria das vezes, desempenham jornadas duplas ou triplas. Trabalham fora, trabalham em sua casa e ainda são as responsáveis pelo cuidado dos filhos. Acredito que, em se tratando de um militante homem, a cobrança, provavelmente, se daria em menor intensidade, tendo em vista a tradição que reserva ao homem o espaço público e destina às mulheres o espaço privado, da casa, da família.

Já no caso de Beatriz, como mencionei anteriormente, por ser uma jovem que ainda morava com os pais, os problemas eram de outra ordem, apesar de envolver também sua atuação militante. Envolvem a perda do domínio dos pais sobre a filha e demonstram certa dificuldade em lidar com sua autonomia em relação à tutela familiar. Por mais que os pais tenham tentado boicotar sua militância por meio da negação do dinheiro, quando ele ainda dependia totalmente deles, eles gradativamente começaram a lidar de forma mais tranquila com as escolhas da filha.

No entanto, alguns compromissos como festas de família e idas ao sítio são garantidos por meio de negociação. Retomo aqui uma reflexão sobre a nossa sociedade e o papel tradicionalmente reservado à mulher. Acredito que se se tratasse de um jovem do sexo masculino, o controle da família se daria de outra forma, menos coercitiva. Isso também em função da tradição que reserva à mulher o espaço privado como forma de protegê-la dos perigos e permite ao homem desde muito cedo o contato com o mundo público.

Caminhando um pouco mais na análise, percebemos que a dimensão do tempo destinado para a militância emerge muito fortemente. Os envolvidos na militância se questionam e são questionados sobre a falta de tempo a ser dedicado à família. Isso remete a um grande esforço para justificar a validade de sua luta perante a sociedade e, concomitantemente, se gasta energia também para justificar essa mesma luta perante a própria família.

Retomemos aqui as questões que motivaram Dorothy a iniciar suas experiências participativas. Ela se interessou pela militância inicialmente por ser uma forma de estar mais próxima da mãe, que não participava das atividades familiares. Isso sinaliza uma dimensão da militância que acaba sacrificando as relações familiares.

6.2.6 A dimensão do sacrifício: entre o presente e o futuro

Embora reconheçamos a importância da militância como forma de inserção e intervenção dos jovens, há que se entender que o processo de militância não é marcado somente por benesses, não acontecem somente coisas boas. Esse processo é marcado também por uma necessidade grande de abrir mão de várias coisas que lhes são caras. A militância influencia no clima e na relação familiar, pode atrapalhar ou inviabilizar o acesso ao emprego, repercute muitas vezes na falta de tempo, inclusive, para os filhos. De acordo com Castro (2008):

O vínculo intenso com as causas da transformação social faz com que [os militantes] renunciem ao amor (muitos desentendem-se com seus namorados), são criticados e mal interpretados pela família, passam agruras financeiras e são reprovados nos estudos. Os inúmeros conflitos entre a vida pessoal e o investimento nas causas são decorrentes de sua opção pela atividade militante, que [...] é uma coisa da qual não podem abrir mão. (CASTRO, 2008, p. 260).

Para além das questões já mencionadas, a militância influencia também, de maneira direta, no que se refere ao trabalho, à permanência no emprego e à busca por subsistência. A militância demanda tempo e faz com que alguns militantes tenham que abrir mão do trabalho em função de alguma atividade. Pedro diz como fazia antes, quando era empregado, e agora, que trabalha por conta própria:

Quando eu trabalhava para patrão eu conversava com ele antes, já falava que iria faltar. Agora trabalhando para mim é a mesma coisa. Na hora que tem atividade marcada, aquele horário eu não trabalho, eu vou participar das atividades. (Relato de Pedro, 2013).

Por mais que para ele pareça uma questão tranquila, abrir mão de um dia de trabalho repercute diretamente nos ganhos destinados ao sustento da família.

Embora Zilda tenha reforçado que as experiências militantes tenham lhe ajudado em algumas seleções para emprego, outros militantes perderam seus empregos ou foram prejudicados em seus estudos em função da militância. Uma situação dessas foi vivida por Maria e repercutiu diretamente em toda sua família, que vivia em função dos ganhos que ela e o marido tinham em seus respectivos empregos. O marido a acompanhou em um encontro nacional promovido pelas Brigadas Populares na cidade do Rio de Janeiro, que reuniu militantes de vários lugares do país. Essa foi a oportunidade de uma viagem para um estado que ela não conhecia. Todos estavam muito felizes com a viagem. O evento teve a duração de um final de semana, com discussões durante todos os dias, festividades à noite. No domingo à noite eles saíram do Rio de Janeiro com o objetivo de chegar a Belo Horizonte pela manhã, pois várias pessoas teriam que trabalhar. No entanto, não contavam com a ocorrência de um problema mecânico com o ônibus, o que fez com que chegassem muito atrasados. Com isso, o marido de Maria acabou não indo trabalhar nesse dia. Segundo ele, em conversa informal, o seu chefe em um primeiro momento relevou a falta e não haveria qualquer problema. Porém, ele comentou com colegas de trabalho que havia faltado porque estava no Rio de Janeiro e essa conversa, ao chegar aos ouvidos do seu chefe, deu a entender que ele havia faltado ao trabalho “para ir à praia”. “Para servir de exemplo”, acabou sendo demitido. Essa demissão repercutiu em problemas e dificuldades financeiras para a família. Posteriormente, o marido de Maria conseguiu outro emprego. Sobre essa situação em específico, Maria diz:

Eu perdi emprego por causa de militar, meu marido perdeu o emprego por causa de militar, a minha filha já passou vergonha por conta da Dandara, da minha militância. Só que isso tudo rendeu tanto para mim, quanto para meu marido e meus filhos, porque você tem a certeza que está fazendo a coisa certa. Igual meu marido... é uma pessoa que não sai para essas coisas [encontros de militância] e quando acontece isso dele me acompanhar para algum lugar, igual foi nessa viagem que ele acabou perdendo o emprego, mas a gente foi numa ocupação que era um sofrimento tremendo na hora do almoço, uma dificuldade muito grande. Isso faz com que eu tenha um marido melhor, que entenda mais a minha situação. (Relato de Maria, 2013).

Apesar dos problemas mencionados pela jovem, os aspectos positivos da militância se sobressaem aos negativos. Mesmo com a demissão do marido repercutindo em problemas financeiros para sua família, a participação no coletivo tem para ela um sentido positivo, que fortalece os vínculos afetivos elaborados em relações familiares horizontais.

Ainda no contexto que envolve a militância e questões de trabalho, passamos a analisar a situação vivenciada por Milton. O jovem, que é formado em Terapia Ocupacional, durante o período de observação participante, optou por fazer um concurso público. Esse tinha como objetivo a busca por uma vida mais estável, um emprego formal, como forma de garantir certa segurança para continuar suas atividades militantes. Matriculou-se em um curso preparatório e tentou se afastar da militância, deixando algumas de suas funções a cargo de outros militantes, mas vez ou outra estava nas reuniões. Ao final do processo, Milton não conseguiu ser aprovado.

A gente se submete a essas coisas [concurso] porque precisa trabalhar, porque é um trabalho que vai dar uma certa estabilidade, que vai possibilitar que sua atuação enquanto militante seja uma atuação mais incisiva para alguns pontos, para as contribuições. Para não passar dificuldade, às vezes quando você milita, milita muito, você começa a passar dificuldades. Assim... você não tem como não abrir mão do individual, de várias coisas do individual, não fica trabalhando para seus lucros próprios, você meio que dedica a maior parte da vida para o coletivo. E com certeza prejudicou sim! Em muitos momentos durante o curso eu fui fazer atividades de militância. Não podia parar de fazer, eu acho que não podia parar de fazer e com certeza não parei! Perdi alguns momentos de estudos, pode ser que se eu tivesse parado com tudo e estudasse, eu tivesse passado. Mas eu não acho que seja só isso. (Relato de Milton, 2013).

Milton sinaliza que mesmo a busca por um concurso público, carreira estável, tem como pano de fundo a oportunidade de exercer sua militância de forma mais

tranquila, sem tantas dificuldades financeiras. No entanto, a própria militância dificulta sua dedicação para estudar para os concursos. Não se tratava de perder apenas o dinheiro investido na inscrição, mas também o investimento financeiro feito para o curso, por volta de R\$ 1.500,00, e o investimento de tempo. Em nossa conversa na entrevista, ao tratarmos de sua não aprovação, Milton levantou outras questões em torno dos concursos públicos a partir da perspectiva da exclusão. De acordo com sua fala:

O trem do concurso é uma coisa muito sacana! Eu fiz a interpretação do que eu fui fazer lá depois da prova. Eu até pensei que eu tinha ido melhor, eu fiz um cursinho para fazer esse concurso, fiquei um mês lá estudando, tive que pagar uma quantia de R\$ 1.500,00. A partir daí o concurso abriu, quando eu pude pagar essa quantia eu já passei na frente de um tanto de gente, porque eu podia pagar. Então muita gente que fez o concurso não fez cursinho, 80% você pode fazer um corte por cima, se não mais. Então você já parte na frente. Eu que ainda sou abastado de muita coisa, sou de família pobre e tal, ainda tive capacidade e possibilidade de pagar um cursinho. Então, como nós podemos aceitar uma sociedade dessas? Onde para acessar seu trabalho você precisa ficar fazendo prova! É por meio de uma prova de 70 questões, 50 questões escritas sobre conhecimentos que você não fez parte dele exatamente, que ela vai classificar uma pessoa se ela é apta ou não para fazer determinada coisa? [...] A gente tem que lutar por uma sociedade que não precise selecionar as pessoas desse jeito, que tudo é selecionado, tudo! [...] Então até isso a gente questiona, por que tem que ser desse jeito? Por que tem 300 vagas, se tem 15 mil pessoas querendo trabalhar? (Relato de Milton, 2013).

A fala de Milton sinaliza uma leitura crítica da realidade social e o entendimento da reprodução da desigualdade a partir do capital cultural das pessoas, ou seja, o processo de formação irá influenciar, em grande medida, no acesso ou não a uma vaga de emprego público. No entanto, há que se considerar que em uma militância que se dá de maneira ininterrupta, em que durante todo seu tempo ele é um militante, outros tempos, como o dos estudos, serão sacrificados. Percebemos uma experiência participativa na qual o jovem se encontra imerso nas exigências militantes do presente. Uma realidade vivida pela cobrança de um tipo de conduta na qual as questões do presente fazem com que não se tenha tempo para se pensar nas questões do futuro, na carreira, na aprovação em um concurso.

No que se refere ao tempo destinado à militância e à falta de tempo para as demais atividades cotidianas, Beatriz expõe sua dificuldade em conciliar a militância e seu trabalho, que também é sua residência no curso de Fisioterapia:

Militar numa ocupação é uma dinâmica muito pesada. Tem semana que você tem que ir duas vezes, às vezes é uma só, mas no mínimo duas vezes por semana você vai à Ocupação, que é longe, que é distante e além disso ocupar tarefa de secretariado, às vezes você fica a semana toda sem um dia, só tem a noite para fazer suas coisas. Você vai fazer só as tarefas da militância e conciliar com o trabalho às vezes é pesado até para sua formação. Em relação aos temas que você tem que formular, você tem que se formar! Tem que ler os textos, para você escrever sobre eles. Você tem que fazer coisas que estão te demandando, mas não tem tempo para fazer isso, você tem a sua reunião e então é difícil você conciliar um trabalho. Ainda mais no meu caso, é puxado, que a residência são mais ou menos 60 horas por semana. Então é difícil você conciliar um trabalho puxado com a militância, você tem que tentar meios e formas, até para você não ficar só fazendo militância, também tem que formular e pensar sobre isso. (Relato de Beatriz, 2013).

Em se tratando dos problemas enfrentados, percebemos que Beatriz se debate com questões bem próximas às de Milton e Maria. Para a jovem, a militância ocupa tanto o tempo que acaba por atrapalhar os estudos, a leitura e apropriação dos textos. Uma condição inerente aos que optam pela militância de maneira total. Se a militância, como escolha pessoal, proporciona a compreensão dos problemas sociais, ela também repercute no ônus da falta de tempo para outras questões como trabalho e estudos.

Em linhas gerais, podemos afirmar que a militância, no contexto dos jovens estudados na pesquisa, repercutiu em mudanças importantes nas vidas dos envolvidos, seja na mudança de postura diante da sociedade, seja na sua construção identitária, seja nas mudanças na relação familiar. Estamos falando de jovens que tiveram que abrir mão de estudos, trabalhos, lazer, eventos familiares, para se dedicar ao que acreditavam. Nesse sentido, consideramos que para esses jovens estudados a militância em um determinado momento chegou para fazer parte da vida e gradativamente foi se tornando a centralidade dessa vida.

Além de [a militância] ser uma opção de vida, por você acreditar em várias coisas, acho que é uma centralidade, se você está disposta a dedicar várias horas da sua vida em relação a isso, é porque você acredita na coisa. Acho que é um modo de viver mesmo, você fez uma opção de viver dessa forma, você acredita em outra coisa diferente, se você for organizado você consegue ser sujeito da história, agora se você não está organizado, é mais difícil viver, você se indigna, mas você não consegue dar uma vazão coletiva para aquela indignação sua, aí você sofre mais. (Relato de Beatriz, 2013)

Não obstante os problemas mencionados, podemos dizer que a militância se consolida para os jovens pesquisados na medida em que seu sentido é percebido na

vida. Nesse cenário, como experiência participativa, a militância passa a ser também compreendida como formativa do sujeito, que, por meio de conflitos e reflexões, toma consciência de si e do mundo.

Ao estudar a participação dos jovens inseridos em ações coletivas e movimentos sociais, e as experiências suscitadas nesse campo de atuação, entendo que esse processo influencia diretamente no estabelecimento de uma relação dialógica entre os sujeitos e a realidade social. Nesse contexto, assume vital importância a forma como a sociedade brasileira se encontra organizada politicamente, que, apesar da consolidação da democracia, ainda tem dificuldades de incorporar atores diferentes no cenário político. Tratando especificamente da participação juvenil, Abad (2004) ressalta que os estigmas socialmente construídos em relação aos jovens, pelo lugar que ocupam na opinião pública, afetam diretamente as possibilidades de estes mesmos jovens atuarem na sociedade em questão. O autor afirma ainda que “o exercício da cidadania plena por parte dos jovens, estimulando e apoiando formas e meios próprios, é mais necessário para a sociedade que para os próprios jovens” (ABAD, 2004, p. 15).

As motivações que levam uma pessoa a tomar parte em atividades de militância e em ações coletivas e movimentos sociais são as mais variadas e podem estar ligadas a uma série de fatores, tais como: recursos econômicos, sociais, culturais, espaços, tempos, legado familiar, grupo de amigos, entre outros. Há que se entender essa atividade como um processo. Nesse sentido, entendo que as experiências participativas podem possibilitar uma relação de proximidade e distanciamento entre o sujeito participante e a realidade social ao colocá-lo diante de questões que vive cotidianamente, que sente na pele, entre as quais a dificuldade em fazer cumprir os direitos dos jovens e a falta de moradia que os levou a morar ou a militar em uma ocupação urbana.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos traços mais pedagógicos de suas ações é não serem silenciosas, ocultas, no outro lado da linha, mas chamativas em marchas, ocupações, carregando seus símbolos, sua cor, seus instrumentos identitários, de trabalho, de luta. (ARROYO, 2012, p. 53).

Ao final desta pesquisa de doutorado, compete-me lidar com as minhas limitações e saber que, mesmo após quatro anos de estudos, ainda ficaram situações a serem desvendadas. Em minha trajetória de pesquisa, ao me debruçar sobre as experiências participativas de um grupo de jovens atuantes em uma ocupação urbana em Belo Horizonte, algumas questões foram respondidas, outras tantas abandonadas no percurso e mais algumas levantadas no decorrer do processo. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, que focou um grupo de sete jovens, entendemos que as questões aqui debatidas não extinguem as discussões em torno do potencial formativo contido nas experiências participativas de jovens. Ao contrário, esta pesquisa pode contribuir no sentido de fomentar e aprofundar esse debate no cenário acadêmico.

No intuito de delimitarmos seus avanços e contribuições, retomemos algumas das questões abordadas na pesquisa. No que tange às experiências participativas dos jovens, por acontecerem inseridas em uma ocupação urbana, essas se deram em um contexto muito específico, que amalgamou as questões da juventude e a luta pela moradia. O debate em torno do acesso à moradia tem emergido nos grandes centros urbanos a partir do momento em que as classes populares, privadas do direito a um lugar para morar, se tornam um problema social. Essa não é uma exclusividade da cidade de Belo Horizonte, apesar de nos últimos anos a cidade ter se tornado palco de vários movimentos nesse sentido. Cada vez mais a população pobre é relegada a uma condição precária, de afastamento para as periferias, se estabelecendo em bairros com loteamentos ilegais, sem saneamento básico, sem água potável ou energia elétrica. As cidades, que em outros tempos abarcavam no imaginário social o símbolo do novo, do moderno, hoje têm se mostrado lugar privilegiado de agravamento das desigualdades sociais.

Nesse contexto, a luta da Ocupação Dandara se tornou também a luta dos jovens pesquisados, fossem eles moradores ou não da Ocupação. Um embate que trouxe à tona uma condição de exclusão na qual a não detenção de um endereço

agrava o acesso a outros direitos básicos como o atendimento à saúde e a educação pública. A condição de moradores de uma ocupação faz com que haja uma luta que antecede o usufruto dos direitos. Como não são sequer reconhecidos como cidadãos da cidade, por não terem um endereço chancelado pelo poder público, a luta caminha no sentido de garantir o direito a usufruir de seus direitos.

No que concerne à juventude moradora da Ocupação, podemos dizer que existiam condições específicas para esses jovens vivenciarem essa condição juvenil. Estamos falando de jovens com maior propensão a sofrer com a violência dos órgãos coercitivos do Estado, pela sua condição de negros e pobres, que muitas vezes eram cerceados do acesso ao lazer, ao esporte e à cultura, pela ausência de instalações públicas e pelo problema na mobilidade, graças à falta de condições de arcar com o transporte público e à distância entre seu bairro e o centro da cidade.

A existência de uma identidade coletiva, marcada pela condição de morador da Ocupação Urbana, ou militante dessa causa, não pressupunha a inexistência de conflitos internos vividos pelos jovens na própria Ocupação. No seu interior, outras lutas eram travadas em torno de uma maior possibilidade de intervenção e atuação. Os adultos, coordenadores, muitas vezes, lidavam com os jovens sob a perspectiva da incompletude, de perceber neles sujeitos ainda despreparados para participar efetivamente da gestão da Ocupação. No interior do movimento, era preciso superar os estereótipos, ocupar espaços de decisão. Uma luta interna que também era formadora, na medida em que obrigava os envolvidos a criar estratégias de inserção e enfrentamento das desconfianças dos coordenadores. Tais apontamentos dão a dimensão de um embate intergeracional, marcado por visões diferentes em torno do modo e do processo como se efetiva a participação, bem como pela falta de uma sensibilidade maior dos adultos para com as questões que são caras aos jovens.

Inserida na Ocupação, a Frente de Juventude era um lugar privilegiado para o exercício da experiência participativa dos jovens. Por meio da atuação nesse espaço, os jovens eram apresentados a experiências ímpares. Assim como a identidade coletiva de moradores da Ocupação não inviabiliza a existência de conflitos, a Frente como local privilegiado da atuação dos jovens também era marcada por disputas e conflitos internos. Os jovens que nela atuavam carregavam consigo trajetórias de vida particulares, características distintas, que nos permitem dividi-los entre: os jovens moradores da Ocupação, e que se tornaram militantes ao

ocupar aquele território, e os jovens que vinham de fora da Ocupação, e que já traziam consigo um histórico de militância na universidade, nos movimentos sociais de luta pela moradia e nas questões da juventude.

Essas diferenças incidiram diretamente nas experiências vividas. As diferentes trajetórias permitiram que os jovens da Ocupação vivenciassem outras realidades, outras oportunidades, outras situações, outras formas de ler e interpretar a realidade e de se inserir na arena social. Em contrapartida, aos jovens de fora, militantes na Ocupação, o convívio com a realidade excludente reforçou e amalgamou as convicções da necessidade de lutar contra a estrutura desigual da sociedade e pelo acesso das classes populares à moradia. Podemos dizer que a Frente de Juventude foi um lugar no qual se primava pela troca, pelo debate, pela resolução do conflito por meio da discussão. Isso, mesmo reconhecendo que a participação era marcada por relações desiguais de poder e por um capital cultural distinto. Mesmo diante dessas considerações, a relação que se estabeleceu proporcionou a alguns dos jovens a ressignificação de seu lugar social, a ponto de vislumbrarem outros objetivos de vida, como o acesso à universidade.

Para além da distinção entre os de dentro e os de fora, apontamos também a existência de conflitos de ordem intrageracional no interior da Frente de Juventude. Em se tratando de um coletivo de jovens com sujeitos em idades próximas aos limites do recorte etário da juventude, foi possível dividi-los entre os jovens “mais novos” e os jovens “mais velhos”. As diferenças etárias apresentam duas lógicas distintas no que concerne às percepções do processo participativo. Os “mais velhos” percebiam o processo participativo como algo mais estrutural, rígido, duro, em função da complexidade das questões que eram tratadas. Em contrapartida, os “novos” não viam impedimento em se envolver em questões como a luta pela a moradia e dos direitos da juventude de uma maneira singular, descontraída, com brincadeiras, zoação, namoros, flertes. Mesmo em se tratando de um coletivo permite tratá-los como jovens, pela proximidade das idades, percebemos uma mobilização dos “mais velhos” no sentido de orientar os “mais novos”, no que se refere ao processo participativo e às formas de atuação e comportamento. Ao que parece, em função das experiências de vida e por já terem passado por essa idade, os “mais velhos” sinalizam saber o que achavam melhor para os outros. Estamos tratando aqui de uma socialização militante que faz com que as diferenças

repercutam em vínculos diferentes, os jovens “mais velhos” têm sua centralidade no próprio movimento social, e os jovens “mais novos” tendem a uma maior valorização do grupo de amigos.

A infinidade de experiências observadas durante a pesquisa permite apontar a Frente de Juventude como lugar de formação dos sujeitos. Para além do cotidiano da Frente, que foi marcado pelas relações dinâmicas, conflitos, disputas, vitórias e derrotas, pudemos perceber outras situações que contribuíram para o processo formativo dos jovens. As oficinas desenvolvidas pela Frente na Ocupação se mostraram como ferramentas capazes de fomentar a construção de saberes que estão para além do formal, mobilizando experiências singulares de aprendizado e troca. Por meio da capoeira, da percussão e do teatro, os jovens puderam ressignificar seus valores, o que repercutiu diretamente na sua identidade como moradores e na sua relação para com a Ocupação.

As saídas da Ocupação, seja para participar de um evento, um show, uma peça de teatro, ou mesmo ir representá-la em algum evento na universidade, também se mostraram experiências importantes. Nesse contexto, os jovens tiveram acesso a condições específicas que lhes permitiram a construção de outras identidades. Tais experiências, para além de proporcionar a problematização em torno do que efetivamente é considerado como cultura, permitiu também aproximações e afastamentos, reconhecimentos e estranhamentos, que em alguma medida repercutiram em empoderamento e construção de sentidos a partir de seu lugar como jovens e moradores de uma ocupação.

Nesse mesmo cenário, a partir da participação dos jovens na Conferência Municipal de Juventude, a pesquisa revelou a precariedade como o poder público lida com as demandas específicas da juventude na cidade de Belo Horizonte. Com uma atuação marcada pela superação de obstáculos, desde a impossibilidade de participar pela falta de endereço à desqualificação de sua presença no evento por parte dos organizadores, os jovens da Frente fizeram daquele espaço uma arena de debate e disputaram com outras demandas a oportunidade de explicitar para os presentes todos os problemas que enfrentavam como jovens moradores de uma ocupação urbana. Por mais que os jovens tenham sinalizado certo estranhamento à lógica de funcionamento da conferência, a necessidade de dar visibilidade à luta foi o grande mobilizador para se apropriarem desse espaço.

No bojo das experiências já mencionadas, a participação de alguns jovens nas Jornadas de Junho também foi uma experiência marcante. Uma experiência de colocar a luta na rua, para conflitar com posições, por vezes antagônicas, mas também para ganhar força no reconhecimento de outros movimentos sociais. Em um momento marcante da história recente do país, os jovens da Frente de Juventude puderam demarcar seu espaço e disputar na arena pública as concepções do que deva ser a nossa sociedade.

Em se tratando dos sentidos construídos em relação às experiências participativas, encontramos sujeitos diferentes, com trajetórias particulares, que se completam em alguns momentos e que se digladiam em outros. Que veem na militância uma oportunidade de intervenção no mundo, bem como um lugar de sociabilidade. Que enfrentam as agruras de uma vida vivida em concomitância com a experiência militante, que enfrentam as cobranças das famílias, a falta de dinheiro e de tempo, e que mesmo assim vão vivendo, construindo para si outras formas de ser e outros lugares no mundo.

Ao final deste trabalho, retomo a metáfora que compõe o título, que agrega a vida e o jogo. Posso dizer, sem medo de errar, que, em se tratando dos jovens estudados, a experiência participativa esteve para além das regras interpostas pelo jogo social. Ao jogar, eles mudaram as regras, criaram outras, interpelaram a realidade social de forma que vida e jogo estiveram amalgamados. Não viveram para jogar, mas jogaram vivendo. Vivendo e aprendendo a jogar!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD, Miguel. *Possibilidades e limites da participação juvenil para o impacto na agenda pública*. Recife: Projeto Redes de Juventude, 2004.
- ABRAMO, Helena. *Participação e organizações juvenis*. Recife: Projeto Redes de Juventude, 2004.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª. Conferência Nacional de Políticas Públicas para Juventude*. Brasília: RITLA, 2009.
- ABRANTES, Pedro. *Os sentidos da escola: identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade*. Oeiras: Celta Editora, 2003.
- ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento: o que temos que aprender dos movimentos sociais? In: NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; MIRANDA, Shirley Aparecida de (Orgs.). *Miguel González Arroyo: um educador em diálogo com o nosso tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- ARROYO, Miguel. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BALDEZ, Miguel Lanzellotti. *A luta pela terra urbana*. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (Orgs.). *Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? *Revista Em Debate*, v. 4, n. 8, nov. 2012.
- BARBOSA, Frederico; ARAÚJO, Herton. Juventude e Cultura. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (Orgs.) *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. *Edward P. Thompson: história e formação*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Editora UNB, 2000.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 19, jan. / abr. 2002.
- BONETI, Lindomar Wessler. Educação e movimentos sociais hoje. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Orgs.). *Educação e movimentos sociais: novos olhares*. Campinas: Alínea, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. *Cultura Rebelde: escritos sobre a Educação Popular ontem e agora*. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

BRENNER, Ana Karina. *Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.

BRIGADAS POPULARES. Portal na internet. [S.l.]: Brigadas Populares, 2013. Disponível em: <<http://brigadaspopulares.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 02 out. 2014.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Média*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CANEVACCI, Massimo. *Culturas extremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Rio de Janeiro: DP&A, 2010.

CARVALHO, Marília Pinto de. Um lugar para o pesquisador no cotidiano da escola. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELO BRANCO, Maria Teresa. *Jovens Sem-terra: identidades em movimento*. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação Política e Juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista Sociologia e Política*, v. 16, n. 30, jun. 2008.

CASTRO, Lúcia Rabello de; CORREA, Jane. *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. *Culturas juvenis: múltiplos olhares*. São Paulo: Unesp, 2008.

CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. *Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores*. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

COUTINHO, Matheus. *Cidade de terra: lutas de ocupações urbanas por moradia em Belo Horizonte*. 151 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Jornalismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

DANDARA: enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito (Documentário). Carlos Pronzato, Belo Horizonte, 2013. 65 minutos.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 24 set./ dez., 2003.

_____. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. A escola “faz” juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, p. 1105-1128, 2007.

DEBERT, Guita Grin. Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DUBET, François. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DUMONT, Louis. *Ensaio sobre individualismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

ESCOBAR, Arturo. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: movimentos sociais e a transição paradigmática das ciências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2006.

FERNANDES, Francisco et. al. *Dicionário Brasileiro*. São Paulo: Globo, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira. *Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

GIDDENS, Antony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. Perdizes: Cortez, 2009.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo, Editora Cortez, 2013.

_____. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil: a praça dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. *Jovens na política: animação e agenciamento do voto em campanhas eleitorais*. Campinas: Pontes Editores, 2012.

GRAZIA, Grazia de. Reforma urbana e estatuto da cidade. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (Orgs.). *Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes primitivos: estudo sobre as formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

HONÓRIO, Renata Gonçalves. Lutas sociais e relações de gênero: a participação das mulheres no MST. *ANPUH – XXIII Seminário Nacional de História*, Londrina, 2005.

IBASE. *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório Global. Rio de Janeiro: Ibase, jan. 2006.

KAUCHAKJE, Samira. Movimentos sociais no século XXI: matriz pedagógica da participação sociopolítica. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Orgs.). *Educação e movimentos sociais: novos olhares*. Campinas: Alínea, 2010.

KRISCHKE, Paulo. *Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural*. Porto Alegre: Editora PUC RS, 2003.

_____. *Perfil da Juventude Brasileira: questões sobre cultura política e participação democrática*. [s.n.t.].

LABORNE, Ana Amélia de Paula. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. 2014.

LAHIRE, Bernard. *Homem Plural*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LEÃO, Geraldo, et al. *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Região Metropolitana de Belo Horizonte. Relatório Preliminar dos Grupos de Diálogos. Belo Horizonte, jun. 2005.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LEITE, Antônio Eleison. Política de cultura para juventude no governo Lula: não é o que parece ser. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Orgs.). *Juventude em pauta: Políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2011.

LOPES, João Teixeira. *Registos do Actor Plural: Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamentos, 2012.

MACHADO, Marília Novais da Mata. *Entrevista de pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado*. Belo Horizonte: Editora Com Arte, 2002.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice. *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013a.

MARGULLIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULLIS, Mario (editor). *La juventud es más que una palabra*. Ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Editora Biblos, 1998.

MARTINS, Francisco André Silva. *A voz do estudante na educação pública: um estudo sobre participação de jovens por meio do grêmio estudantil*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2010.

MARTUCCELLI, Danilo. *Gramáticas del individuo*. Buenos Aires: Editora Losada, 2007.

MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. *O Capital Militante: uma tentativa de definição*. *Revista Plural*. São Paulo, USP, n. 13, 2006.

MAYORCA, Cláudia; CASTRO, Lucia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Máximo. *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Revista Lua Nova*. São Paulo, n. 17, 1989.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, n. 6, 1997.

_____. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. Pedregal de Santa Tereza: Centro de Estudos Sociológicos, 1999.

_____. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *O jogo do eu*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. Estrutura socioespacial da RMBH nos anos 2000: há algo de novo?. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2008.

MENEZES, Jaileila da Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues. “Festa estranha com gente esquisita”: desafios e possibilidades para a participação juvenil. In: MAYORCA, Cláudia; CASTRO, Lucia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Máximo. *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA, Isabella Gonçalves. *Ocupando sonhos: A comunidade Dandara e as ocupações organizadas de terras nas cidades, emancipação social e reforma urbana*. 2012. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFMG), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MÜXEL, Anne. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem rótulos. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: Anped, n. 5, 1997.

OBSERVATÓRIO DA JUVENTUDE (UFMG). Belo Horizonte: Observatório da Juventude, 2013. Disponível em: <<http://observatoriodajuventude.ufmg.br>>. Acesso em: 04 jan. 2015.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp, 2006.

OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. *Uma “Praia” nas Alterosas, uma “antena parabólica” ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2012.

OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Praia da Estação: configurações da contestação social de jovens urbanos na contemporaneidade. In: EITERER, Carmem Lúcia; LUZ, Iza Rodrigues da. *Sujeitos da educação: diversidade, direitos e participação política*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 2008, v. 51, n. 3.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. As cidades nas narrativas sobre o Brasil. In: FRUGÓLI, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas. *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2006.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação – ANPED – Juventude e contemporaneidade*. n. 5 e 6, 1997, p 15-24.

PIRES, Roberto. Regulamentação da participação no OP em Belo Horizonte: eficiência distributiva alada ao planejamento urbano. In: MARQUETTI, Adalmir; CAMPOS, Geraldo Adriano de; PIRES, Roberto (Orgs.). *Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo*. São Paulo: Xamã, 2008.

PLEYERS, Geoffrey. Prefácio. In: MAYORCA, Cláudia; CASTRO, Lucia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Máximo (Orgs.). *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

POGGIESE, Héctor. Alianzas transversales, reconfiguración de la política y desarrollo urbano: escenarios del presente y del futuro. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). *El rostro urbano de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Guia da 4ª Conferência Municipal de Juventude*. Belo Horizonte: PBH, 2013.

RAMOS, Jannette Filomeno Pouchain. *Gestão Democrática da Escola Pública: a experiência do governo das mudanças*. Fortaleza: UECE, 2005.

REIS, Dyane Brito. A Marca de Caim: As características que identificam o “suspeito”, segundo relatos de policiais militares. *Revista Cadernos CRH*, Salvador, n. 36, p. 181-196, jan/jun 2002.

REIS, Eliana Tavares dos. *Contestação, engajamento e militantismo: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul*. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.

REIS, Juliana Batista dos. *Transversalidade nos modos de socialização e individuação: experiências juvenis em rede*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2014.

REQUEIJO, Geordana Natali Rosa. A regulamentação da mendicância em Belo Horizonte: uma contraposição aos ideais de modernidade (1897 a 1930). *Revista Estudos UNI-BH*. Dossiê História, Leitura e Literatura. Belo Horizonte, v. 1, n.1, maio 2003.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. O Estatuto da Cidade e a questão urbana brasileira. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (Orgs.). *Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

RIBEIRO, Renato, Janine. Política e Juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Orgs.) *Juventude e Sociedade: trabalho, cultura e participação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SACKS, Oliver. *Um antropólogo em Marte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Regina Bega. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: Editora Unesp, 2008a.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Repertórios de ação e repertórios de interpretação: trinta anos de estudos sobre movimentos sociais no Brasil. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (Orgs.). *Movimentos Sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

SECCO, Lincoln. As jornadas de junho. In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. *Proposições*, Campinas, 2009, v. 20, n. 2, maio/ago.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAIS FILHO, Evaristo (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. *Revista de Estudos sobre Juventud*. Instituto Mexicano de la Juventud. n. 1, p. 298-331, jan/jul, 2005.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *A experiência contemporânea da política entre os jovens do Sul do Brasil*. Florianópolis: UFSC, 2014.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação: juventude e contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, n. 5 e 6, 1997.

_____. *Juventude e escolarização* (1980/1998). Série Estado do Conhecimento. Brasília: MEC/INEP, 2000.

SPOSITO, Marília et. al.. Estudos sobre jovens na interface com a política. In: SPOSITO, Marília (Coord.). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social* (1999-2006). v.1 e v. 2. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

SZYMANSKI, Heloísa. *A entrevista na pesquisa em Educação*. Brasília: Líber Livros, 2011.

TELLES, Edward. *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMIZAKI, Kimi. Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, v. 31, n. 111, abr-jun 2010.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos Movimentos Sociais. *Revista Sociedade e Estado*. v. 21, n. 1, p. 17-28, jan/abr 2006.

_____. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2012.

TURA, Maria de Lourdes Rangel. A observação no cotidiano escolar. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). *Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanches. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VEIGA, Danilo. Desigualdades sociales y fragmentación urbana: obstáculos para una ciudad democrática. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). *El rostro urbano de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

VIANNA, Heraldo Marelím. *Pesquisa em Educação: a observação*. Brasília: Líber Livros, 2007.

VIEIRA, Luiz Vicente. *Os movimentos sociais e o espaço autônomo do "político"*. Porto Alegre: Editora PUC RS, 2004.

WASELFSZ, Júlio Jacobo. *Mapa da Violência 2015 Juventude: mortes matadas por armas de fogo*. Brasília: UNESCO, 2015.

WAUTIER, A. Para uma sociologia da experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. *Sociologias*. Ano 5, n. 9, 2003.

ZANETI, Hermes. *Juventude e Revolução: uma investigação sobre a atitude revolucionária no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 2001.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ZEMELMAN, Hugo. Sujeito e sentido: considerações sobre a vinculação do sujeito ao conhecimento que constrói. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2006.